



ABORDAGEM CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: GRUPOS
DE PESQUISA E INICIATIVAS EM UNIVERSIDADES

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Rio de Janeiro

Julho de 2014

ABORDAGEM CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL:
GRUPOS DE PESQUISA E INICIATIVAS EM UNIVERSIDADES

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Michel Jean-Marie Thiollent, D.Sc.

Prof. Rogerio de Aragão Bastos do Valle, D.Sc.

Prof. Francis Kanashiro Meneghetti, D.Sc.

Prof^a. Sonia Maria Fleury Teixeira, D.Sc.

Prof. Fernando Guilherme Tenório, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

JULHO DE 2014

Motta, Ana Carolina de Gouvêa Dantas

Abordagem crítica nos estudos organizacionais no Brasil: grupos de pesquisa e iniciativas em universidades/
Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2014.

XI, 305 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2014.

Referências Bibliográficas: p. 205-208.

1. Estudos Organizacionais. 2. Abordagens críticas.
3. A expansão do capitalismo. I. Thiollent, Michel Jean-Marie. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais, Ana Maria e Eduardo;
Aos meus Tios Ricardo, Roberto e Renato;
Aos meus irmãos Ana Gabriela, Alexandra, Fernando e Débora;
Aos meus sobrinhos Felipe, Eduardo e Miguel por trazerem tanta alegria;
Aos meus amigos queridos Fernanda Chibante, Frederic Kachar, Sérgio Henrique Eiti
Watanabe, Marcos José Aguiar, Amaro Leal, Rogério Mattos, Lila Shakti e Ananda
Fabres;
Aos mestres Camilla Amado, Otávio III e Klebér Tani;
Ao meu namorado Leonardo, pela maravilhosa parceria, que tanto me apoiou em cada
etapa da realização desta tese;
Aos estudantes de administração, desejo que busquem a vocação crítica dessa
formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao professor Michel Thiollent pela sua orientação enriquecedora e generosa; pelo estímulo à reflexão crítica sobre as teorias administrativas e tudo o mais;

À minha mãe, pela confiança, pela inestimável ajuda na revisão minuciosa da redação; e ao meu pai, pelo exemplo, pela confiança, por acreditar em mim, muita gratidão por tudo; agradeço a vocês por estarem sempre ao meu lado;

Ao meu namorado Leonardo, que me apoiou muito em cada etapa da realização desta tese, desde as viagens para a realização de entrevistas como pela leitura crítica, que contribuiu com questionamentos que conferiram mais coesão a pesquisa;

À mãe do meu namorado, Ana Maria Tepedino, que me transmitiu confiança para que eu concluísse este trabalho e pela dedicação na revisão final da tese;

Aos membros da banca examinadora da defesa e aos membros da banca de qualificação, composta pelos professores Rejane Prevot Nascimento e Fábio Luiz Zamberlan, pelas contribuições visando ao aprimoramento desta pesquisa;

Aos professores Carlos Eduardo Rebello e Fabio Vizeu Ferreira que contribuíram com o projeto de qualificação desta tese e ao professor Oswaldo Munteal;

Aos entrevistados que dispuseram de seu tempo e colaboraram com depoimentos tão valiosos para esse estudo;

Aos amigos do Programa da Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Fernando Matheus, Naiara Tavares, Celso Alvear, Susana Webering, Ricardo Mello, Flávio Chedid Henriques, Anderson Oriente e Judson Nascimento que colaboraram para o amadurecimento desta tese e também gostaria de agradecer a Julie Salcedo, que contribuiu com especificidades da formatação do documento;

Aos amigos do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do IE/UFRJ, Pedro Nogueira e Wagner Sousa pelo apoio durante a disciplina do Prof. José Luis Fiori e pelas conversas agradáveis e altamente instrutivas;

Aos funcionários do Coppe, Roberta Mattos, Diego, Pedrinho, Claudete, Zui e Rogério pelo apoio formidável nesse período;

Aos doutores Ana Lucia, Alex Botsaris, Katia Klajman e Fernanda Muller Araguez, pelas estimulantes conversas diante do desafio de desenvolver esta tese; e

Finalmente à Capes pelo apoio material.

“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”.

A Indiferença – Bertolt Brecht (1898-1956)

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

ABORDAGEM CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: GRUPOS DE PESQUISA E INICIATIVAS EM UNIVERSIDADES

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

Julho/2014

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Programa: Engenharia de Produção

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma aproximação sobre as temáticas desenvolvidas no campo crítico nos estudos organizacionais, por determinados grupos de pesquisadores, bem como perscrutar tendências dessas abordagens contemporâneas. Por meio da análise temática de textos acadêmicos e da aplicação da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) na análise de entrevistas, procurou-se conhecer as propostas críticas da atualidade e refletir sobre seus principais pressupostos. A pesquisa evidenciou que o conhecimento produzido por esses grupos tem em um caráter libertador e que influencia na transformação de práticas organizacionais, por meio da conscientização dos atores envolvidos sobre as relações de poder nas organizações, contribuindo, mesmo que, de maneira ainda muito restrita, para a emancipação do sujeito na sociedade, embora os mecanismos de controle organizacionais não parem de apresentar inovações.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

CRITICAL APPROACH IN ORGANIZATIONAL STUDIES IN BRAZIL: RESEARCH
GROUPS AND UNIVERSITY INITIATIVES

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

July/2014

Advisor: Michel Jean-Marie Thiollent

Department: Production Engineering

The purpose of this research is to approach the issues discussed in the critical field of organizational studies, regarding settled bodies of researchers, in order to identify tendencies of these contemporary sources. Thus, to accomplish this objective, the theoretical framework adopted was Collective Subject Discourse (CSD) applied to analyze the interviews with members of those groups, while thematic analysis was used to examine the selected scientific papers written by them, thereby presenting the main points developed by the current critical currents. Those analyses revealed a real concern with human freedom and emancipation, which encourage improvements in community and personal lives of individual's social engaged, as well as business students, including even changes in the management practices range. On the other hand, the organizational control mechanisms always improve.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPRO	Associação Brasileira de Engenharia de Produção
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMS	<i>Critical Management Studies</i>
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EnANPAD	Encontro da ANPAD
EnEO	Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FI	Fator de Impacto
FMI	Fundo Monetário Internacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
POLI/USP	Escola Politécnica da USP
POT	Psicologia Organizacional e do Trabalho
RAC	Revista de Administração Contemporânea
SBE0	Sociedade Brasileira de Estudos organizacionais
TGA	Teoria Geral de Administração
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
WWF	World Wild Life

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.	Antecedentes.....	1
1.2.	Objetivos	1
1.3.	Justificativa.....	2
1.4.	Relevância do Tema.....	4
1.5.	Contribuição Original	5
1.6.	Metodologia.....	6
1.7.	Estrutura da Tese	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAPITALISMO A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX....	11
2.1.	A profunda expansão do capitalismo a partir de 1990	18
2.2.	Os impactos da Globalização nas organizações.....	26
2.3.	As consequências do desenvolvimentismo.....	27
3	CORRENTES DE PENSAMENTO CRÍTICO NO MUNDO.....	33
3.1.	Teoria Crítica.....	33
3.2.	Pós-modernismo nas organizações.....	43
3.3.	<i>Critical Management Studies</i> (CMS).....	46
3.4.	Enfoques Clínicos do Trabalho.....	53
3.5.	Correntes de Pensamento Crítico no Brasil	66
4	ANÁLISE DAS OBRAS CONTEMPORANEAS.....	75
4.1.	Procedimentos Utilizados	75
4.2.	Análise interpretativa de obras selecionadas de grupos do CNPq.....	78
4.2.1	Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais.....	78
4.2.2	Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS.....	85
4.2.3	Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social – PEGS.....	103
4.2.4	Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora.....	111
4.2.5	Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES	121
4.2.6	Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento	127
4.2.7	Grupo 7- Estudos Organizacionais	134
4.3.	Conclusão	142
5	PESQUISA DE CAMPO	154
5.1.	Procedimentos Utilizados	154
5.2.	As implicações dos estudos críticos na área acadêmica.....	158
6	CONCLUSÃO.....	195
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
	APÊNDICE A - ENTREVISTAS	209

O conceito de crítica	209
As questões centrais das pesquisas	218
Os principais autores e teorias utilizadas	224
As principais realizações e as aspirações dos grupos	228
O reconhecimento e a influência dos grupos na área de administração	237
As expectativas acerca do desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos	252
Problematização entre questões teóricas e a práxis	258
Problematização da aplicação de abordagens críticas em consultorias	271
O significado de ser crítico na área de administração	277
O impacto das publicações em estudos organizacionais críticos	286
Os principais limites e controvérsias em estudos organizacionais críticos	292
ANEXO A - CURRÍCULOS DOS ENTREVISTADOS (RESUMOS).....	301

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as motivações pela escolha dessa problemática de pesquisa, bem como os objetivos propostos, a justificativa do estudo para o programa de pós-graduação da engenharia de produção, sua relevância, contribuição original, metodologia e, por fim, a estrutura da tese.

1.1. Antecedentes

A origem do questionamento desta pesquisa reside na formação acadêmica do administrador, rigorosamente voltada para um saber instrumental, predominantemente importado, conforme análise bibliográfica indicada nas disciplinas que integram o curso de Administração. Agravado pelo fato de que, mesmo quando são incluídos livros nacionais nas ementas, as referências teóricas continuam sendo estrangeiras, as que tradicionalmente compõem ideário gerencialista do liberalismo tradicional, como do neoliberalismo também.

São notórios os problemas decorrentes de referências de ensino que carecem de aprofundamento acerca das implicações sociais de atividades empresariais. Não constitui mero acaso que tenham surgido, com mais frequência, pesquisas acerca das consequências da banalização do assédio moral, da violação da privacidade e do desrespeito às pessoas de diversas maneiras no ambiente de trabalho. As formas de autoritarismo têm se aprimorado nas empresas, por meio do recrudescimento de sistemas de controle e vigilância.

Afinal, a gestão contemporânea se pauta fundamentalmente pela busca de lucratividade com base na relação custo/benefício. Mas esta orientação tem se apresentado contraproducente em uma perspectiva temporal e alienante, ao reforçar a competitividade, seja entre organizações, inclusive internamente, resultando na precarização dos empregos, associado à insegurança das remunerações, ao aumento da jornada de trabalho, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho, culminando no aumento de casos de esgotamento, sobrecarga física e mental, estresse e riscos de acidentes no trabalhador. Com isso, gerando a multiplicação de casos de depressão e suicídio entre trabalhadores, inclusive executivos.

Não se trata aqui de buscar o aprimoramento dos instrumentos gerenciais, nem de tecer longas críticas ao ensino da Administração na graduação. A questão que norteia esta pesquisa consiste em saber: **quais são as atuais temáticas e perspectivas das correntes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil?**

1.2. Objetivos

O Objetivo final desta pesquisa é descrever as atuais temáticas a que se dedicam as correntes mais evidentes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil,

por meio de extensa revisão documental; e estabelecer perspectivas acerca de seus objetos de investigações, com base em informações obtidas em entrevistas realizadas com integrantes de grupos de pesquisa em atividade, de universidades brasileiras. Entende-se, nesta ocasião, como perspectivas: o porvir, a aptidão, a propensão, a predisposição, o caminho, a direção, a orientação. Assim, a definição do termo torna-se mais precisa, uma vez que possui ampla variação de sentidos. Ao final do trabalho são apresentadas as perspectivas dos grupos que representam as variadas correntes teóricas, e para onde tendem seus interesses nesse campo crítico.

Dentre os objetivos intermediários destacam-se:

- a) identificar os grupos dedicados a estudos organizacionais críticos no Brasil e suas publicações, em forma de artigos em periódicos, capítulos de livros e livros, sobre o tema;
- b) examinar as fontes de referência para o desenvolvimento do pensamento crítico nas pesquisas desses grupos;
- c) levantar os temas em evidência nos estudos críticos desses grupos;
- d) compreender como esses grupos lidam com as dificuldades inerentes a um ambiente acadêmico em que predomina a racionalidade instrumental;
- e) compreender como esses grupos relacionam as questões teóricas dessas abordagens com a práxis, tanto no que se refere a sua viabilidade, como também quanto às considerações éticas a respeito;
- f) mostrar como esses grupos percebem tanto o reconhecimento e a influência de seus trabalhos, como o impacto que causam na grande área de administração;
- g) verificar limites e controvérsias enfrentados por esses grupos na área de estudos organizacionais críticos; e
- h) identificar as principais realizações desses grupos contemporâneos e suas perspectivas em relação ao desenvolvimento de pesquisas críticas.

1.3. Justificativa

O tema estudos organizacionais críticos, ainda que represente pouco em termos de presença em publicações nos periódicos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem se tornado cada vez mais recorrente entre pesquisadores, de acordo com levantamento feito por Eduardo Davel e Rafael Alcadipani Silveira (2003) no artigo “Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990” e, posteriormente, complementado por Ana Paula Paes de Paula (2004) no livro “Teoria crítica nas organizações”.

No levantamento realizado por Paula (2004), em uma amostra de, aproximadamente, cinco mil artigos da área de administração, produzidos ao longo das três últimas décadas, apenas cerca de 6% poderiam ser considerados como estudos críticos. Mas não é o fato de um determinado tema predominar em publicações que o torna relevante.

Conforme definição apresentada por Thiollent (2013, p.2) acerca da organização, o autor lembra que, “o conceito de organização – que não se deve fetichisar – é aplicado para designar empresas, como também instituições ou entidades públicas, políticas ou sociais, e pode ser estendido a outros tipos de vida social organizada”.

O autor complementa que os estudos organizacionais abrangem as atividades organizativas “como conjuntos de ações, aplicações de princípios, exercício de poder e demais aspectos como controle, regulação, discriminações, identidade e diferenciação cultural, evolução, inovações, transformações e até destruição” (THIOLLENT, 2013, p.2).

A dimensão crítica dessa área de conhecimento “não adota a priori a normatividade inerente às vigentes relações de poder, nem se conforma aos interesses dos detentores do capital e de seus intermediários” (THIOLLENT, 2013, p.2).

Em meados do século XX, a crítica às organizações foi inicialmente abordada no Brasil pelos intelectuais Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg. No entanto, com a repressão durante o regime militar, que perdurou entre 1964 e 1985, não havia espaço no país para pensamentos críticos. Com essa lacuna, que culminou inclusive na extinção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, o debate universitário desta área ficou empobrecido e, com isso, tornou-se mais propenso a receber e adaptar o *corpus* teórico de pesquisadores estrangeiros.

Também sobressaiu durante esse período uma grande euforia desenvolvimentista nacional, que de certa maneira convergiu para o apagamento da memória do país. Dessa maneira, recrudescendo ainda mais a tradição de adoção de obras importadas por técnicos, pesquisadores e intelectuais brasileiros.

A dificuldade dos intelectuais, especificamente na área de administração que elaborassem um pensamento próprio e um posicionamento mais crítico diante desses fatos, parecia atender às diretrizes da época, como se uma postura crítica viesse a prejudicar os planos desenvolvimentistas da nação e não pudesse ser compatível com a evolução capitalista. Chama a atenção a contradição dessa realidade, até mesmo porque, em países que estão no centro do capitalismo, como Inglaterra e Estados Unidos, o pensamento crítico esteve fortemente presente e tem aumentado nos últimos 30 anos.

Por isto, esta pesquisa justifica-se pela ainda pouca presença de pensamento crítico na literatura sobre organizações, apesar de haver autores nacionais de ontem e os contemporâneos que constituem um acervo crítico em organizações.

Espera-se com este trabalho estimular mais reflexões para que se formem administradores mais críticos quanto às formas de gestão contemporâneas e suas contradições e que busquem alternativas mais democráticas.

1.4. Relevância do Tema

Nas escolas brasileiras de gestão prevalece o arcabouço teórico de orientação ideológica capitalista gerencial. Esta situação reforça os instrumentos de propagação do *modus operandi* e dos valores desse sistema econômico visando melhor adequação do comportamento e produtividade esperados dos futuros funcionários e gestores de empresas.

Considerando-se o fato de que a produção científica realizada nessas escolas privilegia as técnicas de gestão endossadas pela academia estrangeira, cuja ênfase metodológica recai sobre a prescrição de modelos generalizáveis, constata-se que há poucas possibilidades de que o conhecimento apreendido em nossas investigações atenda aos anseios de nossa realidade social e cultural.

Como contraponto às lacunas deixadas pela teoria *mainstream* gerencial, surgiu, por volta da década de 1950, a área de pesquisa em estudos organizacionais críticos. Esses pesquisadores passaram a investigar os problemas sociais, culturais e econômicos implicados nas atividades das organizações, a fim de alertar para consequências determinantes na vida das pessoas que não estavam sendo consideradas adequadamente na gestão empresarial.

Pierre Bourdieu, analisando o cenário contemporâneo, defende que “aqueles que têm a oportunidade de dedicar sua vida aos estudos do mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, distanciados das lutas das quais o resultado será o futuro desse mundo” (BOURDIEU, 2001, p. 7).

Esta afirmação de Bourdieu reforça a ideia de que uma postura de neutralidade em ciências sociais pode significar a falta de envolvimento em questões importantes, cujos resultados trazem implicações para o futuro da sociedade.

Aliás, Bourdieu esclarece que parte essencial dessas lutas é teórica, considerando a capacidade dos dominantes em atrair cúmplices, de maneira espontânea ou remunerada, como também profissionais do *lobbying* que atuam incisivamente em diversas esferas governamentais e organismos internacionais (BOURDIEU, 2001, p.7).

O autor destaca que o fato da ortodoxia econômico-político do discurso neoliberal ser “tão universalmente imposta e tão unanimemente admitida”, acima das influências da discussão e da contestação, não resulta de uma produção espontânea. Para Bourdieu: “é produto do trabalho prolongado e constante de uma imensa força de trabalho intelectual, concentrado e organizado em verdadeiras empresas de produção, difusão e intervenção” (BOURDIEU, 2001, p.7-8).

Segundo o autor, “contra esses poderes fundados na concentração e na mobilização de capital cultural, apenas uma força de contestação que repouse em uma mobilização similar, mas orientada para fins completamente diferentes, pode ser eficaz” (BOURDIEU, 2001, p.8).

Para tanto, defende como condição para o desenvolvimento da ciência que se preserve a liberdade intelectual, a resguarde dos esquemas do mundo empresarial: “é preciso reatar hoje com a tradição consolidada no século XIX no campo científico que, recusando-se entregar o mundo às forças cegas da economia, queria estender ao conjunto do mundo social os valores de um mundo científico sem dúvida idealizado” (BOURDIEU, 2001, p.8).

1.5. Contribuição Original

Apresentar o conjunto de críticas elaboradas por pesquisadores reunidos em grupos em diversos estados do Brasil, dedicados aos estudos organizacionais. Considerando o fato de estarem inseridos em uma área em que predominam as técnicas prescritivas de uma ideologia gerencial, tratadas equivocadamente como neutras, quando abordadas superficialmente. Mesmo nos dias atuais, ainda é um desafio promover debates sobre aspectos filosóficos e, sobretudo, a respeito de práticas organizacionais, desenvolvendo o pensamento crítico em administração. Essas discussões ficam restritas em poucos cursos de pós-graduação em Administração e causam desconforto diante das concepções prevalecentes na área.

O pensamento crítico fica cerceado diante da popularização dos ideais gerencialistas, promovido pela próspera “indústria do *management*”, conforme abordado no capítulo 5, compreendendo as escolas de administração, as empresas de consultoria e as mídias de negócios, onde gurus e livros de autoajuda reforçam em diversas mídias esse discurso corporativo. Não obstante, a maioria dos universitários, de cursos administração ou de áreas afins, nunca ouviram falar ou tiveram contato com autores com abordagens críticas acerca do campo organizacional.

1.6. Metodologia

Segundo Thiollent (2013, p.10), os Estudos Organizacionais têm como característica a diversidade em termos teóricos e conceituais, assim ocorre também quanto às abordagens metodológicas. O autor observa que, nesse campo de conhecimento, são preponderantes as pesquisas de caráter qualitativo, se assemelhando mais aos estudos humanísticos, do que aqueles oriundos das ciências exatas ou da natureza, conforme explica:

do ponto de vista metodológico, os Estudos Organizacionais rompem em grande parte com o padrão positivista/moderno da investigação científica centrado em observação, objetividade, experimento, comprovação de hipóteses, neutralização da subjetividade do pesquisador, separação dos valores (THIOLLENT, 2013, p.10).

O autor discorre sobre os seguintes exemplos de métodos utilizados em estudos organizacionais: “métodos de observação”; “métodos de análise e interpretação”; “métodos de design e planejamento”; por fim, “métodos de intervenção e participação” (THIOLLENT, 2013, p.10). Esta pesquisa está identificada com o segundo exemplo mencionado, que compreende os “métodos de análise e interpretação”, sobre o qual Thiollent tece a seguinte explicação:

métodos de análise e interpretação. Devido à ênfase dada à pesquisa qualitativa, os principais métodos a serem utilizados são evidentemente de tipo interpretativo. Trata-se de analisar e interpretar a linguagem, os discursos teóricos (doutrinas organizacionais) e dos discursos práticos (falas de gerentes e outros entrevistados ou testemunhas). Para as interpretações, diversos recursos teórico-metodológicos podem ser considerados: hermenêutica, compreensão fenomenológica, historiografia, análise de narrativas, diálogos, análise crítica de argumentos, controvérsias e debates polêmicos, teoria dos atos de fala, semiótica, psicanálise, esquizoanálise, etc (THIOLLENT, 2013, p.10).

Em face aos objetivos propostos, foi utilizado o método de investigação qualitativo, sendo que, para a coleta de dados, foram adotadas a pesquisa bibliográfica, para se descrever as temáticas que predominam atualmente em publicações com abordagens críticas, em estudos organizacionais no Brasil; e a entrevista semiestruturada, com base em roteiro previamente elaborado, para se vislumbrar as perspectivas possíveis de seus objetos de pesquisas. Conforme detalhamento dos critérios de seleção adiante, apresentados no item 5.1, foram escolhidos sete grupos de pesquisa, da área de administração, dedicados atualmente às correntes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil. A análise bibliográfica envolveu os sete grupos, já as entrevistas foram realizadas com oito membros oriundos de seis desses grupos.

Desse modo, restando apenas um grupo sobre o qual se realizou a análise de publicação, sem a obtenção do depoimento.

Para o tratamento dos dados, foram realizados resumos de cada uma das publicações listadas, a fim de se exprimir as ideias-chave desses autores. Não se optou pela resenha crítica, a fim de se preservar mais adequadamente as informações para posterior análise. Após as transcrições das entrevistas, foi utilizada, especificamente, para esta fase, o método analítico do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvre e Lefèvre (2005).

Para a análise dos dados, no que tange a pesquisa bibliográfica, foram utilizados três critérios, que versam sobre o referencial teórico, a temática e o método de pesquisa que caracterizam os textos escolhidos. A análise das entrevistas foi baseada na visão fenomenológica proposta por Bicudo (2011). Desse modo, evitando-se a redação de um único discurso coletivo, para cada uma das questões, por não se pretender se sobrepor as respostas como uma voz uníssona, como no caso do método do DSC, mas preservar as divergências apresentadas.

Com base no procedimento proposto por Bicudo (2001), cada depoimento realizado foi revisto, tantas vezes quanto se considerou necessário, até que o sentido da fala estivesse visível para a pesquisadora, haja visto o sujeito entrevistado. Em seguida, busca-se por “unidades de sentido” nas falas dos entrevistados, denominadas pelo pesquisador como “unidades de significado” (BICUDO, 2001, p.61).

A fim de tornar coesa a relação das “unidades de significado” identificadas pelo pesquisador, por meio da análise ideográfica dos discursos, se prossegue à etapa de reduções sucessivas dos termos por meio da convergência temática e da análise nomotética que consiste na articulação de “ideias abrangentes, que expressam generalidade do fenômeno investigado” (BICUDO, 2001, p.62).

Segundo o autor, a fenomenologia descreve a experiência do homem tal como ela é: “suspensão do fenômeno interrogado, efetuando *epoché*, explicitando a interrogação, procedendo a busca de sujeitos significativos e modos de solicitar que exponham vivências do fenômeno, definindo também a pergunta a eles dirigida” (BICUDO, 2001, p.63).

Segundo Le Moigne (1999, p.33), a “realidade conhecível” pode ser percebida ou definida pela experiência onde se constrói cada sujeito “tomando consciência” ou conhecendo. Esta “hipótese fenomenológica” não postula, nem proíbe, a hipótese de uma realidade existente em si, ontológica, independentemente da consciência que a experimenta e a descreve: ela implica uma realidade que talvez não seja feita de “objetos em si”, conhecíveis “objetivamente”, e que pode ser apreendida “por si, pela ação do sujeito” que a experimenta conscientemente, subjetivamente.

A fim de se conceituar pesquisa qualitativa, toma-se por referência a definição básica idealizada por Denzin e Lincoln (2006, p.17):

a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as fotografias, as gravações, os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17).

Segundo compreendem, a pesquisa qualitativa envolve uma ampla variedade de práticas interpretativas com vistas a melhor adequação ao problema que está sendo observado, citam como materiais empíricos: “estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17).

Segundo Umberto Eco, destaca as expectativas em relação aos resultados que as teses podem alcançar e ressalta a importância de seu caráter crítico:

Pode-se utilizar a ocasião da tese para recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, entendido não como coleta de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência, aquisição de uma capacidade (útil para o futuro) de identificar os problemas, mas encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação (ECO, 2010, p. XIV).

Enfim, esta tese enfatiza as análises críticas de publicações e, sobretudo, dos depoimentos obtidos por representarem, de alguma forma, o pensamento crítico de membros dos grupos de pesquisa dedicados aos estudos organizacionais críticos.

1.7. Estrutura da Tese

Para atender aos objetivos propostos, esta tese está estruturada em seis capítulos, iniciando por esta introdução que compõe o Capítulo 1.

Em seguida, o Capítulo 2 aborda o referencial teórico, de modo a discorrer sobre as transformações sucedidas no sistema capitalista, que impulsionaram sua expansão, em contraposição à falta de resistência dos intelectuais críticos e à mobilização dos trabalhadores diante deste fato, tendo como base a obra de Luc Boltanski. Ressalta-se a influência da lógica do mercado financeiro que propulsionou a expansão do capitalismo para um patamar jamais observado, levando a uma pauperização social e ambiental, agravamento das desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho e aumento do desemprego, inclusive com a deterioração social dos espaços

públicos. Este capítulo também trata do problema da alienação nos sistemas administrativos e técnicas de gestão que conduzem ao condicionamento subjetivo dos trabalhadores nas organizações.

O capítulo 3 apresenta o referencial teórico que orientou a pesquisa desenvolvida, de modo a apoiar as indagações elaboradas. Desse modo, ideias que expressaram descontentamento pelos rumos que o mundo havia tomado no início do século XX. Começando, então, pelo pensamento de autores precursores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que versavam sobre a autonomia do sujeito, da consciência de sua condição e da necessidade de lutar por sua emancipação na sociedade. Para tanto, são apresentados pensamentos proeminentes, para a reflexão proposta nesta tese, dos autores que integraram a primeira fase da Escola de Frankfurt, a saber: Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Theodor W. Adorno; da segunda fase, Jürgen Habermas e, por fim; da terceira fase, o único representante, Axel Honneth. Outras correntes críticas também são abordadas neste capítulo, porém mais voltadas aos problemas vivenciados recentemente nas organizações, abrangendo o pós-modernismo das organizações, os Enfoques Clínicos do Trabalho e o *Critical Management Studies* (CMS). No último item deste capítulo, são apresentadas características a respeito do pensamento crítico precursor de autores nacionais, a fim de se compreender como perceberam e interpretaram os problemas organizacionais, da perspectiva das especificidades do Brasil, no contexto em que viveram, são eles: Fernando Prestes Motta, Maurício Tragtenberg e Alberto Guerreiro Ramos.

No capítulo 4 são apresentados textos produzidos por pesquisadores de cada um dos sete grupos de pesquisa dedicados a perspectivas críticas, em estudos organizacionais, selecionados criteriosamente, conforme detalhamento adiante, formando o *corpus* teórico para a realização desta análise e interpretação acerca de estudos contemporâneos.

O capítulo 5, dedicado à pesquisa de campo, compreende a realização de entrevistas com pelo menos um membro dos referidos grupos. Foram realizadas oito entrevistas com seis dos sete grupos escolhidos. Para tanto foi utilizado um roteiro com 11 perguntas sobre variados assuntos, abrangendo desde aspectos conceituais e teóricos das abordagens críticas utilizadas por esses pesquisadores, perpassando aspectos sobre ética e obstáculos encontrados para desenvolver suas investigações e para expor suas argumentações perante a academia; como também o impacto gerado por suas reflexões e atuações no corpo discente e na sociedade. Por fim, os entrevistados expõem suas sugestões e perspectivas sobre esse campo de estudo. As entrevistas detalhadas estão disponíveis no Apêndice A.

No capítulo 6, de modo a responder aos objetivos propostos, são apresentadas as conclusões acerca do pensamento crítico nos estudos organizacionais no Brasil, conforme enquadramento realizado, no período entre 2010 e 2014. Desse modo, constituindo-se um ponto de partida para investigações ainda mais pormenorizadas acerca dessas vertentes críticas, cada vez em mais em evidência, que constituem um contraponto fundamental diante do *mainstream* gerencial.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAPITALISMO A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX

A crescente degradação econômica e social, conjugada ao capitalismo em expansão e profundamente transformado motivaram a produção da obra “O novo espírito do capitalismo” de Boltanski & Chiapello (2009, p.19), iniciado em 1995. Os autores manifestaram preocupação pela ausência de posicionamento crítico de intelectuais provenientes, principalmente, das ciências sociais diante dessa grave situação, seja pela falta de propostas alternativas, seja pela postura de resignação, como se estivessem diante de uma fatalidade (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.19).

Intrigava os autores não só os efeitos dessa neutralização da crítica, mas o fato de ter sido causada justamente pelo poder de esquerda, que se abstraiu da situação, incapaz de compreender a evolução em marcha.

Consideravam fato relevante, ainda, que seus representantes permanecessem impassíveis diante da reorganização do capitalismo durante quase duas décadas, limitando-se a registrar as crescentes dificuldades sociais (ibidem). Mais que isto, numerosos integrantes dos movimentos de 1968 se entregaram ao modo de vida nessa nova sociedade e ensejaram esforços na mesma direção (ibidem).

No entanto, esta situação foi inversa à vivenciada nas décadas de 1960 e 70, quando a crítica estava no auge, como lembram

como mostraram os acontecimentos de maio de 1968, que associaram, ao mesmo tempo, uma crítica social de feição marxista clássica e reivindicações de um tipo muito diferente, com apelos à criatividade, ao prazer, ao poder da imaginação, à liberação referente a todas as dimensões da existência, à destruição da “sociedade de consumo” etc (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.19).

A crítica estava no auge de sua evolução, embora se vivesse um período de pleno emprego, em que se experimentava uma redução de crescimento e rentabilidade associada à alta contínua dos salários reais. A partir de 1973, o termo “crise” ficou cada vez mais em evidência para designar fatos macroeconômicos, embora justamente nas duas décadas subsequentes o capitalismo tenha adquirido forças como nunca antes (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.20).

Esse período foi marcado pela diminuição do ritmo de produção, enquanto os rendimentos do capital aumentavam, em função da oferta de taxas de lucro mais elevadas do que em períodos anteriores. Dessa maneira, a política de juros então aplicada privilegiava os que dispunham de capital. Os autores apresentam uma série de dados desta época para demonstrar o crescimento de renda concomitante à sua concentração, exemplos da França:

de 1984 a 1994 o PIB em francos constantes de 1994 aumentou 23,3%. As contribuições sociais cresceram nas mesmas proporções

(+ 24,3%), mas não os salários líquidos (+ 9,5%). Durante os mesmos dez anos, os rendimentos da propriedade (aluguéis, dividendos, mais-valias realizadas) aumentavam 61,1% e os lucros não distribuídos, 178,9% (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.20).

De acordo com Taddei e Coriat *apud* Boltanski & Chiapello (2009, p.21), as finanças das empresas francesas foram restabelecidas em novas bases, que proviam um sistema tributário vantajoso e uma distribuição lucro-salários largamente mais favorável às empresas. Acrescentam que as evoluções das taxas de margens das empresas de 50% para 42% em 1988, e depois, para 34% em 1992, com nova subida para 41,1% em 1997, enquanto as taxas de contribuições patronais se mantiveram estagnadas (*ibidem*).

Sobre esses considerados “anos críticos”, os autores ressaltaram o fato de a remuneração do capital ter se tornado superior à aplicação do capital em atividades produtivas, isto em função do patamar de liberdade de ação que os operadores financeiros retomaram, de modo semelhante, ao de antes de 1929:

a desregulamentação dos mercados financeiros, sua descompartimentação, a falta de intermediação e a criação de “novos produtos financeiros” multiplicaram as possibilidades de lucros puramente especulativos, por meio dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.21)

A transformação do mercado financeiro possibilitou a reestruturação do capitalismo, mas também foram decisivos os movimentos de fusão-aquisição das multinacionais com a complacência dos governos locais quanto aos aspectos fiscal, social e salarial, juntamente com a flexibilização dos direitos trabalhistas. Consequentemente, houve ampla reorganização e expansão do poder econômico dos grupos empresariais multinacionais em torno desta lógica. De acordo com Boltanski & Chiapello (2009, p.21-22):

a evolução da esfera financeira é inseparável da evolução das empresas registradas em bolsa, que estão submetidas aos mesmos imperativos de rentabilidade dos mercados; empresas que, por sua vez, obtêm uma parte cada vez maior de seus lucros por meio de transações puramente financeiras.

Com isso, embora tenham passado por longos períodos de recesso econômico mundial, empresas multinacionais não foram significativamente afetadas. Sobre o processo de concentração e de constituição de oligopólios mundiais, esclarecem Boltanski & Chiapello (2009, p.22) que:

considera-se que elas controlam dois terços do comércio internacional, metade do qual, mais ou menos, é constituída por exportações dentro de grupos, entre matrizes e filiais ou entre duas filiais de um mesmo grupo.

Acrescentem-se ainda as recentes tecnologias de comunicação, oriundas de um modelo de gestão da grande empresa, que possibilitaram uma nova maneira de se obter lucros em escala planetária (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.21-22).

No entanto, o aspecto social dessa nova ordem foi gravemente prejudicado, a começar pela perda de conquistas trabalhistas obtidas por meio de quase um século de luta social. Além dos índices relacionados às taxas de desemprego e o poder aquisitivo do trabalhador terem ficado em situação diametralmente desfavorável ao crescimento pujante do capitalismo. (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.23).

Se por um lado, surgiu uma grande parte da população desempregada ou com trabalhadores em tempo parcial, por outro, aqueles que estavam empregados encontraram trabalho em condições mais precárias (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.23).

Cabe abordar também a mudança na estrutura da população, na qual a pobreza passou a afetar cada vez mais a população ativa, inclusive, dobrando o número de pessoas atendidas por programas de auxílio financeiro governamental na França, enquanto reduziu-se pela metade os beneficiários da complementação do salário mínimo destinado a idosos, que recebiam pelo que haviam contribuído ao longo de sua vida ativa com a previdência social daquele país (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.24).

Em suma, por um lado estava evidente o empobrecimento da população em idade ativa, em um cenário de crescente desemprego e de precárias condições de trabalho, em que sobressaia a estagnação dos rendimentos do trabalhador, ao passo que pequena parcela da sociedade usufruía do crescimento de renda, acentuando, dessa forma, em meados da década de 1980, a desigualdade mundial da distribuição de riquezas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.24).

Essas mudanças econômicas implicaram em um grave processo de deterioração social no espaço público, especialmente nas periferias, cujos efeitos incluem “formação de guetos, criação de zonas de não direito em favor de atividades mafiosas, desenvolvimento da violência por parte de pessoas cada vez mais jovens, dificuldade de integração das populações oriundas da imigração”. Além do aumento expressivo da mendicância e dos “sem-teto” entre jovens, mesmo com formação suficiente para ter acesso a emprego. Esse contexto reforçou o sentimento de insegurança na população ativa diante da possibilidade iminente de perda do emprego (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.24).

Para Boltanski & Chiapello (2009, p.25), há também de se destacar que a flexibilização exigida nas empresas contribuiu para a desvalorização da família “como fator de

rigidez temporal e geográfica”. Os autores se reportam à ideia de que esquemas ideológicos foram formulados para justificar a adaptabilidade nas relações de trabalho e a mobilidade da vida afetiva. Assim, “as mudanças ocorridas na esfera econômica e na esfera privada estão suficientemente sintonizadas para que o mundo familiar se mostre cada vez menos capaz de funcionar como um escudo de proteção [...]” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.24).

Boltanski & Chiapello (2009, p.29) reviram em sua obra os últimos trinta anos da história, voltando-se para os momentos decisivos do período e demonstraram que poderiam ter sido feitas escolhas diferentes. O objetivo que norteou o trabalho dos autores foi o de suscitar no leitor uma mudança de disposição, de modo que sejam considerados os processos sobre os quais se é possível ter controle, por acreditarem que: “a história constitui o instrumento por excelência da desnaturalização do social e está de mãos dadas com a crítica” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p.29).

Nesse sentido, Bourdieu (2001, p.9) considera que os pesquisadores teriam um papel fundamental e que deveriam reforçar sua autonomia e resgatar as virtudes de seu ofício. Para o autor, muitos pesquisadores “ao escolherem as facilidades virtuosas do encerramento em sua torre de marfim” se enganam ao considerar que o envolvimento em embates fora dos muros acadêmicos pudesse ferir os preceitos da “neutralidade axiológica”, associada equivocadamente com a ideia de objetividade científica (BOURDIEU, 2001, p.9).

Assim, Bourdieu acredita que seria liberta a energia crítica que por uma falta de compreensão mais adequada:

proíbe ao *homo academicus* misturar-se aos debates dos plebeus do mundo jornalístico e político, em parte pelo efeito dos hábitos de pensamento e de escrita que fazem com que os especialistas achem mais fácil e também mais remunerado, do ponto de vista dos lucros propriamente acadêmicos, reservar os produtos de seu trabalho para publicações científicas que não são lidas senão por seus pares (BOURDIEU, 2001, p.9).

Bourdieu idealiza que a ação política deveria ocorrer por meio de uma nova forma de organização que reunisse pesquisadores competentes, além de militantes experientes e lúcidos, em um trabalho coletivo de discussão e elaboração de análises e de propostas de progresso, que levassem a novas formas de mobilização e de ação, a fim de contribuir para a construção conjunta de um projeto de sociedade (BOURDIEU, 2001, p.10-13).

Segundo Martin Jay (2008, p.27), no mundo moderno, é comum se considerar equivocadamente o intelectual como alienado, desajustado e insatisfeito, quando na

verdade os intelectuais atuariam mais como provocadores, *outsiders*, marginais para citar algumas características (JAY, 2008, p.27).

A palavra “alienação” usada indiscriminadamente para expressar os mais diversos acontecimentos, acabou tornando-se um jargão em nosso tempo. Jay (2008, p27) identificou situações em que alienação refletiu em campos como o da arte modernista, da filosofia existencialista e da contracultura, em que tiveram seus sentidos esvaziados e degenerados em clichês de fácil manipulação, em decorrência da capacidade de nossa cultura em absorver e desarmar as ideias contrárias mais intransigentes (JAY, 2008, p.27).

De acordo com Jay (2008, p.27), caberia aos intelectuais críticos sobrepujar essa capacidade da cultura em minimizar o impacto de protestos. No entanto, isso gerou neles uma tendência cada vez maior ao extremismo cultural, extrapolando limites até então aceitáveis, o que não mudou o contexto em que “as obscenidades de ontem são frequentemente transformadas nas banalidades de hoje” (JAY, 2008, p.28).

Diante da insuficiência da solução meramente cultural para transformar a realidade, intelectuais, notoriamente de esquerda, continuaram a se envolver em movimentos políticos radicais, o que nem sempre se mostrou ser uma aliança fácil diante dos tantos entraves, inclusive os de ordem ética, enfrentados no interior desses grupos (JAY, 2008, p.28).

Há outro dilema mais basilar relacionado à oscilação do engajamento de intelectuais em movimentos de esquerda. Por um lado há os intelectuais circunspectos ao âmbito cultural, considerado um tipo de elitismo, sem engajamento político, sem maiores percalços, nem culpa. Enquanto, para o intelectual radical, envolvido politicamente, a pretensão de ele manter uma distância crítica pode gerar uma tensão perante o movimento. Essa preocupação pode ser relevante ao buscar conciliar teoria e prática considerando as imperfeições de nossa realidade (JAY, 2008, p.28).

Jay (2008, p.28) diz que os intelectuais já são agentes ao transmitir suas ideias por algum meio, ao afirmar que “de muitas maneiras o intelectual está sempre engajado na ação simbólica, que envolve a externalização de seu pensamento”. A tentativa de os intelectuais se transformarem nos agentes que preencherão a lacuna entre o símbolo e a realidade pode levar a uma considerável perda da perspectiva crítica em suas reflexões, transformando seus trabalhos em meros discursos panfletários (JAY, 2008, p.28-29).

Por isso, Jay ressalta a importância do papel do intelectual como tal ao afirmar que “quando o intelectual radical identifica-se muito de perto com as forças populares da mudança, no esforço de deixar para trás sua torre de marfim, ele põe em risco a conquista de qualquer dessas formas de perfeição”. Resta ao intelectual buscar

alternativas ou fracassar. Jay frisa a importância de entender as lições que os intelectuais radicais experimentaram ao enveredar pela via intermediária (JAY, 2008, p.29).

A abordagem sociológica nas organizações foi assunto recorrente nas obras de Alberto Guerreiro Ramos. Na obra *Administração e Contexto Brasileiro*, o autor discorreu especificamente sobre a questão da alienação na teoria administrativa.

Chamou a atenção de Guerreiro Ramos (1983, p.53), nos anos 1980, a crescente inserção da concepção de um *continuum* entre a empresa e o ambiente externo no qual atua, pelos autores nos estudos contemporâneos de administração e organização. Dentre a gama de assuntos que constituem a teoria administrativa, ele destacou este aspecto do poder – a alienação – a fim de tecer esclarecimentos acerca da tensão ética comportamental na administração (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.53). Para o autor, quando se passou a considerar questões relacionadas à política e ao poder não apenas no âmbito macrossocial, mas nas microesferas do comportamento administrativo, tal redimensionamento fez emergir nas pesquisas de cientistas sociais temas como alienação nas organizações, o que antes era ignorado por se supor na teoria administrativa tradicional que as relações entre indivíduos e pequenos grupos pudessem ser livres de política e de vontade de poder ou, nas palavras do autor citando Pfiffner-Sherwood, “antissepticamente limpas” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.53).

O conceito de alienação provém de Hegel, que foi o primeiro a abordar o assunto sob o aspecto filosófico. Nesta acepção, o conceito de alienação é similar ao de objetivação, e sob essa lógica, tudo o que é externo ao homem o aliena. A síntese de Jean Hypolite *apud* Guerreiro Ramos (1983, p.54) sobre esta questão concerne: “a cultura, o estado, as instituições em geral, são, para o homem, uma exterioridade cuja separação constitui imperativo permanente da consciência”. Guerreiro Ramos (1983, p.54) conclui, com base nesta premissa, que a alienação é algo insuperável no plano dos fatos, enquanto somente o pensamento, o saber, a autoconsciência intelectual poderiam superá-la.

Marx diverge de Hegel, tanto na consideração de objetivação, de alienação, mas ainda quanto ao papel do pensamento como solução. Segundo Marx, o capitalismo é a estrutura histórica de alienação; a solução seria transmutá-la em uma nova estrutura em que se estabelecesse a plena propriedade social dos meios de produção (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.54).

Por conseguinte, na sociedade capitalista não há como ocorrer a desalienação dos indivíduos. Embora a alienação receba abordagens distintas, Hegel e Marx constituem até então referências teóricas essenciais sobre alienação (GUERREIRO

RAMOS,1983, p.54). Resgata a reflexão de Joseph Gabel acerca destas duas vertentes, em que diz:

a dinâmica de grupo quer desreificar as relações humanas no nível da empresa com ajuda de técnicos de psicologia social enquanto o marxismo visa a desreificá-las no nível político, graças a uma reorganização global da economia (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.55)

A esse respeito, Guerreiro Ramos (1983, p.55) pondera que, do ponto de vista do marxismo convencional, a dinâmica de grupo seria vista com desconfiança, pois os processos microssociais pelos quais atuaria, acabaria por despolitizar os operários como classe, desviando-os da solução real dos seus problemas pela via revolucionária. No entanto, a história demonstra que a possibilidade de um desfecho catastrófico ao sistema capitalista é cada vez mais remota, e na luta entre concepções políticas, a competição vai gradativamente substituindo o conflito (GUERREIRO RAMOS,1983, p.55).

No contexto do final do século XX, o processo de democratização em escala mundial impulsionou a elevação do nível material e a organização de trabalhadores em sindicatos e partidos, concorrendo, assim, para a diluição da ideologia nas relações de trabalho e entre classes. Essas tendências induziram aos Estados a promoverem o desenvolvimento econômico e social no âmbito de seus territórios. A referência utilizada pelo autor é os Estados Unidos, por considera-lo o “país piloto do mundo ocidental” (GUERREIRO RAMOS,1983, p.55).

Segundo seu entendimento, os Estados Unidos têm se colocado entre os primeiros a despontar tendências futuras e que, especificamente neste caso do problema da alienação, a dinâmica de grupo é válida do ponto de vista científico, ao reconhecer a importância no contexto histórico a que pertence. Ressalta que, paralelamente à dinâmica, devem ser considerados demais estudos que surgiram, ainda no final da década de 1950, acerca da alienação nas relações de trabalho, que contribuíram na reflexão para a qualificação da ação administrativa, instrumento capaz de “conciliar dinamicamente as pressões políticas multilaterais dentro da organização com os padrões satisfatórios de produtividade” (GUERREIRO RAMOS,1983, p.55).

Para tanto, o autor apresenta três acepções do problema da alienação: auto-alienação, proveniente da expressão em alemão *Entfremdung* cunhada por Hegel; reificação ou coisificação, que remete ao que Hegel chamou de *Verdinglichung* e, finalmente; privação de poder, que se refere ao *powerlessness* em inglês, compreendido como a não participação dos indivíduos na formulação de decisões. Conceitualmente são tratados separadamente para o aprofundamento analítico de

cada um de seus aspectos, mas na realidade são facetas interligadas desse mesmo fenômeno (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.56).

A auto-alienação é comum em organizações autocráticas que promovem uma atividade em que o indivíduo é um mero vendedor de sua força de trabalho, em troca de um salário, sem maior envolvimento nas decisões tomadas. Com isso, o indivíduo atinge um estado psicológico em que passa a estranhar a si mesmo, ao obedecer estritamente ordens sem sua participação nas decisões. Para suportar esta situação que lhe é imposta, o indivíduo passa a exercer um esforço penoso de auto-racionalização de sua conduta para se ajustar ao trabalho. O autor lembra que esta situação extrema ocorre mais comumente em organizações denominadas coercitivas por Etzioni (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.56).

2.1. A profunda expansão do capitalismo a partir de 1990

A dinâmica da expansão do capitalismo, como a conhecemos atualmente, relaciona-se com as sucessivas crises econômicas mundiais a partir do último quarto do século XX e seus impactos na sociedade. Análises de conjuntura internacional têm apontado para as hipóteses um tanto divergentes, como drásticas: colocando em questão o fim do poder americano, ou ainda, o fim do regime capitalista em si.

No entanto, toma-se como base a argumentação de José Luís Fiori, a qual o sistema mundial é compreendido como: “um ‘universo em expansão’ contínua, onde as potências que disputam o ‘poder global’ estão sempre criando ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra”. Portanto, Fiori afirma que “desordem, crise e guerra não constituem, necessariamente, um anúncio do ‘fim’ ou do ‘colapso’ dos países das economias envolvidas”. Explica que, pelo contrário, esses movimentos “fazem parte de uma transformação de longo prazo, que está aumentando a ‘pressão competitiva’ dentro do sistema mundial e provocando uma nova ‘corrida imperialista’ entre as grandes potências” (FIORI, 2008, p.8).

Na década de 1990, o sistema mundial havia passado por transformações geopolíticas e econômicas tão profundas, levando a crer que aquela conjuntura fosse perdurar. Destaca-se dentre os acontecimentos do ponto de vista geopolítico, a ruína da União Soviética, o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha, somados à hegemonia e ampla disseminação das ideias e políticas neoliberais no campo econômico, acarretando na projeção de maneira extraordinária do poderio americano em escala global. No entanto, contrariando diversos analistas, o poder americano, mesmo depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, continuou a aumentar com o foco cada vez mais direcionado para a guerra contra o “terrorismo internacional” (FIORI, 2008, p.7).

A supremacia do poder mundial dos Estados Unidos começou a ser cada vez mais questionado, principalmente, após o fracasso de sua ocupação no Iraque, o fortalecimento da Rússia e a expansão da China e, por fim, a mais recente crise hipotecária e o novo choque do preço do petróleo (FIORI, 2008, p.8).

As transformações pelas quais o sistema mundial passou, nas últimas décadas do século XX, ora eram consideradas como crise, ora como mera reestruturação e reorganização. A diferença entre essas perspectivas é significativa e compreender melhor essas transformações é essencial para se entender o momento atual.

A história econômica recente, com longos períodos de crise, reestruturação e reorganização, cujo mecanismo é denominado, por Giovanni Arrighi, como “mudanças com descontinuidade” não é um fenômeno típico apenas contemporâneo; mas tem sido bastante recorrente na história da economia capitalista mundial, muito mais do que os breves momentos de bonança e expansão generalizada (ARRIGHI, 1996, p.1).

Nesses recorrentes e longos períodos de “mudanças com descontinuidade” ocorriam reorganizações da economia capitalista mundial sobre bases novas e mais amplas. Arrighi identifica as condições sistêmicas que propiciam essa reorganização. O autor ressalta as mudanças, que a partir da década de 1970, incidem no modo como funciona o capitalismo, em termos locais e globais (ARRIGHI, 1996, p.1).

Há controvérsias sobre a exata natureza dessas mudanças. No entanto, Arrighi compreende que essas mudanças estejam na configuração espacial dos processos de acumulação de capital. Seja qual for a direção do movimento, de regiões de alta renda para os de baixa renda, como o ocorrido em 1970, e o deslocamento inverso, observado na década seguinte, o autor constata que, desde a década de 1970, tem havido o aumento da mobilidade geográfica de capital (ARRIGHI, 1996, p.1).

Esse fato está estreitamente associado a mudanças na organização dos “processos de produção e de troca” e sinaliza para uma possível crise da produção em massa de tipo fordista, “baseada em sistemas de máquinas especializadas, operando no interior de empresas gigantescas, com integração vertical e administração burocrática” (ARRIGHI, 1996, p.1).

Com a crise da produção fordista, surgiram oportunidades singulares para o ressurgimento de sistema de especialização flexível, “baseado na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do mercado” (ARRIGHI, 1996, p.2).

Houve aqueles que se concentraram especialmente na regulamentação das atividades geradoras de renda e constataram que da mesma forma em que crescia a formalização da vida econômica, ou seja, “a proliferação de restrições legais sobre organização dos processos de produção e troca”; contudo, havia uma tendência

oposta para a informalidade, ou seja, para “a proliferação de atividades geradoras de renda que contornam a regulamentação legal através deste ou daquele tipo de formação de empresas ‘pessoais’ ou ‘familiares’” (ARRIGHI, 1996, p.2).

Arrighi (1996, p.2) menciona o posicionamento da “escola de regulação” francesa, que considera que as mudanças no funcionamento atual do capitalismo seja uma crise estrutural do regime de acumulação fordista-keynesiano. Esse regime é caracterizado por “investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares de produtividade e do consumo em massa”. A formulação de políticas e ações governamentais apropriadas, com o suporte de instituições sociais, normas e hábitos comportamentais aumentam a capacidade produtiva (ARRIGHI, 1996, p.2).

Segundo essa escola, o keynesianismo permitiu a realização do potencial máximo do regime fordista, este considerado a causa fundamental da crise na década de 1970. Se por um lado, tem-se que o regime fordista-keynesiano foi a grande causa dessa crise; por outro lado, os “regulacionistas” são agnósticos quando se trata de prever qual o sucessor deste regime, desconfiam da possibilidade de haver outro regime de acumulação com um modo apropriado de regulação (ARRIGHI, 1996, p.2).

Autores de diferentes tradições teóricas, como Claus Offe, Scott Lash e John Urry, consideram que o vislumbre do estabelecimento de um capitalismo organizado não se concretiza em decorrência da dinâmica de desconcentração e descentralização crescentes dos poderes das corporações. Dessa maneira, os processos de acumulação do capital tornam-se desorganizados. Arrighi (1996, p.2) ressalta que o que se compreende por “capitalismo organizado” é a “administração e regulação consciente das economias nacionais por hierarquias empresariais e funcionários do governo”. Portanto, o autor conclui que se vive a emergência do “capitalismo desorganizado” (ARRIGHI, 1996, p.2-3).

Arrighi (1996, p.3) menciona a opinião de David Harvey, para quem a ênfase deveria estar voltada para a coesão do capitalismo contemporâneo, não em sua desintegração. Segundo Harvey *apud* Arrighi (1996, p.3), o capitalismo vive uma “transição histórica” do fordismo-keynesianismo para um regime de “acumulação flexível” (ARRIGHI, 1996, p.3).

O regime fordista-keynesiano, marcado por uma dinâmica simples e previsível, com base em aspectos quantitativos, representava certa comodidade aos implicados. O advento do regime flexível cria enorme instabilidade, à medida que “as engrenagens capitalistas ficam mais frouxas, vulneráveis, instáveis”. Arrighi (1996, p.3) alerta que as regras nesse novo regime poderiam ser facilmente “programadas” para favorecer os grupos econômicos dominantes. Além do mais, agrava o acirramento de disputas

entre empresas e nações, estimulando práticas comerciais e estratégicas sem respaldo em valores éticos (ARRIGHI, 1996, p.3).

Segundo Harvey *apud* Arrighi (1996, p.3), as dificuldades do regime fordista-keynesiano se tornaram evidentes entre 1965 e 1973, no que tangia a se preservar as contradições inerentes do capitalismo. A rigidez gerencial que define esse regime criava um obstáculo para garantir a acumulação de capital, conforme explicação:

teria havido problema com a rigidez os investimentos de longo prazo e em larga escala nos sistemas de produção em massa, com a rigidez dos mercados e contratos de trabalho regulamentados, e com a rigidez dos compromissos estatais com programas de segurança social e defesa (ARRIGHI, 1996, p.3).

Os governos norte-americano e britânico ensejaram esforços a fim de manter o extraordinário crescimento econômico do pós-guerra, no entanto, o crescimento real foi interrompido, se perdeu o controle da inflação e o sistema de taxas de câmbio fixas entrou em colapso. Com isso, as nações ficaram submetidas à disciplina financeira, “seja pelos efeitos da fuga de capitais, seja por pressões institucionais diretas” (ARRIGHI, 1996, p.4).

De acordo com Harvey *apud* Arrighi (1996, p.3) sempre foi frágil o equilíbrio entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, no entanto, alerta que “a desarticulação do fordismo-keynesianismo significou uma evidente guinada para um aumento de poder do capital financeiro frente ao Estado nacional” (ARRIGHI, 1996, p.4).

Essa guinada levou a uma “explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligada à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira em escala global”. Com isso, o desabrochamento e transformação do mercado financeiro constituem, segundo Harvey *apud* Arrighi, (1996, p.4) a verdadeira novidade do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 e o traço fundamental do regime emergente de “acumulação flexível”. O remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação gerou:

o ressurgimento da produção artesanal e das redes empresariais pessoais/ familiares, e a disseminação de coordenações via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental, tudo isso, na opinião de Harvey, são diferentes faces da passagem para o novo regime de acumulação flexível (ARRIGHI, 1996, p.4).

Com isso, constata-se o esgotamento do regime de capitalismo fordista-keynesiano. Se não fosse a possibilidade de tornar flexíveis os espaços para a produção, a contratação de mão-de-obra, esse grande sistema teria sucumbido pelo seu ímpeto de assumir custos gigantescos cada vez mais crescentes diante de uma demanda oscilante, por ocasião de mudanças do uso e costumes da sociedade, do emprego de

novos materiais, obsolescência, mudanças das condições climáticas entre outros (ARRIGHI, 1996, p.4).

A determinação de ciclos econômicos se concentra numa investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial. A definição de Fernand Braudel, adotada como ponto de partida da investigação de Arrighi, acerca das características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* já abrangia “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital (ARRIGHI, 1996, p.4).

O capitalismo, em vários momentos e por longos períodos, especializava suas atividades, como, por exemplo, no século XIX, com a indústria. Ao contrário do que indicava na época, aquele não seria o “desabrochamento final” que teria conferido ao capitalismo sua verdadeira identidade (ARRIGHI, 1996, p.4).

Arrighi (1996, p.5) recorre à fórmula de Marx para o capital DMD', para explicar a dinâmica capitalista de acumulação, na qual (D) equivale ao capital-dinheiro, que representa a liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha; enquanto o (M) equivale ao capital investido em insumo-produto com a finalidade da obtenção de lucro, significando a concretude, a rigidez e diminuição de opções, enfim, (D') equivale à ampliação das referidas liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. Assim, apreende-se que o dinheiro é investido, em um primeiro momento, na matriz insumo-produto, com perda momentânea da disponibilidade de dinheiro, com vistas a aumentar adiante a liquidez e sua própria liberdade de escolhas. Quando esse fluxo é frustrado, a preferência dos capitalistas é pela liquidez de seus investimentos (ARRIGHI, 1996, p.5).

Arrighi (1996, p.5) comenta que essa conceituação que fundamentou o entendimento de expansão financeira tal como concebido por Fernand Braudel, denota a maturidade de uma determinada etapa de desenvolvimento capitalista. Braudel entende que a transição ocorrida com os holandeses, no século XVIII, que se afastaram das atividades comerciais, para surgirem como os banqueiros da Europa, representou “uma tendência sistêmica recorrente em âmbito mundial”. Tanto que os ingleses seguiram essa tendência, a partir do final do século XIX e o início de século XX, proveniente do excedente monetário acumulado no período da Revolução Industrial. Antes, movimento semelhante havia sido observado na Itália, no século XV, quando a oligarquia capitalista genovesa se retirou do comércio e passou a exercer a atividade bancária, com destaque para as concessões de empréstimos à Espanha (ARRIGHI, 1996, p.5).

Assim, o autor apreende que a partir da fórmula geral do capitalismo tal como concebida por Marx, se verifica a lógica dos investimentos capitalistas no âmbito

individual como no sistema mundial. O autor atenta para a alternância, nesse modelo, de fases de expansão material (DM) com outras de renascimento e expansão financeiros (MD'), assim, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD') (ARRIGHI, 1996, p.6).

Nesta análise, Arrighi identifica padrões de recorrência e evolução, que se reproduzem na atual fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica, gerando anomalias que poderiam causar o rompimento desses padrões (ARRIGHI, 1996, p.6).

Arrighi (1996, p.6) identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação, cada qual caracterizado por uma unidade fundamental dos processos de acumulação do capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda parte do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX que prossegue na fase atual de expansão financeira. Os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem, embora adquirissem uma duração progressivamente mais curta, todos perduram por mais de um século. A partir disso foi cunhada a denominação "século longo", utilizada como unidade temporal básica nas análises dos processos mundiais de acumulação de capital (ARRIGHI, 1996, p.6).

O entendimento acerca dos ciclos sistêmicos de acumulação foi influenciado pelo pensamento de Braudel que situa o capitalismo em uma camada superior "não-especializada" da hierarquia do mundo do comércio, onde são produzidos os "lucros em larga escala". Portanto, lucros dessa natureza procedem de esquemas de monopólio de atividades econômicas mais lucrativas, além do deslocamento contínuo de investimentos em atividades econômicas, cujos lucros estejam em declínio, para outras mais promissoras (ARRIGHI, 1996, p.8).

A noção de ciclos sistêmicos, deduzido da observação histórica braudeliiana das expansões financeiras reiteradas, é uma decorrência lógica dessa relação estritamente instrumental do capitalismo com o mundo do comércio e da produção. Percebem-se as expansões financeiras como sintomáticas na medida em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Assim, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD') (ARRIGHI, 1996, p.8).

A questão que concerne diretamente a investigação de Arrighi é saber quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado

preexistente e, com o tempo, adquiriu seu poder de moldar, de uma maneira nova, os mercados e a vida dos indivíduos no mundo inteiro. Segundo o autor, é necessário elucidar a transição do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais singular dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa (ARRIGHI, 1996, p.11).

O resultado desse processo ocasionou a competição interestatal pelo capital circulante, que, conforme concebeu Max Weber, tanto na Antiguidade, como depois da Idade Média, fizeram das cidades europeias as sementeiras do “capitalismo político”. A Análise de Arrighi (1996, p. 12) reforça essas observações, mostrando que a concorrência interestatal foi um componente crucial de toda e qualquer fase de expansão financeira, como na formação dos blocos de organizações governamentais e empresariais que conduziram a economia capitalista mundial por suas sucessivas fases de expansão material (ARRIGHI, 1996, p.12).

O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos não foi a concorrência entre estados, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo (ARRIGHI, 1996, p.12).

Assim, entende-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber *apud* Arrighi, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial (ARRIGHI, 1996, p. 13).

Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes em que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e a alcance maiores do que a anterior. (ARRIGHI, 1996, p. 13).

Braudel sugere que se deixe por um tempo a esfera ruidosa e transparente da economia de mercado e se acompanhe o dono do dinheiro até outro domicílio oculto, onde só se é admitido a negócios e, se constatará, que o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político. Para Braudel, assim, será desvendado o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que

permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir “indefinidamente” nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção (ARRIGHI, 1996, p.25).

Poucos se aventuram pelo local restrito do “antimercado”, onde nas palavras de Braudel, “circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva” e onde afirma que estejam guardados os segredos do *longue durée* do capitalismo histórico (ARRIGHI, 1996, p.25).

Para Immanuel Wallerstein, o capitalismo não sobreviverá após 2050. Para o autor, emergirá uma nova “ordem internacional”, até os meados do século XXI, cujo modelo de funcionamento é imprevisível hoje. Enquanto isso, a sociedade passará por um período de muita incerteza, desordem e, principalmente, mudança. As causas consistem nos próprios limites impostos à acumulação de capital, como o colapso da sua sustentação política, que, até então, tem sido proporcionada pelo liberalismo, além da legitimação, por parte do Estado, de gestos anti-sistêmicos, para tornar o mundo mais justo e igualitário. (WALLERSTEIN, 1974, p. 229)

O posicionamento polêmico e radical do autor Immanuel Wallerstein, que considera a crise da hegemonia americana, iniciada na década de 1970, como sendo a crise terminal do sistema mundial moderno, falha por considerar uma crise necessariamente como um momento terminal. No entanto, esses momentos mais difíceis propiciaram que os Estados Unidos fortalecessem ainda mais seu poderio econômico, financeiro e político.

No entanto, as bases econômicas do sistema se voltam incessantemente à acumulação de capital, movimento que acaba lesando o próprio sistema. Primeiramente, pela pressão ascendente dos salários, em nível mundial, decorrente do aumento da população urbana. Segundo, pelo fato de o preço da matéria-prima subir sucessivamente em função do fim da externalização de custos ambientais. Por fim, o aumento em escala mundial da arrecadação de impostos, o montante recolhido destinado ao Estado, em função da “democratização do mundo”, ocorre à medida em que a população pressiona o Estado em troca de acesso à saúde, educação e renda perpétua (WALLERSTEIN, 1974, p.230).

Esses três fatores, em escala mundial, pressionam as margens de lucro intensivamente. Por um lado, do ponto de vista dos capitalistas, vale cada vez menos fazer parte do sistema e, por outro lado, é cada vez mais difícil manter legitimidade política. Ao passo que o sistema entra em colapso, a ordem social também se desmorona, nacional e internacionalmente. Assim, criando condições para que haja uma série de guerras cruéis e inconcludentes, como também tumultos sociais internos (WALLERSTEIN, 1974, p. 233)

O posicionamento de Fiori sobre o “mito do colapso americano” é a de que os fracassos político-militares norte-americanos do início do século XXI, e a atual crise econômica mundial não configuram o fim do “regime de produção capitalista”, nem a ascensão da China na hegemonia mundial que deverá, por enquanto, permanecer dos Estados Unidos. Está em curso uma transformação profunda no sistema mundial, que poderá intensificar cada vez mais a luta pelo poder entre as grandes potências.

2.2. Os impactos da Globalização nas organizações

Em “A Globalização e as Ciências Sociais”, livro que organizou, Boaventura de Sousa Santos dedicou um capítulo ao tema “Os processos da globalização”, em que trata, segundo o autor, desse “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Por isso, Santos alerta que “explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas” (SANTOS, 2005, p.26).

Santos (2005, p.27) esclarece que considerar apenas os aspectos dominantes da globalização pode causar a impressão falsa de que se trata de um processo linear e consensual, uma vez que a globalização está longe de ser consensual e constitui um campo repleto de conflitos entre “grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas”. (SANTOS, 2005, p.27).

No entanto, apesar das divisões internas, prevalece um consenso no campo hegemônico garantido pelos seus membros mais influentes, na forma das suas características dominantes, que reforça a ideia de legitimação por ser essa a única possível ou a mais adequada. Este consenso é denominado como “consenso neoliberal”, ou ainda, “Consenso de Washington”, denominação informal designada pelo fato de ter sido realizado na capital dos Estados Unidos (SANTOS, 2005, p.27).

Sobre o Consenso de Washington, Batista (1994, p. 5) explana que ocorreu em novembro de 1989, onde se reuniram funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino-americanos, a saber, o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e mesmo economistas latino-americanos participaram a fim de relatar suas experiências. O objetivo do encontro intitulado "*Latin*

American Adjustment: How Much Has Happened??, patrocinado pelo *Institute for International Economics*, consistiu em empreender “uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região” (BATISTA, 1994, p. 5).

Na ocasião, foi corroborada a proposta neoliberal preconizada pelo governo norte-americano, de maneira mais incisiva, durante a administração de Ronald Regan, a serem exigidas por estas agências internacionais dos países latino-americanos que subscrevessem acordos de cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral (BATISTA, 1994, p. 6).

Para parte das elites políticas, empresariais e intelectuais da região a proposta neoliberal representava um avanço em direção à modernidade e, portanto, acabaram por acatar seus ditames: “passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse” (BATISTA, 1994, p. 6).

Atualmente, esse consenso ficou desgastado pelos crescentes conflitos no campo hegemônico e pelas resistências do campo contra-hegemônico, sendo o período atual designado por pós-Consenso de Washington (SANTOS, 2005, p.27).

2.3. As consequências do desenvolvimentismo

Em um seminário organizado em Paris, em 2002, estudiosos de diversas nacionalidades e formações discutiram o modelo econômico da globalização e especialmente a “ideologia do progresso” e teceram algumas alternativas para o “pós-desenvolvimento, o que gerou o livro intitulado “Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo” (ILLICH, 2009, p.9).

Esse título parecia errado, equivocado, em uma primeira leitura ligeira, pois entendia que: ou bem temos o desenvolvimento, ou temos a degradação. Mas reformulando o raciocínio, pude compreender que essa inscrição poderia ser entendida da seguinte maneira: “o desenvolvimento como degradação da harmonia em valor”. Portanto, não é um ou outro. Desfeito esse mal entendido inicial, prossegue-se a leitura para as principais ideias apresentadas por diversos autores.

O prefácio do texto destacava uma fala de José Bové, a saber: “o que era gratuito passou a ser pago”. Ou de acordo com o autor afirma: “o que era bom foi transformado em valor”. O autor relata que, ainda na juventude, sua oposição à própria ideia de desenvolvimento o havia deixado isolado no ambiente acadêmico. Diante da violência extrema ao qual estava exposto, o amigo Gunnar Myrdal exortou-o a evitar o termo desenvolvimento. Nesse momento, estava em evidência na América Latina o trabalho de voluntários que implantavam nessa localidade o modelo importado, o exemplo de

homem evoluído. Esse fato recrudescceu a percepção crítica de Ivan Illich perante os modelos de desenvolvimento aplicados por estrangeiros, de maneira pseudo-altruísta, mas verdadeiramente impositiva (ILLICH, 2009, p.9).

Desse modo, começou a se questionar acerca dos contras, das contradições do pensamento desenvolvimentista, não só nos aspectos evidenciados pela “supermedicalização” da população estimulada pelas indústrias farmacêuticas, mas também com efeitos nos transportes; sobretudo, quanto a contraproduktividade cultural, simbólica (ILLICH, 2009, p.9).

O autor compreende que nessa concepção moderna, os pés passaram a ser meros instrumentos de locomoção subdesenvolvidos. Em uma retrospectiva do surgimento da AIDS na década de 1980, o autor invocou a frase de Bronislaw Geremek, historiador e político polonês, que respondeu de maneira estranha, o deixando perplexo ao dizer: “creio que a AIDS não poderia existir onde as pessoas estivessem autorizadas a morrer de infecção”, que ainda justificou sua fala alegando que, por isso, não tinha nada a dizer sobre a história do fenômeno. Illich menciona a comparação que Majid Rahnema, diplomata e ex-ministro do Irã, dedicado a pesquisa de como a economia de mercado produz a pobreza, estabeleceu entre o desenvolvimento e a AIDS. De acordo com Rahnema *apud* Illich (2009, p.10) o desenvolvimento – nos EUA e em outros lugares – transcorre na base da destruição, introjetando coisas e de pensamentos na sociedade que “destroem o sistema imunológico de nossos valores”. Illich menciona o exemplo ocorrido na medicina, em que terapias alternativas eram combatidas recebendo o rótulo de charlatanismo, tais como a acupuntura e a medicina árabe; mas com o tempo foram validadas e se tornaram terapias “complementares” da medicina moderna. Um dos exemplos considerados extremos pelo autor é o médico que receitar remédios e tratamentos extenuantes para doentes terminais “no *atrium* da morte” (ILLICH, 2009, p.10).

O autor busca compreender as origens dessas mazelas na forma de atuação da medicina. Verificou que a partir do século XII a medicina deixou de ser considerada uma espécie de filosofia aplicada e surgiu a noção de algo chamado saúde. Mas que nos séculos XII e XIII essas duas noções se separaram (ILLICH, 2009, p.11).

Illich cita uma definição de horizonte formulada surpreendentemente por um padre do século XII. Segundo essa reflexão, o horizonte consistiria em uma linha que passa entre duas nádegas: “do lado esquerdo encontramos um tempo que para nós não existe mais, é uma esperança eterna, enquanto do lado direito, nos encontramos sentados no tempo”. A lição é alertar para se manter as duas partes bem unidas, a esperança e o tempo porvir.

O autor lembra-se de uma conversa com um amigo, Matthias Rieger, ao mencionar o título dessa obra, teria se surpreendido com tamanha pretensão e se expressado da seguinte maneira:

na primeira vez em que li o programa do encontro Desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo, meu coração sobressaltou-se. O tema desse encontro deu-me a sensação de eu ter sido convidado para uma reunião internacional de deuses. Pensei que essas duas ideias – re-fazer o mundo e des-fazer o desenvolvimento – só poderiam ter sido concebidas em um Olimpo alternativo, mas é Olimpo. É Global (ILLICH, 2009, p.11).

Illich elabora questionamentos críticos bastante pertinentes no que tange as implicações do desenvolvimento, especificamente quanto ao acesso às benesses que produz: “Será que o desenvolvimento teve efeito transformador na vida de milhões de homens que ainda trabalham na terra manualmente? Até que ponto teriam se modernizado, se desenvolvido”? (ILLICH, 2009, p.11).

O autor relembra o comentário de Samuel Sajay, indiano e professor nos EUA, que versa sobre as imagens distorcidas construídas nesse processo de desenvolvimento que prevalece no mundo contemporâneo:

o fato de o desenvolvimento associar a seus insucessos técnicos efeitos simbólicos do seu ponto de vista bem-sucedidos, pode-se dizer assim que o desenvolvimento, cujo fim consistia em desenvolver os humanos, é decididamente um sucesso (ILLICH, 2009, p.11).

Para o autor, a palavra “humano” é repulsiva, porque segundo comenta, foi o desenvolvimento que fez de nós “humanos”. Dessa forma, consistindo em um verbete oriundo dessa lógica do desenvolvimento. Em suas palavras: “o desenvolvimento dos humanos como função latente da técnica é decididamente um sucesso. Por toda parte, no mundo, as pessoas creem agora sinceramente que são seres humanos”. Desse modo, o “humano” tornou-se um ser reconhecido legalmente, mais do que criatura natural (ILLICH, 2009, p.12).

Segundo Sajay *apud* Illich: “o senso das proporções, daquilo que é adequado, apropriado e bom, não pode subsistir num mundo tecnogênico, portanto, num mundo não-natural”. Concluindo que: “se o mundo é fabricado (Refazer o mundo) não é natural, não é um dado com o qual devo viver”. Justifica, portanto, esse pensamento com base na ideia que “de todas as tradições que conheço, da proporcionalidade, da harmonia, daquilo que chamamos de bem. Isso não é viver na Lua, mas pensar com os próprios pés na Terra” (ILLICH, 2009, p.12).

O autor alerta que em breve o humano será cooptado a contribuir com o *self management*, com o management global. Cita o exemplo de grávidas que se

transformaram em “*decision makers*”, pensando que o que vai nascer delas será “uma entidade de valor” (ILLICH, 2009, p.12).

Para refletir sobre a situação atual, que compreende como sendo a de uma “dúvida grave” sobre o desenvolvimento – Illich convoca seus leitores a se interessarem primeiramente pelo conceito de harmonia. O autor relata que seu amigo Matthias Rieger o fez entender que a música consiste em um arranjo de harmonias, e que segundo Heinholtz, que recebeu a alcunha de “Einstein do século XIX”, esse conceito de harmonia não é compatível com a mentalidade predominante desse contexto, a saber: “essa ideia de harmonia não se aplica a um mundo onde o que era harmonia foi transformado em valor” (ILLICH, 2009, p.13).

A esse texto de Ivan Illich segue o de Serge Latouche, intitulado “O desenvolvimento representa o problema e não o remédio para a mundialização.” Nesse artigo, encontram-se as principais denúncias que ressoam unanimemente, desde alas esquerdistas, como as de centro, acerca dos danos causados pelo processo de globalização, ou na expressão usada pelo autor, de “mundialização liberal ou mesmo ultraliberal”. Latouche (2009, p.15) relacionou as acusações formuladas em forma de tópicos, as apresentando da seguinte maneira:

1. A denúncia das desigualdades tanto nos hemisférios Norte e Sul, quanto no interior de cada país;
2. A armadilha da dívida externa para os países do Hemisfério Sul, com suas conseqüências na exploração insensata das riquezas naturais e a reinvenção da servidão e da escravidão (especialmente das crianças);
3. A destruição dos ecossistemas e as ameaças que a poluição global representa para a sobrevivência do Planeta;
4. O fim do Estado do bem-estar social, a destruição dos serviços públicos e o desmatelamento dos sistemas de proteção social;
5. O *omnimerchandising*, com o tráfico de órgãos, o desenvolvimento das “indústrias culturais” uniformizadoras e a corrida ao patenteamento do ser vivo (*Omni*, total em latim);
6. O enfraquecimento dos Estados-nação e o aumento do poderio das sociedades transnacionais, tidas como “os novos senhores do mundo”. (LATOUCHE, 2009, p.15).

As mazelas oriundas do desenvolvimento não serão sanadas com um eventual (re) desenvolvimento, a fim de corrigir seus efeitos negativos. Nem o desenvolvimento “duradouro” ou “sustentável” estaria apto a tanto. Segundo o autor “essa aspiração ingênua a um retorno ao desenvolvimento testemunha uma perda de memória e, ao mesmo tempo, uma ausência de análise sobre o significado histórico desse desenvolvimento” (LATOUCHE, 2009, p.16).

Segundo o autor, a nostalgia dos “trinta anos gloriosos” que remetem ao modelo keynesiano-fordista, faz com que se esqueça de como essa sociedade já rotulada em 1968, como “a sociedade de consumo e a sociedade do espetáculo”, que conforme

explicação, consistia em um tempo em que prevalecia uma sensação angustiante de tédio, de uma vida sem perspectivas fora do “metrô-batente-cama”. A vida se resumia, então, a um “trabalho em linha de montagem repetitivo e alienante” (LATOUCHE, 2009, p.16).

Os círculos virtuosos desse crescimento, que “constituía um jogo de lucro-lucro-lucro”, foi às custas das populações do terceiro mundo e da exploração impiedosa da natureza (LATOUCHE, 2009, p.16).

O desenvolvimento consiste em uma nova estratégia para descolonização a partir de outros meios. Atualmente, foi elencada a nova mundialização como uma “estratégia para desenvolvimento com outros meios”. Assim, o Estado se camufla atrás de um “mercado ditatorial que eles mesmos organizaram, com seu instrumento de gestão FMI, que impõe os projetos estruturais de ajustamento”. Henry Kissinger apreende desse mecanismo que “a mundialização é apenas o novo nome da política hegemônica norte-americana” (LATOUCHE, 2009, p.16).

O espírito colonizador forja a “economização e a tecnização” do mundo, o que segundo Latouche consistem na “fonte de todos os males de que a mundialização é acusada”. Explica que o desenvolvimento é uma ação que visa transformar as relações entre as pessoas e delas com a natureza em meras mercadorias. Com isso “trata-se de explorar, atribuir valor, de tirar proveito dos recursos naturais e humanos” (LATOUCHE, 2009, p.16).

Latouche (2009, p. 17) reconhece os seguintes objetivos do desenvolvimento, sempre no sentido de agravar problemas sociais, econômicos e ambientais, a saber: “o crescimento econômico, o acúmulo de capital, com todos os efeitos positivos e negativos que conhecemos: competição impiedosa, aumento ilimitado das desigualdades, saque incontrolável da natureza” (LATOUCHE, 2009, p.17).

O autor acrescenta, portanto, que adjetivos como “duradouro” ou “sustentável” confundem ainda mais a compreensão real acerca do desenvolvimento. Ilustra com um exemplo de uma situação extremamente discrepante, em que Jean-Claude Camdessus, justamente um ex-presidente do FMI, chegou a assinar um manifesto que mobilizou diversas celebridades em torno da questão do desenvolvimento sustentável (LATOUCHE, 2009, p.17).

Enfim, alerta para o fato de o supercrescimento econômico superar a capacidade que o planeta tem de suportar os resíduos proveniente do nível de consumo alcançado, insustentável já então. Segundo cálculos do World Wild Life – WWF, o espaço “bioprodutivo” da humanidade, ou seja, o espaço útil para a nossa produção é de 1,8 hectare por pessoa. No entanto, um cidadão dos EUA consome, em média, 9,6 hectares; um canadense 7,2; um europeu médio 4,5. Considerando que para

alcançarmos imediatamente um patamar para um modo de civilização duradouro, seria necessário que se limitasse a 1,4 hectare por pessoa. Desse modo, alerta que “para sobreviver ou para durar, é urgente que se organize o decrescimento” (LATOUCHE, 2009, p.17). O entendimento do autor é que não se trata de uma questão de se diminuir o ritmo de produção atual, o que se deve é superar os paradigmas destrutivos do desenvolvimento e do economicismo, como também, lembra, da agricultura produtivista (LATOUCHE, 2009, p.18). Latouche acredita que “sob a máscara do desenvolvimento, esconde-se de fato a criação da penúria”. Com isso, o desenvolvimento em vez de contribuir para a qualidade da vida das pessoas, torna-se a fonte de seus males. Devendo, portanto, ser analisado e denunciado (LATOUCHE, 2009, p.18).

3 CORRENTES DE PENSAMENTO CRÍTICO NO MUNDO

3.1. Teoria Crítica

Para conhecer a Teoria Crítica na acepção da Escola de Frankfurt é necessário antes compreender o significado desta expressão para o grupo de pesquisadores que a integrou. Marcos Nobre (2004, p.7) discorre detalhadamente sobre cada termo. Inicialmente, se atém ao termo “teoria” sobre o qual desenvolve a ideia que há entre “teoria” e “prática” uma distância qualitativa necessária que permite por um lado conhecer “como as coisas são” e, por outro, estipular “como as coisas deveriam ser”. Bem diferente do senso comum o qual apregoa que essa distância deveria ser superada a fim de se “colocar em prática” a teoria (NOBRE, 2004, p.7)

Nobre (2004, p.8) esclarece que na acepção da Escola de Frankfurt “a prática não é aplicação da teoria, mas um conjunto de ideais que orientam a ação, de princípios segundo os quais se deve agir para moldar a própria vida e o mundo”. Isto deve ser assim porque teoria e prática têm lógicas diferentes. Nobre (2004, p.7) explica que:

se fazemos teoria para demonstrar como as coisas devem ser, não conseguimos mostrar como de fato são; se dizemos que as coisas devem ser como de fato são, eliminamos a possibilidade de que possam ser outra coisa que não o são. Com isso, estabelece-se um fosso entre teoria e prática que não pode ser transposto senão ao preço de eliminar do horizonte da reflexão a lógica própria de uma das duas dimensões fundamentais da vida humana: o “conhecer” e o “agir. (NOBRE, 2004, p.8-9).

Nobre (2004, p. 9) esclarece que “as coisas como são” devem ser avaliadas, concomitantemente, a partir da perspectiva de “como deveriam ser”, em outras palavras, segundo o autor: “o que é em vista do que *ainda* não é, mas pode ser”. Essa compreensão não representa uma utopia, mas vislumbra as potencialidades para a transformação da realidade do ponto de vista da emancipação em relação à dominação vigente. Portanto, o autor apreende “um ponto de vista capaz de apontar e analisar obstáculos a serem superados para que as potencialidades melhores presentes no existente possam se realizar” (NOBRE, 2004, p. 10).

Portanto, uma das propostas da Teoria Crítica é a de mostrar as tendências presentes com vistas à emancipação, mas também os obstáculos a serem superados, a fim de se constituir uma sociedade mais justa e livre. A Teoria Crítica, de acordo com o autor, “não pode se confirmar *senão* na prática transformadora das relações sociais vigentes”. Essa abordagem apresenta a relação peculiar entre teoria e prática tal como concebida pela tradição de pensamento denominada como Teoria Crítica. Esta

expressão apareceu primeiramente no texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, de autoria de Max Horkheimer (NOBRE, 2004, p. 11-12).

O surgimento dessa tradição intelectual, foi a partir de 1923, quando diversos intelectuais com formações distintas se reuniram em Frankfurt com o objetivo de criticar os rumos daquele tempo. Então, foi criado o Instituto para a pesquisa Social. Dentre os autores que fizeram parte desse círculo estão: Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Franz Neumann, Erich Fromm, Otto Kirchheimer, Friedrich Pollock e Karl Wittfogel (MATOS, 2005, p. 7).

Esses pensadores exprimiam o sentimento de desilusão de parte da sociedade em relação às transformações pelas quais o mundo passava, a descrença em relação às conquistas dos movimentos revolucionários e o anseio por autonomia e independência do pensamento (MATOS, 2005, p. 7).

Acontecimentos como a vitória da Revolução Bolchevique, em 1917, na Rússia, a proclamação da República na Alemanha, em 1918, e a insurreição de Bremen, em 1923, fizeram com que a revolução social deixasse de ser uma utopia, para ser uma realidade. Após a Primeira Guerra Mundial, os movimentos de direita na Alemanha começaram a se organizar, incomodados pela ameaça ao grande capital decorrente do crescimento da combatividade operária que se alastrou para a França, a Itália e a Polônia. Com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, recrudescceu a perseguição às organizações, levando à destruição os partidos dos trabalhadores (MATOS, 2005, p. 7).

Matos (2005, p. 7) aponta como os principais fatos que marcaram as preocupações dos intelectuais da Teoria Crítica: “a ascensão do nazismo, a Segunda Guerra, o ‘milagre econômico’ no pós-guerra e o stalinismo” (MATOS, 2005, p. 7).

Os intelectuais da Teoria Crítica buscavam compreender que fatores do pós Primeira Guerra Mundial desencadearam a ascensão do nazismo e a perda das esperanças na revolução popular. Sobre a expansão militar empreendida pela Alemanha, as motivações seriam, de acordo com as análises dos economistas, a inflação crescente e a falta de um mercado exportador; enquanto os historiadores a atribuem à humilhação sofrida pelos alemães na Primeira Guerra à retomada do território da Alsácia-Lorena pela França devido ao não cumprimento de cláusula relativa às dívidas de guerra, e, enfim, pelo impedimento em constituírem exércitos (MATOS, 2005, p. 8).

Matos (2005, p.8) comenta que os frankfurtianos reconheciam o valor desses argumentos, mas que não eram suficientes para explicar o “fim do sonho revolucionário” e a ascensão do totalitarismo, por meio do nazismo, do stalinismo e da tecnocracia da “sociedade unidimensional”. Discordavam da visão de Trotsky que atribuía o fortalecimento das forças de ultradireita na Alemanha, sucedida pela

Segunda Guerra Mundial, à “incapacidade das lideranças políticas de esquerda em firmar uma aliança entre socialdemocratas e comunistas” (MATOS, 2005, p. 8).

Naquele contexto pós Primeira Grande Guerra Mundial com o inesperado sucesso da Revolução Bolchevique, o Leste Europeu passou a ser o foco socialista, enquanto os companheiros na Europa Central malogravam. Os intelectuais de esquerda da Alemanha que ocupavam o centro do marxismo europeu estavam diante do seguinte dilema: apoiar os socialistas moderados da recém-criada República de Weimar e recusar a experiência russa; ou aceitar a liderança de Moscou e se aliar ao recém-fundado Partido Comunista da Alemanha. A terceira opção seria uma ruptura radical dos pressupostos marxistas em função das consequências da guerra, de modo a reexaminar as bases da teoria marxista na tentativa de explicar os erros do passado e preparar a ação para o futuro (JAY, 2008, p.39).

Estava no centro dessa análise a relação da teoria com a prática, ou para usar o termo práxis do léxico marxista, que reforça a ideia da ação autocriadora em contraposição ao comportamento humano motivado por forças externas ao seu controle. A Práxis inicialmente usada na Metafísica, de Aristóteles, fazia contraposição à teoria contemplativa, enquanto na acepção marxista era ressaltada a relação dialética com a teoria. A práxis se diferenciava da mera ação pelo fato de ter um respaldo teórico. A atividade revolucionária buscava unificar a teoria e a práxis como contraposição a situação vigente no capitalismo (JAY, 2008, p.39-40).

Esse objetivo se revelou um tanto problemático com a ascensão de governos socialistas no poder, diante das circunstâncias encontradas, passaram a realizar suas atividades priorizando sua sobrevivência e não a concretização de metas socialistas. Para Rosa de Luxemburgo esta atitude representava uma traição à revolução, enquanto a liderança socialista da República de Weimar considerava que a necessidade mais premente era a sobrevivência do novo governo. A cisão do movimento operário na República de Weimar, entre o Partido Comunista bolchevizado (KPD) e o Partido Socialista, foi degradante para os que ainda defendiam a pureza da teoria marxista. A tentativa de aproximação de segmentos desses partidos representava muitas vezes a renúncia à integridade intelectual a favor da solidariedade partidária (JAY, 2008, p.40).

Jay (2008, p.40) entende que o compromisso maior com a teoria do que com o partido pode ser mais profícuo em termos de inovação teórica, mesmo significando a suspensão por algum tempo da unificação da teoria e da práxis, por isso, para ele “a relativa autonomia dos homens que compuseram a chamada Escola de Frankfurt do *Institut für Sozialforschung*, apesar de acarretar certas desvantagens, foi uma das razões primordiais das suas realizações teóricas” (JAY, 2008, p.40).

Destaca-se a influência expressiva da Escola de Frankfurt na revitalização do marxismo da Europa ocidental do pós-guerra e na esquerda que se formava nos Estados Unidos pela grande notoriedade da publicação *A Teoria Crítica*, de Herbert Marcuse, neste país, no fim dos anos 1960 (JAY, 2008, p.41).

Felix J. Weil conseguiu reunir as condições necessárias para criar o instituto de modo a obter independência necessária para conceber a tarefa de inovação teórica e de pesquisa social irrestrita. Weil era filho único de um comerciante alemão de cereais, Hermann Weil, que se mudou para a Argentina em 1890, e fez fortuna exportando para a Europa. Nasceu em 1898 em Buenos Aires, mas ainda criança foi mandado para Frankfurt para frequentar o *Goethe Gymnasium* e posteriormente a recém-criada universidade desta cidade. No período de 1918 a 1919, que passou em Tübingem, se aproximou de causas esquerdistas na universidade. Obteve o título de doutorado *magna cum laude* em ciências políticas, na Universidade de Frankfurt, onde defendeu tese sobre os problemas práticos da implementação do socialismo. Apoiou com seus recursos oriundos da herança que recebera da mãe e também da fortuna do pai diversas experiências radicais na Alemanha com vistas a discutir profundamente as diversas tendências do marxismo a fim de alcançar um marxismo “puro”. (JAY, 2008, p.41).

Para os frankfurtianos, a explicação acerca do fenômeno do totalitarismo é da esfera metafísica, na qual a origem da irracionalidade está na própria constituição do conceito de razão. Matos (2005, p.8) explica como o método científico, positivista por excelência, cria por vezes distorções acerca da compreensão da realidade ou dos fatos por não ser adequado para se analisar fenômenos sociais:

em nome de uma racionalização crescente, os processos sociais são dominados pela ótica da racionalidade científica, característica da filosofia positivista. Nessa perspectiva, a realidade social, dinâmica, complexa, cambiante, é submetida a um método que se pretende universalizador e unitário, o método científico. O positivismo, prisioneiro de seus métodos, impõe um procedimento não-social às ciências sociais (MATOS, 2005, p. 8).

Em função disso, Horkheimer redigiu em 1934 um ensaio, no qual defendia que a importância de uma teoria estava relacionada com sua relação com a práxis, assim, Matos (2005, p.8) apreende que “uma teoria social coerente deve estar ligada às forças de transformação revolucionária existentes na sociedade” (MATOS, 2005, p. 8). A obra marxista era o principal referencial dos pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt, o que não os furtava de dirigir críticas a determinados marxismos, abrangendo: “os mecanicistas, os naturalistas, as versões fisicalistas da história elaborada pelos leninistas e outros”. As análises de fundamento marxistas desses

pensadores incluíam a dialética de Hegel, referências de Freud e Weber além de outras não marxistas. Tais diálogos possibilitaram abertura das análises para áreas “da estética, da cultura, do conhecimento, da linguística, da psicologia social e das organizações” (FARIA, 2009, p. 26).

No entanto, os membros do Instituto constataram que a corrente de pensamento marxista que tinha uma certa unidade, com tantos desdobramentos passou a ter sua compreensão fragmentada. Então, se propuseram a apresentar um modelo marxista alternativo às interpretações que dividiam o marxismo. A principal divergência era quanto à via para se chegar ao poder: se pela reforma ou pela revolução. (FARIA, 2009, p. 26).

Neste contexto, Horkheimer lançou um programa de pesquisa interdisciplinar, o que representava uma grande inovação na época, que ficou conhecido como “materialismo interdisciplinar”, abrangendo disciplinas como a economia, o direito, a ciência política e a psicologia, tendo como referência teórica fundamental a obra de Marx e o marxismo, constituindo, assim, a vertente intelectual da Teoria Crítica (NOBRE, 2004, p.15).

Este movimento de incorporar outros conhecimentos ao marxismo, iniciado por Georg Luckács e Karl Korsh recebeu a alcunha de “marxismo ocidental”, por Rolf Wiggershaus. Um dos destaques do materialismo interdisciplinar foi a vinculação do pensamento de Marx ao de Freud, que tem se mostrado notadamente profícua para a área de estudos organizacionais (FARIA, 2009, p. 26).

A segunda geração da Escola de Frankfurt está mais vinculada ao pensamento de Jürgen Habermas sucessor de Adorno e seu crítico mais contundente. Habermas critica obra “A Dialética do Esclarecimento” de Horkheimer e Adorno, que tinha por objetivo investigar “a razão humana e as formas sociais da racionalidade, concluindo dessa investigação que a razão instrumental consistia na forma estruturante e única da racionalidade social no capitalismo administrado”. Horkheimer e Adorno, criticam a realidade social estabelecida sob o jugo da racionalidade técnica, que se molda facilmente para atender as demandas de uma realidade marcada pela dominação, alimentando uma atitude conformista (NOBRE, 2003, p. 9). Segundo o autor:

sujeição ao mundo tal qual aparece não é mais, portanto, uma ilusão real que pode ser superada pelo comportamento crítico e pela ação transformadora: é uma sujeição sem alternativa, porque a racionalidade própria da Teoria Crítica não encontra mais ancoramento concreto na realidade social do capitalismo administrado, porque não são mais discerníveis as tendências reais de emancipação (NOBRE, 2003, p. 9)

Infere-se a partir dessa definição que o processo de esclarecimento conduz a sua própria autodestruição, caracterizando assim um impasse paradoxal. O ato crítico

confronta-se em uma aporia: “se a razão instrumental é a forma única de racionalidade no capitalismo administrado, bloqueando qualquer possibilidade real de emancipação, em nome do que é possível criticar a racionalidade instrumental”? Horkheimer e Adorno justificam essa aporia, alegando que no capitalismo administrado, a condição para o exercício da crítica se tornou assaz precária (NOBRE, 2003, p. 11).

No entanto, Habermas, considerava temerária a elaboração de uma crítica fundamentada em uma aporia. A fim de contrapor essa compreensão de Horkheimer e Adorno, Habermas estabeleceu um novo conceito de racionalidade com base em concepções diferenciadas da razão humana em dois tipos de racionalidade: “a instrumental e a comunicativa, imanentes a duas formas de ação humana”. A ação instrumental consiste naquela orientada por metas a serem alcançadas, própria do ambiente de trabalho, caracterizada por ações voltadas “à dominação da natureza e à organização da sociedade que visam à produção das condições materiais da vida e que permitem a coordenação das ações, isto é, possibilitam a reprodução material da sociedade” (NOBRE, 2003, p. 12).

Por sua vez, a racionalidade da ação de tipo comunicativo orienta-se pelo entendimento, que permite, a reprodução simbólica da sociedade. A racionalidade comunicativa ressalta a formação da capacidade interativa como aprendizado da razão comunicacional:

a forma social própria da modernidade é aquela em que a orientação da ação para o entendimento encontra-se presente no próprio processo de reprodução cultural que permite a continuidade de interpretações do mundo, nas próprias instituições em que o indivíduo é socializado, nos processos de aprendizado e de constituição da personalidade (NOBRE, 2003, p. 12).

O sucessor de Habermas foi Axel Honneth, constituindo-se o que se denomina como a terceira geração da Escola de Frankfurt. Honneth identifica um “déficit sociológico” na Teoria Crítica, considerando, portanto, que desde o trabalho inaugural de Horkheimer, prevalece um entendimento acerca da sociedade que se fundamenta “entre estruturas econômicas determinantes e imperativas e a socialização do indivíduo, sem levar em consideração a ação social, como mediador necessário” (HONNETH, 2009, p.23).

Segundo o autor, a centralidade da Teoria Crítica é o conflito social, cuja base de interação é o conflito, e sua gramática composta pelas leis que a regem, a luta por reconhecimento. O alemão desenvolve os fundamentos de uma teoria social de teor normativo, partindo de um modelo conceitual hegeliano de uma “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2009, p.24).

Honneth recorre ao jovem Hegel para embasar sua teoria desenvolvida acerca da “gramática moral dos conflitos sociais”, cuja base reside na ideia de que o

florescimento humano – e a autorrealização pessoal – depende da existência de relações éticas bem estabelecidas (HONNETH, 2009, p.25). O jovem Hegel entendia que “as reivindicações individuais por reconhecimento intersubjetivo da identidade constituem-se na vida social desde a sua origem como uma tensão moral e como força estruturante do desenvolvimento moral da sociedade” (VENTURA, 2011, p.159) Assim, Honneth se propõe a associar uma inflexão empírica à ideia hegeliana, a partir da psicologia social de George Herbert Mead, estabelece os padrões de reconhecimento intersubjetivo: “o amor (que gera autoconfiança), o direito (autorrespeito) e a solidariedade (autoestima)” (HONNETH, 2009, p.26).

Ao focalizar os conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, o autor delinea a ideia de uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados tendo em vista as ações que buscam restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior. As lutas por reconhecimento podem ser vistas como força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais (HONNETH, 2009, p.26).

As perspectivas introduzidas por sua teoria estão fundamentadas em três eixos: (i) na investigação histórica dos rudimentos para um modelo analítico de conflito; (ii) na consideração da lógica moral dos conflitos sociais e, enfim, no esboço do conceito de eticidade próprio da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2009, p.23).

Nem sempre os pressupostos epistemológicos e metodológicos da Teoria Crítica são adequadamente fundamentados em textos na área de estudos organizacionais, se assemelhariam, assim, a uma crítica teórica ou a uma abordagem crítica dirigida à teoria das organizações. Por isso, a necessidade de se delimitar o alcance desta teoria nos estudos organizacionais. Horkheimer ressalta que a Teoria Crítica deve mostrar dialeticamente e criticamente as contradições da sociedade capitalista, Adorno acresce a necessidade de se enfrentar as imagens deformadas da realidade que naturalizam a servidão ao poder, ocultando a realidade desordenada do capitalismo (FARIA, 2009, p. 27).

Em “A eclipse da razão”, Horkheimer expõe que prevalece a lei do poder de uma minoria por trás da pura lei econômica, da lei do mercado e do lucro, que obtém poder social por meio dos lucros provenientes do domínio dos meios de produção. Enquanto no Capitalismo de Estado, com a substituição da dimensão do lucro por um modelo para acúmulo de poder, recrudescer a repressão sobre as pessoas, através da administração centralizada e burocrática para controlar esses lucros e planos. Com isso, a Teoria Crítica, ao vincular a questão do poder aos fundamentos econômicos, constitui uma Economia Política do Poder (FARIA, 2009, p. 27).

Portanto, cabe aos estudos atuais sobre as organizações investigar além das questões pertinentes às racionalidades instrumentais, estratégias, comportamentos e política; mas compreender o mundo do poder e as formas de controle exercidas pelas organizações e suas finalidades. Segundo Faria: “é isto que pode conferir qualidade à teoria, criar condições de análise e promover intervenções políticas em ambientes de trabalho preenchidos de competitividade de toda ordem.” (FARIA, 2009, p. 27).

A Economia Política do Poder, no estudos das organizações, com base no esquema metodológico e epistemológico crítico e dialético da Teoria Crítica, deve considerar:

as questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas e que valorizem o sujeito coletivo mais do que as organizações em que trabalham, pois de um modo ou de outro, se todos vivem em função das organizações ou delas dependem, como sugere Etzioni (1974), todos vivem originalmente em sociedade (FARIA, 2009, p. 27).

As organizações, enquanto construções sociais, resultado de um processo histórico, consistem em lugares de mediação entre os interesses dos sujeitos que as integram e os objetivos propostos para os quais foram estabelecidas. Portanto, seria um engano considerá-las “entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes” (FARIA, 2009, p. 27).

A Economia Política do Poder tem como propósito elucidar os mecanismos de poder e controle imputados pelas organizações, a fim de subsidiar os sujeitos em suas ações políticas de resistência. Segundo a explicação de Faria:

as instâncias (i) ocultas, que se operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual e (ii) manifestas, inclusive e especialmente as referentes ao regramento e às estruturas que dão conteúdo às configurações do poder e do controle nas organizações (FARIA, 2009, p. 28).

As semelhanças entre fascismo e capitalismo surgiram nos estudos dos frankfurtianos, a partir da reflexão acerca do uso da racionalidade para a dominação da natureza para fins lucrativos, que a consideravam a primeira ditadura, a “ditadura da produção” (MATOS, 2005, p. 8).

Para Horkheimer, “o fascismo não se opõe à sociedade burguesa, mas, sob certas condições históricas, é sua forma mais apropriada”. Marcuse comenta a forma tecnocrata de comportamento do Terceiro Reich: “as considerações técnicas de racionalidade e eficiência imperialistas sobrepõem-se aos padrões tradicionais de lucratividade e bem-estar comum”. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, apoiada nas análises político-econômicas de Marx, identifica as mudanças nas práticas sociais em função do novo modo de produção:

a livre troca passa a ser aumento da desigualdade social; a economia livre transforma-se em monopólio; o trabalho produtivo, nas condições que sufocam a produção; a reprodução da vida social, na pauperização de nações inteiras (MATOS, 2005, p. 9).

Portanto, a crítica à razão dominante do capital torna-se indispensável (MATOS, 2005, p. 9). De acordo com Faria (2009, p.25), os teóricos da Teoria Crítica acreditavam que apenas em uma sociedade sem exploração seria possível estabelecer “os fundamentos de justiça, da liberdade e da democracia”, por isso, denunciavam a repressão e o controle social.

Viera e Caldas (2007, p.294) reconhecem a atualidade das bases críticas de Marx para se ter um entendimento mais amplo desse momento de exacerbação extraordinária do capitalismo. No entanto, discordam da visão de que a condição para se fazer teoria crítica é somente pela continuação do trabalho de Marx (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 294).

A noção de crítica, de acordo com Loïc Wacquant *apud* Viera e Caldas (2007, p.295), procede de duas escolas de pensamento distintas. Primeiramente, na noção elaborada por Kant se perscruta as formas de conhecimento e de meios para a comprovação da legitimidade cognitiva.

A noção de Marx, por meio da análise da realidade sócio-histórica, revela formas de dominação e exploração que emergem nas relações sociais. Para Wacquant, segundo Vieira e Caldas (2007, p.295), é possível aproximar aspectos dessas duas abordagens para o aprimoramento do exercício da crítica:

o pensamento crítico mais frutífero é aquele que se situa na confluência dessas duas tradições, ou seja, da crítica epistemológica e da crítica social, questionando sistematicamente tanto as formas estabelecidas de conhecimento como as de vida coletiva (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295).

Segundo Viera e Caldas (2007, p.295), a teoria crítica compreende os efeitos temporais. Embora a consciência do teórico crítico seja de constante autorreflexão e revisão dos referenciais metodológicos e epistemológicos, mesmo com a história cheia de mudanças, seu comprometimento é, sobretudo, com os princípios da transformação social e da emancipação. Os autores enfatizam que Marx considerava a verdade como temporal e histórica e, portanto, apreendem que, assim, sua própria teoria estaria sujeita aos efeitos do tempo:

nesse sentido, pode-se ser teórico-crítico contemporâneo, tendo rompido com Marx, mas não com as categorias centrais da crítica, que envolvem criticar o positivismo como forma estabelecida de conhecimento e o mercado como forma estabelecida de vida coletiva (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295).

Os autores expressam preocupação com o uso indevido do termo teoria crítica por pesquisadores, na área de estudos organizacionais. Portanto, sugerem que essa ponderação acerca de crítica sirva como critério para se distinguir a produção legítima de teoria crítica (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295).

Retomando as categorias centrais da crítica, enquanto o positivismo era objeto de questionamento por trazer a dissociação entre teoria e prática, o mercado representava, por sua vez, a forma de organização social dominante. Com base na premissa da teoria crítica, de se conhecer as coisas como elas são, Viera e Caldas (2007, p.295) apreendem que como primeira tarefa da teoria crítica, deve-se “compreender o mercado e sua unidade central, qual seja, a mercadoria”. No mercado prevalece a lógica da troca, que determina os valores dos produtos, onde tudo é passível de ser trocado (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295).

Os autores apontam que foi na Revolução Industrial, com o advento do avanço tecnológico, que surgiu o capitalismo como construção histórica. O deslocamento da riqueza gerada nos campos para as fábricas e centros urbanos foi possibilitado por meio da tecnologia que permitiu a divisão entre a força de trabalho e os instrumentos de produção. Sobre a decorrente divisão estrutural na sociedade, Viera e Caldas (2007, p.295), entendem que: “o mercado, portanto, congela as desigualdades iniciais entre capital e trabalho e as aprofunda” (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295).

Há vasta literatura sobre a questão do aprofundamento das desigualdades iniciais, sobretudo, nas áreas relacionadas à análise do processo de trabalho e ao controle nas organizações. Contudo, os autores alertam que “o mercado aparece como instituição neutra, em que trocas justas são realizadas”, acrescentam ainda que “o mercado promete realizar a liberdade e a igualdade”. Discordam desses posicionamentos por entenderem que as trocas entre indivíduos e instituições não são iguais, não se equivalem em recursos de poder, nem em volume; e os conceitos de liberdade e de igualdade não são aplicáveis nesse contexto em que a competição sobressai (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295-296).

Viera e Caldas (2007, p.296) explicam que a utilização da teoria crítica, na administração, surgiu na área de estudos organizacionais, por escolas de pensamento que questionavam o *mainstream* funcionalista. De acordo com os autores, no Brasil esses pesquisadores conseguiram consolidar essa abordagem teórica, enquanto no mundo anglo-saxão os teóricos críticos se reuniram sob a denominação CMS, ou em português, Estudos Críticos em Administração (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295-296). Segundo os autores, a referida resistência de teóricos críticos estrangeiros à teoria crítica, em estudos organizacionais, pode ser explicada pela presença hegemônica das abordagens não positivistas de origem norte-americana nos espaços editoriais e

pelo costume de grupos de pesquisa se estruturarem em domínios e, assim, evitarem conflitos (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295-296).

3.2. Pós-modernismo nas organizações

Nada do que se refira a pós-modernismo é simples, a começar pela sua definição, que de acordo com Richard Tarnas (2001, p. 422) pode variar bastante conforme o contexto, mas que de um modo geral pode se considerar:

o espírito pós-moderno como sendo um conjunto de atitudes abertas e indeterminadas que foi moldado por uma grande diversidade de correntes intelectuais e culturais: pragmatismo, existencialismo, marxismo, psicanálise, feminismo, hermenêutica, desconstrução e a filosofia pós-empirista da Ciência – para mencionar algumas das mais proeminentes (TARNAS, 2001, p. 422)

Em função dessa característica de abranger tantas correntes de pensamento, que frequentemente divergem significativamente entre si, ainda assim, emergem princípios compartilhados pela maioria delas, no que diz respeito ao pós-modernismo, começando pela percepção de que:

há uma avaliação da plasticidade e da mudança constante da realidade e do conhecimento, uma ênfase na prioridade da experiência concreta sobre princípios abstratos fixos e uma convicção de que nenhum sistema de pensamento axiomático deve reger uma crença ou investigação” (TARNAS, 2001, p. 422).

O fato de o pós-modernismo constituir-se como um conjunto de atitudes abertas e indeterminadas está relacionado com a acepção do conhecimento interpretado por seus seguidores como sendo subjetivamente gerado por uma variedade de fatores; enquanto o entendimento possível sobre os aspectos objetivos é limitado pelo fato de “as coisas em si mesmo” não serem intrinsecamente acessíveis, nem postuláveis. Por isso, a necessidade em submeter hipóteses a testes diretos a fim de se obter um resultado que vai gerar, em última instância, um “conhecimento relativo e falível” (TARNAS, 2001, p. 423).

Por ser relativo e falível, esse conhecimento está permanentemente condicionado a novos testes experimentais, onde tanto as consequências subjetivas como as objetivas são reavaliadas constantemente a fim de se aprender com os próprios erros. Tarnas (2001, p. 423) explica porque não se deve considerar nenhum conhecimento como absolutamente verdadeiro:

a realidade não é um processo fechado e autocontido, mas um processo fluido em permanente desdobramento, um “universo aberto”, sempre afetado e moldado pelas ações e crenças do

indivíduo. É mais uma possibilidade do que um fato. Não se pode ver a realidade como um espectador diante de um objeto fixo; ao contrário, estamos sempre e necessariamente envolvidos na realidade, ao mesmo tempo transformando-a e sendo transformados por ela (TARNAS, 2001, p. 422).

Tarnas (2001, p. 423) pondera que o espírito e a vontade humana, impulsionadas pelas mais diversas motivações, que não são inteiramente percebidas ou controladas, acabam por influenciar a formação da realidade. Em outras palavras, segundo o autor “o sujeito consciente jamais está separado do corpo ou do mundo, que constituem o pano de fundo e a condição de todo ato cognitivo”.

Sobre a discussão acerca do que é a realidade, o autor explica que na compreensão, na previsão e criação da realidade, o ser humano faz uso de sua faculdade de formar conceitos e símbolos, uma vez que:

a mente não reflete passivamente um mundo exterior e sua ordem intrínseca, mas é ativa e criativa no processo da percepção e da cognição. Em certo sentido, a realidade é construída pela mente, não simplesmente percebida por ela; são possíveis muitas dessas construções, nenhuma das quais necessariamente soberana (TARNAS, 2001, p. 422).

Apesar das limitações do conhecimento humano, provenientes de sua própria estrutura inata, ainda assim, existe certa indeterminância que de acordo com o desejo e a imaginação humana, atua no sentido de ampliar sua liberdade cognitiva (TARNAS, 2001, p. 423).

Sobre isso, o autor constata que há implicitamente um empirismo crítico e um racionalismo crítico relativizados. Ele argumenta que esses sistemas de conhecimento não prescindem a investigação concreta, nem o embasamento teórico, mas ressalta, no entanto, que não há qualquer fundamento absolutamente seguro cognitiva (TARNAS, 2001, p. 423).

O autor faz uma reflexão em torno da relação entre sujeito e objeto, considerando que ambos estão no mesmo domínio, não sendo possível o sujeito analisar “de fora” o objeto. Ele ressalta que todo o conhecimento advém de um sistema interpretação anterior, que influencia o seguinte e, assim sucessivamente. As interpretações se formam com base em um sistema simbólico complexo, mas que também sofre inconsistências, além de influências por motivações humanas nem sempre claras.

O autor esclarece que não existe nenhuma “visão de mundo pós-moderna”, nem haveria a possibilidade de existir uma. Conforme sua essência, o paradigma pós-moderno é basicamente subversivo se comparado aos demais paradigmas, porque leva em consideração o fato de que a realidade é ao mesmo tempo “múltipla, local e temporal, desprovida de qualquer fundamento demonstrável”. Nesse sentido, o autor

resgata o entendimento de John Dewey no início do século de que “o desespero de qualquer perspectiva e atitude integrada é a principal característica intelectual da era atual”, formando assim a essência do que representa a visão pós-moderna, juntamente com definição de Jean-François Lyotard: “a incredulidade para com as metanarrativas” (TARNAS, 2001, p. 429)

Em sua obra considerada seminal, “A condição pós-moderna” originalmente publicada em 1979, Lyotard teve como objeto de estudo “a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas”. O pós-moderno é entendido como “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”. Lyotard situa essas transformações em relação à crise dos relatos (Lyotard, 2011, p. xv).

Lyotard afirma que, “originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos”. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras do jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar (Lyotard, 2011, p. xv).

Segundo Silviano Santiago (2011, p.125), o livro de Lyotard foi escrito em função de uma encomenda feita pelo Conselho das Universidades junto ao Governo de Quebec, representando “a resposta dada por um europeu a franco-canadenses para enfrentar o impacto da modernização ocidental a partir do modelo nipo-americano”. Trata-se de uma reflexão de Lyotard acerca de uma nova era que se convencionou chamar de pós-industrial.

Santiago (2011, p.125) afirma que “a reflexão de Lyotard sobre a nova era, antes de ser resposta a uma pergunta subjetiva, é parte de um cálculo de lucros-e-perdas feito por uma economia regional atrasada”.

O autor tece uma série de ponderações acerca das circunstâncias que levaram Lyotard a desenvolver esta obra. Em primeiro lugar, menciona a posição do Canadá e da França como países periféricos diante do núcleo desenvolvido do primeiro mundo. Em segundo lugar, essa encomenda levou Lyotard a sair do seu espaço político original – os acontecimentos de maio de 1968 - e posto de repentinamente diante de um necessário e indispensável processo de atualização das instituições. Seus estudos tinham como objetivo aprimorar “o quadro universitário e os laboratórios de pesquisa canadenses” (SANTIAGO, 2011, p.126).

Há diversas correntes de pesquisas na área da administração que têm ensejado esforços no sentido de se contrapor à hegemonia funcionalista no campo dos estudos organizacionais. Para explicar esse predomínio do funcionalismo, Vieira e Caldas (2007, p. 291) recorrem à matriz dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan, na qual a análise organizacional é compreendida com base em quatro paradigmas: funcionalista, interpretativo, humanismo radical e estruturalismo radical. O funcionalismo se situa no quadrante que corresponde à objetividade e à sociologia da regulação (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 291)

A linha funcionalista é predominante em estudos organizacionais, embora o referencial teórico que constitui os paradigmas interpretacionista e o da crítica e do pós-modernismo tenha despertado cada vez mais interesse de pesquisadores e estudiosos da área, estes dois últimos por influência europeia, a partir da década de 1990. Vieira e Caldas ressaltam que o paradigma pós-moderno que contesta a ortodoxia positivista, também se opõe às demais correntes críticas, tal como a teoria crítica e os modelos mais radicais (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 291).

A possibilidade de uma teoria e práxis críticas, de inspiração frankfurtiana, no âmbito da pesquisa brasileira em Administração, é defendida e empreendida por pesquisadores como Faria (2004), Paula (2008) e Tenório (2004), dentre outros. Entretanto, embora o debate teórico sobre a crítica na Administração esteja em crescimento no Brasil, a discussão metodológica, e a ontológica e epistemológica que lhe antecedem, não vêm sendo realizadas com a mesma intensidade (BATISTA-DOS-SANTOS; et al., 2010, p.313).

3.3. *Critical Management Studies* (CMS)

Segundo Fournier e Grey (2000, p.171), a partir dos anos 1990 proliferou no meio acadêmico a associação do termo crítica à gestão. A expressão “*Critical Management Studies*” foi inicialmente utilizada como título de uma coleção, organizada por Alvesson e Willmott, que reuniu estudos, conferências, pesquisas e publicações acerca de críticas ao gerencialismo (FOURNIER e GREY 2000, p.171).

Segundo Alvesson e Willmott (2000, p.9) o escopo da ciência social crítica abrange a investigação de formas arbitrárias e rígidas de estruturação e compreensão de uma realidade social, de acordo com uma determinada convenção cultural e linguística. Os autores alertam que o uso de esquemas reducionistas muito populares na academia, como, por exemplo, mapas mentais e linguísticos, muito utilizados por serem considerados como um procedimento natural e inevitável por pesquisadores; induzem

a uma compreensão bastante limitada, com poucas chances de haver uma compreensão adequada do objeto de estudo (ALVESSON E WILLMOTT, 2000, p.9)

Segundo os autores, a ciência social crítica analisa como as tradições culturais e as ações promovidas por agentes poderosos atuam no sentido de paralisar a dinâmica de uma determinada realidade social em favor de certos interesses setoriais em detrimento de outros. As pessoas que compartilham de uma realidade social estancada dessa forma, então, tornam-se vulneráveis a manipulações de informações que levem a ampla aceitação de reconsiderações políticas, como também de novas decisões (ALVESSON E WILLMOTT, 2000, p.9)

Portanto, a pesquisa social crítica é, assim, orientada para desafiar um conhecimento, em vez de confirmar passivamente o que já está estabelecido, enfrentando ao invés de reproduzir tradições e convenções culturais, mostrando as tensões no uso da língua em vez de adotar um consenso superficial como um ponto de partida. A intenção é contribuir, dessa forma, para a emancipação, por exemplo, ao incentivar a reflexão, bem como um cognitivo e emocional por meio de ideias e identidades que encontram-se reprimidas (ALVESSON E WILLMOTT, 2000, p.9)

A empresa, por sua vez, muitas vezes atua decisivamente no sentido de reforçar uma definição ideal de quem somos, o que devemos ser e aspirar, e como devemos viver nossas vidas como pessoas normais e bem-ajustadas. Segundo entendem, a chave para a realização de uma pesquisa social crítica de base empírica é criar um equilíbrio entre a orientação básica crítica, abrangendo ideias teóricas, uma agenda política e práticas participativas, e estimular a sensibilidade empírica, a fim de perscrutar temas relacionados a repressão, de modo a se cercar de cuidados para não se corra o risco de tratar a pesquisa de modo elitista e insensível, o que colocaria em risco a perspectiva crítica (ALVESSON E WILLMOTT, 2000, p.9)

Fournier e Grey (2000, p.172) lembram que, segundo Pollard, a gestão como prática social emergiu no final do século XVIII e que, desde então, tem sido alvo de diversas críticas, como, por exemplo, quando Adam Smith tece distinções acerca do perfil do gestor, na obra “A riqueza das Nações”, de 1776, declara não esperar o mesmo ímpeto de gestores contratados, que atuam em sociedades anônimas, para cuidar desse patrimônio do mesmo modo com o qual zelariam pelos seus próprios” (FOURNIER e GREY 2000, p.172).

Naquele tempo, o cargo de gerente, quando não considerada uma ocupação servil, era frequentemente compreendido de maneira pejorativa, sendo responsabilizado, frequentemente, por casos de fraudes deliberadas e incompetência que comprometiam o desempenho das empresas. Uma pesquisa descreveu esses gerentes assalariados como trabalhadores analfabetos, que ascendiam apenas por

demonstrar domínio de determinada habilidade técnica e mais disciplina que os demais, e aceitavam a promoção mais pela possibilidade de contratar familiares, do que pelo módico acréscimo em seu salário (FOURNIER e GREY 2000, p.172).

Se por um lado, a desonestidade e a ineficiência dos gerentes eram apontados pelos empresários como os principais problemas na condução de seus negócios; por outro, o tipo de gestão com base na disciplina e no controle das atividades laborais foi alvo de crítica e preocupação na literatura que versa sobre o processo do trabalho. A partir do século XX, com o avanço do poder social da gestão, essas questões passaram a ser problematizadas por pesquisadores, tanto do ponto de vista da prática, como do agrupamento social. Fournier e Grey (2000, p.173) explicam que isso não significa que antes a gestão não estivesse submetida à análise crítica, mas foi somente em 1990, que se unificou essa análise sob o rótulo de “*Critical Management Studies (CMS)*” (FOURNIER e GREY 2000, p.173).

Ascendia no cenário político do Reino Unido a ideologia neoliberal, denominada *New Right* (Nova Direita), influenciando na adoção, entre outras medidas, de uma legislação que reduzisse os direitos trabalhistas, sob o pretexto de que “iria restaurar o direito da gestão de gerenciar”. O setor público foi largamente reestruturado com base na ideologia gerencialista, embora a alegação fosse a de prover, dessa maneira, mais eficiência e transparência na prestação de contas (FOURNIER e GREY 2000, p.173).

Nesse momento, a gestão adquiriu certo glamour e os gerentes considerados como providos de conhecimento privilegiado sobre uma ampla variedade de assuntos. A participação de gerentes se fez notar na área da educação, ao serem convocados para a elaboração da estrutura curricular nacional; como também, na saúde, com o propósito de conferir sua respeitabilidade ao padrão de gestão a ser adotado em hospitais recém-inaugurados. A introdução da visão de mercado, propondo a modernização, a qualidade e a avaliação contínua dos serviços prestados, no setor público, foi um anseio das alas conservadora e progressista no Reino Unido. Segundo os autores, esses políticos “demonstravam uma fé comovente na competência gerencial”, consideraram até mesmo que questões políticas fossem passíveis de solução pela gestão especializada, culminando na construção de um ícone da gestão (FOURNIER e GREY 2000, p.174).

De acordo com os autores, assim se legitimava essa postura, com base no caráter:

ontológico, considerando os gestores como os portadores do mundo real; epistemológico, tendo a gestão como provedora de conhecimentos especializados; e, enfim, moral, tendo a gestão como padrão de justiça, responsabilidade pública, democracia e qualidade nos serviços públicos (FOURNIER e GREY 2000, p.174).

Tal consolidação da gestão como referencial no domínio político e sua inserção “desenfreada” nos âmbitos público e privado despertaram o interesse de pesquisadores voltados à análise do trabalho e das organizações. A partir do posicionamento crítico dessa realidade é que se originaram as bases do CMS. Mas, por outro lado, estimulava também escolas teóricas que positivavam a gestão como ícone de *status* (FOURNIER e GREY 2000, p.174).

Conforme explicam Fournier e Grey (2000, p.174), a proliferação de práticas como “a reestruturação do setor público, *downsizing* e reengenharia” foi intensamente contestada, na ocasião, em estudos críticos. Para os autores, seria mais apropriado se a “gestão tivesse sido considerada desde sempre como uma prática política; em vez de um conjunto neutro de técnicas administrativas. No entanto, o *status* da gestão no contexto do ‘New Right’ torna-se mais evidente”. Mesmo usufruindo de enorme prestígio, isso não impediu que a gestão enfrentasse uma crise interna (FOURNIER e GREY 2000, p.174).

Fournier e Grey (2000, p. 175) discorrem sobre essa crise interna da gestão, com base no pensamento de Robert R. Locke, exposto na obra de 1996, intitulada “*The collapse of the American management mystique*”. Locke diverge da ideia a qual se atribui às práticas de gestão dos EUA, referência no mundo ocidental, o domínio deste país no pós-guerra (FOURNIER e GREY 2000, p.175).

Segundo Locke *apud* Fournier e Grey (2000, p. 175), a partir de 1970, o modelo de gestão dos EUA foi considerado ineficaz diante da concorrência internacional e inferior em comparação aos da Alemanha e, principalmente, do Japão. De acordo com o autor, a fim de reaver poder e prestígio, a gestão ocidental passou a desacoplar a gestão da administração/ burocracia (FOURNIER e GREY 2000, p.175).

Willmott *apud* Fournier e Grey (2000, p. 175), afirma que, com essa medida, passou a ser atribuído um caráter negativo à figura do “administrador burocrático”, enquanto o gerente recebeu uma aura mítica de raro talento carismático não assimilável por meio de formação científica.

O lançamento de modismos sucessivos por estes países tornou instável e fragmentado o campo de conhecimento da gestão. Desse modo, os autores concluem a respeito da idealização de uma ciência gerencial reconhecida no pós-guerra, não só não se concretizou, como se mostrou irrealizável. E, ainda, que os modismos adotados inadvertidamente pelos gerentes, seja pela falta de conhecimento da técnica nova ou de base científica adequada, os deixaram extremamente vulneráveis diante de acionistas, gestores de fundos e consultores (FOURNIER e GREY 2000, p.176).

A alegada falta de critérios para a demarcação científica da administração se mostra mais problemática para os acadêmicos do que para os gestores. Assim, a crise interna

de gestão constitui a segunda condição para a formação do CMS. Fournier e Grey (2000, p.175) comentam que: “se o colapso da certeza e da autoconfiança não tornaram os gestores e pesquisadores de gestão receptivos à crítica, pelo menos estão conscientes das deficiências de sua própria base de conhecimento” (FOURNIER e GREY 2000, p.176).

Os autores argumentam que a crise interna da gestão está relacionada a relativização das perspectivas positivista e funcionalista no campo das ciências sociais. Com o desenvolvimento da filosofia da ciência, constatou-se que era inadequado a aplicação de metodologias de pesquisa provenientes das ciências naturais nas ciências sociais. Na década de 1960, o objetivismo da própria ciência natural havia sido discutido por Kuhn. Contudo, ainda são sentidos os efeitos da referida inadequação metodológica nas ciências sociais, a ponto de a metodologia de pesquisa qualitativa ter sido legitimada apenas recentemente. Fournier e Grey (2000, p.176) pontuam ainda que: “em geral, o estudo da administração e das organizações basearam-se nas tradições das ciências sociais, mas com uma defasagem considerável” (FOURNIER e GREY 2000, p.176).

Passando, portanto, para a definição de crítica em CMS, de acordo com Fournier e Grey (2000, p. 179), entende-se que: “se envolver com *Critical Management Studies* significa, no nível mais básico, dizer que há algo de errado com a administração, como uma prática e como um corpo de conhecimento, e que deve ser mudado”. No entanto, os autores ponderam que essa definição carece de aperfeiçoamento, porque muitos trabalhos sobre gestão, não necessariamente críticos, se adequariam nesta descrição (FOURNIER e GREY 2000, p.179).

O pluralismo teórico do CMS abrange: “o neo-marxismo (*Labour Process Theory*, a Teoria Crítica, o conceito da hegemonia por Gramsci), pós-estruturalismo, desconstrucionismo, crítica literária, o feminismo, a psicanálise, os estudos culturais, o ambientalismo”. Mais recentemente, surgiram os enfoques pós-colonialista e Teoria *Queer*. Em decorrência da falta de unidade na conceituação de crítica na perspectiva do CMS, não seria incomum constatar que pesquisadores identificados com o CMS rejeitassem esse rótulo (FOURNIER e GREY 2000, p.179).

Para ilustrar a diversidade e a divergência conceitual que estão subjacentes à adoção do termo crítica, Fournier e Grey (2000, p.179) mencionam que há pesquisadores que aceitam o termo apenas em trabalhos baseados na Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt. Por sua vez, há o entendimento, de maneira pejorativa, que os estudos críticos correspondem à análise pós-moderna (FOURNIER e GREY 2000, p.179).

Diante do pluralismo do CMS, a fim de se estabelecer as fronteiras entre trabalhos críticos e não-críticos, os autores propõem que sejam observadas as questões acerca da performance, desnaturalização e reflexividade (FOURNIER e GREY 2000, p.180).

No estudo não-crítico da gestão a performance é o imperativo que orienta a prática, sem a necessidade de questionamento, por exemplo: “o objetivo é contribuir para a eficácia da prática gerencial, ou para construir um modelo melhor [...]. A gestão é vista de maneira determinista, como um dado a ser alcançado, e não é questionado, exceto na medida em que isso contribua para a sua maior eficácia” (FOURNIER e GREY 2000, p.180).

Por sua vez, no estudo crítico da gestão a performance ou a intenção a se alcançar é de outra natureza, se relacionam, de um modo geral, com a busca de melhores condições para se viver no mundo. Segundo Fournier e Grey (2000, p.180), o CMS está mais ativo no sentido em que: “questiona o alinhamento entre o conhecimento, a verdade e eficiência e está atento com a performatividade apenas na medida em que procura descobrir o que está sendo realizado sob seu rótulo” (FOURNIER e GREY 2000, p.180).

Observar a escolha do vocabulário também é uma forma de se demarcar um trabalho crítico de um não crítico. Para exemplificar, geralmente, os termos poder, controle e desigualdade estão mais associados a trabalhos críticos, enquanto eficiência, eficácia e rentabilidade a trabalhos não críticos. Os autores ressaltam que depende de como os termos são usados. Há também termos que não remetem necessariamente à criticidade ou a sua falta, como, por exemplo, o gênero. Em uma perspectiva não crítica, a questão de gênero problematiza, por exemplo, como isso pode impactar o desperdício de recursos; enquanto em um trabalho crítico, se observa usualmente como as práticas organizacionais atuam no que tange o desequilíbrio de poder nas relações de gênero (FOURNIER e GREY 2000, p.181).

O CMS promove a desnaturalização da teoria da gestão ao expor a ausência de naturalidade e irracionalidade em suas ações. A teoria de gestão forja uma realidade e racionalidade organizacionais, encobrendo aspectos inconvenientes por meio de um discurso com base na “máscara da ciência” e na “naturalização” forçada (FOURNIER e GREY 2000, p.181).

Fournier e Grey (2000, p.181) constatam que a teoria de gestão exorta termos como globalização e competitividade, a fim de legitimar uma proposta que melhor reflita os interesses dos que a defendem, geralmente acompanhada da ideia de que “não há alternativa”. Nesse caso, o CMS se empenha em revelar as alternativas ocultadas seja pelas práticas ou pelo conhecimento formulado acerca de gestão (FOURNIER e GREY 2000, p.181).

Quanto ao terceiro critério usado no CMS para se distinguir entre um trabalho crítico de um não crítico, procura-se analisá-los quanto à extensão de sua reflexividade filosófica e metodológica. Os estudos de gestão não têm como característica a reflexão explícita acerca de epistemologia e ontologia, quando muito a discussão sobre metodologia se restringe ao método e à técnica estatística (FOURNIER e GREY 2000, p.182).

Fournier e Grey (2000, p.182) entendem que o CMS se trata de um projeto político na medida em que se dispõe a desmascarar as relações de poder instituídas na vida social e organizacional. Além disso, defende a emancipação do sujeito, na busca de liberdade do sujeito das relações de poder, incluindo até mesmo a sua subjetividade. No entanto, os autores ressaltam que há muitas contendas entre os pesquisadores das diversas tradições intelectuais que compõem o CMS, em decorrência de diferenças epistemológicas e ontológicas, desse modo, gerando uma significativa fragmentação na área (FOURNIER e GREY 2000, p.182).

A principal polêmica situa-se entre as perspectivas de base materialista e a pós-modernista, em relação ao realismo e relativismo na compreensão de poder. Para os defensores da linha neo-marxista, o relativismo epistemológico e ontológico da corrente pós-modernista conduz ao niilismo moral; por isso, consideram “a análise pós-moderna politicamente incompetente, irresponsável e perigosa” (FOURNIER e GREY 2000, p.183).

No Brasil, houve uma extensa discussão acerca da adesão ao CMS por parte de pesquisadores da área de administração. Misoczky e Amantino-de-Andrade iniciaram o debate no artigo “Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais”. Nesse trabalho, as pesquisadoras expressam seu desconforto em relação a aceitação, de modo acrítico no Brasil, de tendências difundidas pelos países centrais, desprezando a tradição crítica nacional. Para Misoczky, o CMS busca se distanciar do positivismo que predomina nos estudos organizacionais no Reino Unido; no entanto, sem um projeto político voltado para a emancipação do sujeito (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p.193)

No entanto, reconhecem que o positivismo também prevalece nos estudos organizacionais no Brasil, onde são escassas as abordagens críticas, às vezes, compreendidas de maneira pejorativa na academia. Lembrem, ainda, a relevância do posicionamento dos críticos das organizações no Brasil, Maurício Tragtenberg, Alberto Guerreiro Ramos e Fernando Prestes Motta: “denunciaram, sistematicamente, como o referencial positivista serve, em termos práticos, para a criação de ‘harmonias administrativas’ e para o exercício da dominação em inúmeros espaços da vida” (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p.193)

As pesquisadoras defendem a necessidade de se criticar a teoria dominante, oferecendo, concomitantemente, fundamentos para a emancipação e a transformação, circunscritos a um contexto histórico, político e social. E expressam dúvidas quanto à viabilidade de se utilizar referências dos países centrais, no contexto latino-americano, de modo acrítico, com vistas a nossa emancipação (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p.193)

As pesquisadoras ressaltam que o debate proposto nesse artigo parte da perspectiva da realidade, em que se inserem, de um país periférico e do entendimento que “o capitalismo não é uma fatalidade, mas uma construção histórica e humana e que, portanto, não é natural, nem eterno” (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p.194)

3.4. Enfoques Clínicos do Trabalho

O livro intitulado, “Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade”, reúne artigos de pesquisadores brasileiros e franceses. Em seu prefácio, Ives Clot esclarece que estudos sobre trabalho são feitos há muito tempo e o que se convencionou denominar “clínicas do trabalho” atualmente, relaciona-se com o agravamento da crise do trabalho e a necessidade de renovação da função social de instituições de pesquisa, a fim de se “tornarem instrumentos da transformação de que o trabalho necessita tanto na indústria quanto no setor de serviços” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, prefácio).

Os pesquisadores envolvidos com a clínica do trabalho não se restringem apenas a narrar os percalços do ambiente de trabalho, mas prover análises capazes de dar embasamento suficiente àqueles que pretendem levar transformações às situações de trabalho. Por isso, o empenho na atividade de pesquisa coletiva e continuada ao longo do tempo, a fim de se acumular a experiência, elaborá-la e transmiti-la, de modo a defender o trabalho contra a sua desconstrução e descaracterização que têm se alastrado nas organizações. (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, prefácio).

A clínica do trabalho se trata de uma atividade científica coletiva e aberta, que recebe contribuições de áreas como a psicodinâmica do trabalho, a psicopatologia do trabalho, a clínica médica do trabalho e a ergonomia de origem francófona, sem que haja monopólio de nenhuma corrente teórica. Ives Clot explica que para não se trapacear o real, como afirma, estimula-se a constante autocrítica dos limites e controvérsias teóricas de suas pesquisas,

por meio de diálogos autênticos entre os pesquisadores. E, ainda, cabendo aos envolvidos promover o inventário de questões não resolvidas, ou inconclusivas, que requerem esforços dirigidos no âmbito da clínica do trabalho (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, prefácio).

A definição de “clínicas do trabalho”, segundo Clot e Leplat *apud* Bendassolli e Soboll, corrobora e sintetiza as ideias apresentadas no prefácio do livro e compreende:

um conjunto de teorias que têm como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apresentando uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias é a situação do trabalho, que, em síntese, compreende a relação entre o sujeito, de um lado, e o trabalho e o meio, de outro (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 3).

Bendassolli e Soboll (2011, p.3) esclarecem que o termo “clínica” não deve ser confundido, equivocadamente, com a representação de uma “clínica de consultório”, onde são investigadas problemáticas individuais. A junção de “clínica” e “trabalho”, pelas diversas abordagens dos pesquisadores nesse campo, visa articular o mundo psíquico com o mundo social. A clínica do trabalho assemelha-se ao propósito da clínica social, ao unir pesquisa e intervenção na realidade dos sujeitos, contemplando casos de sofrimento, com base em relatos de experiências objetivas e subjetivas de trabalho. A clínica do trabalho transcende os aspectos deletérios do trabalho e ressalta, paralelamente, “os processos criativos e construtivos do sujeito, bem como sua capacidade de mobilização, de agir e de resistência face ao real do trabalho” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 3).

Para a análise psicológica das questões suscitadas pelo trabalho, são empregadas as vertentes cognitivo-comportamental, social e clínica. Bendassolli e Soboll (2011, p.4) relatam que a análise do trabalho aborda, em comum à psicologia social, problemas relacionados a representações sociais, identidade pessoal e social, efeitos do desemprego e processos organizativos. Enquanto, na psicologia do trabalho, de base cognitivo-comportamental, as pesquisas enfatizam o comportamento humano, considerando ser passível de gerenciamento, e os modelos mentais, examinando como os indivíduos elaboram as informações provenientes do ambiente de trabalho e das atividades em que estão implicados, por meio de pressupostos, histórias, imagens e abstrações (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 4).

As abordagens clínicas lançam luz sobre a relação de trabalho e os processos de subjetivação, aproveitando o conhecimento gerado para disseminar a conscientização sobre as experiências de trabalho, com vistas à transformação da realidade. Entre as

situações de trabalho evidenciadas incluem-se as que tratam da vulnerabilidade e da segmentação dos coletivos, em que são observados sofrimento, adoecimento ou submissão; ou, ainda, de situações em que o sujeito é impelido a apresentar provas do cumprimento dos trabalhos que realiza (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 4).

As diversas abordagens das clínicas do trabalho se distinguem em relação ao campo da psicologia organizacional e do trabalho (POT), por ser essa uma área intrínseca à “psicologia aplicada”, de natureza interventiva, a qual, segundo os autores: “surgiu com a proposta de oferta de soluções ‘cientificamente embasadas’, via quantificação, destinadas à previsão e ao controle do comportamento” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 4). Antes de ser designada como “psicologia aplicada” essa vertente ficou conhecida como psicologia industrial e; posteriormente, como “psicologia comportamental”, visando atender aos objetivos do gerenciamento, de modo a focar as questões comportamentais, a fim de aprimorar os níveis de desempenho obtidos dos funcionários. Os autores advertem que o psicólogo organizacional, no contexto de economia capitalista, fornece instrumentos de controle à gestão (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 5).

Enquanto as teorias cognitivo-comportamentais instrumentalizam o gerenciamento dos recursos humanos, para a imposição de imperativos de desempenho. Por sua vez, a psicologia do trabalho com ênfase clínica não constitui um instrumento da gestão organizacional; ao invés disso, trata de evidenciar os mecanismos que interferem nos processos de subjetivação. Nessa perspectiva, os processos emancipatórios do trabalhador são priorizados, e não somente o desempenho produtivo (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 5).

A pesquisa-ação exerce um papel proeminente na prática das clínicas do trabalho, segundo os autores: “além do desenvolvimento do conhecimento, permite que o psicólogo do trabalho cumpra com os propósitos de conscientização e o ‘empoderamento’ dos sujeitos nas situações de trabalho”. O pesquisador atua como “clínico social”, ao se empenhar na transformação do trabalho, mitigando os fatores de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, além dos obstáculos que os impedem de agir; e, como “pesquisador-clínico”, ao criticar o próprio conhecimento produzido, considerando a pesquisa uma práxis social (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 5).

As metodologias qualitativas são mais comumente empregadas em pesquisas em clínicas do trabalho, a fim de se estimular reflexões nos próprios sujeitos envolvidos acerca de suas práticas. Nesse sentido, os autores acrescentam que foram desenvolvidas técnicas específicas para as problemáticas examinadas nessa vertente, a saber: a “autoconfrontação cruzada” e os “grupos de análise de práticas”

(BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 6). O funcionamento dessas técnicas se baseia em:

dispositivos interpretativos que permitam o aumento da reflexividade dos sujeitos sobre suas atividades, a compreensão das defesas utilizadas para fazer face às dificuldades, às angústias e ao sofrimento, bem como a apropriação de estratégias bem-sucedidas e criativas de enfrentamento do real do trabalho (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 6).

As abordagens das clínicas do trabalho têm como propósito a emancipação do trabalhador, além de: “a necessidade de lutar contra a vulnerabilização social, contra a ocultação do real do trabalho e as formas de alienação e invisibilidade social” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 6). Por isso, não se restringem apenas às organizações capitalistas, mas também são aplicadas em diversos contextos, como em hospitais, presídios, instituições da polícia e até em escolas. O trabalho é compreendido não apenas como uma relação contratual de emprego, mas como meio do sujeito afirmar sua identidade individual e perante ao grupo, contribuindo, inclusive, para o fortalecimento de um gênero coletivo (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 6).

A origem das clínicas do trabalho remonta aos estudos sobre saúde mental, por duas correntes da psicopatologia do trabalho, vinculadas originalmente à psiquiatria. Enquanto, na primeira, Paul Sivadon enfocou as fragilidades do trabalhador diante das situações vividas no ambiente de trabalho, conforme explicam Bendassolli e Soboll (2011, p.7): “considerava que as ‘neuroses de trabalho’, provocadas por situações de insegurança e conflitos, desencadeavam desequilíbrios nos processos adaptativos’. Por sua vez, complementado por C. Veil, que considerou os aspectos psicológicos do sujeito abordados por Sivadon, contudo, incluiu em sua análise a organização do trabalho. Por meio dessa perspectiva, é observada uma ambiguidade real em relação ao trabalho; se por um lado, o trabalho inflige desgaste e sofrimento, também representa a possibilidade de o sujeito desenvolver sua criatividade e de ser um meio de sublimação. Enfim, “ocupa-se a análise situacional das experiências do sujeito no trabalho e das diversas formas de desadaptação provocadas pela saturação dos mecanismos de defesa” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 7).

A segunda corrente mencionada trata da abordagem de Louis Le Guillant, que defendia a ideia de indissolubilidade entre o indivíduo e o seu ambiente, contribuiu mais efetivamente para a fundação das clínicas do trabalho. A proposta dessa vertente, que recebeu influências do materialismo-histórico, é a de que o analista identifique as várias manifestações patológicas do trabalhador, a partir das situações concretas com as quais se depara. Por exemplo, a análise da fadiga, feita pelo autor, no âmbito do trabalho e dos vínculos objetivos ali estabelecidos pelo trabalhador, se

baseia em três planos: o biofisiológico, o psicoafetivo e o psicossocial. Destaca-se um estudo de Le Guillant, que alcançou grande repercussão, acerca da “neurose das telefonistas”, em que investigou a síndrome da fadiga nervosa (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 7).

Para Bendassolli e Soboll (2011, p.7), enquanto a primeira corrente formada por Sivadon e Veil enfoca a natureza intrapsíquica, instituindo uma clínica do sujeito; Le Guillant estabelece uma clínica “social” das situações de trabalho. Assim, se constituíram as abordagens que deram sustentação para as clínicas do trabalho no que tange: “os processos de subjetivação relacionados ao trabalho e o seu papel nas transformações das situações de trabalho” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 7).

As clínicas do trabalho tratam das diversas formas de mal-estar no trabalho, em decorrência do avanço das exigências impostas pelas organizações, junto a diminuição dos recursos individuais e coletivos para seu enfrentamento. De acordo com Bendassolli e Soboll (2011, p.8), são abordados, especificamente, três grupos de patologia (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 8).

O primeiro grupo trata das “patologias da atividade”, também denominadas como “patologias da sobrecarga”, que se ocupam de transtornos músculos-esqueléticos, por exemplo: “o *stress*, o *burnout*, o *karoshi*, a fadiga e as formas brandas ou graves de dissociações psicológicas”. Nesse caso, o foco central é a ruptura do processo de subjetivação/ personalização, em ambientes em que há a divisão de trabalho ao modo taylorista, em que o sujeito é dissociado de sua iniciativa no trabalho. Antunes *apud* Bendassolli e Soboll (2011, p.8) lembra que mesmo após um século da criação da administração científica, ainda persistem atividades que dissociam o pensar e o agir do sujeito, tendo, como exemplo, atualmente os “infoproletários” (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 8).

Os temas que concernem ao segundo grupo são “as patologias da solidão e da indeterminação no trabalho”. Observa-se a questão da solidão em situações em que o arcabouço de normas, atividades e identidades comuns se impõe ao ofício, segmentando o coletivo por meio de técnicas de gestão, tais como: a remuneração variável conforme o desempenho individual, o *coaching* e a gestão individualizada de carreiras. E o problema da indeterminação surge quando os trabalhadores não compreendem os meios e os fins das atividades que desempenham, tolhendo o processo de apropriação subjetiva de suas funções laborais. No contexto do setor de serviços, pela falta de critérios seguros, os trabalhadores são exigidos sobremaneira pelos clientes, que nem sempre expõem suas demandas com clareza (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 8).

As questões dos maus-tratos e da violência moral no trabalho são abordadas pelo terceiro grande grupo de patologias, compreendendo as diversas maneiras de assédio moral e a submissão dos indivíduos a determinadas formas de poder em relação as quais não têm um posicionamento coletivo instituído. Assim, o indivíduo torna-se vulnerável diante de uma situação desproporcional de poder quanto à organização, condição que gera sofrimento psíquico, por deixá-lo isolado apenas com seus próprios recursos pessoais. Incluem-se nos estudos desse grupo de patologias, os sofrimentos causados por situações de ruptura da trajetória profissional, como o desemprego e mudanças impactantes de função em organizações, que se mantêm indiferentes ao custo emocional que isso gera nos indivíduos (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 9). Enfim, Bendassolli e Soboll (2011, p. 9) mencionam ainda uma quarta categoria de patologias que englobam situações traumáticas que conduzem o indivíduo à depressão, ao suicídio e a tentativas de suicídio, além de uma gama de descompensações mentais (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 9).

Gaulejac (2007, p.36) compreende que o mundo do trabalho sofreu grandes transformações em termos de sofrimento e de injustiça. Se antes a natureza do poder gestor era baseada essencialmente na exploração da força física, o autor constatou que a exploração exercida hoje em dia passou a se utilizar de técnicas que mobilizam primordialmente a psique dos trabalhadores para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela organização (GAULEJAC, 2007, p.36).

Dentre as principais mudanças observadas, com base em descrições de empresas industriais do início do século XX para as multinacionais observadas hoje, destacam-se a pressão imposta pelos acionistas sobre os funcionários, para a obtenção de lucros cada vez maiores a curto prazo, e o poder gestor obscurecido, com base em sistema de organização complexos e virtuais. Embora a “gestão gerencialista” se apresente como objetiva, operatória e pragmática, em essência “é uma ideologia que traduz as atividades humanas em indicadores de desempenho, e esses desempenhos em custos ou em benefícios” (GAULEJAC, 2007, p.36).

Gaulejac (2007, p.38) esclarece que “a ideologia gerencialista preenche o vazio ético do capitalismo a partir do momento em que este se dissociou da ética protestante, que fundava sua legitimidade”. A “abstração” e a “desterritorialização do capital” são os pilares nos quais o poder gerencialista se desenvolve. Nesse contexto, “a ética de resultado substitui a moral, o projeto capitalista procura em si mesmo sua própria finalidade” (GAULEJAC, 2007, p.38).

Dentre as contradições do poder gerencialista, por um lado, o gerente se identifica com o objetivo da empresa e se ajusta ao sistema; por outro se vê diante de condições

salariais submetidas às imprevisibilidades da carreira, à possibilidade de dispensa, à pressão cotidiana e à concorrência atroz (GAULEJAC, 2007, p.39).

Assim, o gerenciamento vem cumprir uma tarefa um tanto complexa, que é a de conciliar os diferentes elementos necessários para fazer a empresa funcionar, na medida em que produz mediações entre capital, trabalho, matérias-primas, tecnologia, regras, normas, procedimentos. Incide sobre as responsabilidades do gerente as exigências de lucratividade dos acionistas, a adaptação ao mercado, no qual o “cliente é o rei”, e a melhoria das condições de trabalho. A partir dos anos 1980, a relação capital e trabalho foi marcada profundamente pelos adventos da internacionalização e da financeirização da economia (GAULEJAC, 2007, p.40).

Como consequência dessas transformações o foco na rentabilidade financeira passou a ser prioridade entre as empresas. Sendo o principal meio de alavancagem ou financiamento de recursos para as empresas a bolsa de valores. A contrapartida era a exigência de rentabilidade por parte de seus acionistas, cujas expectativas de retorno de investimento aumentavam sucessivamente. Assim, a cotação da bolsa passou a ser a “obsessão número um” das organizações (GAULEJAC, 2007, p.40).

O funcionamento do capitalismo industrial no final do século XX foi profundamente alterado por três fenômenos, a saber: a substituição da economia industrial pela economia financeira, a desterritorialização do capital por meio do relaxamento dos modos de regulação econômica, e, por fim, a disseminação do imediatismo do ideal do “tempo real” pela combinação da informática com as telecomunicações e as exigências do mercado financeiro. Com a transição da perspectiva econômica para a financeira, as relações de poder na empresa se modificaram drasticamente. Em vez da gestão do pessoal e das relações sociais, passa a prevalecer a gestão dos recursos humanos. A mensagem por trás desse termo significa que os trabalhadores passam a ser recursos da empresa, como outros recursos quaisquer (GAULEJAC, 2007, p.41).

As novas “exigências do mercado” são caracterizadas, sobretudo, pela adaptabilidade, flexibilidade e reatividade, com vistas ao bom gerenciamento dos recursos humanos. Soma-se a estas, a necessidade de imediatismo das respostas, devido ao universo altamente competitivo, então, configura-se a aceleração contínua dos ritmos e encurtamento dos prazos. O sistema de produção fica em permanente tensão em busca do “zero de atraso, tempo exato, fluxos tensos, gerenciamento imediato, etc.” (GAULEJAC, 2007, p.41).

Um dos efeitos mais perversos para os trabalhadores provavelmente seja o de vincular a volatilidade dos mercados financeiros ao mercado de trabalho. Dessa maneira, verifica-se a “multiplicação de empregos precários, empregos temporários, contratos

com duração determinada, demissões brutais”. O autor considera que “as políticas chamadas de recursos humanos consistem em desenvolver uma flexibilidade máxima do mercado de trabalho” e afirma que os empregos não protegidos podem representar cerca de 40% do pessoal da ativa (GAULEJAC, 2007, p.43).

Outrora, a identificação do poder era mais evidenciada, havia famílias detentoras de empresas e propriedades. Atualmente, com o desenvolvimento do capitalismo financeiro houve uma despersonalização das fontes de poder. A diferença está basicamente no modo como o proprietário se identifica com o futuro da empresa da qual ele é fundador ou herdeiro e com os acionistas anônimos que visam à remuneração de seu capital. Essas transformações do capitalismo propiciaram um processo generalizado de desterritorialização do poder. Desse modo, o lugar aonde a atividade é exercida concretamente está alheio ao lugar das tomadas de decisões (GAULEJAC, 2007, p.45-46).

Esse contexto agrava-se ainda mais com a implantação de *stock-options* como forma de remuneração dos gerentes, criando situações de aberrações quando estes, por falta de escrúpulos e alinhados com a administração, inflavam artificialmente os movimentos de ações, a fim de revendê-las com sobrevalorização, mesmo que esse ato pudesse representar uma estratégia arriscada para a sobrevivência da empresa. Aliás, é comum programas sociais e de fechamento de serviços serem decididos por razões financeiras de bolsa de valores (GAULEJAC, 2007, p.47).

Relembrando a concepção de Taylor, segundo a qual o aumento do salário deveria ser acompanhado do aumento dos lucros. Desse modo, o gerenciamento segundo essa aceção tinha como pressuposto levar em conta, inclusive, os interesses dos trabalhadores (GAULEJAC, 2007, p.48-49).

Verifica-se impostura até mesmo na relação com o cliente. Por meio de estratégias de marketing, o interesse real e o desejo subjetivo do cliente são condicionados, a fim de que a empresa possa extrair mais lucros com a venda de seus produtos. Acerca da tendência atual que deprime o trabalho, Gaulejac explica que “a globalização joga o capital contra o trabalho, favorecendo uma concorrência exagerada, naturalizando os deslocamentos, favorecendo a circulação de capitais e ao mesmo tempo controlando a dos homens, aceitando os paraísos fiscais, tolerando a especulação e certas formas de delinquência financeira” (GAULEJAC, 2007, p.49).

Uma das principais causas da submissão gerencialista aos mercados financeiros é a razão psicológica, simbolizada pela vontade de onipotência, em ser o número um em seu segmento, o maior e o mais forte, caracterizando no gerenciamento uma verdadeira “pulsão de expansão”. Gaulejac chama a atenção para o fato de essa característica impulsionar a dominação do capitalismo patrimonial, outorgando maior

poder aos mercados financeiros, os quais eles não dominam. Essa estratégia só pode ser compreendida considerando que há uma elite persuadida a usufruir de benefícios colossais desse mecanismo (GAULEJAC, 2007, p.51).

É assustador o poderio financeiro das empresas multinacionais, cujos patrimônios são frequentemente superiores às riquezas de países, o que por si só já configuraria uma anomalia. Uma das características mais temerárias dessas corporações sobre a sociedade é a prática de lobby sobre as políticas dos governos, inclusive das instituições internacionais. Os políticos, por sua vez, se demonstram impotentes para controlá-las. Dessa maneira, as multinacionais impõem sua lei de mercado, influenciam nos modos de regulação que poderia, em vez disso, buscar um equilíbrio entre acionistas, os produtores e os consumidores (GAULEJAC, 2007, p.53-54).

Neste contexto, é curiosa a constatação de que os indivíduos que estão envolvidos nessas decisões estratégicas, que regem os rumos da sociedade, decidem permanecer no anonimato (GAULEJAC, 2007, p.55). É inquietante constatar que cem multinacionais controlam de alguma forma mais de 50% da produção econômica mundial. Com indignação o autor questiona: e afinal, “quem controla as multinacionais”? (GAULEJAC, 2007, p.56).

Mesmo conscientes e arcando com as consequências de transformações deletérias nas atividades profissionais, em decorrência do novo ambiente político econômico mundial que se formou, Dejours (2000, p.17) se questiona acerca da falta de mobilização da sociedade para enfrentar essa situação opressora. A questão central de Dejours, na obra de sua autoria, “A banalização da injustiça social, consiste em saber: “por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento aos primeiros? (Dejours, 2000, p. 17)

Para o autor, a condição para a permanência dessa situação é o nosso consentimento, mesmo quando isso nos repugna. As motivações subjetivas de consentimento (sujeito psíquico) exercem então um papel determinante. É por intermédio do sofrimento no trabalho que se forma o consentimento para participar do sistema. E quando funciona, o sistema gera, por sua vez, um sofrimento crescente entre os que trabalham (Dejours, 2000, p. 17)

Isto ocorre porque os que trabalham perdem gradualmente a esperança de que a condição que hoje lhes é dada possa melhorar. Os que trabalham percebem que quanto mais dedicam seus esforços pela empresa, mais agravam a situação. Dessa maneira, a relação com o trabalho se afasta da promessa de felicidade e segurança compartilhadas: seja para si mesmo, bem como para os colegas, os amigos e os próprios filhos (Dejours, 2000, p. 17)

Esse sofrimento aumenta ainda mais pelo fato de que, mesmo envidando esforços no trabalho, em troca não poderá satisfazer as suas expectativas no plano material, afetivo, social e político (Dejours, 2000, p. 18).

No entanto, o sofrimento em vez de desativar essa “maquinaria da guerra econômica”, acaba por alimentá-la. Homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento ao qual são submetidos no trabalho. As estratégias de defesa são sutis, cheias de engenhosidade, e ainda abrigam uma armadilha sobre os que, graças aos que recorrem a elas, suportam o sofrimento (Dejours, 2000, p. 18).

Para trazer luz sobre essa tolerância que se abate sobre desempregados e aos novos pobres numa sociedade que, apesar disso, continua enriquecendo, o primeiro passo é tomar consciência deste sofrimento no trabalho. “Em matéria de defesa contra o sofrimento, não há leis naturais, e sim regras de conduta construídas por homens e mulheres”. Condutas estas que alimentam a injustiça e a fazem perdurar. Assim, enfrentar a questão do sofrimento e do medo, bem como sobre seus efeitos danosos, em vez de ignorá-los, constitui um recurso que conduziria a sociedade a não consentir mais o mal (Dejours, 2000, p. 18).

No mundo do trabalho prevalece um sentimento de medo diante da ameaça de exclusão, vítima do desemprego, da pobreza. No entanto, essa exclusão social seria consequência de uma injustiça. Muitos cidadãos não associam a injustiça ao sofrimento. Assim, “quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça” (Dejours, 2000, p. 19).

As pessoas que dissociam sua percepção do sofrimento alheio do sentimento de indignação causado pelo reconhecimento de uma injustiça adotam frequentemente a postura de resignação. Como se estivessem diante de um fenômeno: a crise do emprego, considerada uma fatalidade, comparável a uma epidemia, à peste. Segundo essa aceção, não haveria injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer nenhuma influência (Dejours, 2000, p. 20).

A questão da justiça ou da injustiça implica antes de tudo a questão da responsabilidade pessoal. As noções de responsabilidade e de justiça concernem à ética e não à psicologia. O juízo de atribuição passa pela adesão a um discurso ou a uma demonstração científica, ou ainda, a uma crença coletiva, que seja incontestável para o sujeito que julga (Dejours, 2000, p. 20).

A tese da causalidade do destino dada ao sujeito exteriormente, não advém de uma inferência psico-cognitiva individual. Desse modo, Dejours se questiona:

Por que o discurso economicista que atribui o infortúnio à causalidade do destino, não vendo responsabilidade nem injustiça na origem desse infortúnio, implica a adesão maciça de nossos concidadãos,

com seu corolário, à resignação ou à falta de indignação e de mobilização coletiva? (Dejours, 2000, p. 20).

Nesse sentido, Dejours (2000, p.21) se baseia na psicodinâmica do trabalho, que tem implicações nos campos psicológico e sociológico, para trazer luz a esta questão. A psicodinâmica do trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria uma manifestação do processo de “banalização do mal” (Dejours, 2000, p. 21).

Não seria apenas a separação da adversidade e injustiça, nem a impotência diante de um processo que nos transcende, “mas funcionaria também como uma defesa contra a consciência dolorosa da própria cumplicidade, da própria colaboração e da própria responsabilidade no agravamento da adversidade social”. No entanto, a banalização de um processo subjacente à eficácia do sistema liberal econômico, também consta nas vertentes totalitárias, em um exemplo extremo, verifica-se esse mesmo comportamento no regime nazista (Dejours, 2000, p. 21-22).

Dejours observa que, desde os anos 1980, se atenuaram as reações sociais relativas ao sofrimento, à adversidade e à injustiça; que poderiam transcorrer como um modo de mobilização coletiva, com vistas à formulação de ações voltadas à solidariedade e à justiça. No entanto, nesse cenário, emergiram “reações de reserva, de hesitação e de perplexidade”, como casos em que prevaleceu a total indiferença. Essa passividade coletiva decorreria, segundo alguns autores, da falta de perspectivas nos âmbitos econômico, social e político (Dejours, 2000, p. 23-24).

Segundo Dejours (2000, p. 24), os movimentos coletivos de dimensão social não marcham em prol de uma felicidade prometida, a fonte propulsora para a mobilização residiria na cólera contra o sofrimento e a injustiça considerados intoleráveis. Desse modo, “a ação coletiva seria mais reação do que ação: reação contra o intolerável, mais que ação voltada para a felicidade” (Dejours, 2000, p. 24).

A precariedade da mobilização coletiva contra o sofrimento não seria então pela falta de utopia social alternativa, mas pelo desenvolvimento da tolerância à injustiça. Esse período também se caracteriza, especificamente quanto ao trabalho, pela “adoção de novos métodos de gestão e direção de empresas, o que se traduz pelo questionamento progressivo do direito do trabalho e das conquistas sociais” (Dejours, 2000, p. 25).

O autor reconhece que mesmo quando casos de brutalidade são denunciados, permanecem absolutamente sem consequência política, pois não há mobilização coletiva concomitante. Pior, as denúncias parecem compatíveis com uma crescente tolerância à injustiça. Portanto, Dejours (2000, p.25) questiona se ocorre o efeito oposto ao esperado do ato da denúncia:

será que a denúncia aqui funciona de uma maneira inusitada, ou seja, que em vez de catalisar a ação política ela serve para familiarizar a sociedade civil com a adversidade, para domesticar as reações de indignação e para favorecer a resignação, constituindo inclusive uma preparação psicológica? (Dejours, 2000, p. 24).

Trata-se de um equívoco a ideia de que o sofrimento no trabalho tenha sido atenuado pelo advento da mecanização e da robotização. Uma vez que, alerta Dejours (2000, p.27), do outro lado da fachada do progresso, há o sofrimento dos que trabalham, dos que “pretensamente não mais existem, embora na verdade sejam legião, e que assumem inúmeras tarefas arriscadas para a saúde, em condições pouco diferentes daquelas de antigamente” (Dejours, 2000, p. 27). O autor verificou em estudos clínicos e sondagens que realizou, tanto na França, como no exterior, condições de extremo sofrimento as quais os trabalhadores eram submetidos.

Dejours (2000, p. 27) pondera que antes as reportagens se dedicavam aos problemas referentes ao mundo do trabalho comum, faziam acompanhamento de sondagens sociais; no entanto, houve a mudança da orientação de pauta para questões prementes dos avanços do progresso. Assim, a imprensa passou uma sensação aos leitores de que os problemas decorrentes do mundo do trabalho são casos extraordinários, sem representar a condição geral em que vivem os trabalhadores. Inclusive, há jornalistas que profetizam o fim do trabalho associado a uma liberdade reconquistada. Em termos de violência parece que só tem destaque na imprensa casos relacionados ao “martírio das vítimas da violência e às atrocidades bélicas” (Dejours, 2000, p. 27-28).

Segundo Dejours, dentre as fontes de sofrimento observadas entre os trabalhadores destaca-se o medo da incompetência. Independentemente, da qualidade da elaboração e organização do trabalho, baseado em prescrições, instruções e procedimentos pré-determinados, é natural que o trabalhador, em situações cotidianas, empregue zelo demasiado para, eventualmente, conferir agilidade à atividade que desempenha, a fim de atender aos objetivos esperados. Caso contrário, seguindo irrestritamente as regras de maneira meticulosa, os trabalhadores podem se deparar com uma situação considerada como “operação padrão ou operação tartaruga”. A diferença entre o prescrito e o real na gestão, de acordo com o autor, relaciona-se com a “mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência” (Dejours, 2000, p. 30).

São comuns incidentes e acidentes no ambiente de trabalho, cuja origem nem sempre é esclarecida, mas que, no entanto, “abalam e desestabilizam os trabalhadores mais experientes”. Nessas situações, nem sempre se evidencia se as falhas decorreram da incompetência do trabalhador ou se advém de anomalias do próprio sistema técnico

da organização (Dejours, 2000, p. 31). De qualquer modo, fica abalada a confiança do trabalhador em sua competência profissional, de acordo com o autor:

e essa fonte de perplexidade é também a causa da angústia e de sofrimento, que tomam a forma de medo de ser incompetente, de não estar à altura ou de se mostrar incapaz de enfrentar convenientemente situações incomuns ou incertas, as quais exigem responsabilidade. (Dejours, 2000, p. 31).

Também gera sofrimento ao trabalhador a pressão exercida pelo grupo aos demais para que se trabalhe mal, de modo insatisfatório. Mesmo quando o trabalhador está ciente da atividade a qual deve realizar, é impedido pelas pressões sociais do trabalho. Essas contradições são mais comuns em esferas operacionais, nas quais o trabalhador se sente coagido ao pensar em executar sua atividade corretamente, ou da melhor forma possível; o deixando, assim, em situação psicológica aflitiva (Dejours, 2000, p.32).

A superação de obstáculos nas organizações por trabalhadores para que realizem uma atividade bem feita requer muita concentração e inteligência, como também muito investimento pessoal. Assim, quando esse esforço passa despercebido ou é até mesmo negado pelos colegas, pode provocar um enorme sofrimento ao trabalhador, inclusive com danos a sua saúde mental. Segundo Dejours (2000, p.34): “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham; mas mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho” (Dejours, 2000, p.34).

Nesse processo de reconhecimento da qualidade do trabalho, o trabalhador, por sua vez, sente que todo o esforço envolvido terá sido válido, não somente para a organização, como para si mesmo, constituindo-se assim um patamar para a construção de sua identidade. Dejours (2000, p.34) explica as implicações dessa nova imagem que o trabalhador passa a construir de si próprio: “isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d’alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica da realização do ego (Dejours, 2000, p.34). No sentido oposto, o sofrimento atinge o sujeito que não usufrui dos benefícios do reconhecimento por seu trabalho, conseqüentemente, não internaliza o sentido de sua relação com o trabalho. Desse modo, com essa ruptura, cria-se uma dinâmica que acentua progressivamente os problemas decorrentes da falta de reconhecimento, conforme afirma:

sofrimento que num círculo vicioso e dentro em breve desestruturante, é capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade e de levar à doença mental. Portanto, não há neutralidade do trabalho diante da saúde mental (Dejours, 2000, p.34-35).

Embora a gestão empresarial seja amplamente considerada como um meio racional e objetivo de conduzir com eficiência as organizações, há de se considerar as relações de poder que estão contidas em suas normas e regras, além da orientação capitalista que incide sobre sua ideologia, atualmente influenciada pela abstração e desterritorialização do capital.

Essas mudanças têm trazido sérias consequências para o ambiente do trabalho. No entanto, não há mobilização pela sociedade, mesmo diante de tantas injustiças e sofrimento padecido nas organizações.

A falta de mobilização da sociedade decorre, segundo a visão de Dejours, da intimidação da força da organização do capital mundo afora, que forçou a flexibilização das relações de trabalho e através de técnicas gestionárias que oprimem o trabalhador de diversas maneiras, abrangendo aspectos relacionados à sua competência, passando por mentiras institucionais até a pressão do “mercado”, como um modo de subjugá-lo.

3.5. Correntes de Pensamento Crítico no Brasil

Vieira e Caldas (2007, p. 296) reconhecem que Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta iniciaram a tradição do pensamento crítico, na área da administração, no Brasil. Como teóricos críticos refletiam acerca do que nossa sociedade poderia ser e não é. As ideias desses autores influenciam diversas gerações de pesquisadores brasileiros (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 296-297).

Paula (2005, p.13) em um artigo em que sublinha os aspectos psicanalíticos da abordagem de Fernando Cláudio Prestes Motta e no qual também tece homenagem ao intelectual falecido alguns anos antes, afirma que:

algumas perdas são irrecuperáveis e este é o caso da morte de Fernando Cláudio Prestes Motta, que ao lado de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, completa uma singular tríade de estudiosos que comungam de uma visão crítica e não instrumental das organizações (PAULA, 2005, p.13).

Bertero (2003, p.150) corrobora que Prestes Motta foi um dos precursores da área de organizações no Brasil, em conjunto com outros nomes, dentre os quais sobressaiam Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg.

Alberto Guerreiro Ramos obteve reconhecimento pela sua intensa atividade intelectual, extensa bibliografia e contribuição na renovação da sociologia no Brasil. Nasceu, em 1915, no Município de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Coursou o ensino fundamental e médio em Salvador. No Rio de Janeiro, então, Distrito Federal,

em 1942, bacharelou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia e um ano após pela Faculdade Nacional de Direito. Foi assessor de Getúlio Vargas durante seu segundo mandato presidencial, entre 1951 e 1954. Em seguida, assumiu o cargo de direção do departamento de sociologia do ISEB, dotado de “autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra”. O ISEB foi criado pelo então presidente Café Filho, em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (ABREU, 2010).

O ISEB tinha como propósito promover atividades científicas acerca das ciências sociais, “cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumental teórico que permitisse o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. Além de Guerreiro Ramos, intelectuais como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Néelson Werneck Sodré constituíram um grupo que formulou as bases para a ideologia “nacional-desenvolvimentista” tido como referência no Brasil, num período demarcado pela morte de Vargas, em 1954, e a deposição de João Goulart, dez anos depois (ABREU, 2010).

Guerreiro Ramos ocupou o cargo de deputado federal em agosto de 1963 até ter seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964. De acordo com o *Correio Brasiliense apud* Abreu (2001), Guerreiro Ramos defendia as seguintes medidas políticas, como por exemplo:

do intervencionismo econômico, do monopólio estatal do petróleo, da nacionalização da indústria farmacêutica e dos depósitos bancários, considerando necessária a reforma constitucional a fim de que, com o pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública, se pudesse promover a reforma agrária, inicialmente cooperativista, mas sem considerar necessária qualquer experiência coletivista. Defendeu também as reformas eleitoral — voto para os analfabetos e soldados e elegibilidade de todos os eleitores —, bancária e administrativa (ABREU, 2010).

No âmbito da trajetória política, ainda foi secretário do Grupo Executivo de Amparo à Pequena e Média Indústrias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Atuou também na Secretaria de Educação da Bahia, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e, ainda, representou o Brasil como delegado junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Como professor, lecionou sociologia na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da FGV, além de ter ministrado conferências na Universidade de Paris e em instituições de diversos países (ABREU, 2010).

Em 1966, Guerreiro Ramos radicou-se nos Estados Unidos, onde integrou o corpo docente na Universidade do Sul da Califórnia, falecendo em 1982, em Los Angeles (ABREU, 2010).

Entre suas publicações, destacam-se as seguintes: Sociologia industrial (1951), Cartilha brasileira do aprendiz de sociologia (1955), Introdução crítica à sociologia brasileira (1957), Condições sociais do poder nacional (1957), O problema nacional do Brasil (1960), A crise do poder no Brasil (1961), Mito e realidade da revolução brasileira (1963), A redução sociológica (1964), A nova ciência das organizações (1981) e Administração e estratégias do desenvolvimento (ABREU, 2010).

Os livros de Guerreiro Ramos, “Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração” e “A nova ciência das organizações”, são de particular interesse em estudos organizacionais.

No livro “A Redução Sociológica”, Guerreiro Ramos criticava a ciência domesticada, incapaz de oferecer soluções para os problemas reais e sem caráter emancipatório. Já em “A nova ciência das organizações”, alertava para o fato de o mercado ser a forma dominante da organização da vida social e os problemas decorrentes da sua contínua expansão, que deveria ser delimitado (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 296-297).

A respeito de Maurício Tragtenberg, Fernando Prestes Motta (2001, p.64) afirma que: “não foi apenas um grande sociólogo, foi também um dos fundadores mundiais da teoria crítica das organizações, hoje um campo prolífero em vários países”. Ressalta que em sua produção científica, Tragtenberg estabeleceu novas maneiras de desenvolver o referencial teórico de Marx, o associando à obra de Max Weber, o que até então era uma possibilidade inaceitável pelos estudiosos. Tragtenberg justificava essa opção, alegando que Marx era o teórico da estrutura, da base econômica; enquanto Weber seria o teórico da superestrutura política e ideológica da sociedade. Além disso, Tragtenberg rompeu com o marxismo ortodoxo e se aproximou de um marxismo “autogestionário”, passando a abranger diversas correntes, até mesmo anarquistas (PRESTES MOTTA, 2001, p.64).

Segundo Prestes Motta (2001, p.64), “Burocracia e ideologia”, uma das principais obras de Tragtenberg, irrompe com inúmeros preconceitos e apresenta as bases para futuras teorizações. A começar pelo fato de que, na referida obra, Tragtenberg considera as teorias administrativas como ideologias da burocracia, estas influenciadas pelo modo de produção asiático. Essa reflexão despertou o interesse de muitos pesquisadores, o que representou “um grande golpe na *mainstream* da teoria” (PRESTES MOTTA, 2001, p.64).

Nesse livro, a Teoria Geral da Administração é apresentada como ideológica e portadora da ambiguidade básica do processo ideológico. Tragtenberg *apud* Prestes Motta (2001, p.65) explica que:

vincula-se às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do trabalho e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia”

Entre as obras de Tragtenberg, Prestes Motta (2001, p.64) destaca as que considera mais relevantes para a teoria organizacional, a saber: “A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder” e o ensaio “A escola como organização complexa” (PRESTES MOTTA, 2001, p.64).

Em suas obras, ora sobressai mais o aspecto acadêmico de Tragtenberg, ora o militante; mas, sobretudo, permeia em todas sua erudição e estudo. Prestes Motta (2001, p.64) revela a generosidade do intelectual que nem sempre ficava evidente para quem o conhecia somente através de seus textos:

o que nem sempre fica claro é o Maurício bondoso, que distribuía referências bibliográficas entre os colegas e alunos, até quando estes não as pediam. Por vezes, as referências vinham acompanhadas do nome da livraria e da localização em suas estantes (PRESTES MOTTA, 2001, p.64).

Prestes Motta descreve também a situação em que recebeu uma ajuda particular de Tragtenberg, para montar um curso que estava sob sua responsabilidade, em uma fase em que padecia de esgotamento físico e mental. Tragtenberg reuniu um grupo de professores para organizar a disciplina em questão e, assim, o curso foi devidamente realizado (PRESTES MOTTA, 2001, p.65).

Prestes Motta reconhece a influência do pensamento de Tragtenberg em sua obra, sobretudo, no livro de sua autoria, “Organização e poder: empresa, Estado e escola”. Ressalta a importância do pensamento de Claude Lefort nos estudos acerca da burocracia, sendo que um grupo social, visando manter seu próprio poder, faz com que predomine um determinado tipo de organização, dado o nível da técnica disponível e a economia, para exercer uma atividade social, mas envolvendo um sistema de condutas significativas. Segundo afirma:

procuro explorar a hipótese de que a tecnoburocracia é uma classe social constitutiva do capitalismo, que vive para a manutenção e ampliação de seu próprio poder, que faz prevalecer um tipo de organização em constante mutação, com marcos claros nas diversas formas de cooperação que caracterizam o capitalismo (PRESTES MOTTA, 2001, p.65).

A teoria das organizações (*mainstream*), concebida nos países desenvolvidos, é uma expressão ideológica da prática capitalista e é reproduzida tanto por meio do capital cultural objetivado, como do capital social, conforme conceituado por Bourdieu, divulgando e promovendo a naturalização da dominação (PRESTES MOTTA, 2001, p.65).

A influência de Tragtenberg nas obras de outros pesquisadores, se faz notar, por exemplo, em um trabalho de Ana Paula Paes de Paula, onde afirma que os modelos de produção “fordista” e “toyotista” servem aos interesses socioeconômicos dominantes e são instrumentalizados ideologicamente, o que legitimam tais interesses e ainda atuam na minimização das tensões da relação capital e trabalho. Tragtenberg denominava “harmonia administrativa” esse efeito de se amenizar conflitos no interior das organizações, que encontra respaldo teórico nas obras antecessoras de Conde de Saint-Simon, Frederick W. Taylor, Henri Fayol e Elton Mayo (PRESTES MOTTA, 2001, p.66).

Nesse trabalho, Paula comenta que a expressão “burocracia flexível” surge do anseio da burocracia de se adaptar às inovações tecnológicas e às demandas de mercado, contando com novos instrumentos de controle, que, aprimorados, formam um “aparelho ideológico reprodutor da dominação”. Nota-se que, essa nova noção de burocracia, não foi designada como uma organização pós-burocrática, nem uma organização pós-moderna (PRESTES MOTTA, 2001, p.66).

Prestes Motta (2001, p.66) remonta ao termo “desburocratização”, que ficou em evidência entre gestores no âmbito governamental e da iniciativa privada, que exaltava o predomínio do formalismo e da impessoalidade, o tipo ideal de burocracia weberiana. Segundo Prestes Motta (2001, p.66), o termo é falacioso, uma vez que tenciona desviar a atenção da burocracia como dominação: trata-se de uma nova operação ideológica que busca a maximização da “harmonia administrativa (PRESTES MOTTA, 2001, p.66).

O autor tece considerações acerca do pensamento de Tragtenberg, que considera atual e necessário, para a transformação em uma sociedade mais democrática:

essencial a sua luta contra a dominação e a exploração. É por esta razão que sua obra é tão necessária para refletir sobre as possibilidades de emancipação humana e sobre as possibilidades de construção de uma sociedade igualitária e justa. Da mesma maneira, sua obra é essencial para se pensar a verdadeira democratização das relações de trabalho (PRESTES MOTTA, 2001, p.66).

Sobre o referido trabalho de Paula, o autor comenta o trecho em que a pesquisadora discorre sobre a emancipação da sociedade. Para Paula, a condição para a emancipação reside na superação da noção de democracia como consenso,

passando a pensá-la como conflito, no sentido de uma participação autêntica em processos de tomada de decisões e na partilha do poder (PRESTES MOTTA, 2001, p.66-67).

No entanto, pondera que é necessário ter cautela com pontos de vista alternativos que despontam acerca da emancipação da sociedade. Cita a literatura que promove a ideia de “ócio criativo”, segundo a qual a sociedade alcançaria mais tempo livre, que poderia ser dedicado ao ócio e à criatividade, em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. De acordo com Prestes Motta (2001, p.67), essa formulação faz uma interpretação própria da ideia marxista, na qual o desenvolvimento do trabalho tenderia a torná-lo uma atividade lúdica. No entanto, para Tragtenberg *apud* Prestes Motta (2001, p.67), a emancipação do trabalhador estaria mais relacionada ao modo como as forças sociais se relacionam, do que com o incremento da tecnologia no processo de trabalho (PRESTES MOTTA, 2001, p.67).

Outro exemplo é o conceito de “empreendedorismo” segundo o qual autogerenciamento seria o meio para a liberdade do trabalhador. Tragtenberg criticava que “técnicas e ideias anteriormente circunscritas ao treinamento empresarial são agora disponíveis a qualquer interessado, exacerbando o individualismo e criando uma falsa sensação de liberdade”. No entanto, para o intelectual essa ideologia conduz a desmobilização política (PRESTES MOTTA, 2001, p.67).

Paula expressa, em seu referido trabalho sobre a atualidade de Tragtenberg, que um dos principais traços de sua obra é “a esperança por trás do alerta para as armadilhas ideológicas que nos desviam da liberdade, pela ‘falácia da harmonia’”. Prestes Motta lembra que Tragtenberg “nunca cooptou a ciência que não tivesse como horizonte a elevação da condição humana, a dignidade do homem” (PRESTES MOTTA, 2001, p.67).

Em “Administração, poder e ideologia”, Tragtenberg discorreu sobre a ideologia concernente à teoria da administração. Segundo Vieira e Caldas (2007, p. 297), nessa obra, o autor argumentou que: “a administração dedica-se ao estudo da legitimação burocrática do poder e que esta possui caráter repressivo, dada sua ênfase no controle sobre o homem” (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 297).

Os perfis acerca da obra de Fernando Cláudio Prestes Motta escritos por Bresser-Pereira e Carlos Osmar Bertero são delineados pela convivência profissional e vínculos de afeição e amizade estreitados ao longo de décadas.

Prestes Motta bacharelou-se pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, onde cursou mestrado e doutorado. Em seguida, ingressou como livre-docente na Universidade de São Paulo (USP), sendo promovido a professor associado e passou a exercer, simultaneamente, por algum tempo, o cargo

de professor titular no Departamento de Administração Geral e de Recursos Humanos da FGV, em São Paulo (BERTERO, 2003, p. 149).

Bertero (2003, p.149), na graduação da FGV, lecionou a disciplina Relações Humanas na qual Prestes Motta foi seu aluno. Bertero lembra que na ocasião o curso era considerado de vanguarda, por ter como referencial bibliográfico as pesquisas e teorias então formuladas por Taylor e Fayol, já alçadas a condição de clássicos da administração, além do experimento de Hawthorne, de Elton Mayo. Relembra que Prestes Motta não demonstrava interesse pelas áreas funcionalistas e instrumentalizantes, inerentes à gestão, e que seu aluno esperava mais espaço para reflexão acerca das práticas administrativas (BERTERO, 2003, p. 149).

Bertero (2003, p.150) relata que, mais tarde, já atuando na carreira docente, em curso de graduação em administração, este posicionamento de Prestes Motta em suas aulas, em vez de desviar a atenção desses estudantes pragmáticos, que ambicionavam a capacitação para competirem pelo sucesso profissional; representava, na realidade, um estímulo. De acordo com Bertero (2003, p.150):

suas aulas sempre foram das mais interessantes, atraindo muitos estudantes; nada havia nelas que ensinasse como triunfar na profissão de administrador nem qualquer intenção do mestre de fornecer a eles 'instrumentos' de trabalho para que melhor pudessem gerir e sobreviver em meio ao cipoal organizacional.

A perspectiva dominante no ensino da administração ainda hoje é a da Teoria Geral de Administração (TGA), fundamentada essencialmente nas funções do administrador, conforme concepção de Fayol. No entanto, Prestes Motta se voltou para as temáticas acerca das organizações e dos estudos organizacionais. Nessa ocasião, próximo à Luiz Carlos Bresser Pereira, escreveram juntos um texto sobre organizações burocráticas, fundamentado conceitualmente no pensamento de Max Weber, texto que até recentemente constituía uma referência no ensino de organizações. Na ocasião, publicou outro documento que serviu como base da disciplina que ministrou sobre organizações (BERTERO, 2003, p.150).

Para desenvolver suas pesquisas em estudos organizacionais, Prestes Motta tratou de conhecer as obras clássicas das ciências sociais, ampliando posteriormente seus interesses para a antropologia, a psicologia social e a psicanálise. Bertero (2003, p.150) destaca a opção de Prestes Motta por uma linha de pesquisa considerada marginal na administração: “a partir desse momento, Fernando teria de entrar, cada vez mais, num mundo que não havia sido prioridade em uma escola de administração – o das ciências sociais” (BERTERO, 2003, p.150).

Prestes Motta começou suas leituras pelas obras de Max Weber, passando a incluir as de Marx, Durkheim, Parsons e de funcionalistas norte-americanos. Por um

anacronismo de Prestes Motta, na década de 1950, que optou por manter o francês como língua de trabalho, isso o possibilitou a ter acesso às obras de autores até então desconhecidas daqueles que se dedicavam aos estudos organizacionais no país, como por exemplo: Cornelius Castoriadis, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Eugéne Enriquez e tantos outros. Bertero (2003, p.151) exalta o feliz anacronismo em relação à opção linguística de Prestes Motta e comenta o impacto que representou, para o desenvolvimento dos estudos organizacionais no país, a abertura para a literatura de origem francófona neste campo:

a curiosidade e a seriedade com que Fernando sempre enfrentou sua vida de profissional da academia, pesquisando, escrevendo, ensinando e orientando, fê-lo cobrir uma vasta gama de autores, escolas, consagrando, na área organizacional, uma abordagem de múltiplas perspectivas.

Bertero (2003, p.151), que conviveu por décadas com Prestes Motta na FGV, de São Paulo, relata que embora sua trajetória acadêmica seja ininterruptamente marcada pelo tema do poder, não teve ambições pelo poder na instância acadêmica:

(...) a presença de Fernando jamais foi política. Paradoxo único. Não tenho dúvidas de que foi o brasileiro que mais se dedicou ao estudo do poder em contextos organizacionais, sem nunca buscar o poder nos limites da academia, pois não era sua ambição. Sua presença, apesar de muito discreta, sempre foi marcante; constitui-se referência de natureza puramente acadêmica. Não cultivava inimizades; por isso, praticamente se desconhecem desafetos. Nem se pode dizer que era uma presença leve – sempre deixou sua marca, de uma natureza puramente acadêmica, como dito (BERTERO, 2003, p.151).

Bertero (2003, p.151) ressaltou a vocação de Prestes Motta para a atividade puramente acadêmica, como um profissional acadêmico, ocupação bem reconhecida nos Estados Unidos e na Europa; mas que carece de adequada consideração pela sociedade brasileira, que então tinha dificuldade de compreender como trabalho o ato de ministrar aulas. No entanto, Bertero considera que Prestes Motta dificilmente exerceria outro tipo de profissão que não fosse esta. Bertero publicou este artigo, no qual apresentou alguns aspectos das obras de Prestes Motta, em um número especial da publicação em sua homenagem, ressaltando, na conclusão, a admiração que causava em seus alunos e o amor que despertava em seus familiares e amigos (BERTERO, 2003, p.151).

Os estudos de Prestes Motta se concentraram em burocracia, poder e tecnologia, educação, posteriormente, cultura. Vieira e Caldas (2007, p. 297) descrevem a crítica de caráter emancipatório de Prestes Motta:

explicitava ao tempo em que criticava o que chamou de esforço constante e sistemático das teorias administrativas dominantes em fundir racionalidade substantiva e instrumental como modo de

aperfeiçoar as formas de dominação sobre o indivíduo (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 297).

Acrescentam ainda que Prestes Motta defendia a necessidade constante de se desenvolver novas teorias apropriadas ao tempo-espaço ao qual se inserem (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 297).

Viera e Caldas (2007, p. 297) ponderam que pesquisadores críticos contemporâneos deram prosseguimento à tradição iniciada no Brasil. Destacam, entre esses autores, José Henrique de Faria e Maria Ceci Misoczky com trabalhos desenvolvidos pela perspectiva marxista. Faria também é citado ao lado de Robin Wensley, como pesquisador dedicado também ao realismo crítico. Marcelo Milano Falcão Vieira (falecido em 2011) introduziu a perspectiva geopolítica, enquanto as pesquisas de Eduardo Davel e de Rafael Alcadipani da Silveira sobressaem na perspectiva do CMS (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 297).

Após essa introdução acerca dos pensadores que contribuíram efetivamente para a construção de um arcabouço teórico crítico singular no Brasil, que viriam a influenciar as gerações seguintes de pesquisadores, segue a análise de obras escolhidas de determinados autores contemporâneos dedicados ao tema.

4 ANÁLISE DAS OBRAS CONTEMPORANEAS

4.1. Procedimentos Utilizados

Esta pesquisa identificou por meio de um estudo descritivo um painel acerca das perspectivas das escolas de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil. Para tanto, foi realizada uma busca por grupos de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, situado na plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponível na Internet, utilizando as seguintes palavras-chave: “teoria-crítica” e “estudos organizacionais críticos”, restritas à expressão exata.

Foram utilizados apenas dois filtros nas consultas à base CNPq, quanto à grande área selecionou-se “ciências sociais aplicadas”, e da área predominante, “administração”.

A consulta pela expressão “teoria-crítica” nessa base de dados resultou em quatro grupos e quando se buscou por “estudos organizacionais críticos” foram listados cinco grupos; para efeito desta pesquisa preliminar foram considerados o total de sete, uma vez que houve repetição de um grupo em ambas buscas. A simples busca por esses termos não garante o comprometimento dos grupos com abordagens críticas, ao passo que demais grupos que desenvolvem pesquisas relevantes nesta temática não foram identificados a partir desses critérios. Até mesmo porque não está claro na identificação dos grupos neste diretório a correlação com as palavras-chave utilizadas. Para evitar possíveis vieses neste levantamento preliminar, esta relação de sete grupos foi submetida a pesquisadores com vasta experiência em teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil, a saber: José Henrique de Faria, Ana Paula Paes de Paula, Maria Ceci Misoczky e Michel Thiollent. Com isso, foi possível refinar ainda mais a lista de grupos com a recomendação de inclusão de novos grupos e exclusão de outros que apesar de terem algum termo crítico no nome, não se dedicavam a estudos críticos em essência. Também foram consideradas indicações recebidas no decorrer das entrevistas.

Acatando-se grande parte das orientações recebidas, foram apurados sete grupos a serem estudados nesta pesquisa.

Tem sido evitada até então o uso da palavra “amostra”, por não haver condições, nem a pretensão, de se estabelecer o universo de pesquisadores que compõem grupos de pesquisa, dedicados a perspectivas críticas em estudos organizacionais, menos ainda de se generalizar resultados. Portanto, esses são os motivos pelos quais a expressão amostra será evitada e será empregado o termo construção do “*corpus*” que significa escolha sistemática de algum racional alternativo” (BAUER & GASKELL, 2010, p. 39).

Quadro 1: Grupos de pesquisa em administração dedicados a estudos organizacionais críticos, detalhados por coordenadores e instituições

	Grupos	Líderes do Grupo	Instituição:
1	Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO Ano de formação: 2002	José Henrique de Faria; José Ricardo Vargas de Faria	Universidade Federal do Paraná – UFPR
2	Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS Ano de formação: 1991	Alexandre de Pádua Carrieri; Ana Paula Paes de Paula.	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
3	Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS Ano de formação: 1991	Fernando Guilherme Tenório	Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio de Janeiro-RJ
4	Organização e Práxis Libertadora Ano de formação: 2009	Maria Ceci Araújo Misoczky	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
5	NETES - Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades Ano de formação: 2002	Priscilla de Oliveira Martins da Silva; Gelson Silva Junquilha	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
6	Organizações, racionalidade e desenvolvimento Ano de formação: 2007	Maurício Roque Serva de Oliveira	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
7	Estudos Organizacionais Ano de formação: 1999	Maria José Tonelli Rafael Alcadipani da Silveira	Fundação Getúlio Vargas – FGV-São Paulo - SP

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes do CNPq, disponível no link: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/> . acesso em março de 2012.

Atendida a identificação dos grupos dedicados a estudos organizacionais críticos no Brasil e selecionadas suas respectivas publicações sobre o tema, tornou-se possível prosseguir para a fase seguinte, mais complexa, que envolve o tratamento e análise dos dados. Dentre os grupos relacionados no *corpus* teórico desta pesquisa, foi realizado um recorte de sete grupos acessíveis e representativos em termos de publicações dedicadas aos estudos críticos.

Esta fase se iniciou pela análise temática dos textos de acordo com três critérios principais: (i) as fontes de referência para o desenvolvimento do pensamento crítico nas pesquisas destes grupos, (ii) os temas em evidência e (iii) os métodos e procedimentos adotados em suas publicações selecionadas.

Quadro 2: Grupos de pesquisa em administração dedicados a estudos organizacionais críticos, relacionados às publicações selecionadas para a análise das obras contemporâneas

	Grupos	Publicações selecionadas para a análise das obras contemporâneas
1	Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO Ano de formação: 2002	Faria, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte . CADERNOSEBAPE. BR, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009.
2	Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS Ano de formação: 1991	PAULA, Ana Paula Paes de. Estilhaços do real: o ensino de administração em uma perspectiva benjaminiana . Curitiba : Juruá, 2012.
3	Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS Ano de formação: 1991	TENÓRIO, Fernando Guilherme. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social . 2. ed. rev.- Ijuí : Ed. Unijuí, 2004. 176p.
4	Organização e práxis libertadora Ano de formação: 2009	MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter & MORAES, Joysi. Organização e Práxis Libertadora . – Porto Alegre, Dacasa Ed., 2010.
5	NETES - Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades Ano de formação: 2002	SILVA, A. R. L. et al. Políticas de RH: Instrumentos de Consenso e Ambiguidade . RAC, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 11-34, Jan./Mar. 2008.
6	Organizações, racionalidade e desenvolvimento Ano de formação: 2007	SERVA, M. A Importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica . RAP-Revista de Administração Pública, v. 26, n. 4, p. 128-144, 1992.
7	Estudos Organizacionais Ano de formação: 1999	ALCADIPANI, Rafael Alcadipani da. Michel Foucault: poder e análise das organizações . Rio de Janeiro :Editora FGV, 2005.

4.2. Análise interpretativa de obras selecionadas de grupos do CNPq

4.2.1 Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO

Com base em um levantamento preliminar, se verificou que 24 pesquisadores fazem parte do referido grupo, assinaram 81 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- suicídio no trabalho, associado à falta de diálogo, ao imaginário organizacional e ao contexto de reestruturação em ambiente bancário;
- sofrimento no trabalho, associado à saúde mental do trabalhador em ambiente de teleatendimento, como também na experiência de injustiça no trabalho, na estratégia de suportar o sofrimento no trabalho especificamente no ambiente bancário, e na estratégia defensiva de suportar o sofrimento no trabalho, adoecimento no trabalho, o uso da tecnologia como dimensão que causa sofrimento e outros tantos textos sobre o sofrimento no trabalho em si;
- qualidade de vida no trabalho;
- valores organizacionais;
- psicodinâmica do trabalho;
- assédio moral;
- novos paradigmas da organização do trabalho, com vistas à saúde mental do trabalhador e a adaptação/ aceitação de expatriados, ruptura com o modelo burocrático e planejamento estratégico;
- flexibilização organizacional e cultural;
- mercantilização das ações solidárias, a lógica de mercado empregada em redes de organizações sociais;
- a tecnologia a favor do controle nas organizações;
- estudos organizacionais para tratar de discurso institucional, perspectivas social e histórica da sociedade, democracia deliberativa, ação comunicativa (teoria de Habermas), liberdade e autonomia, pragmatismo;
- poder, relacionado a burocracia e controle, a saber e razão cínica;
- epistemologia;
- teoria crítica associada à dialética negativa de Adorno, sociedade unidimensional de Marcuse, redes sociais e comunidades acadêmicas,
- ética relacionada à práxis organizacional;
- co-gestão;
- redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos;
- organização burocrática na obra de Maurício Tragtenberg; e
- mercado de trabalho na América Latina.

Constatou-se com base nessa lista que o tema preponderante é o sofrimento no trabalho em suas tantas vertentes, como também aprofunda o conhecimento acerca

da ontologia, epistemologia e metodologia crítica, a fim de contribuir com a realização de pesquisas críticas no campo da Administração.

No artigo “Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte”, José Henrique de Faria, reconhece que “toda a produção acadêmica é, necessariamente, o resultado de uma produção coletiva”. Nesse texto, o autor congrega reflexões de mais de três décadas dedicadas à pesquisa acadêmica e aborda diretamente a teoria crítica, também denominada marxismo ocidental, linha de pesquisa sistematizada recentemente no país. Faria se propõe a analisar o tema do estado da arte da teoria crítica no Brasil pelas quatro vertentes, a saber: Teoria Crítica; Teoria Crítica em Estudos Organizacionais; *Critical Management Studies*; Análises Críticas em Estudos Organizacionais. Embora não esgotem a totalidade das abordagens críticas, são amplamente reconhecidas no universo acadêmico (FARIA, 2009, p. 509).

Após breve introdução, Faria (2009, p. 509) lista dez tópicos em que dirime dúvidas conceituais acerca do tema.

Primeiramente, o autor distingue a teoria crítica da tradição frankfurtiana da teoria crítica em estudos organizacionais, sob a sigla (TCEO), como também dos estudos gerenciais críticos segundo os preceitos do *critical management studies* (CMS), e, por fim, das análises críticas em estudos organizacionais (ACEO) (FARIA, 2009, p. 509)

Em seguida, Faria (2009, p. 509) elucida que a teoria crítica da Escola de Frankfurt abrange três gerações, sendo

a primeira, original, filiada ao marxismo, formada por Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Fromm, entre outros. A segunda, liderada por Habermas, que se afasta do marxismo; e a terceira, liderada por Axel Honneth, que se dedica ao estudo da luta pelo reconhecimento na perspectiva crítica hegeliana e habermasiana (inclusive, criticando essas perspectivas) (FARIA, 2009, p. 510)

Portanto, segundo o autor, é necessário se identificar a geração sobre a qual se refere quando se trata de teoria crítica da Escola de Frankfurt (FARIA, 2009, p. 510).

Em terceiro lugar, Faria distingue a teoria crítica frankfurtiana, denominada também de marxismo ocidental, do que classifica como “desvios políticos impetrados em nome do marxismo”, tais como stalinismo, ao leninismo, ao maoísmo, que resultaram em violência, práticas autoritárias e regimes totalitários, entre outros (FARIA, 2009, p. 510).

Em seguida, o autor esclarece que a teoria crítica em estudos organizacionais (TCEO) se fundamenta nos pressupostos da primeira geração da Escola de Frankfurt, com referência na epistemologia do materialismo histórico; reconhece ainda que a TCEO estabelece diálogos com diferentes vertentes teóricas, incluindo as da psicologia, como: “a psicologia sócio-histórica, a sociologia clínica crítica (ou psicossociologia

crítica) e a psicanálise freudiana”. Faria estabelece na TCEO a linha de pesquisa que desenvolve denominada EPPEO, conforme detalha: “dada sua dimensão e alcance, bem como sua expressão no campo empírico, tenho identificado, desde 2001, a TCEO como uma economia política do poder em estudos organizacionais (EPPEO)” (FARIA, 2009, p. 510).

Em quinto lugar dos tópicos relacionados, em que procura delimitar os atributos das referidas linhas teóricas críticas, Faria esclarece que a teoria crítica e o TCEO não constituem o referencial teórico do *Critical Management Studies* – CMS. No entanto, adverte que: “trata-se, apenas, de uma linha de usuários eventuais de conceitos marxistas, aos quais faltam metodologia, epistemologia, teoria e ontologia marxistas” (FARIA, 2009, p. 510).

Em sexto, Faria afirma reconhecer a contribuição dos estudos foucaultianos aplicados em estudos organizacionais, mas ressalta que não guardam qualquer semelhança teórica ou epistemológica com a teoria crítica e o TCEO (FARIA, 2009, p. 510).

Nos próximos três tópicos Faria discorre sobre como autores como Maurício Tragtenberg, Fernando Prestes Motta e Guerreiro Ramos se relacionam com as abordagens críticas.

Assim, no sétimo tópico, Maurício Tragtenberg é apontado como o autor cuja produção acadêmica no Brasil mais está identificada com a teoria crítica na tradição da Escola de Frankfurt. No entanto, não se deve ser considerado um intelectual frankfurtiano. De acordo com Faria, Tragtenberg foi “um estudioso da burocracia, do poder e da dominação, em suas diversas formas de manifestação, pela via do marxismo-anarquismo”. Enfim, Faria reconhece que a obra de Tragtenberg inaugurou a TCEO (FARIA, 2009, p. 510).

No oitavo tópico, Faria menciona que as obras de Fernando Prestes Motta inicialmente se apoiavam na teoria crítica e particularmente na TCEO; mas que acabou por desenvolver estudos com base em outras perspectivas teóricas, conforme explicação:

(...) os estudos sobre a cultura pela perspectiva de Schein e não pela de Walter Benjamin e por buscar inspiração na autogestão proudhoniana (socialismo utópico), não na autogestão social ou no socialismo democrático (socialismo científico). Tal afastamento igualmente decorre do fato de procurar em Jung explicações que não estavam na agenda da concepção pulsional da teoria crítica derivada de Freud (psicossociologia crítica) ou na psicologia social-histórica de Vygotsky (FARIA, 2009, p. 511).

No entanto, Faria reconhece que Prestes Motta é essencialmente um analista crítico e que seus estudos contribuíram para ampliar as bases da análise crítica em estudos organizacionais (FARIA, 2009, p. 511).

No penúltimo tópico, Faria assevera que Guerreiro Ramos é um fenomenólogo crítico, não devendo ser considerado marxista, nem frankfurtiano (FARIA, 2009, p. 511).

Enfim, no último item da lista de esclarecimentos, Faria aponta para o equívoco em se designar como afluentes da teoria crítica, linhas de pesquisa, como “estudos fenomenológicos, estruturalistas, pós-estruturalistas e da teoria da complexidade de Edgar Morin, entre outros”. Segundo Faria, esses estudos constituiriam uma quarta linha que denominou “análises críticas em estudos organizacionais” (FARIA, 2009, p. 511).

Faria delimita a matriz dos estudos organizacionais críticos em quatro principais vertentes. Primeiramente, a corrente da teoria crítica frankfurtiana realiza estudos sociais fundamentados nas orientações teóricas e filosóficas da Escola da Frankfurt, sem restrição a uma geração específica (FARIA, 2009, p. 511).

Em segundo lugar, Faria discorre sobre a teoria crítica em estudos organizacionais, que se apoia em estudos frankfurtianos, como também em outros relacionados à psicologia sócio-histórica e crítica, formas democráticas de gestão e análises sobre Estado, poder, classes sociais, sendo essa última área de interesse denominada por Faria de “economia política do poder em estudos organizacionais- EPPEO”. A centralidade das pesquisas nessa vertente incide sobre as organizações, especificamente quanto aos aspectos do trabalho, que abrangem “processo e relações de trabalho, divisão do trabalho e gestão do processo de trabalho” (FARIA, 2009, p. 511).

Como terceira vertente do campo de estudos organizacionais, Faria elenca o *critical management studies*- CMS, que produz estudos críticos com base na perspectiva da gestão, onde destacam-se as obras de Alvesson, Deetz e Willmott (FARIA, 2009, p. 511).

Por fim, a quarta vertente identificada por Faria é a da análise crítica em estudos organizacionais, que enfoca as relações de poder nas organizações e abrange as seguintes correntes teóricas: “o pós-estruturalismo de Foucault, o pós-modernismo de Lyotard, as análises institucionais de Lourau e Lapassade, o simbolismo de Bourdieu, o imaginário de Castoriadis e a teoria da complexidade de Morin, entre outros” (FARIA, 2009, p. 511).

Faria, então, após revisar de maneira bastante sintética os fundamentos da teoria crítica, a fim de apresentar o modo como essa referência tem sido assimilada em estudos organizacionais, estabelece conexões entre a teoria crítica e as demais vertentes, excluindo a do CMS (FARIA, 2009, p. 511).

Portanto, afirma que a motivação de Horkheimer, ao desenvolver uma teoria social, foi a de mostrar, pelo viés da crítica e da dialética, as contradições da sociedade

capitalista. Por outro lado, Adorno destacou a importância da teoria crítica em “investir contra as imagens deformadas da realidade que desenvolvem a função de servir ao poder, não dando voz à realidade desordenada do capitalismo”. Em “A eclipse da razão”, Horkheimer evidencia o poder exercido por uma elite, proprietária dos instrumentos de produção, que acumulava lucro e conseqüentemente poder social, segundo Faria: “Horkheimer afirmava que por detrás da pura lei econômica, da lei do mercado e do lucro encontrava-se a pura lei do poder de uma minoria” (FARIA, 2009, p. 512).

Faria ressalta o caráter repressor de uma administração centralizada e burocrática evidenciado pelo estatismo de inspiração soviética, adotando a planificação como instrumento de sua economia (FARIA, 2009, p. 512).

Dessa maneira, Faria examina o modo como a questão do poder era destacada no âmbito da teoria econômica pelos teóricos críticos frankfurtianos, sendo que o caminho para a ampliação desses estudos, especificamente, sobre as organizações tem sido desenvolvido pela linha denominada EPPEO. Faria apreende que:

é nesse sentido que argumentei já em 2001 que a teoria crítica se constituía não somente em uma teoria da economia, mas do poder: uma economia política do poder. Aplicada à área das pesquisas em organizações, a teoria crítica constitui uma economia política do poder em estudos organizacionais (FARIA, 2009, p. 512).

Os estudos fundamentados na teoria crítica sobre organizações não devem se restringir apenas ao âmbito da racionalidade instrumental e seus desdobramentos; mas, sobretudo, revelar “o poder e as formas de controle econômico, jurídico-político, ideológico e psicossocial sobre o processo e a divisão do trabalho para se sentirem autorizados a compreender as organizações e suas finalidades” (FARIA, 2009, p. 512). Por isso, o TCEO deve se apoiar na perspectiva epistemológica do materialismo histórico juntamente com o método dialético, para abordar as questões enfrentadas pelo trabalhador. Segundo Faria: “responder às questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos coletivos das mais variadas formas e que valorizem esse sujeito coletivo mais do que as organizações para as quais vendem sua força de trabalho” (FARIA, 2009, p. 513).

Trata-se de um equívoco qualificar as organizações como entidades abstratas e autônomas; uma vez que resultam de um empenho coletivo, segundo Faria:

as organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos coletivos que a constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a ela vinculados e os objetivos para os quais foram criadas (FARIA, 2009, p. 513).

Dessa maneira, compete à TCEO examinar as estruturas das organizações, no que tange às dimensões “objetivas e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e

imaginárias” com o propósito de revelar os mecanismos de poder e controle que incidem sobre o trabalho (FARIA, 2009, p. 513). De acordo com Faria:

o problema central de uma teoria crítica, portanto, consiste em esclarecer em que medida as instâncias obscuras (que se operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual) e manifestas (especialmente, as referentes ao regimento e às estruturas formais) dão conteúdo às configurações do poder nas organizações do ponto de vista do sujeito coletivo do trabalho (FARIA, 2009, p. 513).

O autor reafirma o comprometimento da teoria crítica com a construção de uma sociedade igualitária, alicerçada nos ideários de justiça, de liberdade e de democracia. Sendo assim, a teoria crítica visa denunciar situações em que haja repressão, controle e exploração de pessoas, com atenção às transformações observadas no modo de produção, de modo a conciliar “as relações entre os sujeitos da ação e a própria ação” (FARIA, 2009, p. 513).

Faria destaca outra contribuição relevante da TCEO, quanto à escala métrica a qual se reporta, diferentemente das análises do plano macro da sociedade, como também daquelas que enfocam as problemáticas apenas do ponto de vista do sujeito individual, foi desenvolvida, então, uma epistemologia para intermediar esses níveis (FARIA, 2009, p. 513).

No entanto, a teoria crítica sofre oposição na academia, recebendo críticas pejorativas, inclusive, sendo rotulada de radicalismo. Segundo Faria, esse tipo de acusação decorre do fato de a TCEO não corroborar com os “interesses dominantes no campo teórico da análise organizacional” (FARIA, 2009, p. 513).

Faria pondera que a teoria crítica pode ser considerada radical ao pretender questionar a realidade aparente, indo à raiz dos problemas, compreendidos, por exemplo:

ao examinar a ética e a moral da sociedade, ao interrogar as práticas sociais, ao questionar as relações de poder, ao investigar as formas de controle social, ao revelar a psicodinâmica do trabalho, ao trazer à tona a constituição do processo de trabalho sob o capital e as formas de exploração aí encontradas, [...]. O pensamento radical é a busca incessante das contradições sociais, em que a realidade aparente passa a ser questionada e torna-se objeto de investigação (FARIA, 2009, p. 513).

A TCEO deve observar as vinculações de poder entre as esferas interna e externa das organizações, incluindo as dimensões manifestas e ocultas de suas formas internas de controle, como também as interações com o ambiente ao mesmo tempo contraditório e complexo da sociedade globalizada. Dessa maneira, Faria esclarece que as organizações não constituem “unidades de análise” independentes do contexto em que se inserem; portanto, a análise das organizações compreende as relações de

produção e a superestrutura social, além das mencionadas relações objetivas e subjetivas estabelecidas em seu interior (FARIA, 2009, p. 513).

Faria argumenta que através das relações de poder se obtém o poder político, que é o meio pelo qual se exerce o domínio sobre as estruturas da sociedade, por isso, se justifica uma economia política do poder, que visa aprofundar o conhecimento acerca dos seguintes aspectos: "(i) a interação entre o movimento da sociedade, do ponto de vista do modo de produção, e do Estado capitalista contemporâneo e (ii) as lógicas internas da dinâmica organizacional" (FARIA, 2009, p. 513).

Faria destaca que o campo de estudo que abrange a TCEO/EPPEO e a teoria crítica frankfurtiana se concentra, sobretudo, nas relações dialéticas observadas nas estruturas das organizações, se distinguindo da análise crítica em estudos organizacionais – ACEO; que, segundo o autor, se concentra mais nos efeitos da relação entre a organização e o ambiente no qual se insere. Além do mais, a ACEO se embasa em pressupostos teóricos do "estruturalismo, no pós-estruturalismo (inclusive, o foucaultiano), na fenomenologia crítica, no pós-modernismo, no estruturacionismo e na teoria da complexidade" (FARIA, 2009, p. 514).

Enquanto na corrente *critical management studies* – CMS, de acordo com Faria, os pesquisadores se baseiam em teorias que até mesmo divergem das utilizadas na teoria crítica, a saber: "na teoria institucional clássica, no funcionalismo, no positivismo, na teoria dos sistemas, na metafísica (neo)kantiana, no pragmatismo e no empirismo, ainda que sejam usuários de conceitos neomarxistas e foucaultianos, entre outros" (FARIA, 2009, p. 514).

Na parte final de seu artigo, Faria discorre especificamente sobre o estado da arte da teoria crítica nos estudos organizacionais no Brasil, e relembra a contribuição singular de Mauricio Tragtenberg nos anos 1970, com destaque para sua obra "Burocracia e ideologia", em que introduz uma abordagem interdisciplinar no campo dos estudos organizacionais. Faria constata, ainda, que a coerência epistemológica foi, desde o início, uma característica dessa área (FARIA, 2009, p. 514).

Tragtenberg centrou suas análises no poder, priorizando aspectos relacionados às diversas formas de violência no ambiente organizacional, incluindo, a problematização acerca da ideologia gerencialista. Segundo Faria, em suas obras Tragtenberg se posicionou de maneira a questionar:

a recusa a toda a forma de dominação, a crítica à violência, a denúncia ao burocratismo, o apontamento à ideologia gerencialista que predomina na chamada teoria geral da administração e, ao mesmo tempo, a defesa intransigente da democracia e do projeto libertário (FARIA, 2009, p. 514).

A obra de Tragtenberg marcou a trajetória de pesquisadores como Fernando Prestes Motta e Fernando Coutinho Garcia. Faria reconhece a influência sobre si próprio também, a quem Tragtenberg atribuiu, em um memorial, a perfilhação de prosseguir suas investigações (FARIA, 2009, p. 514).

Faria considera relevante que a teoria crítica mantenha paralelamente às críticas que conduz em relação às organizações, sua autocrítica acerca de sua capacidade de responder às questões hodiernas que se apresentam. Dentre elas, destaca o autor, o contexto de um capitalismo cada vez mais arrojado, em suas palavras: “em que o imperialismo se autointitula globalização, em que as condições de vida da classe trabalhadora se deterioram diante de uma reestruturação produtiva do capitalismo (...)”. Faria lamenta as declarações de recém-empossados “gurus” que decretam o fim da possibilidade de construção de um projeto socialista-democrático; como também a desqualificação de grandes teorias por determinados filósofos (FARIA, 2009, p. 515).

Impulsionados pelo pensamento de Tragtenberg, se formaram no Brasil grupos dedicados à teoria crítica em estudos organizacionais, que atualmente têm obtido reconhecimento na área, dos quais Faria destaca o trabalho dos grupos atuantes nas seguintes universidades:

nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Catarina (UFSC), do Paraná (UFPR), de Minas Gerais (UFMG), do Espírito Santo (UFES) e de Pernambuco (UFPE), na Universidade de Brasília (UnB) e na FGV (São Paulo e Rio de Janeiro), entre outras instituições de ensino (FARIA, 2009, p. 515).

Faria alerta para a necessidade de se estabelecer, de modo célere, uma rede acadêmica de teoria e análises críticas, que reúna esses grupos, a fim de se consolidar e de fortalecer o avanço do conhecimento nessa área (FARIA, 2009, p. 515).

O autor é bem enfático ao afirmar que o CMS nem sequer deveria constar na área de estudos organizacionais críticos, por considerá-la “como a crítica não crítica de estudos críticos”. Faria esclarece que o CMS não tem um posicionamento revolucionário, mas uma proposta meramente reformadora (FARIA, 2009, p. 515).

Enfim, Faria pondera que a área voltada aos estudos críticos tem se mostrado bastante promissora, obtendo espaços significativos para a divulgação de trabalhos em congressos, despertando cada vez mais interesse em novos pesquisadores de mestrado e doutorado, que anseiam pela transformação social (FARIA, 2009, p. 515).

4.2.2 Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS

Em relação ao grupo NEOS, foram identificados 19 pesquisadores que juntos assinaram 95 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- estudos organizacionais para abordar cultura organizacional, identidades, territórios, influência teórica anglo-saxã, estrangeirismo como fator de segregação em organizações, contribuições de Maurício Tragtenberg, ou ainda, para falar de abordagem psicanalítica das organizações, e poder e controle nas organizações, poder na analítica de Foucault, meia-idade e individuação, contribuições da teoria institucional para o campo, processo de mudança organizacional, subjetividade, e associado também ao termo “arquitetura organizacional”, o pensamento de Foucault nas organizações;
- análise de discurso, inclusive, relacionado à poder e ideologia;
- gestão de pessoas para abordar qualificação e competências profissionais e em outro artigo, para tratar de turismo, mas também relacionado de maneira crítica a instrumento de consenso e ambiguidades, comportamento organizacional;
- cultura organizacional aparece em vários artigos, mas também associado a abordagem integrativa, como também a cultura organizacional brasileira frente à globalização, e ainda, sobre o “jeitinho” brasileiro;
- epistemologia em pesquisas na área de administração, levantamento da produção científica brasileira;
- estratégia associada à prática social, mas também como objeto de análises críticas e, ainda, sistemas de avaliação, dinâmica do poder nas organizações;
- organizações familiares;
- economia solidária;
- pedagogia crítica em administração, contribuições de Maurício Tragtenberg no ensino da administração de hoje, revisão das teorias administrativas;
- indústria cultural;
- estudos críticos em administração em vários artigos, mas também relacionado à pedagogia do oprimido de Paulo Freire, à sociologia de Guerreiro Ramos e à Tragtenberg para tratar de burocracia flexível, como os estudos críticos podem ajudar a entender uma determinada realidade, a teoria ator-rede, perspectivas dos estudos críticos no Brasil;
- teoria crítica na administração;
- memória e formalização social do passado nas organizações;
- sentidos da prática social,
- análise das organizações em relação ao pós-estruturalismo e a teoria ator-rede, análise crítica do uso dos espaços nas organizações (escritórios);
- pós-modernidade e teoria organizacional para falar do self do gerente minuto;
- internacionalização de empresas brasileiras; e
- desafios da administração no século XXI, governança corporativa e criação de valor para acionista e seus impactos na empresa, gestão por competências e seus impactos na avaliação e na remuneração.

A partir da análise desse segundo grupo, torna-se mais evidente a parceria entre grupos, fazendo com que o mesmo artigo apareça em mais de um grupo.

Curioso notar especialmente nesse grupo, a utilização de referencial da literatura infantil universal para a formulação de títulos, um guarda semelhança com a branca de neve, para tratar de questões epistemológicas, e outro com os porquinhos e o lobo, para tratar de cultura organizacional.

- PIMENTEL, T. D. ; CARRIERI, A. de p. ; SILVA, A. R. L. ; LOPES, F. T. . Espelho, espelho meu, me diga que teoria uso eu? Revista de Administração da FEAD-Minas , v. 3, p. 57-74, 2006.
- SILVA, A. R. L. ; JUNQUILHO, G. S. ; CARRIERI, A. de p. . CULTURA EM ORGANIZAÇÕES E SUAS DIVERSIDADES: PERSPECTIVAS DE ANÁLISES À LUZ DA METÁFORA DOS TRÊS PORQUINHOS . Alcance (UNIVALI) , v. 17, p. 211-225, 2010.

Este grupo aborda temas bem variados e que constam das principais inquietações dos pensadores críticos, porém, como em alguns grupos, encontram-se nesse também artigos com perfil mais prescritivo e funcionalista, mas em quantidade bem reduzida em relação aos textos que se posicionam criticamente. As temáticas críticas estão presentes nesses artigos de maneira bem consistente, abordando questões atuais e bem graves que acontecem nas organizações em função da modernização das técnicas gerenciais e maior controle. Destaque para os artigos que introduzem noções de psicanálise empregadas para analisar as organizações. Há também vasta utilização de autores críticos do Brasil como referencial teórico, tais como Maurício Tragtenberg e Guerreiro Ramos, além de pensadores estrangeiros principalmente Foucault. O foco maior de atenção deste grupo é ao que diz respeito às organizações em ambiente de mudança e seus impactos na sociedade.

Deste grupo, foi analisado o livro “Estilhaços do real: o ensino de administração em uma perspectiva benjaminiana”, publicado em 2012, pela Editora Juruá, de autoria de Ana Paula Paes de Paula. A opção por esta obra se demonstrou mais interessante por ter sido lançada na ocasião da entrevista, reunindo reflexões avançadas acerca do ensino de administração, sob perspectiva original utilizada pela autora, fundamentada em Walter Benjamin. Outro livro, “Teoria Crítica”, foi excluído da seleção, por ter sido abordado na seção que trata desse tema específico, a fim de se evitar redundância.

Na primeira parte da obra, intitulada “Experiência e formação em Walter Benjamin”, a autora inicia o capítulo ressaltando a questão da pluralidade do conceito de crítica. Menciona as pedagogias que se estabeleceram em um domínio crítico, dentre os quais destaca os seguintes: “pedagogia crítica, de Henry Giroux; pedagogia do

conflito, de Moacir Gadotti; pedagogia institucional, de Michel Lobrot; e pedagogia do oprimido, de Paulo Freire”. Entretanto, as referências usadas nesta obra são os pensadores da Escola de Frankfurt, especificamente, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Paula nota que “mesmo em seus textos supostamente “pedagógicos” não é possível identificar incontestavelmente uma pedagogia” (PAULA, 2012, p.25).

Paula informa que o estudioso da obra de Adorno, Adreas Gruschka, influenciado pela dialética negativa, defende uma pedagogia negativa e ressalta a importância da práxis pedagógica proveniente dos pensadores frankfurtianos. Por isso, Paula considera que “não é o caso de se propor uma pedagogia sistemática, descrevendo de forma construtiva e positiva tudo aquilo que a educação deveria realizar, mas sim de se fazer uma crítica da própria pedagogia”. A autora reconhece a importância da formalização via “o projeto político-pedagógico, o currículo, os conteúdos ensinados, o material pedagógico e as técnicas de ensino”; mas pondera que uma verdadeira revolução pedagógica implica as práticas de professores voltadas a transformar o indivíduo em sujeito (PAULA, 2012, p.25-26).

Paula acrescenta que não se trata de uma questão de se opor a educação como ciência aplicada, dos técnicos; em relação à práxis política, dos críticos, mas de compreendê-la a partir da relação experiência/ sentido, conforme proposto por Jorge Larrosa Bondía e utilizado como referencial pela autora nessa obra.

Experiência (*Erfahrung*) compreendida como “algo que de fato nos acontece, ou seja, que tem autenticidade para além de todas as rotinas e convenções sociais”. A acepção de sentido tomada aqui é aquela “associada à capacidade de pensar e refletir, porém não somente como raciocinar, calcular e argumentar, mas sobretudo como a capacidade de compreendermos o que somos e o que nos acontece” (PAULA, 2012, p.26). Paula compreende o conceito de formação (*Bildung*) da seguinte maneira:

a experiência (*Erfahrung*) capaz de fazer emergir o que há de mais humano no indivíduo, que então tornado sujeito interage com a realidade como alguém que considera que o seu ser no mundo é um estado social, que envolve necessariamente a partilha. (PAULA, 2012, p.26).

Paula recorre à acepção de sujeito formulada por Dany-Robert Dufour para posteriormente explicar os desdobramentos do conceito de experiência (*Erfahrung*): o “sujeito deriva do latim *subjects*, que significa assujeitado e submisso”. Dufour *apud* Paula (2012, p. 26) afirma que “o homem é uma substância que não tira sua existência de si mesma, mas de outro ser”. Assim, se introduz a ideia de alteridade na conceituação do sujeito, conforme explica:

ser sujeito significa ser reconhecido pelo outro em nossa alteridade, ou seja, naquilo que nos faz singulares e distintos deste outro. Uma qualidade deste sujeito é estar consciente de que concessões precisam ser feitas para que todos tenham uma vida civilizada, mas ao mesmo tempo estar atento para o fato de que é indispensável preservar o que há de mais caro para que ele continue sendo verdadeiramente humano (PAULA, 2012, p.26).

Paula, considera, portanto, que por meio da formação, no sentido frankfurtiano, se torna possível criar condições para que emergja esse sujeito, que tem como prerrogativa a crítica; caso não a tivesse, a ideia de formação perderia o sentido neste contexto. E formação (*Bildung*) está diretamente ligada à experiência (*Erfahrung*) para que o indivíduo passe à condição de sujeito e alcance sua emancipação. O foco do trabalho de Paula é justamente estes dois fatores que, alcançados, possibilitam a emancipação dos indivíduos (PAULA, 2012, p.27).

Paula remete à concepção de Kant acerca da passagem do indivíduo à condição de sujeito como a saída do estado de minoridade à maioridade, quando desenvolve a capacidade de tomar suas próprias decisões. De acordo com Paula, essa questão do sujeito e de sua emancipação perpassava as obras dos autores da Escola de Frankfurt, tornando-se um denominador comum diante de correntes teóricas interdisciplinares e o desenvolvimento de diferentes assuntos. Para corroborar essa afirmação, a autora cita Jeanne Marie Gagnebin: "... a Teoria Crítica será, antes de mais nada, uma teoria dialética da não-reflexão do sujeito sobre sua própria atividade, isto é, uma teoria da consciência reflexiva" (PAULA, 2012, p.28).

Neste estudo, Paula se inspirou e se apoiou no texto "Notas sobre a experiência e o saber de experiência", publicado na Revista Brasileira de Educação, em 2002, de Jorge Larrosa Bondía. O autor aborda a questão da experiência (*Erfahrung*) e da educação fundamentada em Walter Benjamin. Paula destaca a importância do pensamento de Adorno sobre educação dentre os autores da Escola de Frankfurt (PAULA, 2012, p.28).

A autora acrescenta, ainda, que, além de Bondía, tanto Adorno, especificamente quanto ao conceito de formação, como Horkheimer, também foram influenciados pelos trabalhos sobre educação de Benjamin (PAULA, 2012, p.28).

A autora esclarece que a centralidade de seu trabalho situa-se na concepção de experiência (*Erfahrung*), de acordo com Benjamin, para que se possa compreender adequadamente o conceito de formação (*Bildung*), na acepção frankfurtiana. Entretanto, Paula ressalta que Adorno, para elaborar sua crítica da sociedade, além desses dois conceitos, também utiliza outras referências benjaminianas, tais como constelação e dialética, porém lhes conferindo sua reinterpretação (PAULA, 2012, p.28).

Paula reviu, em textos originais, os conceitos de Benjamin mencionados e os correlacionou aos de experiência (*Erfahrung*) e formação (*Bildung*). No que tange às especificidades das concepções de dialética de Benjamin e Adorno, a autora se apoia nas considerações de Gagnebin. Paula concorda com as críticas que este autor endereça a Adorno, por conta de sua resistência em incorporar o conceito de inconsciente freudiano, o que a pesquisadora considera, por sua vez, a ideia-chave para a compreensão da dialética benjaminiana e de seu conceito de experiência (*Erfahrung*) (PAULA, 2012, p.28).

Embora Benjamin e Adorno criticassem o idealismo alemão, eles reconheciam o conceito de crítica e emancipação do indivíduo, de Kant. A psicanálise também foi outra referência teórica sempre muito usada por eles (PAULA, 2012, p.28).

Há um consenso entre os pesquisadores da Escola de Frankfurt sobre a forte interlocução teórica entre Adorno e Benjamin, que se prolonga mesmo após a morte trágica de Benjamin em 1940, mesmo com a posterior intensificação da colaboração entre Adorno e Horkheimer (PAULA, 2012, p.29).

Marcos Nobre *apud* Paula (2012, p.29) descreve que o período entre 1928 e 1934 foi quando mais se evidenciou a influência de Benjamin sobre o pensamento de Adorno. Nobre afirma que nunca houve uma ruptura entre esses autores, o que houve foi que gradualmente as posições teóricas de Adorno, influenciadas pela tese de Benjamin acerca do Drama Barroco, foram mais acentuadas em suas obras tardias (PAULA, 2012, p.29). Gagnebin realizou ensaios nos quais comparou as concepções de dialética e de *mimesis* no pensamento de ambos os autores e concluiu que Adorno teria cedido em alguns pontos em suas obras mais maduras, como “Dialética Negativa” e “Teoria Estética” (PAULA, 2012, p.29).

De acordo com Gagnebin, a discordância entre eles consistia em um paradoxo no qual a obra benjaminiana está fundada:

de um lado, há a preocupação materialista, um respeito objetivista ao fenômeno estudado, mas de outro, há uma recusa do método *a priori*, a necessidade de proteger o fenômeno o que nele há de subjetivo, enfatizando o poder da associação livre, em uma aproximação anarco-surrealista (PAULA, 2012, p.30).

Marcos Nobre considerava que a tensão constitutiva da obra de Benjamin, iniciada em “O Drama Barroco”, se situava entre o polo materialista como “momento filológico” e o polo subjetivista como “montagem surrealista”. Esta ambivalência foi objeto de crítica contundente de Adorno a Benjamin, que lhe escreveu, em 1938, uma carta em que mencionava que o amigo encontrava-se em um “lugar enfeitado”, como se não bastasse, alertou, ainda, que este poderia ser também um “cruzamento da magia com o positivismo” (PAULA, 2012, p.30).

Nobre e Gagnebin consideram que esse descontentamento de Adorno, em particular, se referia à ausência de uma dialética de orientação marxista, crítica sobre a qual Benjamin silenciou em sua carta de réplica. Para Paula, esta postura de Benjamin representava não uma concordância, mas o desenvolvimento de uma dialética própria não compreendida devidamente por Adorno. Esclarece que justamente esta ambivalência entre objetividade e subjetividade é o que compõe a dialética do pensamento de Benjamin, que reflete em toda sua obra, e que por muitas vezes não foi interpretado no registro certo por estudiosos, gerando, desse modo, entendimentos equivocados (PAULA, 2012, p.30).

Paula esclarece que “Benjamin não está totalmente comprometido com uma posição marxista, pois mergulhado na leitura de Proust e Freud, como observa Gagnebin, contra a consciência racional do sujeito autônomo admite a interferência do inconsciente” (PAULA, 2012, p.30). Adorno, por sua vez, pela grande influência que recebeu de Horkheimer, teve mais afinidade com a versão mais clássica da dialética materialista, especificamente quanto à apreensão da realidade (PAULA, 2012, p.30).

Neste trabalho, Paula examina a aproximação de Benjamin com a epistemologia freudiana, que segundo a autora:

se baseia na aparentemente paradoxal admissão de que os fenômenos podem ser “isto” ou “aquilo” ao mesmo tempo, ou seja, coexistem na contradição, o que sugere uma forma de ver a dialética que explica muito bem os conceitos de constelação e imagem dialética que Benjamin desenvolve (PAULA, 2012, p.30-31).

Antes de abordar esses conceitos de constelação e imagem dialética, a autora discorre sobre como a percepção de dialética repercute no conceito benjaminiano de experiência (*Erfahrung*) (PAULA, 2012, p.31).

Por considerar que o conceito de experiência (*Erfahrung*) é apresentado de maneira plural por Benjamin, coerente ao seu modo de expressar seus conceitos, Paula se apoia na síntese elaborada por Bondía:

a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em texto célebre, já observava a pobreza das experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (PAULA, 2012, p.31).

Sobre a pobreza e a raridade da experiência (*Erfahrung*), Paula (2012, p.31) se refere ao comentário de Bondía, em que isso decorre primeiramente do excesso de informação disponível atualmente, que toma o espaço da experiência, se assemelhando mais a uma “antiexperiência”. Em segundo lugar, o excesso de opinião

gerado pelo indivíduo moderno em função deste excesso de informação, o que também anula sua inclinação à experiência (PAULA, 2012, p.31).

Lembrando que Benjamin chamava de periodismo essa situação em que se formava “uma aliança perversa entre informação e opinião, baseada na fabricação das mesmas, que causa uma destruição generalizada da experiência” (PAULA, 2012, p.31).

Em terceiro lugar, a sensação de o tempo passar cada vez mais rápido atua contra a possibilidade de experiência do indivíduo moderno, segundo Benjamin: “não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito” (PAULA, 2012, p.31).

Em quarto lugar, a questão de a experiência ser deslocada em função do excesso de trabalho: “o homem enquanto ser que trabalha, tenta conformar o mundo de acordo com o seu saber, seu poder e vontade” (PAULA, 2012, p.31-32).

Bondía explana sobre as condições para que a experiência (*Erfahrung*) aconteça, sendo necessário interromper um pouco a dinâmica frenética atual e abrir mais espaço, buscar mais tempo para reflexões e sensações que impulsionem ações mais autênticas:

nós somos indivíduos ultra-informados, transbordantes de opiniões e superestimulados, mas também indivíduos cheios de vontade e hiperativos. E por isso, porque sempre estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. E, por não podermos parar, nada nos acontece. A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (PAULA, 2012, p.32).

Bondía enfatiza que o sujeito da experiência (*Erfahrung*) não é esse que se insere nas condições do excesso de informação, opinião, trabalho, saber, julgar, fazer, poder, nem do querer. O autor afirma que o sujeito da experiência é o que chama de sujeito “ex-posto”. De acordo com Bondía, a experiência provém da “ex-posição”, nossa maneira de nos “ex-pormos”, com seus riscos e vulnerabilidades associadas. Segundo Bondía, a experiência requer a inserção do sujeito no mundo:

é incapaz de experiência aquele a quem nada passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre (PAULA, 2012, p.32).

Embora a experiência (*Erfahrung*) possa ser comparada à paixão, isso não impede que a experiência do sujeito seja fundamentada em conhecimento, compromisso, “pois a experiência também funda uma ordem epistemológica e uma ordem ética, mas trata-se de um saber e um agir distintos do científico, do técnico e do laboral”. A experiência no sentido de “um saber particular, subjetivo contingente e pessoal, fruto de uma experiência que é singular e que não tem como ser repetida” (PAULA, 2012, p.33).

Paula ressalta a importância de se mencionar alguns conceitos freudianos, nos quais Benjamin se baseia para formar sua concepção de experiência (*Erfahrung*), considerando como ponto de partida a teoria freudiana da pulsão, Paula explica o caráter dual da pulsão:

de um lado é um afeto, que está ligado às energias libidinais (que podemos dizer que são de origem instintiva) e de outro é uma representação ideativa, ou seja, uma simbolização deste afeto, que é mediada pela linguagem (PAULA, 2012, p.33).

Sobre os princípios da teoria freudiana, Paula destaca que o aparelho psíquico humano é formado por um sistema pré-consciente e por um sistema inconsciente, que se desenvolvem mutuamente e que recebem estímulos externos (sejam ambientais ou endógenos/ pulsionais) que atingem constantemente o aparelho psíquico do indivíduo. Para defender o sistema psíquico de tanto estímulos incessantes, nosso sistema psíquico tem o que se pode considerar um “escudo de defesa”, conhecido na psicanálise como paraexcitação. O consciente realiza este trabalho de “recepção e defesa”, responsável pelo monitoramento e percepção dos estímulos (PAULA, 2012, p.33).

Mas para nos defendermos de perigos pulsionais, que poderiam levar o indivíduo a ter comportamentos considerados inadequados socialmente, faz parte de nossas defesas o sistema inconsciente, que primeiramente usa o recalçamento (*Verdrängung*) originário, que vem desde a infância, como modo de enfrentar uma representação ideativa considerada intolerável pelo indivíduo. Paula esclarece como os mecanismos de defesa reagem em relação ao desconforto causado em uma situação:

por causar grande desprazer, a representação então é recalçada, mas o afeto fica livre para circular no aparelho psíquico e busca fazer alguma ligação, se associando, por exemplo, a representações conscientes que sejam distintas das representações recalçadas (PAULA, 2012, p.33-34).

Assim, esse recalçamento pode escapar à racionalização por meio do mecanismo da sublimação, ou seja, o afeto é canalizado para outra ação que seja socialmente aceita (PAULA, 2012, p.34).

Como o conceito de inconsciente não apresenta uma definição clara como outros conceitos psicanalíticos, o inconsciente freudiano em geral é definido pelo que não é, explica: “o inconsciente não é bem um lugar ou estrutura, mas uma lógica de nosso funcionamento psíquico”. E, ainda, acrescenta que o inconsciente é formado a partir do recalque originário, que consiste no “índice do laço social, pois denota o primeiro momento que a criança recolhe o seu desejo por considerá-lo inaceitável pelo mundo”. Por isso, o inconsciente é considerado como o lugar onde se concentram nossos recalques, nossos desejos mais íntimos, que se expressam, ora de forma disfarçada, por meio de sonhos, atos falhos e chistes (PAULA, 2012, p.34).

Na segunda parte da obra, intitulada “Ensino da administração: da catástrofe ao sonho”, a autora se baseia na letra da música “Nada tanto assim”, do grupo Kid Abelha, que fez sucesso na década de 1980, cujo refrão é “eu tenho pressa, e tanta coisa me interessa, mas nada tanto assim”, para ilustrar a atual atrofia da experiência (*Erfahrung*) dos jovens. Os professores universitários têm o desafio de lidar com esses jovens que chegam, em geral, desinteressados, apáticos, indiferentes e insolentes, situação que dificulta a realização de uma experiência formativa (PAULA, 2012, p.80). Paula lembra a afirmação de Horkheimer sobre a função da universidade, que deveria ensinar: um “saber sobre a sociedade e sobre a existência humana concreta”. Assim, conclui Paula, o indivíduo é formado para pensar e não meramente treinado para o exercício técnico. Diante do preponderância da formação voltada para o mercado de trabalho, há uma sensação de mal-estar entre os professores universitários, que sentem que estão cumprindo o que lhes é exigido, mas que talvez não seja o mais certo a fazer (PAULA, 2012, p.80-81).

Essa frustração é ainda maior em cursos de caráter técnico e aplicado como a administração, objeto de pesquisa deste trabalho. A autora tem buscado respostas para a possibilidade de uma educação crítica para os administradores (PAULA, 2012, p.81).

Segundo sua argumentação, essa discussão se justifica pelo fato de os gerentes assumirem cada vez mais responsabilidades, nos âmbitos público e privado, sobre decisões que afetam a sociedade. Paula acredita que o mundo seria melhor se as decisões fossem tomadas considerando a eficiência econômica, mas com ética acima de tudo (PAULA, 2012, p.81).

Em sua extensa carreira como professora universitária da área de administração, nos últimos anos ministrando, inclusive, disciplinas sobre ética, Paula constatou que: “invariavelmente, boa parte dos alunos acredita que nas empresas é válido suspender o imperativo moral, uma vez que a lei vigente é o lucro” (PAULA, 2012, p.81).

Mesmo com toda badalação em torno do termo “responsabilidade social” frequente nos meios de comunicação e nos discursos institucionais, para esses alunos na hora da decisão, eles não hesitam em afirmar que o que pesa é “preservar os interesses do capital”. No entanto, eles “esperam que a transgressão da ética se restrinja a este domínio, pois são unânimes em afirmar que um governo não pode ser corrupto” (PAULA, 2012, p.81).

Dessa maneira, tem sido árdua a tarefa da professora Paula em levar adiante a defesa de uma educação crítica, com consciência cidadã, uma vez que os termos “administração” e “crítica” são considerados incompatíveis por seus colegas, professores e pesquisadores, e seus alunos. Eles consideram essa possibilidade de mudança um “idealismo ingênuo” (PAULA, 2012, p.81).

Paula revela que tem observado que “a administração é, em geral, considerada uma atividade irremediavelmente contaminada pela lógica instrumental, ou seja, mediada por uma racionalidade voltada para os objetivos e fins” (PAULA, 2012, p.81).

Para rebater essa ideia, Paula argumenta com base no pensamento de Guerreiro Ramos, defendida por muitos pesquisadores, “que a administração também é mediada por uma racionalidade substantiva, voltada para ideais e valores” (PAULA, 2012, p.81). Assim sendo, Paula afirma que para esses pesquisadores “seria possível um paradigma econômico não utilitarista: uma economia que funcionasse de acordo com outra racionalidade, visando o desenvolvimento sustentável” (PAULA, 2012, p.81).

A autora não se propõe a desenvolver na referida obra seu ponto de vista, que considera utópico, mas sim examinar condições de dissipar a influência do pensamento ultraliberal na mente dos estudantes de administração de hoje (PAULA, 2012, p.82).

Explica que o autor Dany-Robert Dufour retrata de maneira peculiar esse problema, ao combinar seus conhecimentos de ciências sociais, filosofia e psicanálise para demonstrar como está se sofisticando a “arte de reduzir cabeças”. Paula explica que a tese deste autor se baseia na ideia que “o sujeito crítico kantiano e o sujeito neurótico freudiano estariam sendo sumariamente executados, uma vez que assistimos a um implacável enfraquecimento do espírito crítico”. (PAULA, 2012, p.82).

Entende-se por sujeito crítico kantiano, conceito cunhado no século XIX: “o sujeito capaz de sair do estado de menoridade para fazer uso de seu próprio entendimento e assim dirigir sua vida”. Já a expressão sujeito neurótico surgiu no século XX, é aquele “sujeito recalçado que se culpa pelos desejos retidos no inconsciente que prefere não conhecer, mas que é necessário para a existência de uma vida civilizada” (PAULA, 2012, p.82).

Paula explica que o sujeito crítico surge da resolução do sujeito neurótico, que é esse justamente o propósito da psicanálise:

se o indivíduo completa a travessia do Complexo de Édipo, ou seja, consegue se desprender dos pais e confrontar seus desejos inconscientes, internalizar a lei na forma de um supereu bem constituído, está apto a de fato dirigir sua vida e fazer suas escolhas (PAULA, 2012, p.82).

No entanto, nesse tempo pós-moderno, tem prevalecido a subjetividade não neurótica. De acordo com Minerbo *apud* Paula, são indivíduos que nem sequer superaram o Complexo de Édipo, cuja ligação com a mãe não sofreu evolução. Paula os caracteriza da seguinte maneira:

como bebês, interpretam o mundo como ameaçador, e fixados no narcisismo primário, alternam impotência e onipotência, enfrentando angústias do aniquilamento, de fragmentação, de intrusão e de separação (PAULA, 2012, p.82).

Os casos mais extremos dessa nova manifestação típica da pós-modernidade seriam a psicose e a personalidade *boderline*. Em graus mais leves é possível observar patologias como: “depressão, bulimia, anorexia, drogadição, compulsões (por compras, por jogo, por afeto...), pânico” (PAULA, 2012, p.82).

Assim, para tratar o sujeito neurótico, o psicanalista tem de transformar subjetividades não neuróticas em subjetividades neuróticas, uma tarefa considerada por eles de caráter pedagógico, para, então, pela análise ajudar a vir a ser um sujeito crítico (PAULA, 2012, p.82-83).

Então, esse sujeito pós-moderno, com a subjetividade não neurótica, é um sujeito frágil, que tenta minimizar sua angústia por meio de falsos *selves*, de acordo com Minerbo *apud* Paula, trata-se de:

um “sujeito” tanto onipotente quanto impotente, marcado pela dificuldade com a autoridade paterna e a lei e obcecado por falsos *selves* que possam momentaneamente aplacar sua angústia, mascarando seu ego frágil (PAULA, 2012, p.83).

No entanto, esse sujeito é tratado equivocadamente pelas instituições de ensino “como aquele a quem não se deve reprimir”, o que o impede de superar um estado de opressão e passar para um estado de liberdade, como consequência, sem condições de distinguir autoritarismo de autoridade. (PAULA, 2012, p.83).

Paula conclui a respeito desse assunto que hoje há pessoas vítimas de uma patologia, mas que é possível fazer com que passem a viver em sociedade, de modo a reconhecer o outro. Para tanto, é necessária a função pedagógica a fim de se reestabelecer a autoridade, Hannah Arendt pondera acerca da diferença geracional e da importância da responsabilidade pelas futuras gerações. Paula destaca a seguinte

reflexão de Arendt: “essa autoridade abolida pelos adultos só pode significar uma coisa: que os adultos recusam a assumir a responsabilidade do mundo no qual colocaram filhos”! (PAULA, 2012, p.83).

Na seção seguinte, intitulada “a tragédia anunciada da semiformação”, Paula descreve, o que considera um quadro desolador, na década de 1930-1940, a concepção da educação brasileira se volta para a preparação do exercício de uma profissão para atender às demandas das elites burguesas e industriais, que pretendiam garantir que as futuras gerações de trabalhadores fossem preparadas para desempenhar seus papéis. Paula entende que “as instituições de ensino brasileiras são aparelhadas para reproduzirem a mão-de-obra e a divisão social do trabalho, consolidando a estrutura de classe” (PAULA, 2012, p.84).

Diversamente do período anterior, em que se garantiu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário; na década de 1950, buscava-se estender a escolaridade obrigatória até o secundário e entrou em pauta a possibilidade da privatização do ensino (PAULA, 2012, p.85). Paula relata que:

em 1957, um projeto de lei conhecido como “substitutivo Lacerda” pregava a privatização do ensino: o controle da educação seria assumido pela sociedade civil e ao Estado caberia o papel de financiar, mas sem fiscalizar” (PAULA, 2012, p.85)

Os intelectuais e educadores da época protestaram por meio do “Manifesto dos Educadores”, no qual defendiam o ensino público e gratuito, que se configurou em uma grande campanha pela causa (PAULA, 2012, p.85).

Concomitantemente, também se desenvolvia a educação popular, impulsionada por setores da Igreja. Assim, surgiram o movimento estudantil católico e o “Movimento de Educação de Base”. O auge do movimento da educação popular se deu em 1958 com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, mas apesar da grande influência que o movimento teve sobre a cultura popular brasileira, não resistiu ao barbarismo cultural pós-1964 (PAULA, 2012, p.85).

Paula explica que, a partir de 1965, a universidade sofreu pressão para se adequar ao modelo de desenvolvimento imposto pela política econômica: “o então ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão, delegou a responsabilidade de reformular a estrutura da universidade brasileira a um grupo de especialistas norte-americanos” (PAULA, 2012, p.85).

Ressalta o autoritarismo do empreendimento pela seguinte recomendação que constava no Relatório Rudolf Atcon, de 1967, que estabeleceu parâmetros para a Reforma Universitária de 1968:

o desenvolvimento de uma filosofia educacional para o continente, leia-se uma ideologia capaz de formar quadros técnicos para o desenvolvimento capitalista; o estabelecimento da autonomia da universidade transformando-a em uma fundação privada e a eliminação da interferência estudantil na administração tanto colegiada quanto gremial (PAULA, 2012, p.85)

Assim, foram adotados “o sistema de créditos, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o exame vestibular unificado e classificatório”. Embora derrotados em seu projeto de democratização da universidade brasileira, algumas ideias concebidas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília (UNB) foram aproveitadas, tais como: a dissolução de cátedra e a departamentalização (PAULA, 2012, p.86).

Paula, então, discorre sobre o contexto do surgimento dos primeiros cursos de graduação em administração no Brasil, na década de 1940, cujo desenvolvimento ocorre a partir da criação da Faculdade de Economia e Administração (FEA), da Universidade de São Paulo, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Duas décadas mais tarde, foi regulamentado o exercício da profissão de administrador, por meio da Lei 4.769/1965, que estabeleceu que apenas os bacharéis em administração poderiam exercer a atividade e que o currículo do curso seria definido pelo Conselho Federal de Educação (PAULA, 2012, p.86).

Sobre a história recente do ensino superior brasileiro, Paula lembra que o aumento da demanda por profissionais qualificados, a partir da década de 1970, refletiu na busca por mais vagas nos cursos de graduação, que junto com a política de incentivo à expansão do setor privado, acabou tornando a participação desse setor hegemônico. A autora exemplifica da seguinte maneira: enquanto na década de 1960, cerca de 30% dos alunos estavam matriculados em instituições de ensino privado, atualmente são 75% dos efetivos discentes (PAULA, 2012, p.88).

Assim se distingue radicalmente o papel da universidade pública em relação a universidade privada: “coube majoritariamente às universidades públicas manter o princípio de associação ensino, pesquisa e extensão, enquanto as universidades privadas se dedicam prioritária, ou exclusivamente, ao ensino” (PAULA, 2012, p.88-89).

A partir dos anos 2000, houve a crescente profissionalização da gestão universitária e a subordinação da área acadêmica à estratégia empresarial da mantenedora. Dessa maneira, fica evidente para Paula “um propósito de transformar estas instituições em meras empresas de ensino, revelando uma tendência à mercantilização na educação superior brasileira” (PAULA, 2012, p.89).

Paula sublinha que há grande interesse das universidades privadas em implantar cursos de graduação em administração pelo baixo custo em comparação a outros, que

requerem laboratórios e equipamentos, como por exemplo medicina ou engenharia, soma-se a isto a grande procura por vagas também (PAULA, 2012, p.90).

Para ilustrar a diferença entre universidades de pesquisa e as de ensino, Paula menciona matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo, em 2001, em que o proprietário e reitor da Universidade Estácio de Sá (UNESA), João de Uchôa Netto, expõe sua visão estarecedora acerca do ensino:

as pesquisas não valem nada. A gente olha todo mundo fazendo tese, pesquisa e tal, mas não tem nenhuma sendo aproveitada. É uma inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal. As faculdades [da Estácio] não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora...Eu sou interessado na Estácio de Sá, isso é o que me importa. Estou interessado no Brasil? Não. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá... (PAULA, 2012, p.90).

Não só a UNESA, mas também a Universidade Paulista (UNIP) são modelos que seguem essa lógica que permeia o ensino superior privado. Paula traz uma crítica de Ibrahim Warde a respeito desse fenômeno:

o ensino de administração se tornou um grande negócio, sendo que muitas instituições já oscilam entre uma lógica “imobiliária” – pautada pela ampliação das instalações físicas – e uma lógica “hoteleira” – focada na ocupação das salas de aula, independente da qualidade dos “hóspedes” (PAULA, 2012, p.91).

Paula lembra um artigo sobre as tendências no ensino da administração, de Rafael Alcadipani e Ricardo Bresler, em que essa questão é analisada e sobre o que os autores concluíram que está ocorrendo um “processo de *macdonaldização* do ensino”. Consta no artigo que nessa “universidade de resultados” a qualidade de produção ou de formação não importam, mas apenas os índices de números de cursos, matrículas e aprovações são levados em consideração. Os autores denominam como tecnologia de *fast-food* esta utilizada com vistas a padronização das informações e a maximização da quantidade de alunos (PAULA, 2012, p.91).

Assim sendo, os professores não passam de simples *entertainers* e empreendedores, que divertem, contam piadas, passam receitas de sucesso e se dedicam a atividades com foco na maximização de seus ganhos pessoais (PAULA, 2012, p.92).

Se por um lado acredita-se que houve democratização do acesso ao ensino superior, isso pode se revelar uma falácia por não considerar a evasão dos alunos em universidades privadas que perdem a capacidade de continuar arcando com as mensalidades e as políticas de crédito educativo que ainda são incipientes e oferecem aos estudantes financiamentos com juros altos. Paula critica as políticas educacionais por não proporcionarem o devido destaque ao ensino técnico de segundo grau, que poderia atender parte da demanda por qualificação (PAULA, 2012, p.92).

Paula reconhece que algumas críticas dirigidas ao ensino de administração datam do início dos anos 2000 e que atualmente perderam fôlego. Desde então, ocorreram falências e fusões de instituições de ensino superior privadas, um sinal de que, o modelo, que adotaram, não se sustenta por muito tempo, por gerar diplomas sem reputação de qualidade, que não acrescenta em nada, seja na procura por emprego ou na atividade profissional. Ainda assim, com o enfraquecimento desse modelo caça-níquel de universidade, o futuro dos cursos ainda preocupa (PAULA, 2012, p.92).

Para Paula, os manuais predominantes na área de administração do tipo “*how to do*” atendem ao recurso da abstração que tudo instrumentaliza. Sobre a subordinação da reflexão ao esquematismo, que suspende o pensamento, se refere a seguinte observação de Horkheimer: “o indivíduo não mais pensa, mas apenas age e por vezes irrefletidamente, o que se assemelha ao *acting out*, conceito psicanalítico utilizado para caracterizar os atos perversos” (PAULA, 2012, p.92-93).

Tanto essa lógica de ação, como os conteúdos próprios de cursos e a semiformação estão diretamente relacionados ao que Thomaz Wood Júnior chama de “a indústria do *management*” formada pelos seguintes pilares: as escolas de administração, as empresas de consultoria, os gurus de gestão e a mídia de negócios (PAULA, 2012, p.93).

A indústria do *management* reforça a ideologia que fomenta excessivamente o individualismo, a competição, que de acordo com Adorno *apud* Paula “não conduz à educação, mas à barbárie, pois tal lógica só é benéfica quando utilizada em seu aspecto lúdico, como é o caso do esporte no qual o desempenho máximo busca ser balanceado pelo *fair play* (PAULA, 2012, p.95).

Quando há exacerbação dessas características, a ética é sacrificada a favor da competitividade. Paula menciona a pesquisa das professoras Jacqueline Borges e Cíntia Medeiros com alunos de graduação em administração, sobre a exploração do corpo feminino nos anúncios de cerveja no Brasil, que resultou no seguinte:

eles admitiram que a prática é discriminatória e sexista, mas não hesitaram em afirmar que se estivessem no lugar dos gerentes da campanha, apelariam para o mesmo recurso, porque é mais barato e a concorrência se vale da mesma estratégia (PAULA, 2012, p.96).

A autora defende que esses padrões oriundos da semiformação, da cultura do *management*, devem ser superados e que os docentes devem se sentir livres, utilizar sua autonomia para propor uma experiência pedagógica alternativa, com vistas a um empreendimento autêntico de aprendizado. Paula acredita que a formação (*Bildung*) dos administradores é possível, sem se ater a uma racionalidade instrumental e

utilitarista, por meio do desenvolvimento de uma reflexão teórica e uma reestruturação política-pedagógica (PAULA, 2012, p.96).

Na última seção do livro, Paula apresenta uma pesquisa realizada em cursos de graduação de administração de empresas, cujos programas de pós-graduação fossem bem qualificados perante o MEC, em universidades situadas na região sudeste do Brasil. A pesquisa parte da premissa a qual “os cursos de graduação em administração de escolas de primeira linha e nos quais não haveria uma indissociação entre ensino, pesquisa e extensão são um ambiente mais propenso a uma formação crítica (...)”.

Com base em um roteiro, foram realizadas 24 entrevistas de 28 pretendidas, onde se procurou apreender impressões de diversas instâncias de uma instituição educacional, abrangendo: “curso de graduação, programa de iniciação científica, empresa júnior e diretório ou centro acadêmico” (PAULA, 2012, p.102).

A autora se surpreendeu ao constatar que alguns depoimentos eram bastante enviesados, que representantes de instituições queriam passar, acima de tudo, uma boa impressão, por isso optou por não identificar os entrevistados, nem as universidades respectivas. Paula denomina de “estilhaços do real” esses discursos deformados, que ora omitem problemas, ora valorizam suas ações, essas impressões obtidas em breves entrevistas. Portanto, se apoiou na metodologia dialética da Escola de Frankfurt para analisar essa pesquisa deformada, o que, segundo a autora, “é a condição real de qualquer pesquisa” (PAULA, 2012, p.103).

Com base no pensamento de Benjamin, Paula (2012, p.104) justifica o procedimento de interpretação da realidade que utilizou, afirmando que “os estilhaços do real podem ser recolhidos segundo uma associação livre, para que uma constelação se constitua e sua imagem seja reveladora das contradições sociais, mostrando de um lado a catástrofe e de outro, a possibilidade utópica”.

Pelo fato de a realidade do ensino de administração consistir em uma realidade incompleta e fragmentada, tal como qualquer outra, a pesquisa se inspirou no método micrológico proposto por Benjamin, assim justifica Paula (2012, p.104): “minha atenção se voltou para os elementos singulares, os detalhes, os restos e as migalhas”. Particularmente, despertou particular interesse da pesquisa acerca das contradições e antinomias constatadas nos discursos. Para a análise, a autora usou como referência os conceitos de vivência e experiência em Benjamin e se apoiou principalmente na questão do sujeito conforme compreensão da Escola de Frankfurt, incluindo o aspecto do inconsciente de Freud (PAULA, 2012, p.104).

Os depoimentos revelaram que a premissa assumida na pesquisa não se confirmou, mostraram que, na realidade, não há articulação entre ensino, pesquisa e extensão,

nessas universidades, mesmo os entrevistados reconhecendo que o funcionamento dessas instâncias de maneira mais integrada contribuiria decisivamente para a formação dos alunos. Além disso, a pesquisa apontou para o fato de a iniciação científica passar praticamente despercebida pelos alunos de graduação, vista muitas vezes por eles como uma “anomalia”, uma vez que demonstram mais interesse em estágios profissionalizantes. No entanto, o conhecimento produzido na empresa júnior raramente chega ao curso de graduação. Em relação ao diretório acadêmico, a impressão dos entrevistados é a que se transformou em um centro voltado essencialmente para a realização de festas e churrascos, em vez de constituir um meio para a realização de ações políticas e culturais dos estudantes (PAULA, 2012, p.105).

Além disso, se averiguou o desconhecimento acerca do currículo e do projeto pedagógico pelo corpo docente dessas instituições. Como também os coordenadores de área demonstraram ignorar a história da instituição e do curso no qual trabalham, ficando a memória a cargo dos funcionários mais antigos (PAULA, 2012, p.106).

Emergiram comentários de cunho histórico acerca dos cursos, registrados em poucos depoimentos, que convergiram para a observação do surgimento da semiformação e do concomitante declínio da experiência, nas últimas décadas. Esse cenário foi marcado pela pressão de alunos e do mercado por um perfil mais profissionalizante do curso, ao passo que grupos ligados às universidades e a órgãos incumbidos da gestão do ensino superior defendiam um ensino não calcado inteiramente no modelo tecnicista, que, aliás, recomendavam para a formação do administrador mais flexibilização intelectual e visão interdisciplinar quanto ao mundo do trabalho, conforme diretrizes de 2005 (PAULA, 2012, p.107).

Paula (2012, p.110) constatou a falta de condições para o desenvolvimento do espírito universitário, que fica aprisionado entre os movimentos do ensino ora voltado para a cidadania e ora para a profissão. A ideia acerca de um administrador crítico, segundo as respostas de seus entrevistados, consistiria em um profissional provido de notória capacidade analítica a ser utilizada em processos decisórios em empresas. Conforme detalha Paula (2012, p.110) o ideal de administrador crítico segundo os depoimentos é o seguinte: “um administrador, especialmente aquele que atua no nível estratégico, deveria ter uma visão ampliada e uma habilidade de analisar contextos, além de um comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade” (PAULA, 2012, p.110).

No entanto, os depoimentos revelaram uma forte rejeição à postura de um administrador comprometido com a militância política, se posicionando ideologicamente. Segundo os entrevistados, se requer a postura de neutralidade nas

análises do administrador. Outro aspecto igualmente repellido foi “a crítica pela crítica”, que não gera transformação na sociedade. Contudo, prevalece a ideia que um administrador muito crítico não realizaria bem sua função; por esse entendimento, acredita-se que a crítica paralisaria a ação, sendo aceitável que o administrador seja crítico “até certo ponto”, contanto que a sua criticidade não interfira na competitividade da empresa. No entanto, houve quem aceitasse a reflexão crítica em cargos mais elevados da empresa: “admite-se que a crítica é algo que pode ser exercido por algumas funções gerenciais, pois não seria desejável em determinadas funções mais próximas da execução, por exemplo” (PAULA, 2012, p.110).

Segundo Paula (2012, p.112), os comentários que defendem essa separação entre administradores críticos, no nível estratégico e os não críticos, no nível operacional remetem inconscientemente ao nazismo. A autora se apoia no pensamento de Adorno para refletir acerca da origem da barbárie justamente nessa separação apontada:

temos que será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, enquanto serviços façam coisas que perpetuam sua própria servidão, tornando-as indignas; que continue a haver Bogers e Kaduks, [comissários crudelíssimos do campo de concentração de Auschwitz] contra isto é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento (PAULA, 2012, p.112),

Alguns entrevistados deixaram escapar em seus depoimentos que consideram fraco o conteúdo ensinado na administração, se comparado com outros domínios dos quais se apropria em parte, como a sociologia, a filosofia e a psicologia (PAULA, 2012, p.115).

Enfim, Paula (2012, p.120) acredita que a formação (*Bildung*) e a experiência poderão ocorrer; para tanto, os docentes da área de administração deveriam rejeitar a concepção retrograda da formação do administrador naturalizada pelo discurso oficial; e passar a difundir uma visão crítica do conhecimento que “contemple o futuro, aposte no sonho e na nossa possibilidade de despertar do pesadelo”

4.2.3 Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social – PEGS

Em relação ao grupo coordenado por Fernando Guilherme Tenório, foram identificados quatro pesquisadores que assinaram 27 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- mercado de trabalho associado às políticas sociais, aos impactos que suas reorganizações/ reestruturações causam, história do trabalho no Brasil e sua crise de desenvolvimento e impactos da globalização que sofreu;

- gestão social, reflexões teóricas sobre esse tipo de gestão;
- modernidade;
- pós-modernidade;
- administração pública brasileira diante das mudanças tecnológicas;
- gestão de recursos humanos diante das mudanças tecnológicas;
- razão administrativa, mitos e anomalias;
- teoria geral da administração;
- teoria de sistemas;
- empresa familiar;
- processo de recuperação de cooperativa;
- situações de mudanças organizacionais;
- desregulamentação de mercados e impactos na sociedade;
- organização burocrática, novos olhares;
- ciclo de vida das organizações; e
- estratégias de cooperação x competição relacionado a um tempo pós-fordista.

Esse grupo defende mais incisivamente a gestão social como alternativa ao funcionalismo. Dentre os temas abordados constam: ciclo de vida das organizações, mercado de trabalho e a importância do posicionamento do Estado como regulador do mercado.

A obra analisada deste grupo foi o artigo “Gestão Social: uma perspectiva conceitual”, de autoria de Fernando Guilherme Tenório, publicado em 2004, pela Editora Unijuí. A opção por este texto foi motivada pelo referencial teórico-crítico adotado nesse livro, especificamente com base na formulação da racionalidade comunicativa, proposta por Habermas.

O autor caracteriza este livro como uma coletânea de ensaios, no âmbito do estudo das teorias organizacionais, temática a que tem se dedicado no programa de pós-graduação da EBAPE/ FGV e na linha de pesquisa que coordena, o Programa de Estudos em gestão Social (PEGS) (TENÓRIO, 2004, p. 7).

Guerreiro Ramos o estimulou a avançar nesse campo de pesquisa em administração, em que tratou de demarcar as fases do desenvolvimento do seu conhecimento sobre administração, como prática e área de estudo. Tenório ressalta o caráter de ensaio dos textos dessa obra, cujo aspecto central é a valorização da administração como área de conhecimento. (TENÓRIO, 2004, p. 7-8)

Despertou particular interesse em Tenório, nos anos 1990, o novo quadro da administração pública que se constituía com o surgimento do liberalismo econômico no Brasil, inaugurado pelo Governo Collor. Dessa forma, a ênfase para a discussão

passaria a ser do mercado e não mais do Estado, que tendia a ter sua participação deslocada do processo de desenvolvimento econômico nacional para exercer o papel de regulador (TENÓRIO, 2004, p. 9-10).

Defendia-se, naquele momento, a ideia que o Estado deveria se desfazer do seu patrimônio, por meio de privatizações, e viabilizar o processo de enxugamento da burocracia pública, por meio da desmobilização de pessoal. Portanto, o mercado constituiria o meio pelo qual os agentes econômicos atuariam para suprir as demandas da sociedade. O terceiro setor acolheria as carências sociais, tradicionalmente não incluídas na dinâmica do mercado (TENÓRIO, 2004, p. 10).

Portanto, naquele momento, Tenório juntamente com outros pesquisadores, conceberam o Programa de Estudos em Gestão Social – PEGS, como um espaço para refletirem acerca do mediador ideal entre o poder público e a sociedade, discordavam da ideologia de mercado e da capacidade de sua “mão invisível” exercer funções que não fossem somente a de acumulação de capital (TENÓRIO, 2004, p. 10).

Os membros desse grupo compreenderam que a cidadania deveria ser o elemento mediador dessa relação, entre o poder público e a sociedade, passaram, portanto, a desenvolver o conceito de gestão social, que se difere da gestão estratégica por se basear na democratização das relações sociais e não simplesmente na consecução de resultados (TENÓRIO, 2004, p. 10-11).

Na perspectiva de estudo do Tenório, há a inversão de relações de categorias de análise, em vez de usar a relação do Estado em direção a sociedade, faz se o contrário, a fim de se privilegiar as demandas da sociedade ao poder público, estendendo a inversão também à relação capital-trabalho (TENÓRIO, 2004, p. 11).

Tenório enfatiza a busca por uma alternativa à dicotomia Estado e mercado, que seria perceber a sociedade civil como fator categórico para as relações sociais e produção. Para tanto, se apoia na abordagem sociocêntrica concebida por Oswald Sunkel. (TENÓRIO, 2004, p. 12).

O objetivo do artigo intitulado “Gestão Social: uma perspectiva conceitual” foi o de apresentar o conceito de gestão social compreendido pelo grupo de pesquisa PEGS, elaborado com base em pesquisas teóricas e empíricas, treinamentos e cooperação técnica, que resultaram em livros, artigos, ao longo de pelo menos dez anos (TENÓRIO, 2004, p. 13).

Essa abordagem tem despertado interesse no que tange à implantação de políticas públicas. Tenório enfatiza a realização de estudos a partir da ótica da sociedade e do trabalho, priorizando o processo de cidadania como base dessas relações, pois acredita que: “a cidadania é vista não apenas como a base da soberania de um

Estado-nação, mas também como expressão do pleno exercício de direito exigíveis em benefício da pessoa humana e da coletividade” (TENÓRIO, 2004, p. 13-14).

A concepção de gestão social tal como idealizada por Tenório (2004, p.15) se baseia no referencial teórico e epistemológico frankfurtiano, de Jürgen Habermas, que introduz o conceito da racionalidade comunicativa, que se contrapõe à lógica instrumental, entendida como obstáculo para a emancipação do homem.

Para tecer distinções entre a gestão social e a gestão estratégica, no entanto, Tenório (2004, p.15) recorre à discussão acerca da teoria tradicional e da teoria crítica, da Escola de Frankfurt.

Tenório (2004, p.15) esclarece que, segundo os frankfurtianos, a teoria tradicional abrange: “todo conhecimento positivista, onisciente, que procura estabelecer princípios gerais, enfatizar o empirismo e a verificação e identificar proposições gerais para submetê-las à prova”. Desse modo, analisa fatos sociais por meio de metodologias inerentes às ciências naturais, considerando-os como neutros, não contribui com a transformação social. Assim, a teoria tradicional se apresenta como ideológica, ao ignorar informações da realidade, e fetichista, ao coisificar em categorias os fatos (TENÓRIO, 2004, p.15).

Por sua vez, segundo o autor, a teoria crítica “investiga as interconexões recíprocas dos fenômenos sociais e observa-os numa relação direta com as leis históricas do momento na sociedade estudada”. O autor ressalta que nessa perspectiva, a sociedade é o objeto de estudo e as interconexões estruturais devem ser consideradas nas análises, a fim de se evitar interpretações superficiais. Assim, os interesses da sociedade são priorizados (TENÓRIO, 2004, p.16).

A teoria crítica diverge também da teoria tradicional ao discordar que o conhecimento seja considerado superior à ação. Acrescenta ainda que uma pesquisa jamais estaria passível de ser desinteressada, em uma sociedade em que ainda persistem homens não autônomos. Entende que o olhar do pesquisador é, involuntariamente, condicionado pelas categorias sociais e que a ciência, por sua vez, atua na modernização constante dos sistemas produtivos (TENÓRIO, 2004, p.17).

Portanto, Tenório (2004, p.17) reconhece a hegemonia da perspectiva pragmática na atual pesquisa social empírica, especificamente gestão organizacional. O autor explica que:

os seus métodos e técnicas são moldados de acordo com o determinismo de mercado. Tal determinismo impede que os “pesquisadores tradicionais” tenham uma visão clara do mundo que os cerca, já que este tipo de pesquisador mimetiza suas análises sob a ótica exclusiva da razão instrumental (TENÓRIO, 2004, p.17).

Tenório (2004, p.18) afirma que o dualismo, de origem positivista, entre fatos e valores, próprio da teoria tradicional, sustenta a situação dominante, sendo que a teoria crítica buscou aliar “conhecimento e interesse, razão teórica e prática” e mostrar as tendências históricas e sociais condicionadas que obstruem a emancipação do homem. Segundo o autor, com base na descrição de Horkheimer, a função social do teórico crítico consiste na identificação das contradições sociais, de modo que ele e o seu trabalho estejam intimamente ligados com os oprimido, com vistas à transformação dessa realidade (TENÓRIO, 2004, p.18).

Enfim, as principais restrições da teoria crítica em relação à teoria tradicional envolvem os seguintes aspectos: inadequação para analisar a vida social; recursos analíticos superficiais e atitude acomodada ao *status quo*, que sustenta a dominação tecnológica na atual sociedade tecnocrata (TENÓRIO, 2004, p.18).

Tenório (2004, p.19) passa, então, à discussão em que apresenta o sentido antinômico acerca dos conceitos de gestão estratégica, gestão social e de cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2004, p.19).

Para tanto, discorre sobre o posicionamento dos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, que consideravam a racionalidade instrumental o principal obstáculo para a emancipação do homem, cujos efeitos poderiam ser vistos na esfera cultural, com o fenômeno da indústria cultural, como também nos meios de produção, pelo efeito da tecnificação do homem, em outras palavras, pela unidimensionalização do homem. A racionalidade instrumental era percebida pelos frankfurtianos de maneira superficial, com ênfase apenas nos meios, sem uma coordenação mais ampla do processo, que relacionasse bem os meios operacionais com sua finalidade: “para este tipo de razão, uma ideia, um conceito ou uma teoria não passam de um esquema ou plano de ação na qual a probabilidade e calculabilidade são suas noções-chave. Por conseguinte, a verdade não passa do êxito de uma ideia sobre a outra” (TENÓRIO, 2004, p.19).

Habermas, da segunda geração da Escola de Frankfurt, compartilhava dessa ideia que a racionalidade instrumental representava um obstáculo para a autonomia do sujeito “à medida que o mundo da vida, substância estruturante da razão da pessoa humana, é submetido à razão funcional através de ações estratégicas” (TENÓRIO, 2004, p.19).

No entanto, de acordo com Tenório (2004, p.20), Habermas divergia do pessimismo de seus antecessores quanto ao potencial emancipatório por meio da razão técnica. Assim, Habermas propõe “um paradigma teórico-social que implemente a razão a partir do consenso alcançado por uma ação social do tipo comunicativa, ao invés de uma ação social do tipo estratégica” (TENÓRIO, 2004, p.20).

Segundo essa proposta, de acordo com Habermas *apud* Tenório (2004, p.20) se conciliam duas perspectivas, a da práxis social, para que se exerça o conhecimento reflexivo, e a da práxis política, para subverter o sistema de instituições:

“investigar, por uma parte, o contexto histórico de constituição de uma situação de interesse a que pertence a teoria, por assim dizer, através do ato do conhecimento; e, por outra parte, investigar o contexto histórico de ação sobre o qual a teoria pode exercer uma influência que oriente a ação. (...)” (TENÓRIO, 2004, p.20).

Desse modo, almeja-se que o homem se liberte dos efeitos lesivos do dogmatismo nas ciências e que alcance sua emancipação pela transformação das estruturas sócio-político-econômicas vigentes (TENÓRIO, 2004, p.20).

O conceito da racionalidade comunicativa elaborado por Habermas remete à concepção de Marx acerca da evolução da espécie humana, considerando não apenas a contribuição do componente trabalho nesse processo, mas igualmente a linguagem. Enquanto entre primatas é observada a hierarquia unidimensional, entre os homens a hierarquia se baseia no “reconhecimento intersubjetivo (comunicativo) de expectativas de comportamento, através de papéis sociais possíveis” (TENÓRIO, 2004, p.21).

Com base nesse sistema de comunicação da linguagem humana, Habermas dispôs-se a investigar os problemas decorrentes da racionalização burocrática da sociedade. Para tanto, Habermas se utiliza do conceito de ação social com base nas seguintes categorias da racionalidade de ação, análogas as de Weber: “teleológica, estratégica, normativa, dramática e comunicativa” (TENÓRIO, 2004, p.21).

Na ação teleológica, a racionalidade se volta para a tomada de decisão, o ator elege a mais congruente entre as possibilidades alternativas de ação, visando a realização de um desejado fim. A ação estratégica consiste em um desdobramento do modelo teleológico, no qual se utiliza cálculos para a maximização da utilidade, tendo em vista a expectativa da intervenção do outro em seus propósitos. Nesse caso, explica Tenório: “os atores relacionam-se uns com os outros, vendo-os como meios e impedimentos para a realização de seus objetivos”. A ação normativa pode ser entendida como o comportamento do ator frente às normas estabelecidas, de acordo com valores comuns, por membros de um determinado grupo social. Na ação dramática, o ator evoca uma certa imagem perante os outros, apresenta um personagem ao público. Por fim, na ação comunicativa ocorre por meio da interação de, pelo menos, duas pessoas instruídas em termos de linguagem e de ação, que buscam, por meio de um consenso, o entendimento sobre como atingir um determinado objetivo. Segundo Tenório, consiste na “ação mais importante na perspectiva habermasiana” (TENÓRIO, 2004, p.22).

O autor esclarece que as referidas categorias da racionalidade de ação interagem ao serem utilizadas simultaneamente por atores e em diferentes etapas de decisão e ação. Tenório, então, para desenvolver a questão central desse estudo acerca do sentido antinômico dos conceitos de gestão estratégica e gestão social, assim como o de cidadania deliberativa, contrapõe o conceito de ação estratégica ao de ação comunicativa, pelos seguintes motivos: pelo fato de a ação estratégica ser conceituada como uma extensão da ação teleológica e considerada estritamente utilitarista; pela ambiguidade existente entre a ação estratégica, voltada para o êxito, e a ação comunicativa, voltada para o entendimento; por fim, para relacionar o conceito de cidadania deliberativa com o de gestão social. A partir das referidas categorias de ação são formulados os conceitos de gestão estratégica e de gestão social (TENÓRIO, 2004, p.23).

Tenório (2004, p.24) compreende por gestão estratégica “um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins implementada através da interação de duas ou mais pessoas na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s)”. A gestão estratégica consiste em sistemas de funcionamento usados por empresas e por governos que os projetam sobre a sociedade. Sobressaindo, dessa maneira, o comportamento tecnocrático, que compreende toda ação social orientada pela razão técnica hegemônica, ou em outras palavras, tecno-burocrática (TENÓRIO, 2004, p.24).

Há uma perspectiva, segundo a qual, a reconstrução planejada da sociedade se realizaria nos moldes da análise de sistemas, onde os interesses técnicos prevalecem sobre os sociais. Segundo esse entendimento evidentemente elitista, a tecnocracia recebe influência da teoria tradicional, através da difusão de uma racionalidade instrumental observada na gestão de organizações, nos âmbitos públicos e privados. Tenório comenta os aspectos concernentes ao autoritarismo e à ocultação do sujeito na ação gerencial do tipo monológica: “ela é autoritária à medida que substitui a ideia de associação de indivíduos livres e iguais, pela ideia de uma sociedade isenta de sujeitos” (TENÓRIO, 2004, p.25).

O autor ressalta, ainda, o caráter antidemocrático da tecnoburocracia, a saber: “na gestão estatal, [...] à medida que não valoriza o exercício da cidadania nos processos das políticas públicas e, na gestão empresarial quando não estimula a participação do trabalhador no processo decisório do sistema-empresa” (TENÓRIO, 2004, p.25).

A gestão social difere-se da gestão estratégica por estabelecer um gerenciamento de natureza participativa, onde a ação dialógica acontece entre os sujeitos sociais no decorrer do processo decisório (TENÓRIO, 2004, p.25-26).

Segundo o paradigma da racionalidade comunicativa, o membro de uma coletividade é considerado capaz de responder pelos seus atos quando orienta sua ação, tendo em vista sua validade reconhecida intersubjetivamente. Tenório explica que em vez do uso de coerção ou força, objetiva-se alcançar a convicção por meio da racionalidade exposta discursivamente com base na argumentação pertinente. Assim, segundo o autor:

no processo de gestão social, acorde com o agir comunicativo – dialógico, a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade, isto é, verdade é a promessa de consenso racional ou, a verdade não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção do mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva (TENÓRIO, 2004, p.26-27).

Enquanto na gestão estratégica, marcada pelo gerenciamento tecnoburocrático e monológico, observa-se a pressão exercida por uma determinada pessoa sobre outra, onde a linguagem consta como um comunicado unilateral (TENÓRIO, 2004, p.27).

Segundo Tenório: “na proposta habermasiana, está presente a questão da liberdade da pessoa humana e de sua responsabilidade social, do exercício da cidadania”

Para relacionar os conceitos de gestão social e cidadania deliberativa, o autor considera fundamental rever os conceitos antinômicos de cidadania liberal e republicana, conforme o estudo de Habermas sobre os “Três modelos normativos de democracia”, para, então, formular os conceitos de cidadão nas respectivas perspectivas liberal e republicana (TENÓRIO, 2004, p.28).

Habermas *apud* Tenório (2004, p. 29) compreende que segundo a concepção liberal, o cidadão se encontra sob os “direitos subjetivos que eles têm diante do estado e dos demais cidadãos (...) em prol de seus interesses privados dentro dos limites estabelecidos pelas leis”. Na concepção republicana os cidadãos têm liberdade para exercerem sua participação na sociedade, como “atores políticos responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais” (TENÓRIO, 2004, p.29).

Habermas acrescenta ainda nessa reflexão a concepção de cidadania deliberativa, que, por sua vez, veio a ser utilizada no conceito de gestão social concebido por Tenório (2004, p.30), em que se compreende que a ação gerencial deve buscar um consenso por meio da dialogicidade, conforme explicação do autor:

uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo deve participar de um procedimento burocrático decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, o seu destino social como pessoa humana quer como eleitor, trabalhador ou consumidor, ou seja, a sua autodeterminação não se dá sob a lógica do mercado mas da democracia social: igualdade política e decisória (TENÓRIO, 2004, p.30).

Desse modo, apreende-se que o sujeito deixa de ser coadjuvante de seu destino e passa a exercer um papel ativo na sociedade e em seu ambiente de trabalho, lutando por melhores condições (TENÓRIO, 2004, p.31).

Por fim, Tenório traz a possibilidade de o Terceiro Setor atuar como uma alternativa de gestão social. Afirma que a expectativa sobre essas organizações é que administrem suas atividades nos moldes da gestão social. No entanto, se teme que ao enfrentarem dificuldades passem a utilizar mecanismos gerenciais próprios da gestão tecnoburocrática. Tenório expressa a preocupação de que seja preservada a “racionalidade que promova, politicamente, a intersubjetividade deliberativa das pessoas alicerçada no potencial do sujeito social soberano na sociedade, isto é, na cidadania” (TENÓRIO, 2004, p.33).

4.2.4 Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Em relação ao grupo coordenado por Maria Ceci Misoczky, foram identificados quatro pesquisadores que escreveram o total de 16 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores desse grupo foram os seguintes:

- empresa recuperada;
- qualidade de vida no trabalho como um elemento de produtividade;
- tornar-se sujeito via práticas sociais;
- estudos organizacionais no que se refere a movimentos sociais, como práxis de resistência, narrativas e histórias decorrentes de diálogos sobre práticas e teorias, questões psicológicas e, enfim, crítica à própria crítica considerada domesticada na área de estudos organizacionais por membros desse grupo;
- ideologia única globalizada;
- hegemonia das organizações;
- teoria institucional e seu conservadorismo;
- acesso livre às publicações científicas, a necessidade de haver esta abertura;
- epistemologia, especificamente quanto ao excesso ou vulgarização do emprego de estudo de casos em pesquisas na área organizacional e aponta para alternativas epistemológicas;
- análise crítica de discursos, e
- universidades como eixo central no desenvolvimento e como ligação entre aspectos locais e globais;

Assim, se constata uma vasta gama de temas abordados, com ênfase sobretudo em movimentos sociais e a crítica acerca da ideologia do capitalismo. Nota-se também a

valorização da prática e o questionamento rigoroso da teoria em estudos organizacionais.

O livro intitulado “Organização e práxis libertadora”, que leva o mesmo nome do grupo, trata de uma co-produção dos seus membros que reúnem seus textos com o objetivo de “contribuir para a organização de lutas sociais valorizando a tradição do pensamento social latino-americano e o conhecimento que é produzido na práxis dos lutadores sociais”. As linhas de pesquisa do grupo são as seguintes: práticas organizacionais de lutas e movimentos sociais; lutas sociais na formação e transformação do estado; contribuições do pensamento social latino-americano; concepções em disputa na produção e acesso ao conhecimento. (MISOCZKY et al. 2010, p.7)

O grupo fundamenta a maior parte de seu referencial teórico em obras de Ernst Bloch, Antonio Gramsci e Paulo Freire, mas também estabelece diálogos com outros autores especialmente com o que conciliam suas atividades acadêmicas com lutas sociais. O mote referencial do grupo influenciado pelo pensamento de Enrique Dussel (2001) é ter “um princípio ético-material definido a partir da vida como critério de verdade” (MISOCZKY et al. 2010, p.8).

Torna-se mais fácil entender o alcance dessa frase ao se verificar originalmente a frase formulada por Dussel, que diz o seguinte: “tudo o que funcione eticamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, e, em último caso, a vida de toda a humanidade” (MISOCZKY et al. 2010, p.18).

Os membros do grupo fazem releituras de tradição marxista e de reinterpretações de literatura humanista, a partir da realidade latino-americana, como a elaboração de Aníbal Quijano acerca da “reoriginalização cultural” e a “redução sociológica” de Alberto Guerreiro Ramos. Contudo, ressaltam sua convicção na importância de articular a pesquisa com a ação ao declarar que:

estamos convencidos de que o processo coletivo de produção de aportes que contribuam para a práxis da libertação inclui dialogar com experiências significativas de organização popular e com as representações teóricas com as quais encontram correspondências (MISOCZKY et al. 2010, p.8)

Da referida obra foi analisada a parte que trata do primeiro momento, uma espécie de memorando, apresentado no primeiro capítulo, intitulado “Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para práxis da libertação”, assinado por Maria Ceci Misoczky, que, segundo a autora, expressa o resultado coletivo dos pesquisadores do grupo (MISOCZKY et al. 2010, p.8).

Nessa seção são registrados os objetivos compartilhados e as referências mais influentes na trajetória dos pesquisadores do grupo “Organização e Práxis

Libertadora”, que começa propositalmente com muitas citações longas que compõem o referencial para as pesquisas que têm desenvolvido (MISOCZKY et al. 2010, p.13).

Os membros deste grupo situam-se em Escolas de Administração, na área disciplinas dos Estudos Organizacionais. Compartilham do entendimento segundo o qual a administração é marcada pelo funcionalismo e orientada pelo consenso e ordem, com vistas ao aumento da produtividade. Além disso, compreendem que a prática da administração e a atividade de pesquisa se reforçam mutuamente:

nas abordagens dominantes, as tarefas da administração são definir e atingir metas; as tarefas do pesquisador são coletar dados objetivos que indiquem como as funções organizacionais se distribuem em relação às metas; o método deve ser coerente com o positivismo, de preferência com o uso de dados que facilitem a validação, confiabilidade e aplicabilidade (MISOCZKY et al. 2010, p.14).

Desse modo, a lógica capitalista é reforçada na sociedade, conforme reflexão de Clegg e Hardy *apud* Misoczky (2010, p.14): “O resultado é a legitimação social e moral da organização racional, baseada em funções técnicas ditas objetivas e necessárias para o funcionamento efetivo e eficiente da ordem social” (MISOCZKY et al. 2010, p.14)

A definição de organização usada neste campo abstrai os indivíduos das relações sociais que as constituem. O mecanismo de exclusão é feito com base na metáfora interna/ externa aplicada ao relacionamento organização/ sociedade. Então, de acordo com Marsden e Townley (2001) citados por Misoczky (2010, p.14), para rearticular esses conceitos, tão intimamente associados, o *mainstream* da área de Estudos organizacionais cria seus artifícios:

tendo separado indivíduos e organizações das relações sociais que os constituem, a vertente dominante dos Estudos Organizacionais precisa se ocupar com o estabelecimento de conexões artificiais – entre o indivíduo e a organização e entre a organização e o ambiente – para reconectar o que ela mesma artificialmente rompeu (MISOCZKY et al. 2010, p.14)

Assim, segundo Misoczky: “a vertente dominante dos Estudos Organizacionais (EOs) produz estudos para quem gerencia, dissemina a naturalização das relações de dominação e legitima a celebração do mercado” (MISOCZKY et al. 2010, p.14).

Para Marsden e Townley *apud* Misoczky (2010, p.14) a forte influência das diretrizes norte-americanas nos EOs decorre da ideia de que o êxito deste país no pós-guerra foi em função de suas concepções de administração e de negócios, sendo anunciadas, a partir de então, como universalmente aplicáveis (MISOCZKY et al. 2010, p.14). No entanto, esta crença continua repercutindo no ambiente acadêmico brasileiro da

administração, mesmo depois de verificada a falácia dessa suposição (MISOCZKY et al. 2010, p.15)

Para Burrell (1999) *apud* Misoczky (2010, p.15) Max Weber está no centro do surgimento dos EOs, tanto pelas suas práticas antidemocráticas, quanto pelo uso referencial em Parsons que “promove a interpretação estrutural funcionalista dos sistemas sociais e das organizações”.

A autora pondera que abordagens realizadas por pesquisadores na academia europeia apresentam uma postura crítica mais contundente, que, inclusive, reconhece a face desumanizadora, autoritária e danosa da modernidade que se pretende cada vez mais racional (MISOCZKY et al. 2010, p.15).

Misoczky alerta que o uso do termo “espírito” seja para designar a racionalidade instrumental ou o capitalismo, pode confundir quanto aos reais efeitos na constituição e na permanência do sistema, no que tange ao controle e a subordinação dos sujeitos sociais (MISOCZKY et al. 2010, p.15).

A autora aponta o caso da dominação racional-legal, na obra de Weber, latente em sua descrição acerca do desenvolvimento do capitalismo. A falta de questionamento acerca das razões da reprodução e o sistema de regras dessa dominação encoberta a sua razão de ser que é a de “assegurar e salvaguardar o controle do capital sobre o corpo social” (MISOCZKY et al. 2010, p.15).

Para István Mészáros *apud* Misoczky, a afirmação de que a ordem estabelecida seja determinada pelo misterioso espírito do protestantismo, que ainda incutiu o espírito empresarial dirigido pelo lucro, elimina a perspectiva de outro futuro a se construir. Weber ao tratar a racionalidade como efeito e não como causa, atrapalha a compreensão do sistema, levando a sua mera contemplação. Dessa maneira, por meio da racionalidade instrumental e considerando a fatalidade como premissa, se justifica a permanência da ordem socioeconômica. Além disso, se reforça ainda o mito acerca da neutralidade de valores da racionalidade instrumental ao considerá-la um cálculo racional (MISOCZKY et al. 2010, p.15).

A presença da obra de Marx tem sido limitada nos EOs. “Sob a influência de *Labor and Monopoly Capital*, de Harry Braveman (1974), se desenvolveu originalmente no Reino Unido uma vertente de estudos do processo do trabalho (*Labour Process Theory – LPT*)” (MISOCZKY et al. 2010, p.15)

“A LPT teve seu auge nos anos 1980, principalmente, na Europa, perdendo sua relevância gradativamente ao longo dos anos 1990”. Esta linha de pesquisa tem se dedicado aos seguintes assuntos de acordo com Thompson (2009) *apud* Misoczky: “a natureza de regimes específicos de produção capitalista, força de trabalho, formação

de habilidades e divisão de trabalho, estratégias e práticas de controle gerencial, resistência e agência de trabalhadores” (MISOCZKY et al. 2010, p.16).

A corrente de estudos LPT recebeu diversas críticas. Do ponto de vista dos gerencialistas, citando Tsoukas, a LPT teria perdido a importância juntamente com toda a ciência social marxista. Para os marxistas, conforme comentado por Tinker, a LPT não seria nem histórica, nem dialética, desprovida da capacidade de promover uma agenda política própria. Ainda há a consideração de outros, de acordo a observação de Jaros, que entendem que falta à LPT se debruçar mais sobre pontos relacionados a valor, política e economia política global, a fim de reafirmar sua tradição marxista na qual está inserida (MISOCZKY et al. 2010, p.16)

Por sua vez, os autores que enaltecem o LPT ressaltam a importância dos conceitos centrais desenvolvidos por esta vertente acerca da “indeterminação da força de trabalho”, no que tange à mobilidade dos trabalhadores e ao consentimento negociado à crescente exploração, e da “dualidade do trabalho”, a partir da alienação que o trabalhador cria ao separar seu ser existencial da mercadoria/ força de trabalho que exerce. Assim, esses conceitos colaboram no exercício de compreensão das novas tendências e das mudanças da força de trabalho, aspectos centrais do desenvolvimento do capitalismo (MISOCZKY et al. 2010, p.16)

A LPT foi ofuscada naquele contexto europeu pela corrente do pós-modernismo e pela presença dos membros referenciais da segunda fase da Escola de Frankfurt. A partir da combinação destas influências surgiu a vertente denominada “Estudos Críticos em Administração”, denominada originalmente, “*Critical Management Studies – CMS*” considerada por Misoczky e Amantino-de-Andrade como sendo “produtora de uma crítica domesticada, que se mantém dentro dos limites da gestão e se propõe a, no máximo, produzir micro-emancipações que não coloquem em risco a ordem do capital” (MISOCZKY et al. 2010, p.16).

A autora relembra duas críticas marcantes de origens distintas realizadas no Brasil acerca da teoria administrativa, uma que ressalta o caráter ideológico da teoria geral da administração e a outra acerca da ingenuidade da teoria da organização:

a teoria Geral da Administração é ideológica, na medida em que traz em si a ambiguidade básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se ela às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho, administrativo, comercial) por mediação do trabalho; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia (TRAGTENBERG *apud* MISOCZKY et al. 2010, p.16).

a teoria das organizações, tal como tem prevalecido, é ingênuas. Assume esse caráter porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso

prático. Todavia, cumpre reconhecer agora que esse sucesso tem sido unidimensional e [...] exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (GUERREIRO RAMOS *apud* MISOCZKY et al. 2010, p.17).

Misoczky reconhece que a partir de Mauricio Tragtenberg, pela sua militância e estudos, passou a haver mais interesse em temas como “organização dos trabalhadores” e da “participação na gestão do processo de produção”. No entanto, “organizações de resistência” e “luta social” não são assuntos comuns em EOs, mesmo em universidades estrangeiras. Aliás, temas como “movimentos sociais” e “lutas anticapitalistas” não são reconhecidos nesta área acadêmica, pelo menos, pelo *mainstream* do EOs (MISOCZKY et al. 2010, p.17).

Este grupo declara que tem como propósito construir “aportes que contribuam para as lutas sociais e que articulem de modo coerente projetos políticos e a organização como meio para sua efetivação”. Eles próprios reconhecem a semelhança com o trajeto de Marx, que escolheu a luta como objeto de estudo, como também de Lênin, que entendia que a organização era o espaço que possibilitaria realizar a revolução (MISOCZKY et al. 2010, p.18)

Relembrem também ideias de Rosa Luxemburgo, para quem não há uma única forma de organização de trabalhadores, os partidos políticos são apenas uma delas dentre tantas; e que considerava que as lutas de classes eram um processo incessante que possibilitaria contínuas modificações das formas organizacionais. De acordo com Loureiro *apud* Misoczky (2010, p.18). Rosa Luxemburgo valorizava o processo dialético decorrente das experiências em situações que requeriam solução imediata. Assim, dizia que “as massas inconscientes se elevam à consciência” (MISOCZKY et al. 2010, p.18).

Loureiro *apud* Misoczky (2010, p.18) menciona que Rosa Luxemburgo considerava fundamental a conexão entre espontaneidade e o consciente, uma vez que as organizações e as atividades são construídas no decorrer da própria luta, não previamente. Rosa Luxemburgo considerava as organizações como sendo “muito mais resultado da ação das massas que condições prévias para a existência de qualquer política revolucionária” (MISOCZKY et al. 2010, p.18). Misoczky (2010, p.18) ressalta que Rosa Luxemburgo negava o fetichismo da organização e afirmava a importância da experiência.

O grupo em questão compartilha deste ponto de vista e pretende trazer reflexões acerca da organização das lutas sociais na área disciplinar dos EOs nos seguintes termos:

entendemos que travar a luta cultural âmbito de uma disciplina que nasce no mercado e para o mercado e que tem na sua origem, e

como razão de ser, a produção do conhecimento para aperfeiçoar a gestão a serviço do capital, se constitui em uma práxis acadêmica relevante porque, entre outras razões, problematiza a concepção hegemônica de organização definida como sinônimo de empresa (Solé apud Misoczky, 2010, p.18).

Dessa maneira, destaca-se a importância de se gerar o conhecimento contra-hegemônico no próprio âmbito em que é produzido o discurso gerencialista, que por sua vez tem se demonstrado dominante e cada vez mais influente em diversos campos de atuação da vida humana (MISOCZKY et al. 2010, p.19).

No primeiro memento denominado “práticas não gerenciais de organizar”, objeto de análise desta pesquisa, é descrito um episódio ocorrido em um colóquio sobre administração pública, do qual a autora participou no início dos anos 2000, onde predominava a mais radical “abordagem racionalista” carregada do “determinismo pessimista da impossibilidade de alternativas”. Justamente a palestra de Martin Parker sobre seu livro, *Against Management*, que foi recebido com frieza por aquele público, levou Misoczky a defender, no encerramento desta exposição “a existência da esperança, a construção do novo e a constante resistência [...] como exigências cotidianas para levar a vida em regiões do sul do mundo”. Foi quando despertou o interesse da autora em se aprofundar nessas questões, em suas palavras: “de explorar o organizar não gerencial, de tomar o ato de organizar as lutas sociais como tema de estudo” (MISOCZKY et al. 2010, p.19).

Desde então aconteceram muitos encontros dos quais Misoczky participou para interagir mais nas discussões sobre esses temas. A autora ressalta a importância da noção de encontros, no sentido deleuziano, para favorecer encontros compatíveis (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

Para que isso ocorra é necessário começar com a experiência da alegria que possibilita o reconhecimento mútuo. A partir dessa noção comum aproxima-se mais da experiência da alegria ativa, que é quando há a substituição da causa externa pela interna e, neste processo, ao envolver a causa interna é que ocorre o salto para a ação (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

Segundo Deleuze, a força que anima essa operação que conduz da experiência da alegria à ação é o *conatus*: “quando a física é transportada para o plano ético deixamos de ser corpos em movimento para encontrarmos corpos insuflados de desejo” (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

Hard apud Misoczky (2010, p.20) corrobora esta afirmação: “à medida que passamos da tristeza para a alegria, das paixões para as ações, estamos descobrindo o caminho para o aumento da nossa potência” (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

Misoczky comenta que com isso “a ideia de trabalho só se torna ação pela efetivação de encontros que deixam de ser casuais para se tornarem afecções ativas” (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

O estudo deste grupo faz conexão entre linhas de pensamento de Marx e de Deleuze consideradas por alguns não tão compatíveis. A leitura que Misoczky apreende de Deleuze é que:

em contraste com o senso comum, existem zonas de indeterminação que acompanham, secretamente, muitas formas de organização, e o pensar tem uma relação peculiar com elas. Pensar é, primeiramente experimentar, e não julgar (MISOCZKY et al. 2010, p.20).

A autora defende que, mais necessário do que construir mapas mentais para se guiar individualmente, seria mais válido adotar uma orientação filosófica voltada para se trabalhar em busca de zonas ainda não inteiramente determinadas, onde os acontecimentos podem se comportar de maneiras não pensadas ou não regulares. Portanto entende que “um mapa de conexões é um mapa para um nós que não é dado por uma pressuposição, é um mapa que tem um gosto pelo desconhecido, pelo que ainda não está determinado” (MISOCZKY et al. 2010, p.21).

Misoczky remete às ideias de *plateaux* abordadas por Deleuze e Guattari sobre a necessidade de referências teóricas para pensar a realidade, de modo a articular os conceitos em um trajeto conceitual, sem um mapa pré-definido: “a construção se faz a partir de conceitos e pedaços de teorias, inicialmente introduzidos com relação a um problema particular, então, reintroduzidos em novos contextos, vistos a partir de novas perspectivas” (MISOCZKY et al. 2010, p.21).

Misoczky considera necessária a coerência entre a atividade teórica e o contexto material de sua realização e compreende a dificuldade de se trabalhar a partir de uma negação, no caso, práticas não gerenciais (MISOCZKY et al. 2010, p.21).

A autora adota como definição desse contexto o capitalismo e não a modernidade, e se inspira em Mészáros para mostrar os problemas que o uso deste termo tem causado na literatura, por encobrir as ações inerentes ao processo de reprodução capitalista, do mesmo modo que discursos que tratam o capitalismo como “espírito” não contribuem para o entendimento real da lógica, que sustenta a construção e permanência deste sistema, quanto aos aspectos relacionados ao controle e a subordinação dos sujeitos sociais. Portanto, de acordo com Mészáros *apud* Misoczky:

porém, apesar da automitificação ‘dos princípios racionais de alocação’ e dos ‘valores instrumentais’, não existe aqui a questão da ‘neutralidade’. As ideias resultantes de avaliações ‘sem influências de valores’ ou ‘neutras com relação a valores’ das questões em jogo, e as ações baseadas em conclusões assim obtidas, pertencem às fantasias apologéticas da ordem estabelecida. Em muitas ocasiões, vimos que as anunciadas ‘conclusões racionais’ são desde o início,

normalmente aceitas, acrítica e circularmente, por aqueles que se identificam com o ponto de vista do capital, de modo a permitir-lhe chegar à 'prova conclusiva', ideologicamente desejada, da superioridade do seu sistema. Contudo, assim que examinamos mais de perto o supostamente neutro 'livro-caixa' do capital, do qual se diz ser baseado em 'pura racionalidade instrumental', fica claro que tal contabilidade é contabilidade social fortemente carregada de valores. (Misoczky, 2010, p.22).

Ainda sobre o sistema de capital, a autora considera equivocada a alusão que lhe atribuem de constituir um conjunto de "entidades materiais organizadas", dispostas a se reorganizar sempre que necessário, apoiadas tanto na "racionalidade instrumental", como na "ética protestante do trabalho". A referência usada pelo grupo se baseia na ideia de Mészáros de que o sistema de capital possui uma dinâmica própria de expansão: "[...] um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de uma lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos que subordinam a si [...] todas as áreas de atividade humana [...]" (MISOCZKY, 2010, p.22).

Conforme explica Mészáros *apud* Misoczky (2010, p.23): "a articulação hierárquica e contraditória do capital é o princípio geral de estruturação do sistema", evidenciado no processo de tomada de decisões desse sistema de capital, que invariavelmente assume uma forma autoritária de administrar. A relação capital e trabalho aparece como inconciliável para Mészáros, pois entende no que tange ao trabalho, que esta parte é sempre afastada das decisões mais importantes da empresa (MISOCZKY, 2010, p.23).

Nesse sentido, Mészáros *apud* Misoczky (2010, p.24) reafirma sua incredulidade quanto ao discurso de inclusão de funcionários em tomadas de decisões das empresas: "[...] toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade" (MISOCZKY, 2010, p.24).

A relação dual dominante-dominado fica bastante evidenciada na heterogestão, cuja base de funcionamento é a burocracia, segundo Prestes Motta *apud* Misoczky (2010, p.24). Desse modo, não só se reafirma o caráter da heterogestão como reprodutora das relações sociais, como responsável inclusive pela naturalização dessas relações de poder prevaletentes em uma sociedade, representando a sujeição capital-trabalho (MISOCZKY, 2010, p.24).

Misoczky (2010, p.24-25) relata que há iniciativas expressivas que se opõem à globalização do sistema do capital e "aos seus efeitos perversos" por meio de uma série de eventos de grande porte em vários locais do mundo que fazem propostas de resistência ao sistema. Cita, como exemplo, grupos que se unem em fronteiras

nacionais, a fim de combater corporações e demais centros de poder; por exemplo, trabalhadores desocupados, na Argentina, que propiciam a participação democrática em assembleias e incentivam novas formas de liderança, bem como o movimento zapatista que tem estabelecido novas relações políticas, desconhecidas das tradicionais observadas pelas ciências políticas, muito menos em Estudos organizacionais, por valorizarem “o processo como objetivo, em vez da tomada do poder como meta” (MISOCZKY, 2010, p.24).

A experiência dos zapatistas trouxe a convicção de que não basta reformar as atuais práticas organizacionais, é necessário se construir uma organização sem a influência da qual se combate. O entendimento de Berdegué sobre essa questão é a de que, sendo o sistema, que se pretende eliminar, baseado no individualismo e na estratificação de pessoas; a militância, por sua vez, deveria se engajar por meio de um processo coletivo, baseado na confiança, comprometido na construção de um novo tipo de organização. Nesse sentido, as decisões são tomadas coletivamente, e não por uma liderança, por meio de consultas sucessivas em busca de consensos (MISOCZKY, 2010, p.26).

Segundo Mészáros *apud* Misocsky (2010, p.26) “outro mundo é possível e necessário”. O autor afirma que a ideia comum a permear os grupos sociais empenhados na emancipação é a de que o trabalho deve ser compreendido como antagonista dessa estrutura do capital. Portanto, a força emancipadora consolidada pelos grupos sociais requer, com vistas à transição para uma ordem qualitativamente diferente, a revisão de conceitos restritivos e o estabelecimento de novos princípios de troca e de organização humana (MISOCZKY, 2010, p.27).

De acordo com Mészáros *apud* Misocsky (2010, p.27) a coordenação horizontal ocorre em organizações de natureza interna igualitária, por meio da autogestão, diferentemente da heterogestão e seus antagonismos hierárquicos. A autora cita também Prestes Motta, cujo entendimento é o de que a única alternativa radical à heterogestão é a autogestão, onde a organização é regida pelo princípio da coordenação horizontal (MISOCZKY, 2010, p.27).

Misoczky (2010, p.27) apresenta algumas reflexões acerca da definição da organização, com o intuito de questionar a acepção do termo do ponto de vista da empresa, que a compreende como um ato de coordenação racional, que envolve pessoas com atribuições de responsabilidade, com a finalidade de se atingir uma meta especificada. Assim, “é teleológica em sua racionalidade e reducionista em sua concepção” (MISOCZKY, 2010, p.27).

Misocsky (2010, p.27) apresenta uma concepção preliminar do que entende por organização, pela via da negação. No entanto, ressalta uma lógica alternativa:

“organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático – para nós esse modo de organizar é tomado como sinônimo de prática gerencial. Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento” (MISOCZKY, 2010, p.27).

Enfim, Misoczky (2010, p.28) conclui este memento acerca das “práticas não gerenciais de organizar” valorizando a importância de tornar novas forças visíveis na sociedade, de modo a destacar sua singularidade, em vez de se desfazer identidade, a partir de uma lógica construtivista.

4.2.5 Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –NETES

Em relação ao NETES, foram identificados 10 pesquisadores, que juntos assinaram 35 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- estratégias que englobam práticas sociais;
- cultura organizacional;
- empresas brasileiras;
- estudos organizacionais quanto ao poder tratado na analítica de Foucault, questões da subjetividade e da identidade, práticas discursivas, problema da importação de modelos de negócio, influências anglo-saxãs;
- abordagem integrativa;
- métodos e práticas de gestão;
- análise organizacional quanto à situações de trabalho especificamente quanto as diferenças entre o prescrito e o real;
- impacto da modernização empresarial na gestão de pessoas;
- gestão do conhecimento e seus fatores de sucesso; e
- clima organizacional.

Há entre os pesquisadores do referido grupo os que abordam a questão da modernização empresarial e os fatores críticos de sucesso da gestão do conhecimento. No entanto, há vários artigos críticos facilmente identificáveis que demonstram o desejo por alternativas aos modelos dominantes, que incluem a gestão participativa. Observou-se também a problematização da questão da identidade nas organizações, em especial, em um cenário de privatização, além de textos críticos sobre a análise de discurso. Em geral, há uma preocupação que perpassa a maioria dos artigos acerca dos aspectos culturais e identitários nas organizações.

O artigo intitulado “Políticas de RH: Instrumentos de Consenso e Ambiguidades”, escrito a seis mãos, foi o texto escolhido para ser analisado referente a esse grupo,

que busca responder à questão: “no cotidiano do trabalho, as políticas de RH podem ser vistas unicamente pela ótica da integração organizacional ou existem implicações que geram dissensos e/ou conflitos”? O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa acerca da percepção dos gerentes, aplicada em uma determinada empresa de correios e telégrafos. O foco do estudo é acerca das “políticas de RH aplicadas na organização, com vistas ao papel da gestão de pessoas na definição de consensos e comprometimentos dos trabalhadores, em busca da melhoria de produtividade e competitividade” (SILVA et al, 2008, p.13).

A ótica da integração organizacional se inclui na temática abordada pela vertente conhecida como “Cultura Corporativa”, que tem como pressuposto a “instrumentalização da construção de significados compartilhados pelos atores de uma organização”. Segundo essa proposição, o RH, por meio de suas políticas, exerceria a função de transmissão de modelos desejáveis de soluções e de regras acerca do que é considerado certo ou errado na organização, desde a seleção, como também na socialização de novos funcionários (SILVA et al, 2008, p.13).

A ideia da instrumentalização do indivíduo pela gestão de pessoas é criticada por pesquisadores, como Eduardo Davel e Sylvia Vergara, que acreditam que a dimensão da subjetividade deve ser respeitada em sua complexidade pelas organizações. Do que Silva et al (2008, p.13) apreendem o seguinte:

por essa razão, as práticas de gestão de pessoas não deveriam buscar a eliminação, mas a mediação de contradições e paradoxos das relações de trabalho. Isso faz com que se reconheça o papel de reconstrutor social do ator organizacional (SILVA et al, 2008, p.13).

A heterogeneidade do contexto organizacional deve ser acomodada pela administração, que deve atuar na mediação de conflitos e não eliminá-los, o que requer a compreensão pelos gestores acerca da complexidade do ator social e da noção de autonomia. De outro modo, uma pretensa homogeneização, através de políticas de RH, conduziria a ações desconexas das práticas sociais na organização (SILVA et al, 2008, p.13).

Os autores discorrem sobre as propostas de integração organizacional, por exemplo, apresentam o estudo de caso em uma diretoria regional da referida empresa, que passou a destacar a necessidade de se neutralizar os conflitos inerentes aos recursos humanos, com a introdução do comitê da harmonia criado especialmente para esta finalidade. O comitê fortaleceria ações já vigentes, relacionadas à qualidade de vida no trabalho, abrangendo tanto os funcionários, como também seus familiares (SILVA et al, 2008, p.21).

Por meio de entrevistas, os autores constataram que as ações estabelecidas pela empresa, para a construção da integração organizacional, se alinhavam às propostas de autores da abordagem denominada “integrativa de cultura”. Desse modo, se forjou uma “cultura corporativa” para toda a empresa, a partir da concepção e divulgação através das áreas de planejamento, RH e comunicação, que se utilizavam, por exemplo, de instrumentos tais como treinamentos, boletins e avaliações (SILVA et al, 2008, p.21).

A declaração do diretor da empresa reforçou ainda mais o caráter “integrativo de cultura” ao revelar que “exigia dos gerentes a adoção, junto aos subordinados, de uma postura igual a que ele os submetia”. A maioria dos entrevistados admitiu que essa citação norteou o processo de uma integração organizacional (SILVA et al, 2008, p.21).

Silva et al (2008, p.22) averiguaram aspectos da “cultura corporativa”, tal como compreendidos por Deal e Kennedy, a saber: valores, heróis e rituais. Nesse caso, o diretor era considerado “um herói a ser seguido por valorizar as pessoas e promover o desenvolvimento da organização”. Não obstante, a empresa elaborava medidas para reforçar essa imagem, conforme observado pelos autores:

essa imagem foi reforçada por meio de rituais, como o café da manhã com o diretor ou os treinamentos de que ele participava ao lado dos funcionários, com conteúdos que disseminavam os valores pregados pela alta administração (SILVA et al, 2008, p.22).

Essa descrição aponta para um cotidiano de trabalho que se apresenta como consensual, a despeito de não se constatar plena consonância entre os diretores. Tornando-se evidente um acordo implícito para que os membros da diretoria expressassem apenas o consenso em seus discursos, independentemente de sua opinião, por mais que viessem a discordar. Desse modo, a “cultura corporativa” não encontra nenhum respaldo em internalizações, não passando de uma fachada (SILVA et al, 2008, p.22).

De acordo com Silva et al (2008, p.22) devido a constituição complexa da subjetividade humana, a instrumentalização do ator social não ocorre tão facilmente, embora reconheça que:

o ator pode assumir certos dilemas e reproduzir um discurso com o qual não concorda. Para isso ele não precisa internalizar valores ou assumir nova cultura, apenas analisa os prós e contras de sua atitude no plano social e, com base em certa autonomia, define sua conduta (SILVA et al, 2008, p.22).

Os autores lembram a reflexão de Aktouf, para quem “a cultura internalizada pelos atores não é aquela instrumentalizada pelas estratégias organizacionais”. Segundo o

autor, o fato de a cultura ser uma construção social complexa, a previne de interferências de atores sociais ou de estratégias organizacionais. A experiência de um dos diretores da empresa, que passou dois dias inteiros realizando todas as atividades próprias do entregador (carteiro) aprimorou sua visão da organização. A partir disso, Silva et al (2008, p.23) explicam que “ao longo da vida, o conjunto dessas experiências compõe as internalizações compartilhadas socialmente com outros membros da sociedade a que pertencem”. Por isso, uma experiência no âmbito organizacional não é capaz de substituir uma cultura socialmente construída (SILVA et al, 2008, p.23).

Os autores abordam a influência da cultura brasileira nas organizações, mais precisamente marcada pelo paternalismo, conforme conceituação por Barros e Prates na obra publicada, em 1996, sob o título “O estilo brasileiro de administrar”, do qual se destaca que: os gestores nacionais unem conhecimentos técnicos da administração com práticas paternalistas que avançam além da esfera organizacional, em uma relação complexa e ambígua (SILVA et al, 2008, p.23).

Na empresa analisada foram observados exemplos de práticas paternalistas à medida em que o diretor aceitava pedidos de “bicos”, patrocínios para projetos particulares e promoções de funcionários, fosse dentro ou fora da empresa. As práticas paternalistas, por sua vez, reforçam a ideia que o funcionário se beneficiará ao se integrar na organização, assim, “elas têm em comum com outras ações a busca pela integração organizacional”. Mesmo empenhando suas ações com vistas à integração organizacional, os pesquisadores observaram divergências entre o diretor e os demais gestores quanto às práticas de gestão de pessoal: “as próprias políticas de RH, [...], foram responsabilizadas pelas pressões sobre os gestores. Elas provocaram dissensos oriundos de ações apresentadas como preponderantes no cotidiano gerencial” (SILVA et al, 2008, p.23).

A imbricação de quatro grupos principais, que se inter-relacionavam e atuavam de maneira complementar, possibilitou ações que visavam estabelecer: a) disseminação das ideias corporativas; b) monitoramento, a avaliação e controle; c) valorização dos atores; d) e formação dos atores. Mesmo com tanto empenho, a percepção dos entrevistados não era a de uma situação consensual, mas de uma organização cuja gestão de pessoal gerava uma sensação de incerteza e ambiguidade (SILVA et al, 2008, p.24).

Davel e Vergara *apud* Silva et al (2008, p. 24) compreendem que expectativas inconsistentes por parte das empresas geram essas sensações de instabilidade no funcionário:

tais contradições se evidenciam “nas práticas cotidianas que demandam das pessoas, simultaneamente, atitudes individualistas, empregabilidade, flexibilidade, adaptabilidade e, também, atitudes

coletivistas para trabalhar em equipe, comprometimento, adesão a uma cultura forte, qualidade (SILVA et al, 2008, p. 24)

Silva et al (2008, p. 25) discorrem sobre as implicações das dimensões formal e informal da gestão de pessoal, no contexto organizacional:

as ações relacionadas com as políticas de RH, além de se inserirem nas dimensões formal e informal, podem ser opostas, complementares ou apenas distintas. Assim, originam relações complexas, envoltas em consensos, conflitos, dilemas e ambiguidades no cotidiano organizacional (SILVA et al, 2008, p. 25).

O ato de boas-vindas se apresenta como uma dimensão formal, pela estrutura desse primeiro treinamento oferecido aos recém-contratados; por sua vez, há conteúdos considerados informais, que versam sobre “como a forma de tratar os colegas, configuram-se de maneiras distintas nas demonstrações, no local de trabalho, do ‘jeito certo’ de se conviver e trabalhar”. As atribuições das unidades são de caráter complementar, enquanto a da avaliação é abordada no momento do boas-vindas como um sistema meritocrático; mas que no local de trabalho a percepção é a de que o esforço não compensa, porque os melhores apenas trabalham mais. Desse modo, os autores identificam as contradições para o novo funcionário, advindas, por um lado do treinamento no boas-vindas, que contém as intenções da empresa, por outro, da percepção compartilhada por colegas (SILVA et al, 2008, p.25).

A pesquisa evidenciou, quanto ao aspecto da “disseminação das ideias corporativas”, que abrange interesses múltiplos e possibilidades vastas de interpretações, quando adotada de maneira inadequada, em vez de colaborar na integração organizacional, se transforma em “fonte de problemas, conflitos e dissensos” (SILVA et al, 2008, p.27). O mesmo vale para o aspecto do “monitoramento, a avaliação e o controle” que embora dissemine a ideia de avaliação neutra, demonstra incoerência ao não oferecer benefícios reais aos melhores funcionários e ao se sujeitar a pressão para favorecimento na avaliação pessoal. Esses são fatos que tornam mais distante a possibilidade da organização obter a integração almejada (SILVA et al, 2008, p.27).

Recaem sobre a “valorização dos atores” os problemas oriundos dos aspectos formais e informais e a dimensão da subjetividade dos atores organizacionais, uma vez que os funcionários que trabalham bem são penalizados com mais responsabilidades, enquanto os piores funcionários nem sequer são incomodados com pedidos de tarefas (SILVA et al, 2008, p.27).

Segundo os pesquisadores, o RH se mostrou assistencialista ao pretender beneficiar indistintamente a todos os funcionários. Portanto, acreditam que as políticas de RH deveriam elaborar medidas efetivas para valorizar os melhores funcionários, seja de

natureza pecuniária ou via outros estímulos, como programas de aperfeiçoamento. No entanto, a alegação, por parte da empresa, para a deficiência na valorização do funcionário, reside em instâncias superiores, no caso, o Governo Federal, já que se trata de uma empresa estatal, e que o sofrimento, portanto, é generalizado em toda organização. Os gestores revelaram insatisfação, mas pediram descrição em relação aos demais, uma vez que têm de manter uma imagem diferente dessa, transmitir com convicção, aos subordinados, uma confiança na empresa, que muitas vezes não condiz com seu sentimento (SILVA et al, 2008, p.27).

A omissão de ideias e de sentimentos diante de conflitos diários é recorrente nos depoimentos dos gestores, que alegam essa postura em prol do processo de gestão de pessoas. “Eles sofrem as consequências por atuarem, simultaneamente, de maneira individualista e coletivista”, explicam Davel e Vergara *apud* Silva et al (2008, p.28).

Quanto à “formação dos atores”, que consiste no treinamento para o funcionário se preparar para assumir uma posição de chefia, de forma integrada e consensual. Segundo os relatos, as dificuldades apontam para o relacionamento com um grupo heterogêneo, com membros com histórias de vida, origens e formações distintas (SILVA et al, 2008, p.28).

Assim, Silva et al (2008, p. 28), constataram que para se enfrentar essa dificuldade, a organização cria meios de reforçar o seu discurso, de maneira constante: “a busca por fazer frente a esse desafio parece concretizar-se no discurso de que há necessidade de as pessoas se aperfeiçoarem constantemente, para garantir seu espaço no mercado de trabalho” (SILVA et al, 2008, p.28).

Aparecem inconsistências nos discursos organizacionais, começando pela abordagem acerca da empregabilidade e da estabilidade, que é compreendida de maneira ambígua, e até mesmo incompatível, pelos funcionários. Uma vez que todos valorizam a estabilidade e segurança no emprego e o conceito de empregabilidade está associado a uma eventual demissão. O mesmo acontece quanto à associação da qualidade de vida como fator fundamental para a geração de lucro, em que pese a prioridade quanto ao segundo aspecto (SILVA et al, 2008, p.29).

Os autores reconhecem o consenso em torno do lucro como prioridade, mas que questões tais como: “a ampliação da empregabilidade do funcionário, o aumento de sua qualidade de vida, a preocupação com o seu crescimento profissional, a ‘recuperação’ do mau funcionário”, legitimam argumentos que fundamentam ações que irão incidir sobre os funcionários. Portanto, citando Giddens, os autores revelam que a legitimação desses argumentos ocorre com a sua reprodução pelos atores

organizacionais, que reconstróem seus significados e interpretações (SILVA et al, 2008, p.29).

Silva et al (2008, p.29) ilustram, como exemplo, a questão do comprometimento do funcionário com a empresa, considerada como uma atitude benéfica pelo grupo; mas que em tempos de mudanças organizacionais se torna uma fonte de sofrimento. Segundo os autores, as ambiguidades estão presentes nos discursos dos gestores na implementação de políticas de RH, no que diz respeito aos interesses, objetivos, intenções entre outros:

vários gestores compartilham do discurso do diretor e, assim como ele, (re)constróem o significado do comprometimento como algo capaz de ser não apenas benéfico a todos, mas também maléfico, o que vai depender das mudanças e da gestão de pessoas na organização (SILVA et al, 2008, p. 29).

A pesquisa empírica de Silva et al. (2008, p.30) evidenciou que “as políticas de RH remetem à integração e à fragmentação organizacional”. Assim, ao contrário daquilo que defende a vertente da “cultura corporativa”, as políticas de RH não atuaram no sentido de promover o consenso e a integração. Os autores entenderam que a concepção de “prática social”, mencionada por Reed, seria a mais adequada para analisar as práticas ambíguas de gestão de pessoas (SILVA et al, 2008, p. 30).

A pesquisa também demonstrou que as intenções expressas das políticas de RH são compreendidas pelos funcionários a partir de sua ressignificação, de ordem subjetiva. Assim, segundo os autores: “é necessário o reconhecimento, defendido por Aktouf (1994), de que o indivíduo tem existência anterior, origem, história de vida, e, como afirma Chanlat (1996), certa autonomia em suas interações cotidianas” (SILVA et al, 2008, p. 31).

Desse modo, os autores recomendam que as políticas de RH passem ser recontextualizadas, admitindo “o espaço do ator organizacional na construção e reconstrução de práticas e significados”. Considerando-se que conflitos, dilemas e ambiguidades fazem parte dessa dimensão subjetiva, não devem ser desprezadas pela direção da empresa, que deve assumir um papel de mediador das diferenças que surgem entre as pessoas, do que apenas focar na integração organizacional (SILVA et al, 2008, p. 31).

4.2.6 Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Em relação ao referido grupo, foram identificados oito pesquisadores, no entanto, foram considerados exclusivamente, em termos de levantamento preliminar, as publicações apenas dos artigos do coordenador do grupo, Mauricio Roque Serva de

Oliveira, totalizando 39 artigos publicados desde 1986, grande parte deles realizados em parceria com os demais membros do grupo, abrangendo satisfatoriamente as temáticas abordadas pelos pesquisadores. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- o turismo e o desenvolvimento socioeconômico;
- o desenvolvimento territorial;
- a economia plural relacionada ao desenvolvimento territorial sustentável;
- a teoria das organizações;
- a gestão de redes na economia solidária;
- a avaliação de práticas na economia solidária;
- a avaliação da aplicação de modelos de organizações não-governamentais – ONG's;
- a teoria da complexidade, de Edgar Morin;
- o comportamento *workaholic* na gestão de empresas
- a sociedade civil no Brasil;
- a responsabilidade social;
- a análise de empresas privatizadas;
- a racionalidade substantiva na prática gerencial;
- a teoria da ação comunicativa, de Habermas;
- a observação participante;
- as cooperativas educacionais;
- a formação profissional do administrador;
- a Importação de metodologias administrativas no Brasil; e
- a gestão urbana e a qualidade de vida.

Esse grupo apresenta uma diversidade de temas no âmbito dos estudos organizacionais, que preconizam a liberdade humana através do trabalho inserido em um processo de democratização econômica. Dentre os quais, se observa a economia solidária, as práticas de gestão em ONG's e o desenvolvimento local, com ênfase em redes de solidariedade na articulação desses empreendimentos. A multidisciplinaridade teórica é uma referência predominante de Serva para abordar os problemas propostos. Enfim, nota-se também a preocupação com a influência da ideologia importada na formação do administrador.

O texto escolhido para analisar foi um artigo que se baseia na dissertação de mestrado de Maurício Serva, defendida em 1990, na FGV/EAESP, intitulado "A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica", publicado em 1992, na Revista de Administração Pública - RAp.

No referido texto, Serva analisou a predominância de metodologias estrangeiras no exercício profissional da administração no Brasil (SERVA, 1992, p. 128).

Discordando da ideia dos autores Laura Dantas, Ana Ribeiro e Alberto Sugol que acreditavam se tratar, então, de um fenômeno recente, Serva afirmou que esse processo de importação de metodologias administrativas remontava ao início do século XX, intensificado a partir da década de 1930. Serva observou que esse processo se consolidou nos anos 1960, com a aceitação acrítica desse arcabouço teórico estrangeiro, em detrimento do desenvolvimento de uma concepção própria, na área de administração. Como consequência, segundo Serva, houve no Brasil “a imitação desenfreada daquilo que se faz fora do país, em se tratando de administração” (SERVA, 1992, p. 129).

Serva destaca o processo de mitificação oriundo dessas metodologias administrativas, em um ciclo permanente de produção, renovação e divulgação de sua doutrina, na área de organizacional. Segundo o autor, essa dinâmica ocorre simultaneamente aos diversos mitos ideados na sociedade contemporânea. Para analisar os mitos administrativos, Serva se fundamenta metodologicamente na semiologia, a ciência geral dos signos (SERVA, 1992, p. 129).

Segundo Ferdinand de Saussure *apud* Serva (1992, p.129), o signo se forma a partir do encontro dos elementos significante e significado, considerando que o significante aponta para a imagem acústica e o significado indica o conceito. Ainda de acordo com Saussure, a relação entre significante e significado é arbitrária, assim, o processo de significação depende do contexto social em que se instituiu (SERVA, 1992, p. 129).

Roland Barthes constatou a derivação sobre os signos semiológicos praticada pela sociedade. Assim, explica Serva, “roupas, comidas, instrumentos, engenhos mecânicos e eletrônicos, além de servirem para as suas finalidades primárias servem também para significar” (SERVA, 1992, p. 129).

Para Pierre Guiraud, os signos são considerados de dois modos, como naturais ou artificiais. Os signos naturais têm relação direta com a natureza e seus fenômenos naturais; são identificados e classificados pela ciência. Por sua vez, os signos artificiais constituem uma construção feita pelo homem, compreendidos também como signos sociais, são subdivididos em duas categorias: os signos de representação ou ícones, por exemplo, quadros, fotografias e fonografia; e os signos de comunicação ou símbolos associados ao processo de comunicação; como os números e as letras (SERVA, 1992, p. 130).

Na visão de Mikhail Bakhtin *apud* Serva (1992, p.130), todo signo possui um conteúdo ideológico, conforme explica: “tudo que é ideológico possui um significado, e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. Sem “signos não existe ideologia” (SERVA, 1992, p. 130).

Os mitos contemporâneos passam a ser abordados na vasta ciência semiológica. Roland Barthes introduz uma metodologia específica para a decifração de mitos, considerando sua significação enquanto sistema simbólico (SERVA, 1992, p. 130).

Segundo Barthes, o mito é formado em um sistema semiológico de segunda ordem, com base em uma cadeia semiológica que o antecede. Com isso, no mito, o signo que consiste na “totalidade associativa entre significante e significado” passa a funcionar, nesse segundo sistema apenas como significante, readquirindo novo significado e, portanto, se transformando em um novo signo (SERVA, 1992, p. 130).

Serva (1992, p.130) explica que a metalinguagem proposta por Barthes requer especificação dos termos: denomina-se o significante, no mito, de sentido, quando se refere ao termo final de um sistema semiológico precedente, e de forma, quando se refere ao termo inicial no plano do mito. Por sua vez, o significado, no mito, denomina-se de conceito. Por fim, designa-se o signo mítico por significação. Com isso, o mito cumpre sua função, que é a de transformar o sentido em forma. Para Barthes *apud* Serva: “tomando-se forma, o sentido afasta a sua contingência; esvazia-se, empobrece, a história evapora-se (...)” (SERVA, 1992, p. 130).

Portanto, a chave para a desconstrução do mito é a distinção entre o sentido e a forma, identificando-se, assim, a deformação que um causa no outro. Segundo Serva (1992, p. 131), na concepção de Barthes, o mito é uma “fala despolitizada”, que, em última instância, visa a naturalizar os fatos históricos. O autor esclarece que no mito se sucede a constatação superficial, inconsistente, de um fenômeno, em vez de uma explicação radical, com isso, a forma se sobrepõe ao conceito. Serva declara que este é o mecanismo de uma genuína operação ideológica (SERVA, 1992, p. 131).

Serva (1992, p. 131) menciona que autores como Hjelmslev e Bakhtin concordam que a contextualização é fundamental no processo de significação, pois apenas o signo linguístico individualmente não assume qualquer significação, devendo sua respectiva localização no contexto histórico. Portanto, a reconstrução do contexto é o meio pelo qual se desfaz o caráter mítico, plenificando o significante e fortalecendo o sentido (SERVA, 1992, p. 131).

No que tange ao processo de importação de metodologias administrativas, Serva perfaz o contexto histórico do período em que foram adotadas no país, para, enfim, realizar a análise semiológica (SERVA, 1992, p. 131).

Para tanto, Serva se apoia nas constatações de um estudo acerca da introdução das ideologias gerenciais no Brasil, realizada pela pesquisadora Maria Valéria J. Pena, publicado em 1985. O referido estudo pretendeu analisar a inserção da ideologia gerencial no sistema fabril, no período em que esse setor industrial começou a

despontar no país; para tanto, analisou o discurso empresarial da época, registrado em documentos, publicações e pronunciamentos institucionais (SERVA, 1992, p. 131). Serva aponta como principais constatações desse estudo, a saber: realmente, houve a importação das ideologias gerenciais no Brasil, ressalta que não foram produzidas no país, apenas reproduzidas. Além disso, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, mencionava a técnica aplicada ao trabalho de maneira superficial, a questão ganhou relevância apenas em 1904, a partir da criação do Centro Industrial do Brasil (SERVA, 1992, p. 132).

A influência taylorista era evidente nos discursos analisados nessas documentações, com destaque para as inovações na organização do trabalho. Serva destaca os efeitos do discurso na coletividade: “essa linguagem conduzia à união, à identidade grupal, à importância do industrial e da indústria como geradora de riqueza nacional” (SERVA, 1992, p. 132).

O estudo mostrou que a ideologia gerencialista serviu, sobretudo, para legitimar a classe industrial que se consolidava em um contexto, no qual prevalecia a aristocracia, antes de se firmar como um instrumento para a racionalização da produção (SERVA, 1992, p. 132).

Outro aspecto apontado foi o de que o processo de importação de metodologias administrativas já vinha impregnado por uma carga mítica. Assim, as metodologias científicas de organização do trabalho funcionavam como signos ideológicos, visando consolidar a identidade da classe burguesa industrial em ascensão (SERVA, 1992, p. 132).

O mito concerne ao sistema semiológico de segunda ordem, que, em vez de formar o signo a partir da associação entre o significante e o significado, constitui o signo apenas como um significante, que receberá novo significado e, assim, constituindo um novo signo, um signo mítico. Desse modo, a operação ideológica se encerra com a transformação do sentido – então esvaziado – do signo, em mera forma, carregando determinado conteúdo ideológico (SERVA, 1992, p. 132).

A análise semiológica, proposta no estudo de Serva, fundamenta-se na metalinguagem concebida por Barthes, na qual o conceito surge como central na formulação do mito, criando um certo devaneio em torno do objeto mitificado. Assim, ocorre também com as metodologias importadas, alicerçadas em conceitos supostamente atraentes, com vistas a sua aceitação (SERVA, 1992, p. 134).

A questão do uso dos conceitos foi abordada na obra intitulada “Treinamento empresarial no Brasil: ideologia e prática”, pelas pesquisadoras Laura Dantas e Ana Ribeiro, que identificaram os temas mais abordados nos conceitos voltados as metodologias gerenciais, inclusive, com a adoção de neologismos. Assim, foram

identificados os seguintes elementos que integram o conceito: a universalidade, a cientificidade, a neutralidade, a racionalidade e a modernidade (SERVA, 1992, p. 134). Começando pela questão da universalidade, promove-se a ideia de um movimento com tendência convergente no sentido da integração global dos mercados, liderado pelas grandes corporações dos principais países industrializados. Assim, tendo como base as metodologias administrativas capazes de promover a elevação da produtividade em qualquer setor econômico, bem como em qualquer lugar do mundo, caso se tenha disponível as mesmas condições tecnológicas. Com isso, argumenta-se a favor das metodologias administrativas que, por serem padronizadas e utilizadas em países mais avançados, teriam comprovadas sua eficácia, e deveriam ser adotadas extensivamente (SERVA, 1992, p. 134).

O argumento da cientificidade é usado com vistas a legitimar e a atribuir características de seriedade e de veracidade às metodologias administrativas importadas, como, por exemplo, ao se forjar a Teoria Organizacional e a Teoria Geral da Administração - TGA. Serva destaca que a crença na TGA que pudesse oferecer metodologias práticas prescritivas para a resolução de problemas, contraria, assim, uma administração empírica, de fato embasada em metodologias científicas (SERVA, 1992, p. 134).

A neutralidade tem seu caráter associado à ciência que se apresenta “como um conhecimento neutro, justificado em si mesmo, que deve continuar a sua marcha, independentemente de seus possíveis usos” (SERVA, 1992, p. 134). Assim, as metodologias administrativas são oferecidas como técnicas neutras, indiferentes aos conflitos que fazem parte do complexo cotidiano organizacional. Além disso, as perspectivas, em torno de aplicações bem-sucedidas dessas metodologias, tendem a resultados imprecisos, tais como: “a renovação da organização, crescimento, bem-estar geral, excelência empresarial, liderança no mercado, agilidade empresarial” (SERVA, 1992, p. 135).

A racionalidade, associada a eficiência e eficácia, é invocada pelas metodologias administrativas como uma característica inerente ao seu receituário prescritivo. A racionalidade remete ao surgimento da teoria clássica, em que o “Estudo dos Tempos e Movimentos” era então o método confiável para a “racionalização da produção”, seguido por outras metodologias que buscavam a administração racional de recursos. Com base em cálculos para a tomada de decisão, essas metodologias visavam antever os resultados da ação, conceito manifesto na Europa ocidental desde o século XVII. Assim, apenas pela racionalidade é possível se alcançar as metas estipuladas e garantir a qualidade dos processos envolvidos, conforme detalha o autor: “as metodologias administrativas como *reais produtos científicos* oferecem a plena

possibilidade de uma ação administrativa racional traduzida na eficiência e na eficácia” (SERVA, 1992, p. 135-136).

Por fim, o ideário da modernidade relacionado às concepções evolucionistas, se difunde para a política, a economia e a organização da produção mundo afora. Serva tece comentários acerca da correlação entre a modernidade e o etnocentrismo no que tange ao desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos que se torna o modelo de ascensão para os demais países: “o evolucionismo conduz ao etnocentrismo, na medida em que o "futuro" nas nações subdesenvolvidas já é o presente nas nações modernas; logo, a modernidade é um apelo correlato à universalidade” (SERVA, 1992, p. 136).

Com isso, as metodologias administrativas importadas reúnem todas essas características, sendo “universais, científicas, neutras e racionais, são a própria expressão da modernidade no campo organizacional”. Prevalece a ideia que por essas metodologias administrativas se originarem de países desenvolvidos e serem implementadas em suas organizações os deixa em uma posição de destaque e avanço, assim os países que ainda não adotaram esses recursos ficam relegados a uma situação de atraso (SERVA, 1992, p. 136).

Tratando do ponto de vista do sentido, os elementos que constituem o significante pleno quando se trata de metodologias administrativas importadas são as seguintes: a racionalidade instrumental, a ideologia gerencial e o paradigma funcionalista (SERVA, 1992, p. 136).

A racionalidade instrumental se sobrepôs a racionalidade substantiva à medida que o capitalismo se propagou e se tornou mais complexo. Weber apud Serva (1992, 137) afirma que:

decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isto se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia (SERVA, 1992, p. 137).

A ideologia gerencial integra todas as referidas metodologias administrativas importadas. Tanto que, Serva (1992, 137) constata que, geralmente, os termos "administração" e "gerência" são considerados sinônimos (SERVA, 1992, p. 137).

Serva aponta as metodologias que figuram no ambiente organizacional brasileiro:

Desenvolvimento organizacional (DO) e *Grid gerencial*, Planejamento estratégico, Administração estratégica, Administração por objetivos (APO), *Situational leadership*, *Sistema Hay*, *Synectics*, Análise transacional aplicada à administração (AT), Time management, Metodologia de resolução de problemas (MRP), Análise de problemas e tomada de decisões (Apex), *Organizational renewal*, *Role*

negotiation, Brainstorming, *Quality success*, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) (SERVA, 1992, p. 143).

As metodologias administrativas importadas consistem em signos sociais de ordem artificial, que imprimem signos ideológicos, no caso a ideologia gerencial, embora haja o empenho em se ocultar esses signos por meio da mitificação (SERVA, 1992, p. 143). O trajeto percorrido por Serva, englobando desde a memória acerca do contexto histórico em que se introduziram as metodologias administrativas no país, bem como a análise semiológica, permitiu que o autor desmistificasse as verdadeiras intenções omitidas nessas técnicas (SERVA, 1992, p. 143).

O autor pondera que não é o caso de se reagir de modo a rejeitar tais metodologias, mas incita aos envolvidos a realizar debates prévios, com a participação da sociedade, de executivos e pesquisadores, com vistas a uma discussão criteriosa, antes de se implementar técnicas que causam impactos em tantas dimensões de nossa realidade social (SERVA, 1992, p. 144).

4.2.7 Grupo 7- Estudos Organizacionais

Em relação ao grupo Estudos Organizacionais, foram identificados oito pesquisadores e contabilizados 50 artigos. Os termos-chave que mais se destacaram nos artigos publicados pelos pesquisadores do grupo em questão foram:

- gestão de pessoas no que diz respeito à avaliação de resultados e abordagens estratégicas e institucional;
- poder nas organizações;
- teoria das organizações, inclusive sob a ótica de sociedades subdesenvolvidas e a partir do pensamento de Michel Foucault;
- situações de mudança e incerteza e as decisões estratégicas, resistência à mudança, estudos de caso, impactos nos recursos humanos;
- manipulação psicológica em ambiente de trabalho, apropriação psicológica;
- tempo como problema nas organizações;
- questões do imaginário, simbolismo organizacional;
- reestruturação empresarial, irracionalidades, coisificação do humano;
- cultura e comportamento organizacional, inclusive em relação ao comportamento de empresas brasileiras frente à pós-globalização, falta de competitividade de empresas brasileiras, estética organizacional, antropofagia organizacional, identidade organizacional;
- falta de competitividade de empresas brasileiras;
- teoria crítica como alternativa ao funcionalismo;
- pós-modernismo nas organizações como alternativa ao funcionalismo;
- estudos organizacionais, seus paradigmas;

- ética, redução de sua dimensão nas organizações;
- crítica organizacional pós-estruturalista (pragmatismo de Foucault e Deleuze);
- estudos críticos em administração e, inclusive, em relação à teoria ator-rede, e em relação à qualidade total;
- pós-modernidade e teoria organizacional para falar do self do gerente minuto (tema recorrente);
- estrangeirismo como fator de segregação em organizações (tema recorrente);
- análise crítica do uso dos espaços nas organizações /escritórios (tema recorrente);
- produção científica brasileira em administração e suas agruras.

Esse grupo apresenta temas mais concentrados no âmbito dos estudos organizacionais, que remetem a uma crítica às práticas organizacionais em suas dimensões ética, psicológica, simbólica e em situações de mudanças e incertezas. Também traz a questão do tempo como um fator de controle e pressão reiteradamente sobre os trabalhadores.

A obra analisada deste grupo foi o livro escrito por Rafael Alcadipani da Silveira, intitulado “Michel Foucault: poder e análise das organizações”, publicado em 2005, pela Editora FGV. Esta obra é um marco referencial do uso do pensamento de Foucault para tratar questões bastante emblemáticas das organizações hoje.

Neste livro, originalmente apresentado como sua dissertação de mestrado em 2002, o autor apresenta o seguinte objetivo de sua pesquisa: “realizar um inventário sobre a utilização das obras de Michel Foucault, no âmbito da análise das organizações, problematizar tal utilização e indicar possíveis caminhos de desenvolvimento para o estudo do poder nessa área” (ALCADIPANI, 2005, p. 13).

No primeiro capítulo é apresentado um inventário sobre os textos dedicados à análise organizacional, cujo referencial teórico seja baseado em Foucault. Antes de apresentar os dados coletados em periódicos internacionais entre 1980 e 2001, o autor contextualiza as principais noções foucaultianas em análise organizacional (ALCADIPANI, 2005, p. 15).

Do inventário, cuja metodologia utilizada é apresentada pormenorizada no livro, o autor constatou a partir de 47 artigos que, desde 1986, há estudos que utilizam as obras de Foucault como base analítica para construção de sua argumentação, no âmbito da análise das organizações, ganhando impulso a partir dos anos 1990 (ALCADIPANI, 2005, p. 37).

O autor reconhece que as ideias de Foucault influenciaram a discussão de uma pluralidade de temas na área de análise das organizações: “desde a denúncia de mecanismos de controle das organizações e de críticas às teorias de análise

organizacional tradicional até discussões sobre gêneros nas organizações”. Dessa maneira, as ideias de Foucault serviram para submeter esses objetos ao crivo crítico:

ferramentas de gestão (qualidade total, times de trabalho etc.), estratégia empresarial, discussões sobre discriminação de sexo, tecnologia de informação, processos organizacionais, discurso de grandes corporações, governança empresarial etc. (ALCADIPANI, 2005, p. 37).

A partir desse inventário, tornou-se evidente que grande parte dos artigos utilizavam como referencial a analítica do poder de Foucault, tanto nos aspectos das relações entre “poder/ saber, construção da subjetividade pelos mecanismos de poder e pela construção da verdade, além, é claro, da noção do poder como relacional”, sendo que a discussão da face do poder disciplinar foi a mais utilizada pelos pesquisadores (ALCADIPANI, 2005, p. 38).

A pesquisa apontou para o fato que, em grande parte desses artigos analisados, as ideias de Foucault são referência única. Nos demais artigos, são mencionados os autores Habermas, Marx, Derrida, Guiddens e Weber, mostrando suas respectivas influências em estudos com base foucaultiana, que nas palavras de Alcadipani ajudaram a gerar “um caleidoscópio de ideias e conceitos” na área (ALCADIPANI, 2005, p. 38).

Entre os artigos analisados, prevalecem os ensaios teóricos, seguidos de estudos de caso e, em menor quantidade, análise de discursos (ALCADIPANI, 2005, p. 38).

O autor pondera que as ideias de Foucault são utilizadas não somente pela área de organizações, mais aberta a perspectivas alternativas ao funcionalismo, mas também em áreas consideradas mais pragmáticas e com fundamentos epistemológicos próprios do paradigma funcionalista, tais como nas áreas de: “marketing, contabilidade, pesquisa operacional, tecnologia da informação e recursos humanos”. Contudo, as ideias foucaultianas em análise organizacional tratam basicamente da questão do poder disciplinar (ALCADIPANI, 2005, p. 38).

O autor apresenta uma síntese sobre o poder sob essa perspectiva. Em um dos seus últimos cursos, no *College de France*, Foucault apresentou “os três eixos da experiência: o da verdade ou saber, o do poder e o do sujeito”, que se relacionam respectivamente com as ênfases metodológicas: arqueologia, genealogia e ética. Essas três fases serviram de apoio para os deslocamentos das obras de Foucault entre esses eixos e suas ênfases metodológicas (ALCADIPANI, 2005, p. 41).

Na etapa arqueológica, Foucault se dedicou a analisar as práticas discursivas de cada um dos domínios do saber da psiquiatria, da medicina e das ciências humanas, a fim de identificar as regras que regem os discursos científicos. Não havia no método arqueológico a pretensão de esclarecer ou discutir a veracidade dos ensinamentos,

mas a análise da discursividade mesmo. O autor se concentrava nas categorias relacionadas à sanidade, saúde e conhecimento de modo a constatar como são percebidas, classificadas e distribuídas na cultura ocidental. As obras de Foucault nesta fase foram “A história da loucura”, sobre psiquiatria; “O nascimento da clínica”, sobre medicina e “A palavra e as coisas” e “Arqueologia do saber” sobre as ciências humanas (ALCADIPANI, 2005, p. 42).

Com o intuito de aprimorar a análise de discurso, aconteceu o primeiro deslocamento na ênfase metodológica, Foucault passou da arqueologia para a genealogia. A partir da genealogia de Nietzsche, os interesses de Foucault se voltaram “a investigar e a tematizar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições e também as práticas sociais nas quais tais relações emergiam”. A partir de então aparecem as questões relacionadas ao poder e Foucault apresenta a biopolítica e se concentra no modo como se formam os domínios de saber (ALCADIPANI, 2005, p. 42).

As obras de Foucault mais marcantes sobre o poder são “Vigiar e punir”, de 1987; “História da sexualidade: a vontade de saber”, de 1988; além da coletânea organizada por Roberto Machado denominada “Microfísica do poder” de 1979, que reúne uma série de conferências que Foucault fez, em 1973, na PUC do Rio de Janeiro, sob o título “A verdade e as formas jurídicas” (ALCADIPANI, 2005, p. 43).

Alcadipani (2005, p.43-44) ressalta que ocorre um deslocamento na própria analítica do poder de Foucault. No eixo do poder, analisado segundo Foucault, “há um deslocamento que parte de uma teoria geral do poder ou do domínio à história e à análise do pensamento governamental e de suas tecnologias”. Assim, passa-se da análise das disciplinas para uma análise da biopolítica.

Foucault problematizou, em sua analítica do poder, a sua concepção do poder em nossa sociedade, esta visão usual do poder como jurídico – discursiva (ALCADIPANI, 2005, p. 44).

Enfim, Foucault passou a tratar da ética em suas obras e precisou fazer novo deslocamento teórico para analisar o que é designado como sujeito, quais as formas e as modalidades da relação consigo por meio das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, nas palavras de Foucault: “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito” (ALCADIPANI, 2005, p. 44). Fonseca *apud* Alcadipani (2005, p.44) constatou em outras palavras que:

o que está em jogo na ética são as diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma ética apoiada na reflexão sobre si, sem que haja nesse processo a presença prescritiva dos códigos, interditos e dos mecanismos disciplinares.

Como a centralidade da pesquisa de Alcadipani se insere na questão do poder na genealogia de Foucault, utilizou em sua obra as principais ideias da concepção jurídico-discursiva do filósofo. Começando pela questão do pertencimento do poder por pessoas e instituições. Enquanto há, por um lado, os que detêm o poder e o exercem, com ações de controle e repressão; por outro, há os lesados, os que são reprimidos. Segundo o pesquisador, “o poder é apresentado como algo que reprime e frequentemente proíbe” (ALCADIPANI, 2005, p. 44-45).

No caso das organizações, o poder está relacionado ao cargo ou posição que a pessoa ocupa, Alcadipani (2005, p.45) ilustra afirmando que enquanto diretores são reconhecidos como extremamente poderosos, já os faxineiros seriam considerados o oposto, sem poder algum. Mas além disso, considera-se que aqueles que têm poder o usam conforme sua vontade, do que se conclui que há a possibilidade de se conduzir os efeitos, então, o poder poderia ser gerido de maneira racional.

Para Foucault *apud* Alcadipani (2005, p.45) essa forma de poder, essencialmente centrada na enunciação da lei, estabelecida nos limites do cargo, que reprime e proíbe, que pode ser comandada de forma racional é o que se denomina de forma jurídico-discursiva.

Essa forma de poder vem dos tempos em que as grandes instituições se desenvolveram na Idade Média, a saber: a monarquia, o Estado nacional e seus aparelhos. Alcadipani (2005, p.45) explicita os objetivos pelos quais o poder era exercido: “como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de apropriação de uma parte das riquezas e da vida das pessoas para suprimi-la, quando atentava contra a boa ordem do Estado”. Os mecanismos de legitimação do poder do Estado funcionam amparados no direito, conforme explicação a seguir:

as instituições do Estado funcionavam como instâncias de regulação, arbitragem e delimitação. O poder se formulava na legislação personificada no Estado e, por isso, o direito constituiu o modo de manifestação e a forma de aceitabilidade desse poder (ALCADIPANI, 2005, p. 45).

A aceitação dessas grandes instituições pela sociedade foi em decorrência do poder, que exercem, estar designado à condição de guardiões da justiça. Ajudou nesse processo, o fato de instituições como a Igreja e o Estado serem facilmente localizáveis na sociedade (ALCADIPANI, 2005, p. 45).

Alcadipani (2005, p.45) ressalta que as críticas de Foucault eram dirigidas à visão contratualista do poder, particularmente como tratada nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau, pelo seguinte fato de “o poder ser designado pelo contrato social entre os homens e seus soberanos e, por meio do contrato, os primeiros passariam o poder para os segundos em troca de segurança e justiça”.

No entanto, de acordo com Foucault que tece crítica às instituições políticas ainda no século XIX, considerava que o poder real escapava às regras do direito e que o sistema do direito se revelava um exercício de violência, ao permitir a dominação de uma classe social sobre outra, usando de dissimetrias e injustiças sob uma aparente justiça das leis (ALCADIPANI, 2005, p. 46).

Em suma, o entendimento de Foucault acerca da representação jurídico-discursiva do poder difere de como o poder é exercido de fato e pondera que se o poder somente reprimito, não seria aceito na sociedade (ALCADIPANI, 2005, p. 47).

Ressalta-se que essa discussão acerca do poder por Foucault não constitui uma teoria de poder. Segundo a argumentação de Foucault, para se caracterizar uma teoria do poder, seria necessário definir em que momento teria surgido e, a partir de então, compreender sua gênese para deduzi-la, posteriormente. Além do mais, toda teoria requer uma objetivação prévia, o que impossibilitaria um trabalho analítico. Enfim, para Foucault, “a questão do poder não é apenas uma questão teórica, que faz parte da nossa experiência e faz muito mais sentido quando analisada dentro das racionalidades específicas” (ALCADIPANI, 2005, p. 48).

Para Foucault é importante observar as condições históricas que cercam uma dada conceituação, além da realidade em que se insere, por isso, não acredita na possibilidade de uma teoria ser absoluta e imutável, mas provisória e acidental (ALCADIPANI, 2005, p. 48).

Ainda sobre essa questão da teoria do poder, Machado *apud* Alcadipani (2005, p.48) pondera que “Foucault não realiza uma teoria geral sobre o poder, pois suas análises não o consideraram uma realidade que possua uma natureza, uma essência que seria definida por suas características universais”. Machado complementa a ideia afirmando que “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social” (ALCADIPANI, 2005, p. 48).

Diante desse posicionamento de Foucault, é mais apropriado usar a terminologia analítica do poder, ao invés de teoria, pois, segundo o pensador, interessa “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (ALCADIPANI, 2005, p. 48). Machado *apud* Alcadipani tece mais esclarecimentos sobre a analítica do poder:

estuda o poder como algo que possui existência própria e formas específicas em nível mais elementar e não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza e repercute nos outros setores da vida social de modo inteiro e homogêneo (ALCADIPANI, 2005, p. 48).

Foucault salienta “não entender poder como um conjunto de instituições que garantem a sujeição de pessoas a um determinado estado ou soberano (...), a seu ver essas são apenas suas formas terminais de poder” (ALCADIPANI, 2005, p. 49).

Para Alcadipani (2005, p.49), há uma noção de onipresença inerente ao poder conforme compreendido por Foucault estando “em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. Por isso, torna-se mais evidente para o autor os mecanismos empregados no campo social, que é o suporte móvel das relações de força, que levam a estados de poder simultaneamente localizados e instáveis, estando o poder onipresente e mutável em cada ponto, se produzindo a todo instante em toda relação entre um ponto e outro (ALCADIPANI, 2005, p. 49).

Essa explicação se aproxima da definição de poder por Foucault: “um conjunto de correlações de forças que se autoconstituem, produzem e organizam os domínios em que estão presentes e inseridas” (ALCADIPANI, 2005, p. 49).

Foucault afirma que a partir do momento em que se estabelece uma relação de poder, existe resistência em potencial, portanto, não somos aprisionados por uma forma homogênea de poder, uma vez em que choques sucessivos entre poder e resistência geram novas e infundáveis configurações de poder (ALCADIPANI, 2005, p. 51).

Foucault insere a dimensão da liberdade na questão do exercício do poder. Explica que o poder só é exercido sobre aqueles sujeitos que têm opções: “não há relação de poder quando os homens estão acorrentados, pois, assim não poderiam escolher suas ações”. Conclui que “no limite, só há relação de poder quando o homem pode escapar” (ALCADIPANI, 2005, p. 53).

Após apresentar o inventário realizado sobre a produção acadêmica no campo da análise das organizações, que tem como referência os trabalhos de Michel Foucault, e rever os pontos principais de sua analítica do poder, Alcadipani (2005, p.112) termina sua pesquisa problematizando a utilização feita da analítica do poder por autores da área organizacional e indicando oportunidades futuras de pesquisa no campo.

A problematização enfoca a pertinência de Foucault para o campo da análise das organizações. Alcadipani (2005, p.112) lembra que essa questão foi originalmente dirigida a Gibson Burrell pelos avaliadores de um dos periódicos mais notáveis nesta área, que estranharam as ideias desenvolvidas por um filósofo francês aplicadas em estudos organizacionais. Por sua vez, o autor pondera que:

definitivamente, suas ideias não nos ensinam como gerir melhor uma empresa, não nos mostram melhores caminhos para a condução da estratégia empresarial e, tampouco, apresentam mecanismos de gestão para melhorar o clima das organizações ou para atingir metas (ALCADIPANI, 2005, p. 112).

Alcadipani (2005, p.112) ressalta que esse campo de conhecimento busca investigar os fenômenos organizacionais, de uma maneira abrangente, sem estar limitado a soluções específicas para os problemas das empresas; possui caráter multidisciplinar e vincula teorias das ciências humanas e as teorias organizacionais (ALCADIPANI, 2005, p. 112).

Burrell entende que o pensamento de Foucault contribui com a introdução de novas temáticas na análise organizacional, principalmente sobre a questão da homogeneidade e heterogeneidade de formas organizacionais, ao mostrar os indivíduos que estão imersos na realidade organizacional onde prevalece o modo de dominação disciplinar (ALCADIPANI, 2005, p. 112).

Além disso, o panóptico de Foucault é utilizado como metáfora para as redes computacionais ao se analisar criticamente o aumento do uso de tecnologias de informação nas organizações e para a discussão acerca da normalização da sexualidade nas empresas (ALCADIPANI, 2005, p. 112).

Outro autor, Knights (1992), considera que o pensamento de Foucault mostra aos pesquisadores da área como “a administração e suas teorias são mecanismos de poder baseados em construções de verdade específicas, constituídas como formas de poder/ saber” (ALCADIPANI, 2005, p. 112).

Em relação às demais abordagens em análise das organizações, Knights argumenta que a capacidade da abordagem foucaultiana se distingue por desafiar e desestabilizar mais as formas positivas de ciência administrativa (ALCADIPANI, 2005, p. 113).

Para McKinlay e Starkey *apud* Alcadipani (2005, p.113), Foucault é especialmente relevante para discutir o poder nas organizações, no que tange às “relações de poder/ saber, do poder disciplinar em ação nas organizações e do papel do poder na constituição do sujeito no cotidiano organizacional”.

Alcadipani (2005, p.114) lembra que a utilização das ideias de Foucault nesta área contribuiu também para a consolidação do movimento denominado *critical management studies* – CMS.

As obras de Foucault foram classificadas de diversas maneiras, como o próprio autor reconheceu, em uma entrevista:

(...) já fui tido como anarquista, esquerdista, marxista ostentoso ou dissimulado, niilista, antimarxista, tecnocrata ao serviço do gaullismo, neoliberal etc. (...) nenhuma destas caracterizações é importante em si mesma, mas, se tomadas em conjunto, elas significam algo. E admito que gosto do que significam (ALCADIPANI, 2005, p. 115).

Sobre a rotulação de pós-modernista que Foucault também teria recebido, Alcadipani afirma que tal classificação é “simplificar o seu legado e ir contra aspectos importantes

de sua obra”. Além do mais, o pós-modernismo é considerado por alguns como um movimento artístico, por outros como novas perspectivas de estudo, mais ainda, como características de um novo tipo de sociedade ou um novo tipo de organização, sem que haja coerência entre essas diferentes vertentes. Por ser uma categoria tão ampla e sem unidade, seria um equívoco usar o pós-modernismo para ordenar pensamentos e epistemologias de Foucault (ALCADIPANI, 2005, p. 115).

Autores da área organizacional, influenciados por Foucault, realizaram reflexões com vistas a desnaturalizar o fenômeno organizacional e seus processos internos. Isso consiste em criticar: as teorias em análise das organizações, a questão do poder e as construções de verdade em seu contexto, os mecanismos de controle e vigilância, a construção das subjetividades e as desigualdades entre os gêneros (ALCADIPANI, 2005, p. 115).

4.3. Conclusão

Quanto ao levantamento preliminar em relação ao perfil de publicação dos referidos grupos de pesquisa, constatou-se que os temas centrais são: trabalho, formas de gestão e poder nas organizações. Aspectos culturais, simbólicos e imaginários, além da análise de discurso, também se destacam nas discussões desses pesquisadores. As questões relacionadas às situações de incerteza e de mudanças decorrentes de reestruturação também são aprofundadas na ótica das organizações e suas implicações para os trabalhadores.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores em uma situação de precarização do trabalho, decorrente do aumento de estresse provocado por enorme pressão diante do estabelecimento de metas insensatas, perda gradativa de direitos trabalhistas, incertezas em decorrência da falta de políticas sociais e pelo recrudescimento da competição de mercado, esses infortúnios oriundos dos modelos organizacionais atuais são tratados sob diversas dimensões: psicológica, política, econômica e social. Dessa maneira, se desconstrói aspectos irreais conferidos à gestão empresarial e se expõem os danos que causam aos trabalhadores.

Quanto aos textos escolhidos, dos grupos de pesquisa relacionados, seguem os respectivos comentários e conclusões.

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO

Texto: “Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte”

O tema problema do texto, de autoria de José Henrique de Faria, conforme destacado no título, versa sobre a teoria crítica. A ideia central foi a de apresentar o estado da arte da teoria crítica, no campo dos estudos organizacionais, em outras palavras, conhecer como essa abordagem teórica tem sido desenvolvida por pesquisadores brasileiros, especificamente no referido domínio. No entanto, antes de apresentar os resultados dos levantamentos realizados, Faria aproveita para esclarecer os equívocos conceituais e teóricos cometidos em abordagens acerca da teoria crítica. Para tanto, distingue a teoria crítica; das demais correntes, como a teoria crítica em estudos organizacionais; o *critical management studies*-CMS; e as análises críticas em estudos organizacionais-ACEO. Enquanto a teoria crítica em estudos organizacionais se assemelha à teoria crítica frankfurtiana da primeira geração, especificamente quanto à metodologia e ao referencial teórico, com característica interdisciplinar; o autor ressalta que não caberia considerar sequer a corrente CMS como crítica, por defender uma postura meramente reformadora e não revolucionária. A ACEO, por sua vez, se embasa em outros pressupostos teóricos os quais não os da teoria crítica.

Faria destaca a produção acadêmica de Maurício Tragtenberg, que além de precursora no Brasil, por associar os pressupostos da teoria crítica frankfurtiana aos estudos organizacionais, dedicou-se aos estudos da burocracia, do poder e da dominação, se apoiando no referencial weberiano, marxista e anarquista. Sobre Fernando Prestes Motta, Faria explica que no início o autor utiliza o referencial da teoria crítica frankfurtiana, mas com o tempo se afasta e passa a desenvolver estudos e a contribuir mais incisivamente no campo da análise organizacional crítica. Quanto ao Guerreiro Ramos, Faria esclarece que sua principal referência teórica é a fenomenologia husserliana, desse modo, não pode ser considerado marxista, nem frankfurtiano.

Faria afirma que a teoria crítica constitui uma economia política do poder, coube assim a EPPEO desenvolver os estudos dessa vertente aplicados às organizações. Sem restringir a crítica apenas à racionalidade instrumental, a EPPEO trata de revelar as formas de poder e controle sobre o processo e organização do trabalho, a fim de se conhecer as organizações e suas finalidades, além de denunciar condições de exploração.

A teoria crítica sofre oposição, sendo acusada de radicalismo, mas mesmo assim tem crescido e obtido espaços expressivos, no campo da administração.

Faria destaca grupos, de oito universidades brasileiras, dedicados à teoria crítica em estudos organizacionais, que atualmente têm obtido reconhecimento na área. Dentre essas universidades mencionadas, apreende-se que foram analisados na presente tese, cinco grupos associados a essas instituições.

Faria recomenda que seja estabelecida uma rede acadêmica de teoria e análises críticas a fim de se criar bases bem fundamentadas para o avanço do conhecimento acerca de estudos críticos em estudos organizacionais.

Logo, o artigo de Faria discorreu sobre as correntes críticas mais proeminentes em estudos organizacionais, com ênfase para o pensamento crítico de teóricos brasileiros que se destacaram em torno da década de 1970. Em relação aos grupos contemporâneos destacou as universidades nas quais se encontram associados.

Assim, as fontes de referência do autor para desenvolver o tema em evidência do artigo em questão são principalmente a primeira geração da Escola de Frankfurt, especificamente Horkheimer e Adorno, além de Maurício Tragtenberg que se destacou aprofundando e desenvolvendo essa corrente teórica no Brasil.

Os temas em evidência versam sobre as formas de poder e de controle exercidos nas organizações sobre os trabalhadores.

O referido artigo consiste em um ensaio teórico no qual o autor revisa conceitos acerca da teoria crítica e por meio de suas reflexões tece comentários elucidativos sobre interpretações equivocadas do tema que observou em trabalhos científicos ao longo de muitos anos.

Conforme explicação de Meneghetti (2001, p.323): “o ensaio é um meio de análise e elucubrações em relação ao objeto, independentemente de sua natureza ou característica”.

Não cabe identificar os procedimentos adotados nesse artigo, que por se tratar de um ensaio teórico, consolida sobretudo uma reflexão permanente do autor que se posiciona criticamente diante do objeto analisado, de modo a relacionar a realidade e a razão:

no ensaio, os procedimentos de coleta e evidenciação do mundo empírico não são o centro de sustentação da sua forma. Todavia, não se nega a importância da evidência empírica como proposição elementar da produção de conhecimento. A força do ensaio está na forma como os procedimentos são questionados e não como eles se tornam verdades inerentes aos resultados que se originam dele (Meneghetti, 2011, p.326)

Desse modo, Faria apresentou em seu ensaio a teoria crítica em relação às demais vertentes consideradas críticas em estudos organizacionais, bem como se posicionou criticamente em relação a cada uma delas, em alguns momentos de maneira contundente.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS

Texto: “Estilhaços do real: o ensino de administração em uma perspectiva benjaminiana”.

Ana Paula Paes de Paula, na obra selecionada, se propõe a fazer a análise do ensino em administração. A autora parte do conceito de experiência (*Erfahrung*), central no

pensamento de Benjamin, e o articula com o conceito de formação (*Bildung*) da Escola de Frankfurt, com o qual identifica similaridades.

A autora constatou afinidades entre o pensamento benjaminiano e a epistemologia freudiana, especificamente, quanto à possibilidade da dualidade dos fenômenos, no qual podem ser considerados ao mesmo tempo “isto” ou “aquilo”. Com base nesse princípio, a autora aponta para o caráter dual do ensino da administração quando considerado do ponto de vista dos sujeitos, tanto dos envolvidos no ato de ensinar, quanto daqueles no ato de aprender. (PAULA, 2012, p.23).

A questão fundamental que a obra procura mostrar é que, mesmo em um contexto de alienação, emergem ao consciente elementos recalcados ou reprimidos pela sociedade, que formam a base das transformações necessárias (PAULA, 2012, p.23).

A primeira parte desta obra Paula trata da “Experiência e Formação em Walter Benjamin”, na qual se discute o conceito de experiência (*Erfahrung*) do filósofo e o relaciona à questão da formação (*Bildung*) (PAULA, 2012, p.23).

A psicanálise foi uma das principais referências para o filósofo na elaboração de conceitos tais como aura, *mimesis*, origem, constelação e imagem dialética. Por sua vez, a visão benjaminiana influenciou também a Escola de Frankfurt, quanto às concepções de formação (*Bildung*) de Theodor Adorno e Max Horkheimer, com desdobramentos para o conceito de indústria cultural e suas vinculações com a semiformação (*halbildung*) (PAULA, 2012, p.23).

Na segunda parte do trabalho, intitulada “Ensino da Administração: da catástrofe ao sonho”, a autora aborda a situação do ensino de administração no Brasil, que mais se caracteriza como semiformação (*halbildung*) e ainda sofre influências da lógica da indústria cultural. A autora aponta para novas possibilidades de ensino, a partir da resignificação da gestão, com base nas considerações críticas de Herbert Marcuse a respeito de como tem sido conduzido o desenvolvimento tecnológico pela sociedade industrial. É apresentada uma pesquisa realizada com base em 24 entrevistas realizadas com professores e alunos de universidades consideradas de “primeira linha” na região sudeste. Paula aponta que nessa pesquisa se verifica que “suas próprias deficiências favorecem a utilização da elaboração micrológica benjaminiana (que tem semelhanças com a análise freudiana), bem com o abandono da dialética negativa de Theodor Adorno”.

Paula constatou nas falas dos entrevistados opiniões inquietantes, embora não surpreendentes, como a crença a qual seria aceitável suspender o imperativo moral na empresa, uma vez que a lei vigente é o lucro e que iniciativas em voga, como “responsabilidade social”, são suprimidas tão logo interfiram nos interesses do capital.

Diferentemente do que pode ocorrer na esfera privada, no entanto, são unânimes em afirmar que a corrupção não é admissível no âmbito governamental.

Os termos “crítica” e “administração” também aparecem incompatíveis segundo seus entrevistados. A racionalidade instrumental consta como a única lógica capaz de embasar as atividades na administração. Embora Guerreiro Ramos mostrasse que a racionalidade substantiva também mediasse a administração.

Enfim, Paula relatou o contexto histórico brasileiro que tem conduzido à semiformação no curso de Administração, marcado pela ideologia ultraliberal que fomenta o individualismo e a competição, não a educação. Compõem a “indústria do *management*” ao lado das escolas de negócios, os gurus de gestão e a mídia de negócios.

Por fim, a autora apresenta o esboço de uma imagem dialética, apreendida do ensino de administração no Brasil: de um lado temos um discurso oficial, preso ao passado e à mesmice, que anuncia a catástrofe; de outro, uma narrativa subversiva, que escapa ao recalcado e ao reprimido, aposta no sonho e realiza um salto para o futuro (PAULA, 2012, p.23-24).

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social – PEGS

Texto: “Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado”

As transformações na administração pública advindas da influência do liberalismo econômico no Brasil, durante o Governo Collor, instigaram Tenório a aprofundar estudos acerca desse novo quadro que se apresentava, em que o protagonista do desenvolvimento passava a ser o mercado no lugar do estado. Nesse contexto, Tenório e demais pesquisadores se reuniram sob a sigla do Programa de Estudos em Gestão Social- PEGS para discutir os rumos da redução do papel do Estado e a ascensão do mercado como mediador entre o poder público e a sociedade, do qual discordavam, pois acreditavam que a cidadania deveria ter essa função mediadora. Assim, passaram a desenvolver o conceito de gestão social com base na racionalidade comunicativa, concebida por Jürgen Habermas, da segunda geração, da Escola de Frankfurt, que discordava dos membros da primeira geração que se opunham à teoria tradicional, especificamente, quanto ao potencial do emprego da razão técnica para a emancipação dos indivíduos. Para tanto, propõe “um paradigma teórico-social que implemente a razão a partir do consenso alcançado por uma ação social do tipo comunicativa”. Com isso, espera-se que o homem alcance sua emancipação pela transformação das estruturas sócio-político-econômicas vigentes.

Habermas se utilizou do conceito de ação social com base em cinco categorias análogas as de Weber, para analisar os problemas decorrentes da racionalização burocrática da sociedade, lembrando: “teleológica, estratégica, normativa, dramática e comunicativa”. Tais categorias interagem entre si, como também ocorrem em diferentes etapas de decisão e ação.

Tenório contrapõe o conceito de ação estratégica ao de ação comunicativa, para desenvolver a questão central desse artigo que é a antinomia entre os conceitos de gestão estratégica e gestão social, este, por sua vez, é correlacionado ao conceito de cidadania deliberativa. A gestão social se distingue da gestão estratégica por promover ação dialógica entre os participantes durante o processo decisório, com isso, visa alcançar o consenso por meio da racionalidade intersubjetiva. Aparece na proposta habermasiana a questão da “liberdade da pessoa humana e de sua responsabilidade social, do exercício da cidadania”

Tenório discorre sobre os conceitos de cidadão nas perspectivas liberal, republicana e deliberativa conforme desenvolvido por Habermas, para afinal, identificar congruência entre a cidadania deliberativa e a gestão social, que, por sua vez, defende que o sujeito tenha um papel ativo na sociedade e no ambiente de trabalho, lutando por melhores condições.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Texto: “Das Práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação” In: Organização e práxis libertadora.

No primeiro momento do referido capítulo analisado que faz parte do livro “Organização e práxis libertadora”, Misoczky compõe uma espécie de mosaico com as principais referências que permeiam as pesquisas realizadas pelos membros do grupo. Como esses pesquisadores são da área de estudos organizacionais, inseridos na faculdade de administração, é apresentada nessa parte, logo de início, uma crítica endereçada à administração, compreendida como marcada pelo ramo do funcionalismo e orientada pelo consenso e ordem. A ideologia do capitalismo é difundida largamente na sociedade, parte em função da atividade da administração e de pesquisa que se reforçam mutuamente.

Quanto aos conceitos de organização mais divulgados na área, a autora constatou a ausência de referências ao sujeito, equívoco que deve ser corrigido, se reconectado instâncias que foram dissociadas artificialmente. Desse modo, é disseminada a naturalização de relações de dominação e se legitima o culto ao mercado. Misoczky alerta também para a falta de questionamentos por parte da sociedade quanto a

dinâmica desse sistema extremamente dominador e ganancioso. Aliás, segundo a autora, a abordagem racionalista carrega um determinismo pessimista acerca da impossibilidade de alternativas. Portanto, o enfrentamento deve ocorrer mediante a produção de conhecimento contra-hegemônico.

A autora ressalta a necessidade de referências teóricas para se refletir sobre a realidade, que sejam coerentes com a questão observada, no entanto, sem seguir um mapa pré-definido. Considera errôneo, por exemplo, que o contexto atual seja rotulado de modernidade, em vez de capitalista. A partir disso, Misoczky tece uma série de considerações sobre o capitalismo com base, principalmente, no pensamento de Mészáros que, como tantos outros autores, rebatem a falsa ideia de neutralidade da razão instrumental dominante no sistema capitalista. A tomada de decisão evidencia o caráter autoritário da estrutura hierárquica e contraditória do capitalismo.

Misoczky discorre sobre experiências de movimentos sociais, comprometidos com a luta pela emancipação, na América Latina, que têm iniciativas de combate às corporações e demais centros de poder, uma vez que o trabalho é compreendido como antagonista desse sistema. Esses movimentos visam a construção de um tipo novo de organização em novas bases, em que a coletividade aja por meio do consenso. Enfim, a autogestão é apontada como uma forma organizacional que ressalta a questão da horizontalidade na tomada de decisões.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES

Texto: “Políticas de RH: instrumentos de consenso e ambiguidades”

O artigo analisado apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa aplicada aos gerentes de uma empresa pública de correios em que se procurou evidenciar, ao contrário do entendimento da ótica da integração organizacional, que existem dissensos e conflitos no cotidiano do trabalho em relação às políticas de RH implementadas pela organização.

Entende-se por integração organizacional, uma área temática da linha de pesquisa “cultura organizacional”, que visa instrumentalizar a organização para, por meio de políticas de RH, forjar e compartilhar significados de maneira homogênea em toda sua estrutura.

Os autores dessa pesquisa fazem coro com o posicionamento de Eduardo Davel e de Sylvia Vergara que discordam dessa prática de instrumentalização do indivíduo pela gestão de pessoas, defendendo que a dimensão da subjetividade deve ser respeitada em sua complexidade. Desse modo, a heterogeneidade do contexto organizacional

deve ser acomodada pela administração, que deve atuar na mediação de conflitos e não eliminá-los, considerando a complexidade do ator social e da noção de autonomia. As entrevistas revelaram que o consenso obtido na referida empresa era apenas de fachada, que os membros da diretoria expressavam apenas opiniões que estivessem de acordo com o posicionamento da organização, a despeito de discordarem com frequência. Por sua vez, os funcionários que acumulavam cargos de chefia sentiam dificuldade em coordenar, dessa maneira padronizada, um grupo heterogêneo, com membros com histórias de vida, origens e formações distintas.

O aspecto cultural do modo de administrar do brasileiro, marcado intensamente por práticas paternalistas, também interfere nesse processo de integração organizacional reforçando-o, de acordo com o entendimento de que a adesão a essa lógica conduz a benefícios extras ao funcionário. A percepção dos entrevistados era a de um ambiente em que não havia consenso, apesar de tanto empenho na implementação dessa integração organizacional. Além disso, havia uma sensação de incerteza e ambiguidade entre os diretores, em função de expectativas inconsistentes por parte da gestão de pessoal.

No ato de boas-vindas ao funcionário, se observa a mistura da dimensão formal, inerente à própria estrutura do treinamento, com a dimensão informal, pela intromissão da organização quanto ao jeito adequado que espera que se comporte. Nesse encontro, também é apresentado o sistema de avaliação como meritocrático, o que não se confirma na realidade. Aliás, esse sistema penaliza o funcionário mais aplicado. Quando a comunicação corporativa abrange tantos interesses e possibilidades de interpretações, em vez de contribuir com a integração organizacional, cria ainda mais problemas, conflitos e dissensos. Inscreve-se nesse caso, inclusive, a utilização que a empresa faz acerca do conceito de empregabilidade e de qualidade de vida no trabalho, como meio de se atingir primordialmente maior lucratividade. O comprometimento tão desejado por parte do funcionário, transforma-se em uma tremenda fonte de sofrimento em momentos de reestruturação organizacional.

Os depoimentos dos gestores revelaram uma insatisfação com a política de RH da empresa, no entanto, solicitaram discrição quanto a isso, para não ir contra a imagem que sustentam. Apesar disso, mostraram-se conformados com a situação, argumentando se tratar de uma estatal.

Desse modo, conclui-se que as políticas de RH remetem à integração e à fragmentação organizacional. Portanto, para evitar isso, as políticas de RH deveriam ser contextualizadas, de modo a abranger conflitos, dilemas e ambiguidades que fazem parte da dimensão subjetiva dos atores sociais, passando a mediar as

diferenças que surgem entre as pessoas, em vez de apenas focar na integração organizacional.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Texto: “A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica”

O objetivo do referido texto de autoria de Mauricio Serva foi o de analisar a predominância de metodologias estrangeiras no exercício profissional da administração no Brasil. Conforme explicou o autor, este fenômeno remete ao início do século XIX, não sendo tão recente como muitos imaginam.

O processo de importação dessas metodologias administrativas foi acompanhado lado a lado, pelo o de mitificação, que através de um ciclo contínuo de produção, renovação e divulgação de sua doutrina, as reforçava na área de organizacional. Portanto, Serva empreende a análise dos mitos administrativos, com fundamentação metodológica na semiologia, a ciência geral dos signos. Explica detalhadamente que o signo se forma da junção entre o significante e o significado, cuja relação de associação depende do contexto em que foi formulado. Desse modo, desdobrando-se para a concepção de signos naturais e artificiais, conforme tenham seus significantes observados na natureza ou construídos pelo homem. Este último ainda é desmembrado em signos de representação ou de comunicação. Introduce-se a ideia que todo signo possui um conteúdo ideológico. Até este ponto foram utilizadas referências em conceitos de autores, a saber: Pierre Guiraud, Mikhail Bakhtin e Roland Barthes. Este último apresenta uma metodologia formulada pela perspectiva da ciência semiológica, para a decifração dos mitos, considerando o entendimento de sua significação enquanto sistema simbólico.

Serva refaz o percurso histórico em que as metodologias administrativas passaram a ser adotadas avidamente no Brasil, demandadas por empresários do setor fabril, na década de 1930. Constatou que realmente houve a implantação de metodologias gerenciais importadas em empresas brasileiras, marcada pelo modelo taylorista, no que tangia especificamente à organização do trabalho, que com o auxílio da ideologia gerencialista apressou a legitimação de uma classe industrial em ascensão. O aspecto mitológico constitui um elemento intrínseco às metodologias administrativas. Por exemplo, a característica da universalidade transmite a ideia de um movimento convergente capaz de integrar os mercados mundiais, cuja capacidade de inserção e competitividade empresarial será determinada pela adoção de metodologias administrativas, consideradas como altamente eficazes, além de padronizadas,

constituindo, assim, uma espécie de linguagem universal para as transações comerciais. Outra característica que reforça a mitologia nas metodologias gerenciais são os critérios de cientificidade que lhes conferiria, em princípio, uma aura de neutralidade e racionalidade, por fim, o ideário da modernidade relacionado às concepções evolucionistas, este bastante debatido em fóruns científicos.

Serva considera que as reflexões sobre o contexto histórico em que foram introduzidas no país e a análise semiológica visaram decifrar os mitos oriundos da ideologia gerencial inculcada nas metodologias administrativas importadas. O autor alerta para os modismos da área e para a necessidade de se empreender um exame acurado antes de se pensar em importar metodologias administrativas, de modo a apreendermos a lidar mais adequadamente com os fenômenos organizacionais próprios de nossa sociedade.

Grupo 7- Estudos Organizacionais

Texto: “Michel Foucault: poder e análise das organizações”

A referida obra de autoria de Rafael Alcadipani da Alcadipani se destaca quanto ao uso do pensamento de Michel Foucault para tratar questões atuais das organizações. O autor constatou em levantamentos realizados em artigos publicados entre 1980 e 2001, em determinados periódicos internacionais, textos dedicados à análise organizacional, com base no pensamento de Michel Foucault que versavam sobre uma pluralidade de temas, com destaque para a questão do poder disciplinar. Abrangendo, por exemplo, denúncias de mecanismos de controles, críticas às teorias de análise organizacional, bem como as relações de gênero no ambiente de trabalho. Especificamente, esses trabalhos questionavam criticamente aspectos relacionados a técnicas de gestão, como qualidade total e times de trabalho, a processos organizacionais, a tecnologia de informação e discursos corporativos. A abordagem da maioria desses estudos é crítica, no entanto, não impede o uso desse referencial pelo viés da perspectiva funcionalista, como também em áreas mais pragmáticas como contabilidade, marketing entre outras.

Parte desses artigos se embasava na analítica do poder de Foucault para desenvolver essas questões mencionadas, enquanto outros textos incluíam o pensamento de autores, como Habermas, Marx, Derrida, Guiddens e Weber, gerando um conjunto de ideias e conceitos de base foucaultiana na área.

Na analítica do poder, interessa identificar os dispositivos de poder que atuam nas diversas camadas da sociedade, quanto aos seus mecanismos, efeitos, enredamentos.

O autor discorre pormenorizadamente sobre as ênfases metodológicas de Foucault, reconhecidamente: arqueologia, genealogia e ética.

Na etapa arqueológica, Foucault se deteve na análise da discursividade científica nos domínios do saber da psiquiatria, da medicina e das ciências humanas, observado as questões relativas à sanidade, à saúde e ao conhecimento, a fim de identificar as regras que regem os discursos científicos.

Foucault deslocou a ênfase teórica da arqueologia para a genealogia, com influência da obra de Nietzsche, passa a investigar as relações que envolvem verdade, teoria, valores e instituições e também as práticas sociais. Nesta fase, destacam-se as questões relacionadas ao poder, Foucault concebe sua biopolítica e se concentra no modo como se formam os domínios de saber. Por fim, o deslocamento teórico para a fase em que aborda a ética, Foucault analisa o que se designa como sujeito, quais as formas e as modalidades da relação consigo por meio das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito.

O interesse maior de Alcadipani na obra de Foucault é a respeito do poder, portanto, abrange os pressupostos da concepção jurídico-discursiva.

Começando pela questão do pertencimento do poder por pessoas e instituições. Enquanto há, por um lado, os que detêm o poder e o exercem, com ações de controle e repressão; por outro, há os que são reprimidos. No caso das organizações, o poder está relacionado ao cargo ou posição que a pessoa ocupa. A forma de poder centrada na enunciação da lei, estabelecida nos limites do cargo, que pode ser comandada de forma racional é o que Foucault denomina de forma jurídico-discursiva. O poder das instituições do estado se formulava na legislação, dessa forma o direito constituiu a forma de aceitabilidade desse poder. O problema é quando o poder real escapa às regras do direito, deformando o sistema do direito em um exercício de violência, ao permitir a dominação de uma classe social sobre outra, usando de dessimetrias e injustiças sob uma aparente justiça das leis. No entanto, segundo Foucault, choques sucessivos entre poder e resistência geram novas e infindáveis configurações de poder.

Enfim, as contribuições da fundamentação no pensamento de Foucault para investigar os fenômenos organizacionais são devidamente reconhecidas pelos pesquisadores da área, ao introduzir novas temáticas na análise organizacional como a questão da dominação disciplinar, observada em contextos heterogêneos, das tecnologias de informação e acerca da normalização da sexualidade nas empresas.

5 PESQUISA DE CAMPO

5.1. Procedimentos Utilizados

Assim sendo são apresentadas informações desse *corpus* que compreende os grupos a serem analisados, sendo que a ordem dos entrevistados por grupo ficou a seguinte:

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquilha

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Grupo 7- Estudos Organizacionais

Não foi possível realizar entrevista com membros desse grupo

Não foi possível realizar entrevistas com pesquisadores do último grupo pela ausência de respostas aos contatos realizados por e-mail.

As entrevistas foram todas realizadas pessoalmente, gravadas em meio digital e transcritas para facilitar a identificação dos trechos das falas mais significativas para cada uma das perguntas contidas no roteiro, com exceção para a entrevista com o Prof. Maurício Serva que, a fim de ser viabilizada, foi realizada por e-mail.

O roteiro de entrevista utilizado nas entrevistas foi o seguinte:

Perguntas específicas sobre o grupo em si:

- 1) Qual é o **conceito de crítica** adotado pelo grupo?
- 2) Quais são as **questões centrais** trabalhadas pelo grupo?
- 3) Quais são os **principais autores e teorias** que norteiam seus estudos?
- 4) Quais são as **principais realizações** do grupo e quais suas **aspirações ainda a realizar?**
- 5) Como o grupo é **reconhecido** na área de administração? Como este grupo **influencia** a comunidade acadêmica da área de administração?
- 6) Quais são as **expectativas** que o grupo tem em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade? (tanto em relação ao trabalho do grupo, como o da área de um modo geral).
- 7) Como se **relacionam as questões teóricas** dessa abordagem **com a práxis** no sentido da aplicação da teoria em pesquisas ou trabalhos diversos de consultorias contratadas por instituições governamentais ou empresas?
- 8) Nos estudos organizacionais críticos, quais são **os problemas de relação entre teoria e prática**, em particular, **no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada** por instituições governamentais ou empresas?

Perguntas específicas sobre a área:

- 9) O que **significa ser crítico** na área de administração?
- 10) Qual é o **impacto dessas publicações** em estudos organizacionais críticos na área de administração?
- 11) Quais são os **principais limites e controvérsias** dos estudos organizacionais críticos?

A etapa da análise dos dados obtidos pelas entrevistas teve como objetivo encontrar um sentido para esses dados coletados e mostrar como respondem ao problema de pesquisa proposto. O procedimento de análise escolhido foi o da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) concebida por Lefèvre e Lefèvre.

De acordo com esses autores, o modo tradicional que tem sido utilizado para se conhecer o que uma determinada coletividade pensa, sente ou crê sobre um tema tem sido a pesquisa quantitativa, por meio da aplicação de uma série de questões fechadas com alternativas de respostas. Os pesquisadores que optam por esse tipo de

pesquisa objetivam verificar, dessa maneira, a quantidade ou a dimensão que um determinado atributo se encontra na população pesquisada (LEFÈVRE, 2005, p.9).

No entanto, Lefèvre (2005) considera este método quantitativo inadequado quando se trata de examinar o pensamento coletivo, porque não abrange esse pensamento como objeto de investigação. Para o autor, a pesquisa que tem como propósito investigar pensamentos coletivos, deveria rever a aplicação de métodos clássicos de investigação:

(...) no quadro da pesquisa tradicional, de base puramente quantitativa, o objeto: pensamento fica severamente deformado na medida em que, para se enquadrar nos moldes quantitativos, precisa ser previamente reduzido à escolha (forçada) de uma alternativa de resposta dentro de um rol de alternativas arbitrariamente prefixadas, para que as mesmas escolhas por indivíduos diferentes possam ser somadas (LEFÈVRE, 2005, p.9).

Lefèvre (2005) afirma que para se conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um determinado assunto, é necessário que a pesquisa inicial seja qualitativa, para se ter acesso aos pensamentos e expressões da subjetividade humana que passam pela consciência humana. O autor enfatiza que, apenas por meio de pesquisas qualitativas, de base indutiva, torna-se possível reaver e resgatar os pensamentos produzidos na consciência. Sobre a necessidade do caráter qualitativo na aplicação da pesquisa com este fim, Lefèvre argumenta que: “essas pesquisas devem ser, necessariamente, qualitativas porque tais pesquisas têm justamente como objetivo a geração ou reconstrução de qualidades, como é o caso do pensamento coletivo” (LEFÈVRE, 2005, p.9).

Essas pesquisas procuram respostas para perguntas, tais como: “o que você pensa de tal tema, ou o que você tem a dizer sobre tal assunto”? Com isso, os entrevistados vão gerar um número variado de discursos individuais que formarão a matéria-prima a ser processada a fim de se obter a produção de resultados coletivos (LEFÈVRE, 2005, p.10).

Poderiam ser citados aqui três obstáculos epistemológicos, popularizados, mas que não consideram a discursividade, que é justamente o fator constitutivo do pensamento coletivo, como fato empírico (LEFÈVRE, 2005, p.10).

Começando pelo estudo da “requantificação dos discursos/ depoimentos pela análise de conteúdo dos discursos”, no qual se conta o número de vezes que aparecem certas palavras na fala dos entrevistados. O problema identificado para esta aplicação é que o entendimento dos significados fica comprometido, uma vez que o método desconsidera a discursividade e enfoca nos elementos do discurso de modo parcial (LEFÈVRE, 2005, p.10-11).

A outra seria a “requantificação dos discursos/ depoimentos pelo mecanismo da categorização”. Neste, com base nas respostas, se identifica um termo que traga em si o significado do discurso presente na resposta. O objetivo é reunir significados semelhantes em um termo geral, a categoria. O conjunto dos discursos são reunidos em quantas categorias forem necessárias ser criadas, a fim de se requantificar a qualidade do discurso e apresentá-lo de modo quantitativo. O risco dessa opção seria o de se eleger a categoria correspondente a cada discurso de forma precipitada, sem levar em conta suas especificidades, empobrecendo a totalidade do sentido presente nesses discursos (LEFÈVRE, 2005, p.10-11).

A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo concebida pelos autores tem como objetivo preservar a discursividade em todas as etapas da pesquisa, desde a coleta e o tratamento de dados, até a apresentação dos resultados (LEFÈVRE, 2005, p.11).

Quando se trata de uma pesquisa acerca da opinião, das ideias, do pensamento, de algo que as pessoas professam sobre um tema, segundo o autor, “a variável existe de modo apenas virtual precisando ser reconstruída durante ou através do próprio processo de investigação”. Todas essas expressões convergem em discursos individuais (LEFÈVRE, 2005, p.14).

Para conhecer o pensamento de uma coletividade, o DSC propõe uma forma de organização e tabulação de dados qualitativos, obtidos, por exemplo, a partir de depoimentos, cuja análise é feita com base nas ideias centrais ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave, a fim de se compor um ou mais discursos-síntese na primeira pessoa do singular. O sujeito coletivo é a reunião das sínteses de cada um dos discursos individuais, expressando ideias coletivas (LEFÈVRE, 2005, p.15-16). Detalhando o procedimento, tem-se que a partir de discursos em estado bruto, inicia-se o trabalho analítico de composição, que consiste na seleção das principais ancoragens e/ ou ideias centrais identificados em cada um dos discursos individuais. Uma vez reunidos, esses relatos incidirão na reconstituição discursiva de uma determinada representação social (LEFÈVRE, 2005, p.20).

Nesta pesquisa o DSC foi utilizado apenas como critério de classificação, para fazer análise das falas e dos textos; sem, no entanto, proceder à adição discursiva própria do princípio da aditividade do DSC, no qual se produz um discurso coletivo que pareça emitido por uma pessoa.

5.2. As implicações dos estudos críticos na área acadêmica

Para a etapa de análise das entrevistas, as respostas dos entrevistados foram tratadas de acordo com a técnica utilizada para tratamento de dados no DSC, em que são destacadas as ideias e expressões-chave de suas falas, literalmente.

1) Qual é o conceito de crítica adotado pelo grupo?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<p>O referencial da teoria crítica tal como elaborado por Horkheimer no texto clássico, Teoria Crítica e Teoria Tradicional, foi uma inspiração para FARIA iniciar seu trabalho, mas escolheu por adotar primordialmente o referencial marxista. O Entrevistado ressalta a importância de se conservar suas interpretações próprias dessas teorias.</p>	<p>"Tenho muita coisa da Escola de Frankfurt, mas rigorosamente a crítica nossa é marxista, [...], então, a gente diverge de muitas críticas ao marxismo feitas pela teoria crítica, embora a gente tenha uma vinculação com a teoria crítica, a gente não concorda em totalidade com a teoria crítica [...]"</p>
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	<p>Meneghetti afirma ser marxista, não de ideias muitas vezes, mas de compreensão da realidade, por seguir o materialismo histórico. O entrevistado declara não ter uma posição contrária às outras correntes, apesar de ter se tornado senso comum dizer que os pesquisadores da teoria crítica são refratários a outras concepções teóricas. O grupo do qual faz parte prioriza a crítica, sem, no entanto, tornar-se dogmático. Enfatiza que a teoria crítica visa a felicidade do sujeito, por meio da melhora social. O grupo realiza uma crítica, mas sem ser dogmática, sem adotar uma atitude totalitária ou reacionária.</p>	<p>"Eu também acho que na teoria crítica a gente tem de fazer as pessoas mais felizes, porque esse é o sentido da vida, a teoria crítica não precisa ser necessariamente uma coisa pesada para as pessoas, um muro de lamentações, mas um olhar sobre a realidade, que possibilite o sujeito ir além daquilo que vive, então, é encontrar um caminho diferente para ele poder viver melhor".</p>
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	<p>Paula pondera que há vários entendimentos acerca de crítica e que não é possível definir o conceito de crítica mais verdadeiro de todos. A entrevistada reconhece a influência de Kant, para quem a crítica consiste na saída da minoridade, a busca pela autonomia do sujeito, que foi a referência para Horkheimer relacionar a crítica à busca da emancipação, por meio da práxis. Há de se considerar também que conceito de crítica adotado por outras vertentes das ciências sociais, como o funcionalismo, que mesmo com cunho determinista, se posicionou criticamente em seu contexto. A tentativa em se agrupar diferentes conceitos de crítica, pode resultar</p>	<p>"Adorno não opõe positivismo à crítica, ele opõe positivismo à dialética. Então, crítica, dialética, emancipação são coisas que vão estar muito vinculadas dentro da perspectiva da escola de Frankfurt". "[...] aquele quadrante do Morgan falando sobre os paradigmas, ele cria estrangulamentos, na minha opinião, que são muito difíceis de serem superados e que tem proporcionado controvérsias que nem sempre são muito instrutivas [...]"</p>

	num reducionismo ao se tentar reunir tantas acepções diversas.	
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	Tenório afirma que sua crítica é dirigida às contradições observadas no interior das organizações e delas com a sociedade, que refletem essencialmente a racionalidade instrumental. O grupo dedica-se essencialmente à análise das contradições.	"Essa é a preocupação nossa, identificar as contradições apresentadas pela estrutura organizacional, pelo processo de tomada de decisão, pela relação que o capital tem com o trabalho, pela relação que a instituição ou a empresa tem com a sociedade e com o mercado. [...] nossa preocupação é mais no sentido de análise das contradições. A crítica vai neste fundamento. E, daí, a questão central para nós é o tema da racionalidade instrumental que é o que permeia todas as instituições."
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	Essencialmente, esse grupo, do qual faz parte a entrevistada, se define como anticapitalista. Bem distante da noção hegemônica que surge a partir de Taylor e Fayol, se interessam pelos "dispositivos organizacionais" empregados no âmbito das lutas sociais, que visam realizar a ação libertadora, por meio de processos e práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégica crítica, cujo pensamento crítico é influenciado pelo historiador colombiano, Renan Veja Cantor.	"Nós desenvolvemos estudos sobre movimentos sociais, interessados na organização de lutas anticapitalistas, no sentido mais concreto".
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart trabalha com uma ideia de crítica, no sentido, da crítica na ação, a crítica para transformação, para a mudança social, para mudança radical.	"Não é uma crítica pela crítica, nem uma crítica diletante, mas uma crítica que procura ir na raiz, é o que é que aquela crítica pode nos informar como meio de transformação".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>	A abordagem de Junquillo não é da teoria crítica, da Escola de Frankfurt, está mais alinhada ao pensamento do sociólogo francês, Michel de Certeau, que trabalha com as práticas, a fim de dar voz aos atores sociais, observar como no dia-a-dia, por meio de suas ações ordinárias, até mesmo por um gesto inconsciente, sem ter planejado uma ação determinada, como esses atores sociais estão resistindo ao sistema. As abordagens teóricas dos pesquisadores do grupo são diversas, mas sempre no sentido de se realizar crítica ao sistema dominante.	"(...) o que estou preocupado mesmo é em perceber como é que esses atores agem no dia-a-dia, como é a construção dessa vida cotidiana, se isso está errado ou certo, se isso vai chegar à sociedade emancipada ou não, não estou preocupado com isso". "(...) o pesquisador vai a campo, minimamente tem de ter uma abordagem etnográfica, para perceber como são as relações no dia-a-dia das pessoas e como o sujeito consegue escapular da vigilância do sistema".
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	Serva explicou que, em termos gerais, para esse grupo de pesquisa, a crítica é um meio de expressar o contraponto aos processos macro ou microsociais que permitem e efetivam a opressão, em todas as suas manifestações, sobre pessoas	

	e grupos, com destaque para o ambiente social do trabalho.	
--	--	--

Quanto ao conceito de crítica adotado pelo grupo, as respostas dos primeiros entrevistados convergiram declaradamente para **o referencial marxista da Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt**, embora se constate ao longo das entrevistas que esse referencial seja adotado pela maioria dos entrevistados.

Para esses primeiros entrevistados, deve haver o questionamento crítico em relação à própria teoria que usam, para evitar um posicionamento dogmático. Acrescentam que respeitam outros entendimentos e concepções teóricas acerca do que é crítica. Essa é a opinião da maioria dos entrevistados, mas não uma unanimidade entre eles.

Uma entrevistada ponderou que a crítica é pertinente a um contexto, a um tempo que quando observado mais adiante pode perder seu significado mais genuíno.

Outras respostas enfatizaram o propósito da crítica como meio de o sujeito **sair do estado de menoridade e alcançar sua emancipação** e a de, em última instância, o sujeito **alcançar a felicidade**. E mais, como um meio de as lutas dos movimentos sociais realizarem **a ação libertadora**, adotando práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégica e crítica, ideia corroborada pela outra citação que considera a crítica no sentido da **ação para a mudança**.

Outras falas enfatizaram o objeto ao qual a crítica deve se dirigir, a saber: as **contradições no interior das organizações** onde prevalece a racionalidade instrumental; os **processos sociais que geram opressão** nas pessoas especialmente no ambiente organizacional e o **sistema dominante**, que para enfrentá-lo é necessário dar voz aos atores sociais e observar os modos de resistência no dia-a-dia desses atores sociais.

2) Quais são as questões centrais trabalhadas pelo grupo?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	A centralidade do grupo é o trabalho, com foco na gestão e nas organizações. Também são abordadas a produção do conhecimento e a epistemologia.	"A centralidade do grupo é estudar o trabalho, especificamente, as formas de controle no trabalho, o trabalho no sistema capitalista de produção, a influência da gestão de uma organização sobre o trabalhador, ou seja, sobre o trabalho que ele exerce".
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	Paula explica que o grupo de pesquisa NEOS se dedica a três linhas principais: uma epistemológica, outra prática e outra mais voltada ao ensino. O que tem em comum entre essas linhas de pesquisa é o referencial em autores críticos para a discussão e reflexão acerca da realidade em que cada uma das questões pesquisadas se insere. Seus orientandos demonstram predileção por desenvolver pesquisas acerca da condição do sujeito no ambiente de trabalho. Os referenciais fundamentais para desenvolver pesquisas com grupos: a metodologia psicanalítica e a pesquisa-ação.	"Quem está dentro de um posicionamento mais crítico, psicanalítico, está interessado não no padrão, mas nos detalhes, naquilo que escapa, no refugio, nas coisas que as pessoas, em geral, não prestariam atenção [...] que vem de uma perspectiva que é muito da psicanálise, porque é isso o que se faz na escuta, você escuta as pessoas falando coisas padronizadas, você vai ter de cada paciente uma fala padrão e você vai estar interessado nas falhas, porque aí é que você tem acesso ao inconsciente".
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	Considerando o conceito de crítica adotado pelo grupo, para quem a crítica representava essencialmente a análise das contradições nas organizações, bem como as delas em relação à sociedade, Tenório apontou como questão central para o grupo a racionalidade instrumental, uma vez que permeia todas as instituições [...].	"Ao invés da gente fazer aquela leitura do tradicional capital versus trabalho, que é o que você encontra nas referências bibliográficas, a gente inverte esta posição, querendo dar o protagonismo ao trabalho, ao trabalhador. Ou seja, a gênese do ser social numa leitura lukacsiana. Essa leitura [...] está significando que a gente está privilegiando o trabalho e não o capital. [...]. A outra leitura é ao invés de estado versus sociedade, usar sociedade versus estado, privilegiando a sociedade na relação com o estado, mas com o foco em cidadania deliberativa".
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart cita o tema desenvolvimento, mas começando pelo	"no Brasil, 90% das pesquisas são produzidas na universidade pública,

	<p>questionamento do próprio conceito de desenvolvimento, cunhado no âmago do sistema capitalista. O termo desenvolvimento é usado, por falta de um outro que não seja oriundo do capitalismo. Dedicam-se a conhecer os modos de produção do conhecimento e as concepções em disputa, que é fundamentalmente orientada pelas perguntas: “para quê ou para quem nós produzimos conhecimento? Para que serve o conhecimento que a gente produz”?</p>	<p>que financia, então, as pesquisas e os pesquisadores, dá bolsa para a gente se formar e tal, depois, este mesmo corpo, nos exige publicação. As publicações mais valorizadas são as publicações nos periódicos internacionais indexadas A1 e A2. Alguns deles já estão cobrando por páginas para publicar, cobrando do autor, por quantidade, não basta ele ser aprovado na cognição, mesmo aprovado, eles ainda cobram um “X” por página lá, para você publicar. Bom, quem paga isso geralmente são as fundações e, tudo mais, né, o próprio governo. Depois eles indexam tudo e publicam e a Capes vai lá e compra a assinatura. Entende? É muito esquisito”.</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i></p>	<p>Junquillo conta que dentro do seu observatório, a questão central é o cotidiano da gestão escolar. Mas há pesquisadores do Grupo NETES dedicados a questão das relações de gênero [...]. Outra linha trata das relações de trabalho, mas na visão crítica, na abordagem marxista, resgatando aspectos da ergonomia e o associando às relações de trabalho, suas relações de poder. Junquillo prioriza a averiguação de como o sujeito usa a tática para subverter a ordem que o oprime.</p>	<p>“O que interessa para a administração isso: se eu não conheço o mundo oculto da ação desse sujeito, eu não sei como lidar com ele, não poderia gerir uma organização se eu quisesse, mas entender aquilo que está oculto, nas relações cotidianas, então, eu tenho de estar lá com esses atores para entender e perguntar o que está significando [...]”.</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i></p>	<p>Serva respondeu que as questões centrais trabalhadas pelo grupo são aquelas que norteiam as quatro linhas de pesquisa que são pertinentes ao Núcleo ORD, a saber: Economia social, gestão e desenvolvimento; Epistemologia e sociologia da ciência da administração; Organizações e desenvolvimento territorial sustentável e Racionalidade nas organizações.</p>	

Aparecem como questões mais citadas a epistemologia, a produção do conhecimento, prática e ensino, aqui sendo mencionadas metodologias participativas como pesquisa-ação e pesquisa-intervenção, além do uso de metodologia psicanalítica para se compreender melhor os problemas vivenciados pelos trabalhadores nas organizações. Também consta a sociologia da ciência da administração como tópico de interesse em pesquisas. Em seguida, constam problemas inerentes à gestão, como gestão escolar e as implicações da racionalidade instrumental na gestão. Também foram citadas: a economia social e o desenvolvimento territorial sustentável. Uma entrevistada

respondeu que o tema principal que circunda suas pesquisas é o desenvolvimento, mas tecendo várias ponderações sobre as vinculações do conceito tradicional do termo, justificando seu uso por falta de um termo mais adequado.

3) Quais são os principais autores e teorias que norteiam seus estudos?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	Meneghetti citou Theodor Adorno, Karl Marx, Sigmund Freud, Maurício Tragtenberg, e José Henrique de Faria. [...], mencionou a importância das obras de Kant. Mas seus interesses vão além das questões do trabalho e são variados, por exemplo, os últimos avanços da física, bem como tem se dedicado a leituras acerca dos campos de concentração e organizações totalitárias. Meneghetti assiste aos programas religiosos na televisão, que tem um sistema de dominação impressionante. Considera que a civilização começa com a barbárie, que ainda não foi superada, por isso, a modernidade não teria se completado.	
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	Paula enfoca os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin. Ultimamente, com a aproximação com a psicanálise. A entrevistada tem trabalhado com obras de Freud e Lacan e destaca entre os autores críticos nacionais em cujas obras mais estudou: Fernando Prestes Motta, Maurício Tragtenberg e Guerreiro Ramos.	
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	Tenório relatou que tem utilizado mais esses autores específicos, da primeira geração da Escola de Frankfurt: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse; já outros autores desta fase não têm sido tão utilizados por ele, como: Walter Benjamin e Eric Fromm. Tenório também recorre aos autores da segunda geração, Habermas e de Claus Offe e da terceira geração, começou a estudar Axel Honneth.	
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	<i>Sem resposta</i>	

<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Goulart declara que, em seu grupo, os pesquisadores têm se aprofundado muito na corrente marxista de pensamento. Particularmente, investe muito no estudo e na crítica de autores brasileiros, começando por Celso Furtado e Milton Santos. Também tem estudado Ruy Mauro Marini, a teoria marxista da Dependência; David Harvey, pela leitura bem interessante que faz do capitalismo, e, entre os autores brasileiros, Álvaro Vieira Pinto.</p> <p>Na apresentação do EnANPAD que havia feito naquela semana, Goulart discutiu a relevância de Manoel Bonfim, um autor do começo do século, 1903 foi quando ele escreveu "Males de origem", o livro que inspirou o Darcy Ribeiro, cujas obras também tem lido. Dos autores latino-americanos contemporâneos, destaca Atílio Boron, que começou a estudar recentemente.</p>	<p>"Eu não sou marxista de formação, eu sou estudiosa, eu estudo, eu, nesse momento, estou estudando o marxismo, porque, para mim, para eu abraçar uma forma de pensar, uma forma de produzir conhecimento, eu tenho de ter aquela visão de mundo, eu ainda não consigo olhar o mundo dialeticamente, a lógica formal ainda meio que predomina na minha forma de pensar, então, eu sou, assim, uma estudiosa crítica, eu tenho um pé na realidade crítica, mas ainda minha forma de olhar para isso ainda é preliminar [...]"</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquilha</i></p>	<p>Junquilha reafirma sua predileção pela linha cotidianoista, de Michel de Certeau, a qual tem encontrado autores mesmo no âmbito da administração convergentes com essa questão de entender as práticas cotidianas. Também se apoia em Michel Foucault e Anthony Giddens, que se dedica à questão de como o sujeito enfrenta a opressão, no entanto, sem pretensão de mudar o mundo. Usa um pouco de Gramsci, mas reconhece que a noção de <i>habitus</i>, de Bourdieu, poderia contribuir com essas questões de pesquisa, embora não o utilize.</p>	<p>"[...] o Anthony Giddens, que de certa maneira está preocupado com o fazer do sujeito, ora reproduzindo, ora subvertendo uma dada ordem, a ideia dele é a teoria da estruturação. O uso do Giddens reforça a ideia de que o ator pode subverter uma determinada ordem, sem necessariamente querer mudar o mundo".</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i></p>	<p>[...] indicou as obras de Guerreiro Ramos, Jurgen Habermas, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Edgar Morin, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque e do próprio Maurício Serva.</p>	

Não surpreende, considerando a trajetória dos entrevistados, que quase todos citassem os mesmos autores da Escola de Frankfurt, da primeira geração, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, como também outros autores que se tornaram referência para esses intelectuais, como: Karl Marx, Sigmund Freud e até mesmo Jacques Lacan. Da segunda geração, Habermas e Claus

Offe, sendo que Habermas, especificamente, foi mencionado como referência utilizada por dois entrevistados; e, por um terceiro; ao contrário, como um autor meramente revisionista, completamente suprimido da consideração desse grupo, por não considerá-lo crítico. Da terceira geração foram citados Nancy Fraser e Axel Honneth, atual diretor do Instituto para Pesquisa Social, em Frankfurt. Kant, que influenciou o pensamento de Horkheimer e Adorno, também foi citado.

Também foram mencionados os autores brasileiros precursores da vertente crítica do pensamento brasileiro em administração: Fernando Prestes Motta, Mauricio Tragtenberg e Alberto de Guerreiro Ramos. Dos autores contemporâneos foram citados José Henrique de Faria e Maurício Serva. Além de intelectuais brasileiros de diversas áreas: Álvaro Vieira Pinto, Ruy Mauro Marini, Manuel Bomfim, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Milton Santos. Dentre autores latino-americanos foram lembrados o sociólogo argentino Atilio Boron e o historiador colombiano Renan Veja Cantor.

Além dos elencados acima, foram apontados: Michel de Foucault, Michel de Certeau, Anthony Giddens, Antonio Gramsci, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Edgar Morin, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque

4) Quais são as principais realizações do grupo e quais suas aspirações ainda a realizar?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i></p>	<p>Segundo Faria, o grupo pretende construir uma epistemologia crítica, com base no materialismo histórico, para a produção crítica do conhecimento. Além disso, aprofundar pesquisas acerca da psicossociologia, [...]. Outro desafio é utilizar as categorias de análise de justiça, as três primeiras originalmente elaboradas por Nancy Fraser: o reconhecimento social, a redistribuição igualitária da riqueza, a participação paritária no processo de decisão e a realização emocional, esta última incluída pelo grupo. Faria pretende apreender melhor os aspectos afetivos e emocionais do sujeito em relação ao trabalho e a sua luta política. Por fim, Faria aponta para os problemas conceituais do emprego do termo "autogestão".</p>	<p>"Por isso, entendo que uma epistemologia crítica é uma necessidade que precisamos consolidar, [...]. A partir da definição dessa epistemologia crítica é que podemos trazer para a discussão contribuições como, por exemplo, a do Enriquez com a psicossociologia, a do Pichon-Rivière com a teoria do vínculo, Vygotsky com a psicologia social, Dejours com a psicodinâmica do trabalho e assim por diante. Este é um grande desafio, pois cada uma destas contribuições tem suas virtudes e seus limites. [...].</p>
<p><i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i></p>	<p><i>Sem resposta</i></p>	
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i></p>	<p>O grupo atualmente encontra-se numa fase de consolidação. Por mais de uma década, o grupo acumulou pesquisas sobre diversos autores e abordagens críticas e, portanto, Paula considerou oportuno formalizar, neste momento, essa ampla reflexão que tem sido feita sobre esse material, que começou com o estudo dos pensadores críticos nacionais, passando pelo CMS, também por esses campos de aplicação na gestão pública, economia solidária, ensino. Paula pretendeu neste trabalho oferecer uma alternativa para sair dessa visão paradigmática de Gibson Burrell e Gareth Morgan.</p>	
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i></p>	<p>Tenório respondeu que quanto às realizações do grupo é possível encontrá-las na página do grupo "Programa de estudos em Gestão Social", situada no site do EBAPE ou em seu currículo Lattes. No entanto, o entrevistado adiantou que são basicamente publicações e pesquisas.</p>	<p>"Agora mesmo está saindo um livro que estou fazendo com o Rogério, aqui no SAGE, chamado "Fábrica de Software", que é uma crítica à produção de software. A gente mostra que a empresa que produz software é uma linha de montagem fordista".</p>
<p>Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p>Misoczky ressaltou que o grupo não tem meta e que uma das características do trabalho do grupo é que ele é muito pouco organizado</p>	<p>"Se nosso grupo, denominado "organização e práxis libertadora" fizesse isso [excesso de reuniões, painéis] e tivesse uma prática</p>

	<p>e discutem improvisadamente. Misoczky reafirma a importância de se respeitar a autonomia do autor, a autonomia do sujeito de encontrar o seu jeito, seu status, que é seu, e isso representa a qualidade do trabalho deles e tem feito com que esse grupo esteja sendo muito produtivo. Quanto à direção que o grupo vai ela disse não ter a menor ideia, porque é o mundo real que indica por onde seguirão.</p>	<p>autoritária, talvez isso representasse uma certa resistência interna".</p>
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Para Goulart, uma grande aspiração é se dedicar à extensão popular, já participa do Grupo de Trabalho Universidade Popular – o GETUP, na UFRGS, mas está afastada atualmente, devido ao excesso de atividades docentes. Tem surgido a vontade de apresentar, aos seus alunos, realidades e possibilidades de gestão além daquelas do mundo empresarial, como os modos de organização de produção em um assentamento rural, em cidade vizinha à da universidade. Outro anseio de Goulart é ver diversificada a semana acadêmica, que ocorre todos os anos, na faculdade de administração a qual integra, organizada pela ala mais conservadora do curso, apenas com empresários de sucesso, sem considerar as pessoas que se destacam na administração pública e social.</p>	<p>"A gente tenta aproximar mais do campo crítico, digo, da realidade crítica mesmo, nas dissertações e teses, mas ainda é pouco, porque o aluno vai lá, muitas vezes ele não se envolve muito, e fica pior a emenda do que o soneto, porque, às vezes, instrumentaliza o objeto e tal". "(...) não estou dizendo que é isso é que está certo, tudo está permeado de uma lógica, que é capitalista, claro, nesse mundo que a gente vive; mas que pelo menos são outras maneiras de ver, para os alunos, para diversificar, mas eu não sei, vai ser bem difícil a gente conseguir alcançar. Mas o meu objetivo é esse, estou trabalhando e estudando e tentando sempre encontrar essa outra forma, e, inclusive, de ir mais para a rua, mas isso depende de várias coisas..."</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i></p>	<p>Dentre as principais contribuições do grupo, Junquillo cita as pesquisas sobre a gestão escolar, no âmbito da administração pública, como espaço de construção, de resistência, aonde o sujeito a partir de suas práticas participa ativamente dessa realidade. [...] o referencial teórico de Michel de Certeau, [...] ainda é pouco conhecido e a partir de suas pesquisas ganha um pouco mais de visibilidade no âmbito dos estudos organizacionais. Ainda à realizar, de acordo com Junquillo, por exemplo, ampliar a base de pesquisas, de modo a desenvolver mais e aprofundar o estudo da gestão escolar, como também a questão de gênero.</p>	<p>"Eu acho que a fazer, no meu caso, de escola, acho que a gente está começando a trazer uma contribuição interessante para a área da administração pública da ANPAD, por exemplo, por estudar a gestão a partir das práticas, do espaço, que o sujeito constrói no dia-a-dia. O Certeau mesmo ainda é pouco usado nos estudos organizacionais". "A educação é uma organização complexa que requer um gerenciamento próprio".</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício</i></p>	<p>Dentre as principais realizações, Serva mencionou o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da</p>	

<i>Roque Serva de Oliveira</i>	Administração (anual); a criação da Rede ORD de pesquisadores, [...]; os Seminários de Pesquisa abertos à comunidade acadêmica; as pesquisas em cooperação internacional com centros de pesquisa no exterior; as teses de doutorado e as dissertações de mestrado elaboradas no âmbito do Núcleo. Quanto às aspirações a realizar, citou o lançamento da revista "Ciências em Debate", [...] e o desejo de continuidade das realizações citadas anteriormente.	
--------------------------------	---	--

Dentre as aspirações a realizar, parte dos entrevistados respondeu que pretende ampliar e aprofundar suas bases de pesquisas já existentes e explorar novos desdobramentos correlatos. Um entrevistado mencionou a expectativa do lançamento, previsto para 2013, de uma revista editada pelo programa de pós-graduação o qual coordena, dedicada à área de estudos organizacionais.

Uma entrevistada constatou a necessidade de consolidar as pesquisas realizadas ao longo de uma década, que abrangeram diversas temáticas no âmbito dos estudos críticos, a fim de extrair reflexões mais aperfeiçoadas que possam constituir uma alternativa consistente a visões paradigmáticas sociológicas reducionistas, presentes na área de estudos organizacionais.

Houve quem defendesse que as direções que as pesquisas do grupo irão tomar sejam de acordo com as necessidades que identificarem na sociedade, não há planos, nem definições, o importante é que os pesquisadores tenham liberdade e autonomia de escolher o objeto de pesquisa. Enquanto outra entrevistada expressou sua vontade de voltar a se dedicar aos projetos de extensão popular, apresentar ao corpo discente outros modos de organização e de gestão e incluir no perfil conservador dos palestrantes da semana acadêmica, pessoas que se destacaram na administração pública e social, ao lado daqueles considerados empresários de sucesso.

Dar visibilidade a um autor não conhecido na área de administração, no caso, Michel de Certeau, foi considerada uma realização importante para um entrevistado. Poucos entrevistados discorreram sobre os seus feitos. Um deles me orientou a verificar pela Internet a página do grupo e ali colher informações, tendo sido possível desta forma constatar inúmeras publicações de artigos em revistas de destaque na área, livros, apresentações em congressos, entre outros. Enquanto outro entrevistado destacou dentre as realizações do grupo: a realização anual de seminários, a formação de rede de cooperação internacional entre pesquisadores e a orientação de inúmeras teses e dissertações pelo seu núcleo de pesquisas.

5) Como o grupo é reconhecido na área de administração? Como este grupo influencia a comunidade acadêmica da área de administração?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<p>Faria ressalta a importância de se publicar estudos críticos na própria área da administração, embora haja mais facilidade e até melhor pontuação em se publicar em outras áreas. Faria questiona o que se chama de critério de impacto no mundo acadêmico, [...]</p> <p>De acordo com Faria, a medida de impacto é acima de tudo o reflexo de quanto o seu trabalho é usado como referencial na sociedade, [...] o foco principal não deveria ser apenas publicar para se obter pontos.</p>	<p>"É mais fácil publicar fora do que dentro da área, embora a gente insiste em publicar na área de administração, porque a gente entende que tem de entrar por dentro da estrutura e ir minando a estrutura, então, tem de colocar mesmo nas revistas dos administradores [...]".</p> <p>"hoje preocupo-me cada vez menos com os critérios de publicação CAPES, CNPq, etc. Estou mais preocupado [...] em fazer o que o Maurício Tragtenberg fazia, que é publicar seus textos para o trabalhador ler. [...]"</p>
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	<i>Sem resposta</i>	
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	<p>Para Paula há cada vez mais projeção da área crítica em eventos importantes, tais como o EnANPAD e o EnEO, ambos realizados pela ANPAD, mas a área ainda é vista como marginal. O que atrapalha a possibilidade de uma convivência mais proveitosa é a questão da vaidade, que causa um racha na área. Ainda teve artigos recusados por publicações importantes na área, não por falta de mérito, mas pela falta de interesse em tornar certas discussões públicas. Paula receia que esse cerceamento acabe por esvaziar a discussão nessa área que se propõe crítica.</p>	<p>"Então, eu tenho que simplesmente ler tudo que está por aí, engolir os equívocos, deixar que se continue disseminar um texto que tem graves problemas, e que está formando pesquisadores, simplesmente porque essa discussão não vale a pena ser feita".</p>
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	<p>Tenório declarou nunca ter sofrido nenhuma discriminação por se inserir em uma área estudos críticos, tanto que tem recebido financiamentos para vários projetos seus. E, ainda, que nas instituições em que trabalha ou colabora no Brasil ou na América Latina. Tenório ressalta a importância de se equilibrar o ensino de teorias funcionalistas acompanhadas de discussões críticas. Tenório acredita que facilita a aceitação de seu trabalho não se restringir ao pensamento crítico numa leitura tradicional ou do marxismo ortodoxo, por isso, a importância de ter como referência principal o pensamento frankfurtiano que favorece a interdisciplinaridade nas discussões.</p>	<p>"Olha, [o grupo] é reconhecido até pelo apoio financeiro que tem recebido da CAPES, CNPq e FAPERJ. No momento, a gente está com dois projetos FAPERJ e um projeto CAPES. Então, eu acho que isso é um reconhecimento. Mais o apoio da FGV. Eu tenho um centro de pesquisa que recebe financiamento, orçamento direto da própria FGV para meus estudos".</p> <p>"Por isso, eu penso que o pensamento frankfurtiano, pela sua característica da interdisciplinaridade, ele favorece a você fazer discussões, coisa que se você for por uma linha mais ortodoxa ou do marxismo ortodoxo dificulta um pouco pelo dogmatismo."</p>
Grupo 4- Organização e	Misoczky explicou que não há	"Usar Enrique Dussel em uma

<p>Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p>nenhuma barreira de publicação, mesmo publicando exclusivamente na administração, afirma que não faz qualquer concessão em seu conteúdo. Quando criticada, defende a importância de se fazer esse embate, colocar o outro contra a parede, não se eximir da discussão. O grupo se assusta quando vê seguidores que deturpam o que escrevem e usam suas referências teóricas de maneira equivocada.</p>	<p>abordagem de negócios, quando Enrique Dussel é um autor anti-sistêmico é um crime. E estas coisas estão começando a pipocar. Isso a faz pensar: o que estão fazendo, o que estão produzindo”?</p>
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Em suma, para Goulart o fato de ser crítico e estar no ambiente da administração, por mais controverso que possa ser, há reconhecimento de seu trabalho e ampla aceitação de seus artigos para publicação e apresentação em congressos da área. Quanto a questão da influência, considera difícil mensurá-la, mas entende que acaba por exercer tanta influência, quanto a recebe de outros pensadores e movimentos sociais. [...]. Goulart ressalta que uma das características de seu grupo é atender satisfatoriamente às regras determinadas pelas instâncias educacionais do governo, mesmo que não concorde do modo como algumas são exigidas. Por fim, ressalta a importância de as únicas disciplinas obrigatórias nos cursos de mestrado e doutorado serem ministradas por pesquisadores críticos.</p>	<p>"Se é reconhecido na academia? Olha, a gente frequenta os espaços, os espaços "top" aí, temos publicações nas revistas importantes da área e tal. Assim, o espaço não é fácil, mas nossa lógica não é: "isso não é do nosso campo, vamos nos afastar dele". Não, a gente insiste, a gente quer estar aqui, a gente poderia estar trabalhando em outras escolas, mas estamos na escola de administração, o que sempre gera alguns transtornos". "Quando eles [os alunos do Grupo de extensão em universidade Popular - GETUP] querem fazer alguma formação (...), a gente está lá junto com eles, mas eles não fazem nem mestrado, nem doutorado em administração, mesmo sendo para trabalhar com a gente. Porque pesa no currículo de um militante um mestrado ou um doutorado em administração, porque ela já é instrumentalizada por nascença."</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i></p>	<p>Junquillo constata que a influência cada vez maior dos trabalhos que produzem na área em que atua e o reconhecimento da academia, pela boa aceitação dos artigos dos membros desse grupo, para publicação em periódicos bem pontuados, como também pelo interesse criado pelas temáticas desenvolvidas por eles, além de premiação para trabalhos.</p>	<p>"Então, nosso grupo é crítico no sentido, como falamos, de denúncia, de mostrar a realidade, como estão se produzindo ou reproduzindo as relações de poder, até que ponto as relações de gênero estão reproduzindo ou não as relações dadas de poder".</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i></p>	<p>[...] acredita que o grupo é reconhecido pela seriedade e profundidade do trabalho que realiza [...]. Em termos de influência, Serva afirma que o Núcleo pode ser uma referência de trabalho científico sério e construtivo no âmbito do paradigma crítico na administração.</p>	

Quanto à questão de o grupo ser reconhecido na área, as respostas em geral se pautaram pela aceitação de seus trabalhos para publicação em periódicos. Houve quem defendesse a postura de não se fazer concessões em seus textos, no sentido de minimizar o conteúdo crítico, para facilitar pareceres favoráveis de revistas; mas, pelo contrário, para estimular o debate. Mesmo assim, esta postura foi de uma entrevistada que declarou não ter obstáculos para publicação, enquanto outra, que defende também o embate crítico, constatou um cerceamento a determinadas discussões e reclamou do fato de seus artigos serem seguidamente rejeitados, com justificativas inconsistentes feitas pelos pareceristas. Um entrevistado, que declarou ter facilidade para publicar seus textos, considera que a natureza interdisciplinar da Teoria Crítica favorece a aceitação de seus trabalhos, mais do que uma linha mais ortodoxa, mais dogmática.

Um outro entrevistado mencionou que, embora tenha espaço para publicar na própria área de administração, há mais aceitação em periódicos de outras áreas, o que acaba por penalizá-lo de alguma forma pelo fato de a classificação de publicações fora da área ser geralmente inferior na Base Qualis. A Base Qualis consiste em uma lista dos periódicos estratificados com o critério de qualidade conforme estabelecido por uma comissão, responsável por cada área, da CAPES, utilizada como referência pelos programas de pós-graduação para divulgar sua produção intelectual.

Esse argumento o leva a criticar também os critérios da CAPES para estabelecer o fator de impacto (FI) das publicações, que só considera a medida no âmbito acadêmico, enquanto o impacto da leitura de seus textos na sociedade, na vida dos trabalhadores, dos alunos, não é avaliado. Portanto, nesse depoimento, o entrevistado alega que lhe é mais gratificante que seus textos levem à reflexões que transformem para melhor a vida das pessoas, em vez de publicá-los exclusivamente em revistas de circulação restritas pelo interesse pragmático de gerar pontuação de produtividade acadêmica. Sabe-se que um dos problemas do fator de impacto (FI) é que pesquisadores acabam deturpando a intenção da CAPES de medir a frequência em que um texto é citado como referencial nos trabalhos acadêmicos, combinando entre si citações recíprocas, a fim de elevar a qualquer custo, dessa maneira artificiosa, seus indicadores de produção. Além disso, constata-se nas publicações em administração o excesso de referência a determinados textos de autores *best sellers* extremamente citados, mas que são considerados superficiais por pesquisadores mais exigentes, do que se pode apreender que a frequência a qual um texto é citado não lhe confere qualidade.

Os entrevistados reconhecem que tem aumentado o espaço para a publicação e apresentação em congressos de trabalhos que se inserem na temática crítica, embora,

por sua vez, ainda seja visto de maneira marginal na academia. Embora, em um depoimento tenha sido mencionado que as únicas disciplinas obrigatórias dos cursos de mestrado e doutorado, em administração, de uma universidade federal, sejam ministradas por pesquisadores críticos.

Os entrevistados que afirmaram não sentir qualquer tipo de discriminação, relataram receber financiamento para vários projetos e convites para palestras e trabalhos fora do Brasil. Um deles acrescentou que o suporte da instituição de ensino é fundamental para se desenvolver linhas de pesquisa crítica na área de administração, geralmente, universidades confessionais e públicas apoiam mais esses estudos, enquanto em universidades privadas é mais raro se observar essas iniciativas, já que estas instituições priorizam o ensino para o mercado, na maioria das vezes.

Sobre a questão de como o grupo influencia a comunidade acadêmica, poucos responderam explicitamente. Uma entrevistada expressou preocupação com a compreensão deturpada de suas ideias, mas como também a de outros autores que utiliza, o que a deixa perplexa ao se deparar com erros grosseiros de compreensão de texto em trabalhos de outros pesquisadores. Então, nesse caso a entrevistada reconhece que influencia sim, mas o que surpreende é o alerta quanto à leitura feita no registro errado de suas obras por alguns.

De uma maneira uníssona, os entrevistados consideram fundamental realizar a crítica principalmente nos espaços mais renomados de publicações e encontros da administração, a fim de gerar reflexões que ajudem efetivamente a trazer mais consciência ao administrador dos percalços oriundos dos modelos prescritos de gestão amplamente propalados na área e a exercer uma administração mais apreciável.

A seriedade e integridade com que os trabalhos são realizados faz com que os entrevistados se sintam reconhecidos na comunidade acadêmica e seguros em manifestar que são referência em estudos críticos em administração.

6) Quais são as expectativas que o grupo tem em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	<p>Meneghetti cita uma situação pela qual passou e que ilustra bem isso, ao orientar a dissertação de mestrado de uma aluna, que escolheu como tema a violência no trabalho, ela problematizou especificamente como a prática gerencial imputa violência, ou seja, o gerente é responsável por gerar violência, mas ele também é violentado nessa relação, [...] Por outro lado, Meneghetti receia que orientadores de mestrado e doutorado possam tolher a subjetividade de seus alunos, por impor temas de maneira obtusa.</p>	<p>"A pesquisa deve ser capaz de mudar para melhor a vida das pessoas, é para isso que serve o conhecimento, deveria ser só para isso; mas as pessoas perdem os limites, acho que esse é o grande problema que nós enfrentamos no geral. Acho que é uma teoria crítica para a felicidade do sujeito e uma melhora social". [...] "Acontece na academia, a exterminação da subjetividade do sujeito, que é o que muitos doutores aqui [EnANPAD] fazem com seus orientandos, com as pessoas que se apresentam aqui, [...]".</p>
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	<p>Paula ressalta que a Teoria Crítica ela não está desvinculada da prática tanto que recorre frequentemente no plano da metodologia à pesquisa-ação e à pesquisa-intervenção, o que aproxima os pesquisadores da sociedade. Paula destaca a importância do pensamento de Habermas, na esfera pública, como um espaço para se minimizar as assimetrias ou distorções dos discursos e reforçar o sentido de auto-gestão.</p>	<p>"Eu vejo assim que nós somos muito cobrados em relação a dar esta resposta, afinal de contas: qual é a utilidade do trabalho de vocês? Qual é a repercussão que ele tem na sociedade? E eu penso que como é que a gente faria para a gente resolver internamente esses nossos problemas, porque se a comunicação é distorcida entre nós, como é que a gente pode pretender gerar trabalhos que vão eliminar a comunicação distorcida nos grupos. Então, como é que fica isso? Então, eu vejo assim, eu vejo caminhos."</p>
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	<p>É otimista a expectativa do grupo do Tenório em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade, em função do aumento de conscientização das implicações sociais na gestão. Tenório enfatizou que o enfoque trabalhado em sua linha de pesquisa dá o protagonismo a sociedade em vez de ao mercado, e que esta posição se confirma com a atuação da sociedade cada vez mais atuante e reativa aos ditames do mercado. Essa transformação requer um olhar interdisciplinar das organizações para lidar com situações de crise.</p>	<p>"(...) a sociedade está dizendo, ela está assumindo [o papel] de protagonista, (...), a gente começou justamente invertendo essas categorias, deixando o mercado como não sendo determinante para nossas análises, (...). Mesmo hoje, com a crise na Europa, por exemplo, a sociedade não está com os braços cruzados e eu acredito que mais adiante ela vai assumir o seu papel com cada vez mais ênfase. No caso, as crises organizacionais que não se apoiarem numa linguagem mais interdisciplinar, numa linguagem menos determinada pelo mercado, não vão ter capacidade, não vão ter</p>

		potencial de entender as organizações".
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart inverte a questão, para a entrevistada, interessa mais saber como é que a sociedade entra nos estudos organizacionais críticos, para isso acontecer, os problemas reais da sociedade devem ser objetos de pesquisa na área. Esse conhecimento gerado retorna para a sociedade por meio do comprometimento com projetos de extensão popular, (...) nesse processo, é fundamental a participação do que chama de intelectual militante.	"A universidade popular, ela só é popular se o povo estiver dentro dela, se o povo vier para ela, só assim se transforma a universidade. Não tem jeito de transformar a universidade: "ah, vamos fazer um projeto de universidade popular!". Não. É igual a realidade, tem de entrar dentro dos estudos organizacionais, ou seja, os problemas dos estudos organizacionais devem ser os problemas da sociedade, só é assim que funciona".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquilha</i>	Para Junquilha, é necessário usar o referencial teórico crítico para relatar os problemas da sociedade em que está inserido, até mesmo fazer denúncias, essa aproximação com a realidade torna a pesquisa mais relevante do que fazer estudos críticos pela abstração. Com o tempo, Junquilha constatou que artigos críticos que relatam experiências reais são cada vez mais bem aceitos para apresentações em congressos e publicações em revistas da área.	"Uma coisa é você fazer uma abordagem muito crítica teoricamente, do contra, reivindicando coisas, outra coisa é você denunciar coisas da sua realidade, mostrar que tem espaço para os autores, ainda que eu não queira mudar a realidade da sociedade. Eu acho que a gente tem uma coisa interessante aí para pesquisar, que está mais visível hoje, a gente não tem tanta dificuldade como tinha há dez anos atrás para se colocar na ANPAD, para ter artigo aceito em revista".
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	A principal expectativa do grupo, segundo Serva, é que tais estudos levem em conta que a administração é uma área em que a ação é fundamental. [...] esperam que o paradigma crítico não se limite a estudos teóricos e que auxilie o processo de recomposição de uma sociedade em crise profunda [...].	

Uma sensação de otimismo prevalece em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos, em decorrência da experiência de cada um dos entrevistados, que perceberam o aumento da conscientização das implicações sociais na gestão entre seus alunos e demais pesquisadores.

Esse conhecimento volta para a sociedade por meio de projetos de extensão popular e de consultorias baseadas em metodologias participativas.

Isso se deve ao fato de esses pesquisadores aliarem o referencial teórico que adotam à práxis, definindo como objeto de pesquisa problemas reais da sociedade. Pesquisas

com base empírica têm obtido cada vez mais reconhecimento e espaço para publicações em periódicos e apresentações em congressos.

Por isso, a preocupação com a orientação inadequada de trabalhos científicos de alunos ainda na graduação, muitas vezes acabam ficando tolhidos, em um pensamento instrumental abstrato com pouca correspondência com a realidade. Os entrevistados enfatizam que a sociedade tem de se tornar a protagonista nas pesquisas, em vez de o mercado, para que se consiga realmente entender o que acontece nas organizações, realizar denúncias e auxiliar no processo de recomposição de uma sociedade em profunda crise.

7) Como se relacionam as questões teóricas dessa abordagem com a práxis no sentido da aplicação da teoria em pesquisas ou trabalhos diversos de consultorias contratadas por instituições governamentais ou empresas?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO Entrevistado: José Henrique de Faria</p>	<p>Faria explica que o seu grupo presta algumas consultorias para sindicatos. Para empresas, são convidados para realizarem palestras, especialmente, sobre assédio moral, que hoje faz parte das preocupações de empresas. Faria afirma não ver nenhum conflito nisso, que antes de tudo uma oportunidade de fazer os dirigentes de empresas refletirem sobre suas práticas.</p>	<p>"Eu acho que eles não nos convidariam, por aquilo que a gente faz, mas se eles convidarem, eu acho que é um bom lugar para você ir colocar suas ideias, ou seja, para causar a dúvida onde se tem a certeza, ao contrário da oração do Francisco de Assis, que é onde se tem dúvida que eu leve a paz, nós queremos levar, na verdade, é o questionamento onde se tem uma crença estabelecida. Eu não vejo nenhum conflito. Como também não vejo nenhum conflito que eles paguem para isso. [...]". "Eu não vou enriquecer com isso, [...] eu vivo bem como professor, estou num padrão de vida que acho adequado; inadequado para professor, pela importância que o professor tem, mas, enfim. [...] eu cobro caro, bem caro, porque eu acho que esse dinheiro não tem de reverter para mim, ele tem de reverter para o trabalho de pesquisa [...]".</p>
<p>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</p>	<p>Sem resposta</p>	
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</p>	<p>Paula defende que a consultoria deve ser um trabalho a ser construído coletivamente, em que os membros elenquem os problemas vividos e, a partir disso, busquem como resolver. As consultorias em que os trabalhadores não estão envolvidos geram resultados insatisfatórios. Consultoria e exercício da crítica são compatíveis, tanto que a entrevistada realiza consultorias de maneira coerente com a postura crítica que defende, estimulando a participação dos atores locais com vistas à obtenção da autonomia desse grupo.</p>	<p>"Eu não consigo acreditar nisso [se haveria casos em que os atores sociais não deveriam responder por eles próprios]. Sempre tem a possibilidade sim de autonomia. Muitas vezes ela não é levada adiante porque é o caminho mais penoso, ou porque se tem muita pressão, ou porque simplesmente as pessoas não foram ensinadas a ver as coisas desta perspectiva".</p>
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</p>	<p>Para Tenório, a teoria crítica não apontará técnicas a serem aplicadas na prática a fim de aumentar a eficiência operacional ou o lucro, a não ser que se considere que abordar problemas que geralmente são ocultados, que geram contradições, tais como a liberdade, a igualdade, a solidariedade ou a justiça social, possam ser</p>	<p>"(...) não existe esta prática, no sentido de que, você não vai encontrar em teóricos críticos o "como fazer", mas o "por quê". Então, se você for buscar em um teórico crítico como melhorar a eficiência, a efetividade e a produtividade de uma empresa ou de uma organização, serve de que? " "(...) o produto não morre quando ele</p>

	<p>transformadas para criar melhores condições sociais ao trabalhador e ao ambiente organizacional como um todo. [...]</p> <p>Olhar as contradições que vivemos é encarar as situações que geram danos a todos os envolvidos nesse ambiente organizacional atual, provavelmente ocasionados pelo excesso de preocupação com a “racionalidade instrumental”.</p> <p>De acordo com Tenório, a importância crucial da universidade sobressai nesse contexto, por trazer à luz uma discussão tão incomoda, como esta dos danos sociais gerados no interior das organizações.</p>	<p>é colocado na prateleira do supermercado. Ele dali passa de noite, de madrugada, você está dormindo lá na tua casa toda coberta etc, a chuva não está te pegando, mas tem um trabalhador de madrugada recolhendo/ pegando restos de produtos que foram vendidos e colocados no mercado à noite, como latinhas de cerveja, garrafas pet etc etc, que vão ser recicladas e vão ficar como matéria-prima. Mas esse trabalhador não existe, ele não tem um emprego decente, pelo contrário, ele é visto como mendigo, ele é visto como marginal, sabe, ele não é visto como trabalhador”.</p> <p>“Se depender das organizações privadas, só haveria pesquisas que fossem ao encontro de seus interesses particulares”.</p>
<p>Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p>Sempre relacionaram questões teóricas à práxis. Mas não são contratados para consultorias. Submetem projetos às agências de fomento e recebem financiamentos, agora estão com um projeto da fundação de apoio do Estado, dois projetos da Capes, submeteram mais um para o CNPq.</p>	
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Goulart (...) tenta identificar (...) os problemas de uma dada situação e associar aos elementos certos da teoria que irão ajudar a compreender a prática ou usar a prática para “fertilizar” a teoria.</p> <p>Relata o caso da consultoria no Haiti, iniciado pela Misoczky (...) que foi convidada a fazer parte de um projeto de ajuda internacional, logo após o terremoto catastrófico que houve em 2010.</p> <p>O Brasil, por meio do Ministério de Saúde, se mobilizou para levar ajuda internacional, gerando o memorando tripartite, Brasil, Cuba e Haiti, onde os três países por via de seus ministérios de saúde, têm uma proposta de fortalecimento do sistema público de saúde no Haiti. (...) houve o cuidado em se preservar uma visão de buscar contribuir na formação do sistema público de saúde do Haiti, um país paupérrimo, (...) tem o sistema de saúde privatizado quase em sua totalidade.</p>	
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão</p>	<p>Junquilha comenta que seu grupo não tem feito consultoria, mas projetos de pesquisa financiados por</p>	<p>“Atualmente, nosso grupo não tem feito consultoria. A gente tem projetos de pesquisa, estou com um</p>

<p>e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i></p>	<p>entidades do governo. O projeto atual, visa a comparar escola “de branco” com escola indígena. A pesquisa de campo na escola indígena se pretende fazer em uma colônia de terra indígena grande, que reúne cerca de dez aldeias distintas, (...). Embora sejam todos índios, Junquillo reafirma a enorme diferença cultural entre as etnias e discorre sobre a diversidade regional do país, considerando que há um modelo único de gestão escolar para atender todo o território brasileiro.</p>	<p>agora no CNPq, [...] “[...] aí você tem uma escola que tem a mesma lei que vale para a escola do Leblon do Rio de Janeiro, que vale para a Barra da Tijuca, vale para a escola da aldeia indígena de Aracruz, que vive isolada do mundo, porque não tem transporte para chegar nela, [...]”. “Quando eu fui pedir autorização para o projeto, pedir para morar ali, ficar por ali, conversei com um sub pajé, que iria tentar convencer o pajé. Então, a estrutura de poder é muito bem dada, de sociedade tradicional que choca essa sociedade ocidental moderna, é um sistema de democracia totalmente diferente, o cacique define, é a autoridade mais velha, [...], só que a lei é a mesma”</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i></p>	<p>[...] buscam levar à práxis os conhecimentos teóricos que adotam e os que produzem [...].</p>	

De acordo com esses depoimentos, apreende-se que **não há interesse** por parte das empresas em se **contratar consultorias com base em abordagens críticas**. **Examinar os problemas ocultados** é o primeiro passo para se gerar melhores condições para o trabalhador e para o ambiente organizacional, aonde o excesso de valorização da racionalidade instrumental gera danos às pessoas a ela submetidas.

O que predomina nessas consultorias demandadas por empresas é o atendimento aos seus interesses particulares: aumento da eficiência operacional ou lucro. Objetivos esses que não convergem com os objetivos prioritários das abordagens críticas.

Uma entrevistada argumenta que **a consultoria**, em órgãos públicos ou mesmo em empresas, pode **criar condições para os funcionários alcançarem sua autonomia** no ambiente organizacional, quando inclui a participação coletiva em todo o processo de identificação e resolução dos problemas. Dessa forma, aliando a consultoria ao exercício da crítica.

Outro entrevistado mencionou que embora não seja convidado para fazer consultorias em empresas, tem sido cada vez mais chamado para ministrar palestras em empresas sobre temas próprios das abordagens críticas, notadamente sobre assédio moral.

Outros entrevistados disseram que não realizam consultorias, mas integram projetos financiados de pesquisas empíricas relacionando teoria crítica e outras abordagens críticas à *práxis*. Com isso, enquanto a teoria oferece subsídios para se compreender situações reais, por meio da prática é possível tornar a teoria mais consistente.

Foi relatada a realização de consultorias frequentes prestadas a diversos sindicatos de trabalhadores.

O papel da universidade foi mencionado como sendo fundamental por constituir um meio isento aonde discussões tão incômodas acerca dos danos sociais causados no interior das organizações são trazidas à tona.

8) Nos estudos organizacionais críticos, quais são os problemas de relação entre teoria e prática, em particular, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO Entrevistado: José Henrique de Faria	Faria conclui que não entende como conflito de interesse dessa maneira como descreveu as possíveis consultorias. Mas alerta que seria intolerável se o caso fosse aconselhar às empresas como explorar melhor seus empregados e voltar esse conhecimento contra o oprimido.	"A gente sabe como eles fazem, e sabe até como poderia ensinar a eles fazerem mais do que eles fazem, mas isso para nós é eticamente inaceitável, eticamente, praticamente e teoricamente inaceitável".
Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti	Sem resposta	
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula	Paula detalha que mesmo a vertente funcionalista das organizações, que apresenta um caráter mais prático, tem correntes teóricas que a fundamentam, apesar de ter a ideologia também. A entrevistada acredita que toda prática é fundamentada em algum tipo de teoria. Assim, tudo o que se faz está fundamentado em algum tipo de explicação da realidade. Diz ainda que a gestão deve ser considerada como um processo e não uma simples técnica. Muitos erros são cometidos em função do distanciamento daqueles que estão em cargos de chefia em relação a seus subordinados. Mintzberg faz uma discussão sobre isso, em seu livro "Management".	"Agora, como é que o gerente possa bancar Deus em um mundo que é completamente complexo e uma vez que ele sai da posição técnica que ele tinha antes e ele vai se afastando cada vez mais desse conhecimento"? [...] "Mintzberg faz um uma discussão muito interessante num livro novo chamado Managing, onde ele mostra justamente alguns paradoxos da gestão, quanto mais você se afasta da grande frente, menos lucidez você tem em relação ao que acontece, mais humilde você deveria ser para entender o que essas pessoas realmente fazem, você deveria realmente aumentar o nível de comunicação".
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório	Sem resposta	
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky	Sem resposta	
Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva	Para Goulart esta questão do distanciamento entre teoria e prática passa pela coerência do estudioso em relação a como se posiciona em sua vida, pessoal, acadêmica e profissional; caso contrário, agrava a fragmentação desses polos. Com isso, a pesquisadora aponta para uma necessidade de equilíbrio também, ao atender às regras exigidas pelas instâncias educacionais do governo, mesmo que discorde de algumas, faz parte conviver até certo ponto com um	"O problema é em geral o distanciamento, [...] a gente tenta não ter, mas é muito pressionado, não é só a questão de ser pressionado, a gente não segue uma lógica produtivista, a gente se orienta pelas regras do jogo e a gente tenta cumprir, fazer o mínimo da pontuação para se manter, não tem jeito, para mim, há uma dimensão muito importante na vida, que é o tempo, o tempo é inelástico, coisas de se fazer em 48 horas não cabem em 24 horas, não tem jeito, acaba

	sistema produtivista, para defender o pensamento crítico e atuar na transformação gradual do sistema educacional.	isso dificultando". "você vê muitos estudiosos críticos que escrevem peças maravilhosas, mas que não tem nenhuma posição nem no condomínio do prédio, (...), isso para mim é teoria e prática, está fragmentado, você está o tempo todo trabalhando, mas o que você é e o que você pensa e faz".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>	Junquillo acredita que os estudos críticos não tem como finalidade a consultoria, que seriam um incômodo para os empresários, embora se estivessem dispostos a enxergar os conflitos oriundos de uma gestão, na maioria das vezes, opressora, exploradora e dominadora, talvez pudessem criar condições para uma gestão mais humanizada.	"[...] agora, se você é empresário, popularmente falando, do limão você faz a limonada, porque ele [o pesquisador crítico] traz uma fotografia daquilo que se opõe a mim, eu como empresário, se eu sou um bom empresário e que quero dominar essa coisa que é contra mim, isso me ajuda ou me atrapalha? Isso me ajuda".
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	Dentre os problemas de relação entre teoria e prática, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas, Serva respondeu da seguinte maneira: "o excesso de abstração teórica, o não compromisso com a ação, o medo de pôr à prova o seu discurso". [...] os pesquisadores com essas características "não conseguem sequer dialogar com instituições governamentais ou empresas".	

Esta questão pretendeu abordar possíveis problemas entre teoria e prática no caso de aplicação em consultorias, houve quem voltasse a afirmar que consultorias sob a ótica de estudos críticos só teriam a contribuir com as organizações a fim de se criar condições para uma gestão mais humanizada, temática que geralmente incomoda aos empresários. E que utilizar a teoria para prestar consultoria contra o trabalhador, mostrando ao empresário como agravar os mecanismos de exploração contra o oprimido é algo inadmissível.

O pesquisador em estudos críticos tem de ter uma postura coerente em sua vida em relação aos textos que redige; às vezes se constata uma ênfase crítica maior em textos teóricos de determinados autores, do que em sua participação ativa na sociedade. Isso gera um agravamento entre esses polos, afirma uma entrevistada. Em outro depoimento, um entrevistado afirma que pesquisadores com esse perfil, distanciado da realidade, não estão aptos a dialogar com instituições governamentais nem empresas públicas ou privadas.

Enfim, apareceu em outro relato que toda prática administrativa está calcada em alguma teoria ou pelo menos em alguma explicação da realidade e ressalta que mesmo a vertente funcionalista possui um lastro teórico. Citando Mintzberg, essa mesma entrevistada afirmou que, como consequência do afastamento dos executivos em relação ao nível operacional nas organizações, resta pouca percepção para a tomada de decisões estratégicas, por falta de comunicação na estrutura organizacional e por não entender que gestão é um processo e não simples aplicação de técnicas.

Enfim, uma entrevistada discorre sobre sua postura crítica diante de exigências educacionais impostas pelo governo, que, embora discorde de algumas, especificamente, quanto à lógica produtivista, procura cumpri-las de modo a estar apta a defender o pensamento crítico na academia e a influenciar o sistema educacional em busca de uma transformação gradual em prol de uma formação relevante de qualidade em administração.

9) O que significa ser crítico na área de administração?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i></p>	<p>[...] Faria e os pesquisadores do Grupo EPPEO consideram que a administração abrange qualquer tipo de organização, formal ou não, porque administrar ou gerir, não depende do tipo de organização. Faria ressalta que ser crítico na área de administração é revelar os problemas decorrentes do pensamento dominante na administração.</p>	<p>“Significa ser crítico com a ideia de administração”.</p> <p>“Ser crítico hoje, é ser crítico desse tipo de postura que nega a administração para, por exemplo, a administração de movimentos populares [...]”.</p> <p>“Ser crítico hoje é ser crítico ao <i>mainstream</i> que está aí, ser crítico ao <i>business</i>, ser crítico ao gerencialismo”</p>
<p><i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i></p>	<p>Para Meneghetti é crucial fazer a crítica inserido na área, a fim de impulsionar as mudanças necessárias. O entrevistado percebeu que entre seus orientandos aqueles com perfil executivo, dono de empresa, têm um discurso pronto, fruto de uma racionalidade formada para, inclusive, incutir a racionalização do mal. Mas esses alunos ao se darem conta do que estão fazendo, sentem o peso emocional dessa atitude. Meneghetti tem especial apreço em orientar alunos com esse perfil, por viverem a contradição, embora não fosse comum a predileção dos demais professores por esses alunos. Meneghetti acredita que as pessoas precisam ser mais felizes [...]. Infelizmente, o sistema que nós vivemos hoje não permite a humanização, ou seja, não tem o pressuposto da humanização.</p>	<p>“Você tem de entrar nas entranhas do monstro para conseguir mudar as coisas.” [...] “que mundo é que nós estamos criando, que mundo estamos vivendo”?</p>
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i></p>	<p>Paula comenta que essa é uma pergunta recorrente e menciona um artigo que defende equivocadamente a saída do CMS das escolas de negócio no Reino Unido, a fim de calar a crítica.</p>	<p>“Afim, administração e crítica podem conviver”?</p> <p>“Eu não vejo como pressão, eu não acho que seja por acaso que essa crítica tenha surgido nas <i>business schools</i>, eu não acho que é hora dela sair dela, muito pelo contrário, eu penso que se existe um lugar aonde se necessita fazer esta discussão é nas escolas de administração. Porque daqui saem as pessoas que vão continuar reproduzindo essas práticas que, na minha opinião, muitas vezes são deletérias, perversas e equivocadas, porque aqui elas não tiveram uma outra noção de que era possível fazer diferente”.</p>
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando</i></p>	<p>Tenório conta que depende da instituição em que se esteja trabalhando, no caso estrito do ensino, diz que “a sobrevivência é</p>	<p>“[...] o espaço para essa discussão é pequeno, porque hoje em dia, o ensino das universidades privadas parece ser que eles vão muito numa</p>

<p><i>Guilherme Tenório</i></p>	<p>pouca". Mas reconhece que, aonde trabalha, na FGV, é uma instituição de ensino na qual há espaço para estudos críticos. [...] Mas, em geral, acredita que o espaço para isso é bem limitado nas universidades, principalmente pela pressão em se formar os alunos para o mercado de trabalho.</p> <p>Segundo Tenório, é possível em cursos de mestrado inculzir reflexões mais críticas de modo a contrabalançar o currículo de perfil mais funcionalista.</p> <p>O problema é que há universidades privadas do Brasil que tendem a importar os referenciais bibliográficos para a graduação, sem questionar a ideologia que os sustenta, e, às vezes, sem fomentar pesquisas próprias.</p>	<p>linha de preparar para o mercado e, se você for colocar alguma discussão que mostra as contradições desse tal mercado, acho que não é aceito".</p> <p>"Inclusive, já tiveram casos em universidades privadas, cujos donos disseram que pesquisa não fazia sentido nenhum. Eu não sei lá eles mantêm ainda essa mesma atitude. "inconveniente, [...] por exemplo, cursos de MBA, esses cursos de especialização, aí não há espaço para a crítica, aí é racionalidade instrumental pura, [...], o indivíduo está ali para pegar um diploma que vá acrescentar entre aspas "valor" ao seu diploma de graduação, para estar bem no mercado...agora crítica no sentido de análise da sociedade? Isso não, não, nem pensar".</p>
<p>Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p>Misoczky começou respondendo que ser crítico na administração é "o samba do crioulo doido". Por isso, nesse texto que me entregou, fez questão de apontar sua acepção de crítica, ponderou que na área de administração basta pensar um pouco para se auto intitular crítico. A entrevistada alerta seus alunos para não confundirem uma disciplina de cunho crítico, quando na verdade se trataria apenas de uma disciplina com postura reflexiva. Por isso, é importante precisar esses conceitos.</p>	<p>"Não há segregação, a gente tem de se bancar, tem de ter competência teórica, a gente tem de trabalhar em sala de aula com a pluralidade do que é a administração".</p>
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Para Goulart, ser crítico na área de administração é ter um olhar questionador em relação aos acontecimentos ao seu redor.</p> <p>Goulart explica que a escolha da bibliografia nos cursos que ministra à distância, pela UAB - Universidade Aberta do Brasil, dependendo da seleção feita pode constituir um ato político, ao trazer questionamentos críticos à medida que se avança nas teorias administrativas, com conhecimento de causa, ao ler textos completos originais.</p> <p>Goulart não dispensa aos seus alunos a leitura dos textos originais aos quais se pretende criticar, por mais improprios que sejam, para que a crítica seja feita com embasamento, (...) E não fazer crítica com base, exclusivamente, em pontos de vista de terceiros".</p>	<p>"Significa olhar o mundo querendo compreender, saber, perguntando por que isso é assim, que pode ser de outro modo".</p> <p>"ser crítico, para mim, é isso, fazer seu trabalho o tempo todo com muita consciência, com muita responsabilidade, sabendo para onde, o que você pode fazer com aquilo, o que você está querendo fazer com aquilo, ter esta responsabilidade com os estudantes que estão ali, sabe".</p> <p>"Eu não quero que vocês [os alunos] façam crítica daquilo que vocês [eles] não conhecem".</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e</p>	<p><i>Sem resposta</i></p>	

Subjetividades –NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>		
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	Serva acredita que ser crítico na área significa elaborar uma crítica consistente ao paradigma dominante na administração, notadamente o paradigma funcionalista, expressão do liberalismo na administração	

Diversas respostas se assemelham ao considerar que ser crítico na administração significa: ser crítico ao pensamento gerencialista dominante na área que é revelar os problemas decorrentes desse tipo de pensamento; ou, em outras palavras, elaborar uma crítica ao paradigma dominante, a saber: o paradigma funcionalista, expressão do liberalismo na administração. Em outro depoimento, a entrevistada fornece uma definição mais ampla: ser crítico na área é ter um olhar questionador em relação aos acontecimentos ao seu redor, fazer o seu trabalho o tempo todo com consciência e responsabilidade.

Uma entrevistada considera caótico o entendimento do que seria ser crítico na administração pela imprecisão de critérios ou referenciais que causam confusão e levam as pessoas a interpretar equivocadamente linhas de pensamento apenas reflexivas como sendo críticas.

Destaque para a necessidade de se fazer a crítica ao pensamento dominante com conhecimento de causa, com base em leituras em textos originais, a fim de não se incorrer no erro de fazer crítica sem conhecimento de causa.

Outros dois depoimentos ressaltam a importância de se fazer a crítica estando na própria área de administração, especificamente conforme mencionado, “nas entranhas do mostro”, para que seja possível mudar essas práticas que são muitas vezes lesivas e que proliferam discursos que incutem a racionalização do mal nas ações dos executivos. Foi mencionado um artigo de um autor inglês que de maneira sarcástica insta a linha “*Critical Management Studies*” a sair das escolas de administração, o que foi considerado bem inadequado pela entrevistada, por reafirmar que as críticas às práticas gerenciais precisam ser elaboradas, sobretudo, no interior da área da administração.

Embora, também se reconheça que há pouco espaço nas universidades para este tipo de reflexão. Ressaltou-se, inclusive, que há instituição privada que não possui centro de pesquisa e adota exclusivamente referencial bibliográfico sugerido por editoras internacionais, na faculdade de administração. Sobre essa questão do referencial bibliográfico foi recorrente a afirmação por outros entrevistados, ao longo das entrevistas, que a formulação, a escolha das obras que serão lidas e discutidas com os alunos é acima de tudo um ato político.

Enfim, tem-se como pano de fundo o anseio pela transformação das práticas gerenciais lesivas por meio da conscientização dos futuros gestores, de que é possível se fazer diferente, pois, de acordo com os entrevistados, o sistema hoje não permite a humanização.

10) Qual é o impacto dessas publicações em estudos organizacionais críticos na área de administração?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i></p>	<p>Faria percebe que os executivos, os gestores, eles também sofrem. Apesar de serem cruéis muitas vezes, por praticamente ao longo de uma vida, porque eles acabam representando a crueldade e exercendo o papel da perversidade na organização; mas sofrem um dia, exatamente com a mesma crueldade a qual imputaram aos outros.</p> <p>Faria comenta que a empresa tem uma lógica própria, muitas vezes injusta, e acredita que as pessoas não deveriam se surpreender com isso.</p>	<p>"Então, ser crítico é isso o que a gente faz. Então nosso espaço é muito pequeno. [...] mas o impacto que a gente tem lá no meio é muito grande, porque é insuportável para eles lerem aquilo que a gente escreve, porque de alguma maneira, toca neles, [...] ele se sente culpado. [...]"</p>
<p><i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i></p>	<p><i>Sem resposta</i></p>	
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i></p>	<p>Para Paula há pessoas que recebem bem a abordagem de estudos críticos, principalmente quando se aproximam da temática no âmbito acadêmico. Mas há aqueles que demonstram desrespeito acentuado com as diferenças de posicionamentos teóricos, mesmo sem conhecer adequadamente os trabalhos realizados. Há aqueles que ao ter a oportunidade de esclarecer suas divergências, ao final, acabam encontrando pontos de concordância, porque no fundo a discussão toda se trata da preocupação com o bem-estar da coletividade.</p> <p>Quanto à atualidade da revolução, Paula diz que mesmo na crítica hoje há várias maneiras de se pensar isso, desde a mais ortodoxa que parte para a luta armada até a revolução particular.</p>	<p>"[...] porque na verdade, a demanda que eu tenho em relação à crítica, como ela tem um viés bastante humanista, ela está em todo mundo, se você pensar: ah, eu quero o bem estar da sociedade, eu quero o bem estar das pessoas, eu quero a autonomia das pessoas. Quem em sã consciência seria contra isso?"</p>
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i></p>	<p>Tenório respondeu de maneira bem sucinta ao dizer que tanto tem impacto que eu estou aqui pesquisando isso.</p>	<p>"Tem impacto, tanto que você está estudando isso, se não, você não estaria estudando".</p>
<p>Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p>Há uma orientanda da iniciação científica que se propôs a fazer a análise do discurso sobre o consumo, outro aluno optou por pesquisar as práticas organizacionais do Levante Popular da Juventude. Misoczky considera que os manuais não devem ser usados no ensino de graduação, ela adota os textos clássicos com leituras de obras completas, não apenas textos</p>	<p>"É absolutamente deslumbrante a qualidade do trabalho que esses meninos têm feito" [sobre os trabalhos dos bolsistas de iniciação científica orientados por docentes do programa de pesquisa do qual faz parte]"</p>

	selecionados.	
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart não sabe ao certo o alcance de textos críticos na graduação em administração de outras universidades, mas nas disciplinas que ministra na UFRGS adotou textos dessa ordem de autores. A entrevistada revela para seus alunos que muitas ideias em voga na administração, são na verdade, extraídas de obras bem mais antigas, sem o devido reconhecimento. Há resultados surpreendentes dos trabalhos dos alunos, que se apropriam de uma maneira autêntica dos textos desses autores críticos nacionais e narram seus pensamentos com muita criatividade.	"Esse aqui, coisa que você encontra nas livrarias dos aeroportos, como se fosse a última moda, foi escrito lá em 1958 pelo Barnard, que falava essas coisas aqui, ou foi escrito pelo Guerreiro Ramos". "Guerreiro Ramos é um autor que chega na graduação e muitos deles se encantam, é muito engraçado, eu fico impressionada, na graduação eu faço seminário dos autores brasileiros, e já digo lá para eles, tem de ler o Guerreiro, o Motta, o Tragtenberg, às vezes eu coloco um Celso Furtado, um Milton Santos, um desses assim para variar um pouco, e digo que pode fazer a apresentação do jeito que quiser, pode fazer teatro, pode apresentar de modo convencional, do jeito que quiser".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>	<i>Sem resposta</i>	
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	Para Serva, os impactos dessas publicações na área são basicamente o de gerar reflexões nos gestores que impliquem em mudanças de mentalidade da gestão e trazer mudanças nos currículos das universidades a fim de aprimorar a formação do administrador e de ampliar sua visão da organização [...].	

Uma das respostas mais impressionantes foi quanto ao impacto que essas publicações causam nos executivos, que sofrem ao compreender a função perversa que acabam exercendo sobre as pessoas nas organizações, da qual inevitavelmente serão vítimas e que isso faz parte de uma lógica própria da empresa, que não deveria surpreender mais tanto as pessoas por pior que pareça. Outro entrevistado corrobora essa posição afirmando que o impacto dessas publicações é o de aprimorar a formação do administrador e tornar humanizada sua visão da organização.

As outras respostas se dirigem ao impacto no próprio ambiente acadêmico, em que há embates e, às vezes, demonstrações de desrespeito por trabalhos da linha crítica. Mas quando há a chance de se esclarecer os problemas examinados pelo viés das abordagens críticas, que em última instância visam ao bem-estar da coletividade, então, são estabelecidos pontos convergentes e a compreensão dessas abordagens torna-se mais aceitável para os

estudantes e pesquisadores de tendência pragmática. Enquanto outras pesquisadoras relataram resultados surpreendentes dos alunos de graduação que têm realizado pesquisas de iniciação científica com base em pensadores críticos de maneira bastante competente e criativa.

Uma entrevistada levantou a questão acerca da atualidade da revolução, afirmando que há várias possibilidades para se pensar que vão desde a luta armada até a revolução particular. Por último, ainda teve quem apontasse para mim e concluísse que um dos impactos dos estudos críticos seria o fato de uma administradora estar hoje dedicada a uma tese de doutorado, sobre ao assunto.

11) Quais são os principais limites e controvérsias dos estudos organizacionais críticos?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO Entrevistado: José Henrique de Faria</p>	<p><i>Sem resposta</i></p>	
<p>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</p>	<p>Meneghetti ressalta a importância de um cargo de poder ser exercido por pessoas que tenham forte senso ético, além de competência, mas que a integridade seja um valor primordial. Meneghetti teme que uma pessoa capacitada, mas sem integridade moral, tome as atitudes totalitárias em um cargo em que há a gestão da violência, com o da polícia ou da justiça.</p>	<p>“Não é o mais inteligente que precisa estar no poder, é o mais íntegro, o mais ético, o sujeito bom. A crise do mundo moderna é esta, que estamos querendo colocar os mais inteligentes que não necessariamente vem acompanhados de uma ética boa para sociedade, muitas vezes ele é individualista; por mais que a gente pague com um amadorismo ou uma falta de conhecimento, porque isso se compensa com o tempo”. [...] “um sujeito assim na polícia ou na justiça pode provocar muitos estragos por haver chances de se exceder em atitudes totalitárias”.</p>
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</p>	<p>Paula explica que a crítica já é controversa por si mesma, por isso, acredita que as pessoas às vezes ficam tão reticentes, principalmente, no Brasil, aonde prevalece a cultura da evitação de conflito. O entendimento de que o conflito é algo necessariamente negativo deveria mudar, porque o conflito é gerado por diferenças que não são inegociáveis, não são irreconciliáveis. Espera que as pessoas comecem a lidar melhor com as diferenças e a debater as coisas dentro de uma posição racional, de modo semelhante ao previsto por Habermas, na teoria da ação comunicativa. Houve avanços na área de administração no que tange ao estímulo ao debate sobre as pesquisas em congressos, embora ainda haja as dificuldades relatadas, já quanto aos periódicos nacionais, Paula constata uma evitação de discussão teórica.</p>	<p>[...] é o que Habermas defende, que ele vai falar da esfera pública, ele vai falar da ação comunicativa, ele vai falar justamente da possibilidade do consenso fundado, que é um consenso que se estabelece entre pessoas que realmente possam estabelecer argumentações sólidas, válidas e verdadeiras, então, é a isso que ele se apegar”. “Posições mais contundentes de críticas de determinados autores são muito comuns na filosofia, na sociologia, e esse trabalho que eu escrevi não causaria o escândalo que causou em outras áreas, seria considerado uma coisa normal, aceitável [...]”.</p>
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</p>	<p>Tenório cita como primeiro limite o próprio limite editorial, explica que as editoras priorizam textos que tenham apoio de mercado, que vão para as prateleiras das livrarias de aeroporto. Há editoras que trabalham com essa linha crítica, que aceitam esse tipo de publicação, mesmo no Brasil, [...]</p>	<p>[...] talvez um caminho que você pudesse fazer para ilustrar isso era, por exemplo, fazer uma amostra, no Rio de Janeiro ou só no município do Rio de Janeiro, e verificar nas universidades públicas, nas confessionais, na FGV e nas instituições privadas, para verificar se</p>

	Também discorre sobre a questão curricular, que considera um entrave, [...]; mas sugere a necessidade de uma pesquisa voltada para a análise curricular, [...] a fim de se certificar se realmente há omissão na estrutura curricular em relação às discussões críticas.	esse tipo de discussão aparece, porque talvez eu possa estar falando uma coisa errada, porque eu nunca falei isso, mas é bom, para não fazer uma crítica sem fundamento".
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	Misoczky mencionou seu texto, que foi objeto de polêmica com o Rafael Alcadiapani da Silveira e o Alexandre de Faria, que está na RAC, "Uma crítica à crítica domesticada nos Estudos organizacionais", segundo a entrevistada, ali estão indicados os limites. E esse limite principal é que os estudos organizacionais muitas vezes estão colonizados pelo management. [...] A entrevistada ressalta a importância de se buscar a herança intelectual, de se trabalhar com a herança das lutas sociais, mas não de modo anacrônico, sempre trabalhando a partir do empírico, voltando para a teoria e qualificando a realidade.	"Acho que a gente tem de aprender, acho que está dado por uma atualização do pensamento social brasileiro latino americano, na sua vertente marxista, mas também na sua vertente liberal mais crítica". [Misoczky afirma que as possibilidades de crítica no <i>management</i> são dadas por uma maior aproximação com o espaço concreto das ciências sociais e aponta a atualização dos fundamentos marxistas para a compreensão da realidade]
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart sugere a leitura de um texto da Misoczky, intitulado "Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais", em que a autora aponta os problemas de se fazer críticas sem o respaldo necessário na experiência. Goulart também critica outra postura do pesquisador, quando se torna hiperativo na área, não tem o tempo necessário para aprofundar questões emergentes no contexto da sociedade e acaba se tornando uma opinião pronta para consumo imediato pela mídia.	"[...] uma colega me disse uma vez: "você têm implicância, você têm problema com o Boaventura". Porque uma vez fizemos uma crítica ao Boaventura, porque ele está em tudo, ele escreve sobre tudo, não é possível, ele tem um volume de produção enorme, não é possível, o cara não refletiu, ele viaja, está em todos os congressos, isso tem efeitos sobre a obra dele, tem de ter uma certa restrição, porque é um tipo de crítica que acaba sendo muito midiática, acaba aprisionando".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>	Junquillo acredita que os estudos críticos não tem como finalidade a consultoria, que seriam um incômodo para os empresários, caso estivessem dispostos a enxergar os conflitos oriundos de uma gestão, na maioria das vezes, opressora, exploradora e dominadora, talvez pudessem criar condições para uma gestão mais humanizada. Junquillo defende que uma abordagem crítica pode beneficiar sim o empresário, mas que não há abertura para incluir este tipo de pensamento para reflexão no mundo empresarial. Por conseguinte, também não há espaço para a realização de consultorias com enfoque crítico. O entrevistado menciona a	" [...] eu estou preocupado em transformar o aqui e agora e começar na ação a me rebelar. Alguns críticos desprezam a opinião de outros que não consideram "críticos", tem uma postura, por princípio, antidemocrática. Como é que eu contesto a relação de poder se eu mesmo sou autoritário demais e deselegante? Muitos colegas que são de carteirinha da teoria crítica tem tido uma postura deselegante com os pares na ANPAD, de desdenhar do trabalho do outro. Como é que eu posso ser crítico de um sistema que eu quero abolir, se eu ao criticar estou reproduzindo o sistema dizendo que você não tem o direito à liberdade de fazer uma coisa que não tem nada a ver comigo?

	dificuldade da convivência entre os pesquisadores críticos no Brasil, [...] Junquillo discorre sobre o conflito desnecessário entre os pesquisadores críticos, quando se começa a imaginar uma escala de “criticidade”, como se fosse possível, [...]	Essa seria uma crítica que eu faria aos críticos de carteirinha”.
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	Serva entende que as controvérsias são muitas, dada a variedade das correntes dentro de um grande paradigma crítico na atualidade. [...] para Serva a falta de contato com a práxis, o apego dogmático a certas teorias, sem atualização do pensamento desses autores de obras consideradas como clássicos, além da falta de abertura para novas reflexões são os maiores obstáculos nos estudos organizacionais.	

De acordo com as respostas acima, foram apontados dois aspectos quanto ao limite editorial nos estudos organizacionais críticos: a evitação da discussão teórica na publicação de artigos científicos em periódicos nacionais e o favorecimento de temáticas com alto teor apelativo de mercado para publicação de livros. Assim, restando a opção aos autores com esse perfil mais marginal de recorrer às editoras especializadas em assuntos críticos. No entanto, reconhecem que avançaram os debates em congressos na área de administração

Outro entrave identificado é a questão curricular da graduação em administração que não tem como costume incluir disciplinas que estimulem uma discussão crítica acerca da visão organizacional que se constrói ao longo do curso.

Duas entrevistadas do mesmo grupo consideram que os estudos organizacionais muitas vezes estão colonizados pelo arcabouço e ideologia do *management*, por pesquisadores que ignoram a herança intelectual de nossos movimentos sociais e a importância do respaldo empírico nas pesquisas que desenvolvem.

Outro problema apontado, mas que não é uma exclusividade da área, é em relação ao excesso de atividades de autores renomados que acabam por comprometer a reflexão mais profunda e consistente dos problemas contemporâneos.

Outro entrevistado apontou como limite para o enfoque crítico a relutância por parte de gestores de empresas sobre a possibilidade de contratação de consultoria com base na vertente crítica, que, se não fosse vista como uma ameaça; poderia contribuir com essas empresas, ao prover um meio de reflexão para tornar a gestão mais humanizada.

Aliás, também foi mencionado que se deve conciliar a competência técnica de gestão à integridade moral como requisito para se ocupar cargos de poder. Mas, acima de tudo,

priorizar na seleção esse segundo aspecto quanto ao comportamento ético e sensato, de pessoas com bons princípios; a fim de se evitar atitudes totalitárias nas organizações por pessoas capacitadas, porém individualistas. Pessoas essas que poderiam cometer atos desastrosos em cargos responsáveis pela gestão da violência, por exemplo.

6 CONCLUSÃO

A seguinte questão de pesquisa norteou esta tese, a saber: quais são as atuais temáticas e perspectivas das correntes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil?

Para respondê-la sucederam-se análises temáticas acerca de obras escolhidas de sete grupos de pesquisa dedicados a perspectivas críticas, em estudos organizacionais, compreendendo todos os estados das regiões sul e sudeste do Brasil. Os grupos mais antigos foram instituídos em 1991 e o mais recente em 2009. As publicações analisadas foram selecionadas segundo o critério de relevância para esta discussão, observando-se os temas, as referências teóricas e os aspectos metodológicos utilizados nas pesquisas desenvolvidas respectivamente por cada grupo, de modo a conferir mais profundidade à análise temática empreendida.

Quanto às perspectivas conjecturadas pelos pesquisadores em questão, acerca dos rumos das correntes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil, foram abordadas por meio de entrevistas individuais, com base em um roteiro de perguntas. Com isso, perscrutou-se aspectos relacionados às perspectivas sobre essas vertentes, como também se explorou questões elencadas no tópico acerca dos objetivos intermediários, de maneira mais incisiva quanto aos cinco últimos itens.

Dessa maneira, mostrando aspectos da dinâmica desses grupos na área de administração, desde o modo como relacionam questões teóricas dessas abordagens críticas com a práxis, os limites e controvérsias com as quais se deparam na própria área de estudos organizacionais críticos, suas principais realizações até o modo como percebem a influência e o impacto de seus trabalhos no meio acadêmico. As conclusões mais detalhadas acerca das análises das obras e das entrevistas estão ao final dos respectivos capítulos. Isso permite que as considerações neste último capítulo sejam mais amplas.

Nesse íterim, surgiram respostas surpreendentes que merecem ser destacadas. Os entrevistados demarcaram as referências teóricas que seguem, como também explicitaram os autores dos quais discordam, justificando seus motivos. Prevaleceu a preocupação em se preservar um espaço para a discussão e a reflexão acerca das teorias que versam sobre as organizações, confrontando essas correntes de pensamento, a fim de se enriquecer o conhecimento científico. Dessa maneira, evitando, uma postura que fosse condizente com a construção de modelos dogmáticos baseados em crenças e ideologias para a investigação científica. Mesmo os pesquisadores mais radicais defendem a necessidade de se inteirar adequadamente acerca dessas teorias das quais discordam enfaticamente.

Valorizam a crítica como um meio que conduz à emancipação do sujeito. Alguns pesquisadores se posicionaram de maneira mais radical. Por exemplo, se solidarizando com o engajamento de trabalhadores e cidadãos na confrontação das grandes corporações, em última instância, do sistema capitalista; com vistas a transformação radical da sociedade, pela ação libertadora de lutas sociais. Há abordagens que não visam a revolução em última instância, defendem a importância das ações construídas cotidianamente pelo sujeito como meio de burlar o sistema de poder que o oprime, em determinadas situações em que a dignidade humana é atingida, acreditam que devem ser feitas denúncias públicas contra essas práticas de exploração contra o trabalhador. Segundo uma das abordagens apresentadas, há a compreensão de que a consciência crítica conduz à libertação do sujeito, no sentido inclusive de buscar um modo de se realizar, sobretudo, de ser mais feliz. Os pesquisadores concordam que a crítica não basta em si mesma, que deve ser um instrumento para a transformação social.

Os temas centrais das pesquisas convergem para questões relativas ao trabalho, com especial interesse quanto à influência da gestão de uma organização sobre o trabalhador. A partir disso, surge uma variedade de questões correlatas, desde a economia solidária, o cooperativismo, a auto-gestão, políticas públicas, participação popular até estudos críticos e as tendências do desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento local. Também são mencionadas as especificidades da gestão no universo escolar como um meio de incentivar um modelo participativo que inclua os atores sociais envolvidos nessa atividade. Além desses aspectos referentes a cidadania deliberativa, a condição do sujeito no ambiente de trabalho tem estado em evidência nas discussões acadêmicas, abordadas por pesquisas provenientes dessas correntes críticas. Significando, portanto, um avanço em relação a um assunto geralmente ocultado nos manuais de administração, problematizando ainda as questões referentes a gênero e ao homossexualismo. Por outro lado, constata-se a ausência de discussão em torno da proteção ao meio ambiente e o combate à poluição decorrente de atividades socioeconômicas, que degradam o ecossistema e prejudicam a saúde e o bem-estar da sociedade.

De acordo com os pesquisadores analisados, há uma postura mais atuante e reativa da sociedade, em diversas partes do mundo, que está lutando gradualmente para reverter as relações de submissão e assumir o protagonismo por si mesma.

As organizações totalitárias e suas ramificações em setores da sociedade também recebem atenção. Aos temas mencionados, acrescentam-se as questões relativas ao ensino e a epistemologia, em especial quanto aos modos de produção do conhecimento e de concepções em disputa.

Constou em alguns relatos, a preocupação quanto a cobrança excessiva imposta, por órgãos de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, sobre a produtividade acadêmica do corpo docente, onde prevalece o quantitativismo em detrimento da qualidade das pesquisas. Além disso, foi apontado o problema da forma como foi estabelecida a internacionalização de publicações que se encontram subordinadas aos interesses de multinacionais do ramo, que recebem verbas do governo brasileiro, revelando minimamente um esquema contraproducente ao estímulo à produção científica nacional.

O referencial em autores brasileiros críticos como Guerreiro Ramos, Mauricio Tragtenberg e Fernando Prestes Motta aparece com frequência nas publicações dos grupos analisados, mesmo com o decorrer do tempo. A autora Leda Maria Paulani, de uma geração mais recente, também foi lembrada, pela sua discussão acerca da retórica do discurso econômico contemporâneo, como também os autores Milton Santos, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Darcy Ribeiro.

As obras de autores da América Latina, que versam sobre estudos críticos da sociedade são valorizadas por esses estudiosos, por exemplo, Atilio Boron e Rui Mauro Marine. Com isso, demonstram um esforço no sentido de relativizar a visão anglo-saxônica predominante na área de estudos organizacionais críticos e aprofundar questões pertinentes ao contexto em que se situam, comungando de perspectivas críticas enraizadas na cultura do Sul.

A análise das contradições é valorizada por estes pesquisadores, tanto ao que se refere aos fatos observados cotidianamente na sociedade, como no âmbito das organizações. Mas, sobretudo, a ideia de o sujeito atuar como o elemento da contradição, atuando principalmente na academia, a fim de identificar e discutir criticamente inconsistências teóricas e práticas construídas.

Embora minoria no material apreciado, a metodologia participativa consta em pesquisas, de maneira combinada com metodologia psicanalítica, para a realização de análises de fenômenos sociais, com o intuito de propiciar reflexões que levem os atores sociais envolvidos na pesquisa a emitirem apreciações autênticas, em vez de discursos padronizados. Esse é um dos caminhos que possibilitam as condições necessárias para a mudança social, vinculando a teoria à prática. A aplicação de metodologias participativas depende da sensibilidade e de empenho do pesquisador, a fim de promover a autonomia dos atores sociais. A teoria do agir comunicativo de Habermas constitui um referencial fundamental utilizado por alguns pesquisadores, a fim de minimizar as assimetrias dos discursos analisados. Cresce a preocupação em mostrar o que está oculto nas relações cotidianas. Com isso, a subjetividade está cada vez mais presente nos estudos organizacionais críticos.

Há trabalhos desenvolvidos, por orientandos de mestrado e doutorado de cursos ministrado por esses pesquisadores, que abordam reivindicações feitas por movimentos sociais, por recursos essenciais; como na luta pela água em várias regiões da América Latina e na luta pela terra personificada pelo MST. Inclusive, há membros de um grupo que se unem efetivamente às lutas cotidianas de movimentos sociais, participando ativamente de manifestações e reivindicações.

Há certa cautela quanto ao se autodenominarem marxistas, os referidos pesquisadores ponderam que há diferença entre um estudioso do marxismo, em relação a identificação genuína com um olhar marxista, cuja compreensão da realidade está radicada no materialismo histórico. Respeitam a possibilidade de se formular uma interpretação própria acerca do marxismo e reconhecem existir algumas divergências inconciliáveis diante da tamanha variedade de correntes teóricas que se postulam marxistas.

Dentre as principais realizações destacadas pelos grupos, encontram-se suas publicações e condução de pesquisas, como também a viabilização de uma rede internacional de pesquisadores e a realização de colóquios anuais para apresentar os resultados de seus estudos. A importância do desenvolvimento de teses e dissertações na área também foi destacada. Além do recebimento de financiamentos de agências do governo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

As correntes de estudos críticos estão avançando e obtendo cada vez mais espaço na área de estudos organizacionais, mesmo assim ainda são tratadas de maneira marginal e depreciativa por alguns pesquisadores identificados com a vertente do racionalismo instrumental.

Não à toa, as reações que tiveram meus antigos colegas, da graduação em administração, quando comentei com eles o assunto desta tese, foram uníssonas no sentido de passarem a me indicar livros de autoajuda, que discorriam sobre como alcançar a felicidade no trabalho. Um deles lembrou que a empresa Google, por exemplo, é considerada uma referência na prática de gestão voltada a promover a felicidade e, sobretudo, a criatividade no ambiente de trabalho, esquecendo-se que esse princípio se aplica a apenas alguns poucos privilegiados na empresa. Com isso, envidaram esforços inúteis, no sentido de me convencer a largar as abordagens críticas, em favor dessas novas práticas admiráveis que preveem até espaços de lazer e aulas de violão no ambiente de trabalho, ou seja, desta vez esquecendo-se das contrapartidas das empresas.

Enfim, além dos colegas que com espírito benevolente incentivavam a mudança de rumo desta pesquisa, uma professora da graduação, especializada em estudos organizacionais, também demonstrou sua ideia acerca dessas abordagens: cuidado

com os estudos críticos! O relato dessas experiências teve o intuito de mostrar a dificuldade das pessoas, mesmo aquelas formadas em administração, em perceber os mecanismos de dominação impostos pelos modelos de gestão, recrudescidos pelo capitalismo financeiro, bem as suas legitimações ideológicas difundidas na sociedade. Dessa maneira, torna-se mais fácil para alguns negar as violências impostas no ambiente de trabalho, exaltando assim a cultura corporativa.

Um dos grupos analisados, que se apresenta como o mais radical, enfrenta a deserção de alunos que se formam na graduação, no momento em que ingressam em cursos de pós-graduação. Mesmo fortemente identificados com as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos membros desse grupo, esses alunos optam por cursos de mestrado e doutorado, em demais faculdades na área das ciências sociais, por exemplo, mesmo que a instituição escolhida seja reconhecidamente conservadora. A justificativa é que os cursos de administração são instrumentalizantes por excelência, representando um fato embaraçoso para um militante que pretende seguir a carreira acadêmica engajado politicamente.

Já em relação as aspirações desses grupos quanto os resultados de suas pesquisas, foi demonstrado o desejo de se criar uma epistemologia crítica, fundamentada no materialismo histórico, que abranja organizações capitalistas ou não, como um meio de se produzir criticamente um conhecimento. Há o interesse no aprofundamento da psicossociologia no campo de discussão marxista dos estudos organizacionais. Ressalta-se que as pesquisas devem se aproximar cada vez mais dos problemas enfrentados diariamente pelos trabalhadores, enfocando na realidade organizacional, de modo a evitar a compreensão abstrata da perspectiva analítica macro. Há o ensejo de se explorar mais também a discussão sobre a distribuição da renda produzida pelos trabalhadores, que são excluídos dos processos de decisão. Além disso, denunciar que mesmo em programas executados pelo poder público, pretensamente participativos, há esquemas que impedem a participação efetiva do trabalhador, constituindo assim uma falsa democratização. Enfim, há o intuito em se tratar cada vez mais nessas pesquisas as dimensões do reconhecimento social, da distribuição igualitária de riqueza, da participação paritária no processo de decisão, como também a questão da realização emocional do trabalhador.

A questão afetiva emocional está começando a ser considerada no âmbito dos estudos organizacional como a importância que merece tanto no que tange a vida do sujeito no trabalho, bem como em sua luta política.

É enternecedora a experiência relatada sobre uma aluna que decidiu estudar a violência no trabalho durante o mestrado, sua vida deu uma guinada após começar a perceber que não era apenas uma vítima dessas práticas autoritárias, mas que

também reproduzia a mesma violência sobre seus subordinados. Com isso, a estudante deu outro rumo em sua vida, parou de reproduzir essa dinâmica e tomou decisões importantes para que se sentisse uma pessoa melhor e feliz. A própria pesquisa tem o potencial de atingir diretamente a vida das pessoas, mostrando, assim, o lado prático da análise acadêmica.

Há a preocupação com um resgate conceitual de termos que foram vulgarizados em discursos corporativos, por exemplo, a autogestão, a solidariedade. Um dos exemplos citados acerca do uso indevido da terminologia “economia solidária”, foi cometido por uma prefeitura, que lançou um programa denominado “Momento Solidário”, mas que promovia, a rigor, uma situação de precarização do trabalho, onde se ignora absolutamente o sentido de solidariedade.

Também foi mencionado o intuito de se consolidar o conhecimento formado em décadas de pesquisas acadêmicas, o que representa uma pausa importante para o aprofundamento das reflexões sobre as discussões sobre trabalhos realizados, para posteriormente se conjecturar novas questões de pesquisas.

Não ter uma meta a alcançar, como revelado em um depoimento, não constitui obstáculo para a produtividade, nem para a qualidade do trabalho do pesquisador, que prioriza o instinto para se guiar, de acordo com os problemas que surgem no mundo.

Foi expressado o desejo de se estreitar a participação em projetos de extensão universitária, que envolvem pessoas de diferentes áreas da universidade, além de militantes de movimentos sociais. Essa participação é considerada uma experiência intensa que ainda por cima nutre o debate acadêmico.

Foi ressaltada a necessidade de se ampliar o horizonte acerca das possibilidades de modelos de gestão, que não somente o empresarial, para o curso de Administração. Além disso, foi considerado o desenvolvimento de um trabalho de campo nesse sentido, para apresentar aos alunos modelos de gestão de cooperativas entre outras iniciativas.

De acordo com os pesquisadores, ainda há obstáculos para a publicação de pesquisas críticas na área de administração. A Internet pode representar no futuro um meio importante para se popularizar o conhecimento científico gerado por esses grupos. Cursos de especialização, seminários e palestras, em diversas cidades brasileiras, contribuem para que esse conhecimento comece a estimular reflexões críticas em profissionais formados em outras áreas que, no entanto, influenciam decisões tomadas nos âmbitos das organizações, como juízes, advogados e até mesmo gestores. Com isso, espera-se que, mesmo gradativamente, esse conhecimento se converta em melhorias para a sociedade. Embora isso ainda represente um sonho distante. Começando pelo fato de o pensamento crítico em

estudos organizacionais encontrar-se ainda restrito em seu núcleo, nos cursos de Administração. Como atrair nessas condições um número crescente de universitários? Uma vez que na graduação em Administração não são abordados os referenciais teóricos das correntes críticas em estudos organizacionais, seja em universidades particulares ou públicas, o que impera é o ensino voltado ao mercado, atendendo aos interesses empresariais vigentes, revelando uma leniência, um conformismo e até uma subserviência do ensino de Administração a esses ditames. Salvo raríssimas exceções, como o empenho revelado por alguns pesquisadores entrevistados que incutem conteúdos críticos na ementa das disciplinas que ministram, a fim de contrabalançar com o ensino de administração *mainstream*. A impressão do atual ensino na graduação em Administração é a de que oferece uma semiformação ao aluno, baseada em máscaras, mitos, ficções e simulacros do gerencialismo. Por isso, é imprescindível buscar alternativas ao sistema de pensamento que se apresenta como único, dominante e fatalista.

Nas buscas preliminares de grupos dedicados a pesquisas críticas em estudos organizacionais, na grande área de administração, no Diretório do CNPq, realizadas para esta tese, os resultados iniciais apontaram para cerca de 10 grupos, mesmo assim, foi possível constatar, pelas sondagens iniciais, que nem todos estavam ativos. O fator de impacto das publicações, segundo os critérios da CAPES e do CNPq, consta como um quesito que não apreende a capacidade de reflexão e mudança de mentalidade gerada através do conhecimento proveniente das abordagens críticas. Desse modo, os critérios utilizados valorizam apenas o esquema de citação por terceiros, em revistas indexadas, distorcido muitas vezes pelo compadrio de pesquisadores que se autopromovem. Os entrevistados foram peremptórios em afirmar que a medida de impacto na vida real das pessoas não se verifica apenas a partir de publicações indexadas. Inclusive a base Qualis da CAPES, foi alvo de críticas por utilizar um critério considerado equivocado para a avaliação de periódicos, gerando distorções no *ranking* de revistas, de modo a privilegiar o conhecimento produzido com base na racionalidade instrumental, predominante na área da administração. Dessa maneira, prejudicando, penalizando, desestimulando a publicação de artigos com abordagens críticas e menosprezando revistas nacionais reconhecidamente de excelência na área da administração. Em decorrência disso, torna-se mais difícil o acesso e a renovação de bolsas de auxílio por esses pesquisadores, que acabam sendo prejudicados na avaliação de seu desempenho acadêmico em relação aos demais alinhados ao *mainstream*, com implicações diretas para a pontuação do programa que integra. Além do mais, o fato de as avaliações serem realizadas pelos pares demonstra um conflito de interesse, já que esses vão

competir pelas mesmas verbas almejadas pelos pesquisadores que submetem seus artigos e projetos aos órgãos de fomento.

Como forma de fortalecer o conhecimento gerado por esses grupos de pesquisadores, constituiu-se uma sociedade voltada aos estudos organizacionais, a fim de passar a influenciar as decisões dos conselhos dos órgãos educacionais com implicações a respeito do ensino universitário entre outros. Além disso, a entidade, cujas atividades ainda encontram-se incipientes, pretende editar uma revista científica específica para esses estudos.

A questão da dificuldade para publicação de artigos foi abordada também por outro viés. Uma entrevistada se sentiu censurada pelos pareceristas de dois periódicos, que reprovaram artigos de sua autoria. Diante disso, se conjecturou que predomina na própria área crítica uma tendência para uma crítica amena, que não represente uma ameaça ao arcabouço teórico apresentado na obra referencial da área “*Handbook* de estudos organizacionais”. Foi destacado o fato de os pareceristas nem sempre estarem devidamente preparados para avaliar temas que escapam a sua competência.

Ainda sobre os problemas relatados pertinentes à área de abordagens críticas em estudos organizacionais, há pesquisadores que consideram não haver um clima propenso à solidariedade entre eles, não em função de disputa por verbas, mas por uma questão prevaiente de vaidade intelectual. Dessa maneira, originando um ambiente interno competitivo, justamente um comportamento combatido pelas abordagens críticas, incidindo em uma grande contradição. Desperdiçando, assim, a possibilidade de uma convivência mais proveitosa e enriquecedora entre esses pesquisadores, até porque segundo os relatos, as diferenças teóricas não são tão acentuadas. Porquanto, conviver com as divergências teóricas só aprimora o debate, como lembrado, não estamos na época do nazismo, em que se exterminava aqueles que pensassem diferentemente.

Interessante destacar a afirmação de que se deve privilegiar o interesse genuíno dos alunos que iniciam atividades científicas, como alertado por um dos entrevistados, cabendo ao professor orientador de pesquisas não exterminar sua formação, seus sonhos, nem seus anseios pela imposição conceitual e temática fundamentada em ideologias gerencialistas.

Como contraponto, diante das dificuldades relatadas por alguns, houve quem declarasse ter facilidade para a obtenção de financiamentos provenientes tanto da iniciativa privada, como da esfera pública e que não percebeu qualquer discriminação por integrar a área de estudos críticos, argumentando a importância de se dosar a

medida crítica adotada nas salas de aula, nas pesquisas e em apresentações. Outro grupo também expressou não esbarrar em quaisquer dificuldades e, no entanto, declarando adotar uma postura crítica radical, a favor do embate, postura essa que sua integrante reconheceu poder provocar algumas inimizades. Apreendendo-se, desse modo, que de alguma forma, fazer uma crítica mais ponderada ou mais radical não constitui fator decisivo para a articulação na própria área. Mas essa compreensão é superficial e mereceria mais aprofundamento.

Na tentativa de se explicar tanto os sofrimentos imputados aos trabalhadores, como a falta de solidariedade observada na sociedade em uma perspectiva ampliada, foi lembrado em um depoimento que a civilização começa com a barbárie e que ainda não superou essa fase. Essa mudança paradigmática somente seria possível se prevalecesse a noção de que a preservação da vida é o objetivo primordial da sociedade.

As abordagens críticas apresentadas, mesmo com diferentes referenciais teóricos, convergem no sentido desenvolver a capacidade do sujeito de tomar suas próprias decisões, a fim de alcançar a sua emancipação pela ação transformadora. Principalmente, as pesquisas fundamentadas na teoria crítica da Escola de Frankfurt, apontam “como as coisas são” diante da perspectiva de “como deveriam ser” para a sociedade, do ponto de vista de examinar as potencialidades latentes em um determinado contexto social e temporal.

No entanto, para realizar o potencial emancipador, esse conhecimento precisaria ultrapassar efetivamente os núcleos em que está restrito, nos cursos de pós-graduação. Um ponto de partida seria começar pela reforma curricular dos cursos de graduação em administração, que não incluem referências críticas, não adotam fundamentos que apresentem o pensamento crítico. A proposta seria que reflexões críticas abrangessem, de maneira transversal, as disciplinas que estruturam todo o curso. A formação crítica do administrador, o tornaria mais consciente diante das questões sociais, ambientais e econômicas que sofrem as agruras de suas decisões. Com isso, elevando qualitativamente as implicações das interferências das organizações na sociedade; de modo a promover relações mais dignas, justas e igualitárias entre os sujeitos, concomitantemente minimizando a exploração indiscriminada de recursos naturais.

Para finalizar, são apresentadas elucubrações sobre dois aspectos, como meio de estímulos a pesquisas e a discussões. A primeira se dirige às concepções críticas desenvolvidas no passado em outro contexto: decorrido tanto tempo, como correlacioná-las de maneira coerente com os problemas organizacionais atuais?

A segunda reflexão seria em relação a centralidade dessas críticas sobre o ideário gerencialista do neoliberalismo, de origem ocidental. Considerando que a emergência da China já afeta o hegemonismo existente, com seu extraordinário desenvolvimento industrial desde a década de 1980, haveria algum risco de a China e outros países asiáticos influenciarem através de suas experiências de trabalho as atuais práticas gerenciais, a uma situação levando a um retrocesso nas condições de trabalho?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br.>>. Acesso em: 16/02/2014.

ALCADIPANI, Rafael. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro :Editora FGV, 2005.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. **Doing critical management research**. SAGE Publications: London, 2000.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro : Contraponto ; São Paulo : Editora UNESP, 1996.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX, Caderno Dívida Externa, n.º 6, 2.ª edição, novembro 1994.

BATISTA-DOS-SANTOS, Ana Cristina et al. **Epistemologia e metodologia para as pesquisas críticas em administração: leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno**. Revista de Administração de Empresas - RAE, São Paulo , v. 50, n. 3, Sept. 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis : Vozes, 2010.

BENDASSOLLI, Pedro F. e SOBOLL, Lis Andrea P (orgs.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

BERTERO, Carlos Osmar. **A trajetória de um intelectual**. EccoS Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo; n.1, v.5, jun.2003. p. 139-172

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (org.). **Pesquisa quantitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo : Cortez Editora, 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. **Trajatória e Estado da Arte da Formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia. v. 7**. Engenharia de Produção. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2010.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. **Estudos Críticos em Administração: a Produção Científica Brasileira nos Anos 1990**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 4, out-dez, 2003.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DENZIN Norman K.; LINCOLN Yvonna S (orgs.). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre : Artmed; 2006. p. 15-41.

FARIA, J. H. de. **Economia Política do Poder: Fundamentos**. 5ª reimpr. v. 1. Curitiba : Juruá, 2009.

Faria, José Henrique de. **Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte**. CADERNOSEBAPE. BR, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009.

FIORI, J. L. "O sistema interestatal capitalista, no início do século XXI", in J.L. FIORI; F. SERRANO E C. MEDEIROS, **O mito do colapso americano**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2008.

FOURNIER, V. & GREY, C. **At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies**. Human Relations, vol. 53, nº 1, p. 7-32, 2000.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983. [A alienação, novo tema da teoria administrativa, p. 53-63.].

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo : Editora 34, 2003.

ILLICH, Ivan. O desenvolvimento ou a degradação da harmonia em valor. In: ILLICH, Ivan et al. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Tradução de José Maria de Almeida. Vargem Grande Paulista, SP : Editora Cidade Nova, 2009.

JAY, Martin. **A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950 [1973]**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LATOUCHE, Serge. O desenvolvimento representa o problema e não o remédio para a mundialização"! In: **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Tradução de José Maria de Almeida. Vargem Grande Paulista, SP : Editora Cidade Nova, 2009.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**- 2ed. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2005.

LE MOIGNE, Jean-Louis. **Epistemologia e Sociedade - O Construtivismo dos Fundamentos: Volume I**. Lisboa : Instituto Piaget, 1999.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 14ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. 2. ed. – São Paulo : Moderna, 2005.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **O que é um ensaio-teórico?** Revista de administração contemporânea. Curitiba, v.15,n.2,Apr.2011.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-

65552011000200010&lng=en&nrm=iso>.acesso em: 18 maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>.

MISOCZKY, M. C; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. **Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais**. Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 1, p. 193-211, jan./mar. 2005.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter & MORAES, Joysi. **Organização e Práxis Libertadora**. – Porto Alegre, Dacasa Ed., 2010.

NAVEIRO, Ricardo M. **A Engenharia de Produção se dedica ao projeto e gerência de sistemas que envolvem pessoas, materiais, equipamentos e o ambiente**. 2000. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/interna.asp?m=440&s=1&c=417> >. Acesso em: 18 mar. 2012.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NOBRE, Marcos. [Apresentação]. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo : Editora 34, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008, 136p. (Coleção Debates em Administração)

PAULA, Ana Paula Paes de. **Estilhaços do real: o ensino de administração em uma perspectiva benjaminiana**. Curitiba : Juruá, 2012.

PAULA, Ana Paula Paes de. Fernando C. Prestes Motta: **Em busca de uma abordagem psicanalítica** Organizações & Sociedade , Brasília, DF, V.12. N.34. 2005. Disponível em: < <http://www2.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=612> >. Acesso em: 21 03 2014.

PRESTES MOTTA, Fernando. **Maurício Tragtenberg: desvendando ideologias**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 64- 68, Jul./Set. 2001.

SANTIAGO, Silviano. [Posfácio]. A explosiva exteriorização do saber. In: LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 14ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **A Globalização e as ciências sociais**. – 3. ed.. – São Paulo – Cortez, 2005.

SERVA, M. A **Importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica**. RAP-Revista de Administração Pública, v. 26, n. 4, p. 128-144, 1992.

SILVA, A. R. L. et al. **Políticas de RH: Instrumentos de Consenso e Ambiguidade**. RAC, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 11-34, Jan./Mar. 2008.

TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental: para compreender ideias que moldaram nossa visão de mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª ed, 2001, 588p.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social**. 2. ed. rev.- Ijuí : Ed. Unijuí, 2004. 176p.

THIOLLENT, M. J.M. **Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces.** In: I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, Fortaleza, 2013 [*to appear*].

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. – São Paulo : Perspectiva, 2010.

VENTURA, Tereza. **Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 19, n. 40, Oct. 2011

VIEIRA, Milano Falcão e CALDAS; Miguel p. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. In: CALDAS, Miguel p. e BERTERO, Carlos Osmar (Coord.). **Teoria das organizações.** São Paulo : Atlas, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system.** Academic Press: New York, 1974.

APÊNDICE A - ENTREVISTAS

O conceito de crítica

1- Qual é o conceito de crítica adotado pelo grupo?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria expôs que o referencial da teoria crítica tal como elaborado por Horkheimer no texto clássico, Teoria Crítica e Teoria Tradicional, foi uma inspiração para iniciar seu trabalho a partir desta vertente, denominada posteriormente como marxismo ocidental. Segundo Faria, foram realizadas interpretações das obras de Marx, a partir de outra realidade, incluindo questões não abordadas especificamente pelo filósofo alemão, tais como as relacionadas com a cultura, formação etc.

À guisa de exemplo, Faria menciona a relação que Eric Fromm estabeleceu entre Marx e Freud e diz que o próprio Marcuse vai entrar nesta linha também, que foi muito combatida, porque, a princípio, pareciam assuntos de mundos distintos. Faria discorre quanto às diferenças percebidas em relação a esses teóricos: “uma coisa era a objetividade do Marx, com a visão histórica, e outra coisa era o Freud analisando uma pessoa, fazendo metáforas etc. Eu acho que isso ainda não está superado, mas foi o caminho que eu segui”.

Contudo, Faria afirma que adota primordialmente o referencial marxista, reconhece a forte influência que recebeu dos membros da primeira-geração da Escola de Frankfurt, por maior que seja sua identificação com essas teorias, conserva suas interpretações próprias, diz assim:

tenho muita coisa da Escola de Frankfurt, mas rigorosamente a crítica nossa é marxista, ela tem o cunho marxista, então, a gente diverge de muitas críticas ao marxismo feitas pela teoria crítica, embora a gente tenha uma vinculação com a teoria crítica, a gente não concorda em totalidade com a teoria crítica, tem coisa que nós não concordamos com a teoria crítica dessa primeira geração.

O Grupo EPPEO define como sua principal referência o pensamento de Marx, reconhece que possui muita afinidade com intelectuais da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, mas discorda de alguns de seus autores quando o assunto é o marxismo.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Francis Meneghetti faz parte do grupo EPPEO, disse ter uma filiação teórica próxima a do Prof. José Henrique Faria, que foi seu orientador. Quanto ao conceito de crítica, entretanto, esclareceu que não segue integralmente as mesmas posições. Suas publicações têm um cunho mais filosófico, influenciado pela sua segunda graduação nessa área. Meneghetti afirma ter uma abordagem crítica, mas calcado na filosofia. Declarou ser marxista, não necessariamente de ideias, mas principalmente quanto à compreensão da realidade. Afirmou, ainda, seguir o materialismo histórico; evitando porém o dogmatismo, Meneghetti ressaltou que qualquer teoria dogmática se torna ideologia:

“também não tenho uma posição contrária às outras correntes. Se tornou senso comum dizer que “nós da teoria crítica somos refratários a outras concepções teóricas”. E isso não é verdade, nem de minha parte, nem da parte do Prof. Faria, que vem repetidamente, nesse momento, dizendo que há a necessidade de haver positivistas, estruturalistas, fenomenólogos, mas também há a necessidade de ter materialistas históricos”.

Meneghetti assinala que há quem rotule equivocadamente os pesquisadores da teoria crítica: “como fica fácil você colocar na conta dos outros, então, ficou esse estigma de que o pessoal da teoria crítica seria mais refratário a outras concepções, o que eu acho absolutamente inapropriado. Eu compartilho dessa mesma ideia do Prof. Faria”. Essa entrevista foi interrompida inesperadamente em seus minutos iniciais pela secretária da Anpad, que informou estar obedecendo à determinação superior. Segundo a secretária, e em que pese a ausência de qualquer aviso nesse sentido, a sala seria de uso exclusivo da diretoria. Não foi concedida a permissão, mesmo diante do argumento de que a entrevista faria parte de uma tese de doutorado, na qual participaria um coordenador de área temática da Anpad, daquele ano de 2012. E esse fato de alguma forma impactou o decorrer de toda a conversa.

O próprio entrevistado pondera o motivo pelo qual estaria então nessa área de administração e não na sociologia, por exemplo; ao que explicou que adotou uma coisa simples em sua vida, que tem de se divertir e o lugar disso é onde há contradição, aonde você é o elemento da contradição:

então, eu sou o elemento da contradição, sou da teoria crítica, sou contra o *mainstream*, sou diferente, então, sinceramente me divirto. Isso não quer dizer que eu banalize as coisas, eu não banalizo essa situação, pelo contrário. Isso tudo é uma fonte de alimento para eu poder escrever um outro *paper*, por exemplo.

Meneghetti compreende a teoria crítica como um caminho para a libertação do sujeito, um meio de encontrar um modo mais feliz de viver:

eu vejo que todos nós estamos procurando reconhecimento de alguma forma, seja no *mainstream* ou no não-*mainstream*. Então, com certeza isso [o acontecido na Anpad] vai estar num *paper* meu e algumas pessoas vão dar muita risada. Eu também acho que na teoria crítica a gente tem de fazer as pessoas mais felizes, porque esse é o sentido da vida, a teoria crítica não precisa ser necessariamente uma coisa pesada para as pessoas, um muro de lamentações, mas um olhar sobre a realidade, que possibilite o sujeito ir além daquilo que vive, então, é encontrar um caminho diferente para ele poder viver melhor”.

Meneghetti ressalta que o grupo do qual faz parte realiza uma crítica, mas sem ser dogmática, sem adotar uma atitude totalitária ou reacionária, mantendo coerência com o que defendem.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Para Paula existem diversos entendimentos acerca de crítica. Não é possível definir o conceito mais verdadeiro de crítica, mas constata que diversos pensadores, desde pelo menos a Grécia antiga, têm se debruçado sobre o assunto e o considerado sob diversos contextos. Paula ressalta a influência de Immanuel Kant para tratar de crítica mais recentemente, que entende que a crítica seria a saída da minoridade, a busca pela autonomia do sujeito. O conceito de crítica por Kant recebeu influência do idealismo alemão. Paula explica que:

se você for recuperar a crítica, na verdade, ela começou a ser pensada pelos filósofos da antiguidade, então, se você pega a linha platônica, ele começa lá a discutir um pouco o que seria crítica, e, mais adiante, a gente vai ter uma influência muito grande kantiana. Porque a ideia kantiana de que a crítica seria a saída do estado de minoridade, a crítica vinculada à autonomia e que vai fazer este *link* entre crítica e emancipação, ela é uma coisa bastante kantiana, e ela vai ter uma influência muito grande, do idealismo alemão, nos pensadores da Escola de Frankfurt, eles vão adotar bastante esta perspectiva.

Ainda segundo Paula, percebe-se forte influência de Kant em Horkheimer, que, ao escrever “A Teoria Crítica e a Teoria Tradicional”, relaciona a crítica à busca da emancipação, por meio da práxis. Paula descreveu que:

quando você vai percebendo o desenvolvimento do pensamento, eles vão entender a “crítica” como uma operação que tem muito a ver com a práxis, práxis no sentido da autonomia, e como uma via realmente para a emancipação, então, seriam os primeiros passos para qualquer tipo de transformação.

A entrevistada chama atenção para o conceito de crítica adotado por outras vertentes das ciências sociais, como o funcionalismo, que mesmo com cunho determinista, se

posicionou criticamente em seu contexto, de modo a trazer mais critério e racionalidade para o ambiente de trabalho ao apontar que o mau funcionamento da sociedade seria proveniente da falta de regras.

porém, se você for ver dentro da área de ciências sociais, você também vai ter, por exemplo, uma crítica funcionalista, existe. Se você pegar a posição popperiana, por exemplo, ele vai considerar “crítica” algo que está vinculado mais a uma posição mais analítica, de você pensar a pesquisa do ponto de vista daquele critério que ele coloca de refutabilidade. Ele tem visão crítica.

Paula nota a postura que Theodor Adorno assumiu na famosa discussão com Karl Popper acerca do que é ser crítico, inclusive, no decorrer da qual o frankfurtiano opõe o positivismo à dialética, mas não o opõe em relação à crítica. Portanto, para Paula:

a discussão, que tem entre ele [Popper] e o Adorno, aquela discussão famosa, controversa, que até dizem que o Adorno não foi radical suficiente na discussão com ele, mas tem um texto do Adorno, que eu considero precioso, fantástico, em que ele escreve sobre esse encontro, e que fica muito claro que o Adorno, inclusive, respeita esta posição do que ele considera ser crítico e ele vai mostrar que, na verdade, a posição de crítica da Escola de Frankfurt, ela tem muito a ver com a dialética. Então, Adorno não opõe positivismo à crítica, ele opõe positivismo à dialética. Então, crítica, dialética, emancipação são coisas que vão estar muito vinculadas dentro da perspectiva da escola de Frankfurt.

Paula reconhece a pluralidade de conceitos de crítica existentes, mas afirma que isso não é uma unanimidade entre pesquisadores, dedicados a estudos críticos na administração. Afirma que há, inclusive, aqueles que descartam quaisquer conceitos de crítica que não os abordados pela linha que seguem. Paula diz, ainda, que o mesmo acontece quanto ao entendimento de dialética, que vem sendo discutida ao longo do tempo por diversos filósofos, havendo diferenças mesmo entre os membros da Escola de Frankfurt. Conforme relatado por Paula:

têm autores que se posicionam de uma maneira diferente, que vão dizer, por exemplo, que crítica é tudo que vem do marxismo. É uma posição com a qual eu não consigo concordar inteiramente, porque, na minha visão, a crítica tem linha popperiana, tem linha kantiana, tem dialética e a dialética marxista é uma dialética possível, existem outras posições dialéticas que já vem lá desde a antiguidade. Você tem a dialética que é discutida por Platão e Aristóteles, você tem a dialética que é discutida por Hegel, você tem a dialética marxista, e, depois, cada autor frankfurtiano vai dar sua versão da dialética. Inclusive, o Adorno tem um livro todinho para isso, que é a obra “Dialética negativa”. Se você pegar até os existencialistas, como, por exemplo, Sartre, ele também tem uma versão do que é dialética.

Paula chama a atenção para o fato que nem o método dialético, nem o conceito ou exercício de crítica, são exclusivos do marxismo. A autora aborda também o problema

dos diversos entendimentos sobre a obra de Marx, que acabam muitas vezes por deturpar suas ideias originais. A autora pondera que:

a dialética não se restringe ao marxismo. O marxismo é uma posição, é uma posição importante, é uma posição crítica, mas ela não é tudo. E, às vezes, as pessoas querem tomar a crítica como se fosse exclusivamente o que vem do marxismo, sendo que a crítica existe antes de Marx. Marx é um autor de linha crítica, é um autor que teve também influência do idealismo alemão, mas, digamos assim, é um pensamento específico, que é muito deturpado pelos próprios marxistas. Você tem Marx e você tem os marxistas, e você tem marxistas com todas as tendências possíveis, você tem desde um marxismo estruturalista até um marxismo pós-moderno.

Paula refletiu, em seu trabalho “Ser ou não ser, eis a questão: a crítica aprisionada na caverna de Platão”, se é possível se chegar a um conceito único de crítica, e se o fato de se deter em um conceito ideal de crítica seria benéfico ao avanço do conhecimento científico, tecendo as seguintes questões: “em primeiro lugar, existe realmente uma única versão do que é “crítica”? Em segundo lugar, é saudável nós quisermos monopolizar uma posição como se fosse aquela “A” posição crítica”?

Paula revela, por exemplo, que Guerreiro Ramos não é considerado crítico por alguns acadêmicos, por não ser declaradamente marxista, embora, compartilhe com Marx ideias fundamentais como as da emancipação e da autonomia do trabalhador.

Assim, Paula evidencia como esse tipo de julgamento pode se demonstrar falho, uma vez que os dois autores comungam de ideias muito afins, ou, pelo menos, de um pano de fundo em comum; no caso, a luta pela emancipação do homem. Argumenta, ainda, que não deixa de ser uma incoerência, uma contradição, haja vista a pluralidade de ideias e o método dialético usado pelos autores da Teoria Crítica, a de se privilegiar um pensamento único, um conceito único de crítica.

Mesmo porque, segundo Paula, não foi assim que se constituiu a Escola de Frankfurt e, portanto, essa postura, ao ser adotada por um pesquisador que se pretende crítico, não seria muito diferente, na realidade, do que se entende por autoritarismo. Paula menciona que:

algumas pessoas sempre me questionam que, por exemplo, Guerreiro Ramos não seria crítico porque ele não é marxista. E se você for examinar o pensamento do Guerreiro, ele tem uma influência muito grande do existencialismo, da fenomenologia, ele leu escola de Frankfurt, e se você ler a “Nova Ciência”, apesar de algumas pessoas considerarem este trabalho muito categorizador, eu não considero isso um defeito, considero até uma qualidade do trabalho, você vai perceber que, se você for considerar a crítica do ponto de vista da emancipação, da autonomia, está lá, não tem assim tanta diferença.

Paula enfatiza mais uma vez o equívoco causado pelo posicionamento radical de alguns autores quanto à acepção de crítica. Quanto a esse aspecto, sugere o rótulo

“lógica dialética” em vez do de crítica. Paula defende que assim se evidenciam mais suas características do que o rótulo “crítica” em si. Paula comenta o seguinte:

eu acredito que os pesquisadores precisam se posicionar a respeito do que eles pensam a respeito da crítica, mas eu acho que não é muito saudável radicalizar posições, como se a crítica é só isso aqui o que estamos considerando aqui dentro do nosso grupo e todo o resto pode ser descartado. Eu até percebo que você cria menos controvérsias quando você considera a “lógica dialética” ao invés de usar a palavra “crítica”, para categorizar uma epistemologia, uma forma de ver as coisas, porque a “crítica” às vezes causa todos esses tipos de confusões.

Questiono, nesse momento, se a sugestão de Paula incidiria no mesmo problema conceitual anterior, uma vez que existem diversas considerações de dialética também. Paula pondera que a tentativa em se agrupar diferentes conceitos de crítica, pode resultar num reducionismo que determinados autores incorrem ao tentar reunir tantas acepções e relata o que segue:

aquele quadrante do Morgan falando sobre os paradigmas, ele cria estrangulamentos, na minha opinião, que são muito difíceis de serem superados e que tem proporcionado controvérsias que nem sempre são muito instrutivas. E o que eu faço no meu trabalho é contestar isto. Porque é muito difícil você querer pegar e querer enquadrar essas coisas todas em termos de caixinha com correntes antagônicas, porque eu acho que é mais complexo do que isso.

O quadrante a que Paula se refere é o modelo dos paradigmas sociológicos, de autoria de Morgan e Burrell, que tem a pretensão de ser a base ontológica e epistemológica que fundamenta as teorias organizacionais modernas.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório afirma que sua crítica é dirigida às contradições observadas no interior das organizações e delas com a sociedade, que refletem essencialmente a racionalidade instrumental. O entrevistado enfatiza:

essa é a preocupação nossa, identificar as contradições apresentadas pela estrutura organizacional, pelo processo de tomada de decisão, pela relação que o capital tem com o trabalho, pela relação que a instituição ou a empresa tem com a sociedade e com o mercado. Então, nossa preocupação é mais no sentido de análise das contradições. A crítica vai neste fundamento. E, daí, a questão central para nós é o tema da racionalidade instrumental que é o que permeia todas as instituições.

As pesquisas de Tenório enfocam como as empresas se relacionam com a sociedade e com o mercado, a fim de identificar as contradições nessas relações, a partir da análise crítica à racionalidade instrumental.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Encontrei Maria Ceci Misoczky na EnANPAD, após a palestra que proferiu, intitulada “De que história da administração estamos falando? Da história de quem estamos falando”? Misoczky iniciou nossa conversa me entregando o texto no qual baseou sua apresentação. Ao ser indagada sobre essa primeira questão do roteiro da entrevista, disse que a resposta estaria no texto, esclarecendo que ali encontrava-se sintetizado o conceito de crítica adotado pelo grupo.

A entrevistada se adiantou em explicar que o que distingue o grupo, ao qual pertence, e concomitantemente o aproxima ao grupo do Prof. José Henrique de Faria, é uma postura anticapitalista: “nós desenvolvemos estudos sobre movimentos sociais, interessados na organização de lutas anticapitalistas, no sentido mais concreto”.

Como exemplo, contou que a última viagem de campo que empreenderam, na região dos conflitos mineiros, no noroeste da Argentina, foi destinada a observar o modo como aquelas populações estavam confrontando diretamente as grandes corporações, e a conhecer a lógica do desenvolvimento latino-americano que, nesse momento, é extrativista.

Essa experiência seria registrada em um artigo, para ser submetido e publicado no periódico Cadernos EBAPE. Desse modo, o grupo trabalha com essas organizações, com esses lutadores sociais, que ainda não colocam no plano teórico seu confronto com o capitalismo; pois sua realidade é o modo concreto de organização de luta, e estão aprendendo, nesse processo, que é isto que estão fazendo. Ainda que, inicialmente, de acordo com um exemplo mencionado nesse relato, a reação dessas pessoas seja apenas a de proteger, a saúde de seus filhos e a de preservar suas casas, que estão rachando devido ao intenso movimento de caminhões da mineradora, em frente onde moram. Contudo, o processo de aprendizagem adquirido no confronto com o capitalismo lhes deixa claro que estão lutando contra a exploração e contra um modelo de desenvolvimento que lhes é imposto.

Conforme sugestão de Misoczky, verifiquei nesse texto que me foi entregue o conceito de crítica adotado pelo grupo que coordena, que aborda a diferenciação dos “dispositivos organizacionais” da administração, no sistema do capital - cuja noção hegemônica surge a partir de Taylor e Fayol, em relação aos “dispositivos

organizacionais” empregados no âmbito das lutas sociais, que visam realizar a ação libertadora, por meio de processos e práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégica crítica.

Essa razão estratégica crítica é oriunda de um pensamento crítico influenciado pelo historiador colombiano, Renan Veja Cantor, descrito exatamente assim:

é um pensamento histórico; é um pensamento radical, já que para desvelar a injustiça e a desigualdade é necessário ir à raiz dos fenômenos e explicar suas causas fundamentais; é um pensamento anticapitalista; é um pensamento aberto que se apoia nas mais diversas tradições de luta e no conjunto das ciências e das artes; é um pensamento que questiona a ideia otimista do progresso, com seu cortejo de morte e destruição; é um pensamento ecológico e antipatriarcal; é um pensamento anticolonialista e anti-imperialista; é um pensamento que reivindica os oprimidos de todos os tempos e suas lutas para desvelar os mecanismos de exploração e opressão no presente, apoiando-se em uma visão histórica da qual emergem os sujeitos que se rebelaram contra as diversas formas de dominação nas diversas épocas; é um pensamento comprometido com a ação e não meramente contemplativo.

Essa definição de pensamento crítico reuniu os seguintes adjetivos: “histórico, radical, anticapitalista, aberto, ecológico, antipatriarcal, anticolonialista e anti-imperialista”; usados para a reflexão dos mecanismos de dominação no momento atual, com o objetivo de mudar essa realidade. O grupo desenvolveu uma abordagem crítica do desenvolvimento, passando a incorporar a colaboração de outros autores, sendo Walter Benjamin uma presença teórica marcante.

Misoczky tem pessoalmente uma afiliação com o pensamento latino americano e tem trabalhado reiteradamente com o assunto. Por sua vez, embora o grupo também se identifique com essa temática, sobressai ali a vertente marxista independente.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Para Goulart, o grupo do qual faz parte “Organização e práxis libertadora” trabalha com uma ideia de crítica, no sentido, da crítica na ação, a crítica para transformação, para a mudança social, para mudança radical. A entrevistada explica que a crítica, para o grupo, tem um processo de aprofundamento e aproximação, visando seu potencial transformador.

Goulart defende esta postura, afirmando que: “não é uma crítica pela crítica, nem uma crítica diletante, mas uma crítica que procura ir na raiz, o que determinada crítica pode nos informar como meio de transformação”.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquilha

A abordagem de Junquilha não é a da teoria crítica da Escola de Frankfurt, está mais identificada ao pensamento do sociólogo francês, Michel de Certeau, que trabalha com as práticas, a fim de dar voz aos atores sociais. Por exemplo, observar como, no dia-a-dia, por meio de suas ações ordinárias, até mesmo por gestos inconscientes, sem ter planejado uma ação determinada, esses atores resistem ao sistema. Para a coleta de dados, utiliza-se a abordagem etnográfica, há também o intuito nesse enfoque de se observar a cultura nas organizações.

Junquilha esclarece que há dois pesquisadores nesse Grupo NETES que se destacam por desenvolver trabalhos tomando como referência autores da Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt: Ricardo Becker e Eloisio Moulin de Souza, que também se dedica ao pensamento pós-estruturalista e tem se destacado como analista das obras de Michel Foucault. As abordagens teóricas dos pesquisadores do Grupo NETES são diversas, mas sempre no sentido de se realizar crítica ao sistema dominante.

Junquilha tem uma abordagem crítica no estudo da prática com o intuito de avaliar até que ponto o sujeito resiste ao sistema.

Ainda que o sujeito reaja inconscientemente, no sentido desse sujeito não ter traçado nenhuma estratégia para agir de determinada maneira, lhe interessa como o homem ordinário, comum, resiste ao sistema de poder que o aprisiona. Para esse estudo, segue a abordagem de Foucault, mas sem estar afiliado a nenhuma corrente.

Os autores que os pesquisadores têm como referencial crítico são Michel Foucault e Michel de Certeau. Junquilha explica que Certeau enfoca a vida cotidiana, o modo como a pessoa se movimenta no dia-a-dia, interpretando os conceitos nos quais está inserido, e como burla esse sistema de vigilância:

aí entra a vigilância em Foucault, como o sujeito burla esse sistema de poder, a partir da própria ação dele, aí entra o conceito de tática, enquanto estratégia é o que se faz pensadamente, a tática é por um ato qualquer eu burlo o sistema, o pesquisador vai a campo, minimamente tem de ter uma abordagem etnográfica, para perceber como são as relações no dia-a-dia das pessoas e como o sujeito consegue escapar da vigilância do sistema.

Junquilha explica que, diferentemente da Escola de Frankfurt, não tem a pretensão de, mediante seus estudos e pesquisas, defender a emancipação da sociedade, interessando-se mais pela construção da vida cotidiana de pessoas oprimidas:

mas não tenho a preocupação, veja bem, de dizer que meu propósito é com a emancipação da sociedade, minha preocupação não é de ir para o campo, numa escola, eu quero saber até que ponto que os alunos, professores, a gestão da escola pública de educação básica (...) até que ponto os professores estão ali porque são oprimidos e querem superar o sistema capitalista, para chegar à sociedade emancipada, o que seria uma abordagem mais crítica, o que estou

preocupado mesmo é em perceber como é que esses atores agem no dia-a-dia, como é a construção dessa vida cotidiana, se isso está errado ou certo, se vai chegar à sociedade emancipada ou não, não estou preocupado.

Junquillo se dedica a pesquisas que discorrem sobre situações cotidianas, contemplando a forma como um indivíduo, em situação de opressão e exploração, cria subterfúgios para superar o autoritarismo, com vistas a defender condições mais dignas no ambiente organizacional.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Para Serva, o conceito de crítica adotado pelo grupo depende do tema a ser analisado e do âmbito da crítica que se quer elaborar. Serva explicou que, em termos gerais, para esse grupo de pesquisa, a crítica é um meio de expressar um contraponto aos processos macro ou microssociais que permitem e efetivam a opressão, em todas as suas manifestações, sobre pessoas e grupos, com destaque para o ambiente social do trabalho.

As questões centrais das pesquisas

2- Quais são as questões centrais trabalhadas pelo grupo?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Esta pergunta não foi dirigida ao entrevistado, devido à necessidade de se aproveitar ao máximo o tempo disponível, que se revelou limitado diante da dificuldade em se realizar a entrevista no *lobby* do hotel, local escolhido por ter abrigado o evento EnANPAD, que reuniu, então, pesquisadores, inclusive os dedicados a abordagens críticas em estudos organizacionais, de todo o país. O ambiente, naquele momento, estava extremamente barulhento, ora com grupos conversando em tom altíssimo, ora com uma equipe de futebol carioca confraternizando, conforme registro fonográfico. Aliás, não foram apresentadas algumas questões do roteiro de entrevista, tanto ao José Henrique de Faria quanto a outros entrevistados por esses mesmos motivos. Por sua vez, a organização do EnANPAD não demonstrou disposição em contribuir nesse sentido, que teria sido cedendo o espaço mais reservado do evento.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Meneghetti explica que a centralidade do grupo é o trabalho, reafirmando sua inserção na área de administração. Seguindo esse princípio, o grupo mantém o foco na gestão e nas organizações, mas Meneghetti enfatiza que essa centralidade se desenvolve, especificamente, ao se buscar as “formas de controle no trabalho, o trabalho no sistema capitalista de produção, a influência da gestão de uma organização sobre o trabalhador, ou seja, sobre o trabalho que ele exerce”. Informou, ainda, que mais recentemente, o grupo tem se dedicado à produção do conhecimento e à epistemologia, incentivado pelo Prof. Faria.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS***Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula***

Paula explica que o grupo de pesquisa NEOS se dedica basicamente a três vertentes de pesquisa: uma epistemológica, outra prática e, por fim, outra mais voltada ao ensino. Essas linhas de pesquisa apresentam em comum o referencial em autores críticos para a discussão e reflexão acerca da realidade em que cada uma das questões pesquisadas se insere.

A entrevistada detalha que, na linha de trabalho mais teórica em que faz a discussão epistemológica, têm sido abordados o CMS, os pensamentos de Maurício Tragtenberg e de Alberto Guerreiro Ramos, os textos reunidos no “*Handbook* de Estudos Organizacionais”, além das vertentes adotadas pela Escola de Frankfurt. Na segunda linha, que considera mais prática, contemplam-se a gestão e as políticas públicas, a participação popular, a economia solidária, o cooperativismo, a autogestão, privilegiando sobretudo o ponto de vista da atuação dos grupos sociais em torno de interesses públicos.

Outra linha é dedicada ao ensino, de um modo geral, e ao ensino específico de administração, Paula publicou trabalhos acerca da pedagogia crítica. O mais recente foi o livro “Estilhaços do real”, em que utiliza uma perspectiva benjaminiana para estabelecer uma discussão voltada aos problemas atuais do sistema de ensino.

Paula destaca que seus orientandos demonstram interesse, em especial, em desenvolver pesquisas sobre a condição do sujeito no ambiente de trabalho. Para tanto, a metodologia psicanalítica, bem como a da pesquisa-ação são referenciais fundamentais para desenvolver pesquisas com grupos.

Paula discorre sobre a forma como a psicanálise influencia o processo de identificação dos problemas enfrentados pelos grupos sociais; uma vez que, tanto no universo

psicanalítico, como na convivência entre os sujeitos, a chave para o levantamento das questões a serem avaliadas está menos no discurso padronizado e mais nas falas autênticas dessas pessoas. Segundo Paula:

quem está dentro de um posicionamento mais crítico, psicanalítico, está interessado não no padrão, mas nos detalhes, naquilo que escapa, no refugio, nas coisas que as pessoas, em geral, não prestariam atenção ou diriam: ah, isso não é o que todo mundo pensa! que vem de uma perspectiva que é muito da psicanálise, porque é o que se faz na escuta, você escuta as pessoas falando coisas padronizadas, você vai ter de cada paciente uma fala padrão e você vai estar interessado nas falhas, porque aí é que você tem acesso ao inconsciente.

Em sua obra “Estilhaços do real”, a autora apresenta uma análise do ensino de Administração, a partir de uma perspectiva benjaminiana. Para elaborar esse trabalho, a entrevistada informou ter priorizado uma aproximação mais autêntica com diversos grupos, tanto do ponto de vista da análise de dados, bem como o da escuta dos entrevistados, detendo-se especialmente nas exceções em suas falas. Para Paula, a epistemologia freudiana e o método psicanalítico são referências teóricas e metodológicas para se analisar fenômenos sociais.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório havia antecipado, na questão anterior, em que se refere ao conceito de crítica adotado pelo grupo, a compreensão de que a crítica representa, em sua essência, a análise das contradições nas organizações, bem como as contradições destas com a sociedade. Portanto, para o grupo, a questão central seria a racionalidade instrumental, uma vez que este conceito permeia todas as instituições. Considerando esse fato, Tenório acrescentou que o grupo procura estudar a relação trabalho *versus* capital, de maneira invertida, como faz questão de enfatizar. O entrevistado aponta que esse tema é bem ilustrado no livro de sua autoria “Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado”.

Tenório explica o significado que norteia essa mudança de perspectiva nesta relação trabalho *versus* capital e recorre a Lukács para tratar com distinção o ser social:

ao invés da gente fazer aquela leitura do tradicional capital versus trabalho, que é o que você encontra nas referências bibliográficas, a gente inverte esta posição, querendo dar o protagonismo ao trabalho, ao trabalhador. Ou seja, a gênese do ser social numa leitura lukacsiana. Essa leitura de ir invertendo as categorias, trabalho versus capital, está significando que a gente está privilegiando o trabalho e não o capital. Isto já é uma leitura. A outra leitura é ao invés de estado versus sociedade, usar sociedade versus estado,

privilegiando a sociedade na relação com o estado, mas com o foco em cidadania deliberativa.

Além disso, Tenório atualiza a reflexão também para a relação da sociedade com o mercado. Cita, por exemplo, um grupo de pesquisadores que coordena no COPPE, dedicado à discussão sobre o ciclo de produtos, na qual se enfatiza um protagonismo assumido “por quem é de direito” e onde o mercado é considerado de maneira secundária. Para embasar essa configuração, Tenório menciona o modelo organizacional de Guerreiro Ramos, em “A nova ciência das organizações”.

Mesmo inconclusa, a referida obra o autor contrapõe a ideia dominante, pela qual o pensamento organizacional tem de seguir a linha do determinante de mercado, ao propor que o determinante deve ser a sociedade.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Esta segunda pergunta do questionário não foi dirigida à entrevistada, uma vez que o tempo disponível para a conversa, realizada no EnANPAD, em um intervalo entre duas palestras, estava bastante limitado, a saber “quais são as questões centrais trabalhadas pelo grupo”?

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart, a respeito das questões centrais do grupo, cita o tema desenvolvimento, iniciando pelo questionamento do próprio conceito de desenvolvimento, cunhado no âmago do sistema capitalista. O termo desenvolvimento é usado, por falta de um outro que não seja oriundo do capitalismo: “a gente não quer falar sobre o desenvolvimento, mas não existe outra palavra. Então, a gente vai tentando trabalhar essa ideia dos estudos críticos do desenvolvimento, ou seja, descobrindo para onde eles apontam”.

Além do tema do desenvolvimento, o grupo dedica-se a conhecer os modos de produção do conhecimento e as concepções em disputa, fundamentando-se pelas seguintes perguntas: “para quem ou para quem nós produzimos conhecimento? Para que serve o conhecimento que a gente produz”?

Seguindo essa mesma linha, questionam as consequências do quantitativismo, do produtivismo, da produção nacional, da internacionalização subordinada e vários assuntos correlatos no campo da produção do conhecimento. A questão do livre acesso também interessa ao grupo. Goulart juntamente com a pesquisadora Cristina Amélia Carvalho, têm discutido e produzido textos onde questionam a seguinte lógica:

no Brasil, 90% das pesquisas são produzidas na universidade pública, que financia, então, as pesquisas e os pesquisadores, dá bolsa para a gente se formar e tal, depois, este mesmo corpo, nos exige publicação. As publicações mais valorizadas são as publicações nos periódicos internacionais indexadas A1 e A2. Alguns deles já estão cobrando por páginas para publicar, cobrando do autor, por quantidade, não basta ele ser aprovado na cognição, mesmo aprovado, eles ainda cobram um “x” por página lá, para você publicar. Bom, quem paga isso geralmente são as fundações e, tudo mais, né, o próprio governo. Depois eles indexam tudo e publicam e a Capes vai lá e compra a assinatura. Entende? É muito esquisito.

Enfim, também fazem parte das questões trabalhadas pelo grupo, as práticas das lutas sociais pelos grupos de movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Goulart menciona que uma aluna, cuja dissertação de mestrado está sob sua orientação, tem trabalhado com os quilombos urbanos de Porto Alegre, analisando suas disputas e a luta pela legalização do território que ocupam. Goulart lembra que também se dedicam aos grupos populares de um modo geral. Cita o grupo de trabalho Universidade Popular e comenta que seus membros acompanham o problema da disputa pela água, em regiões da América Latina, aonde há a disputa pela água.

Goulart, por sua vez, orienta um aluno especificamente dedicado a essa questão, que pretende consolidar tudo o que tem sido falado, pensado e pesquisado sobre o tema, a fim de se criar uma teoria da água. Segundo Goulart, “esse tema da disputa pela água tem mil vertentes, tem a visão ambientalista, a visão econômica; mas tudo muito fragmentado e esse aluno está tentando criar a teoria da água para consolidar”.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Junquillo conta que, dentro do seu observatório, a questão central é o cotidiano da gestão escolar, descrevendo a seguir as áreas de interesse dos outros integrantes do grupo. Entre esses, citou o pesquisador Eloisio, que tem se dedicado às relações de gênero. A tese de doutorado de Eloisio foi publicada recentemente na Alemanha, e discorre sobre como ocorrem as relações de poder, com base em Foucault, no que tange aos homossexuais que trabalham no setor bancário.

Outra pesquisadora, Mônica, estuda as relações de trabalho, adotando uma visão crítica, utilizando a abordagem marxista, resgatando aspectos da ergonomia e os associando às relações de trabalho e de poder.

Integra o mesmo grupo o pesquisador Alfredo, que estuda as práticas construídas cotidianamente pelo sujeito, mas em vez do universo escolar, o pesquisador se dedica

ao ambiente formado pelos mercados públicos. Atualmente, Alfredo se ocupa do segmento artesanal, mas com abordagem das práticas, examinando como os atores constroem e reconstróem diversas práticas em seu cotidiano, ora reproduzindo o sistema, ora resistindo a este sistema.

Junquilha ressalta a importância do pesquisador se aproximar dos atores sociais e conhecer a ação dessas pessoas, principalmente, buscando o que está oculto nas relações cotidianas:

o que interessa isso para a administração: se eu não conheço o mundo oculto da ação desse sujeito, eu não sei como lidar com ele, não poderia gerir uma organização se eu quisesse, mas entender aquilo que está oculto, nas relações cotidianas, então, eu tenho de estar lá com esses atores para entender e perguntar o que está significando. Por exemplo, você fazendo essas perguntas, nessa nossa fala aqui, o que estamos reproduzindo ou criando de novo ou questionando, é a partir daqui, o que que isso está dizendo dessa organização no dia-a-dia. Não deixa de ser uma relação crítica.

Ricardo Becker, outro pesquisador citado por Junquilha, por sua vez, segue uma linha de atuação de natureza “mais hard”, desenvolvida pelo Prof. José Henrique de Faria. Entretanto, Junquilha informa que Becker manifesta a intenção de se aposentar.

Segundo relato do entrevistado, outra integrante do grupo e atualmente cursando pós-doutorado, Marcia Prezotti, também pesquisa a questão da participação dos atores sociais, de modo a desenvolver uma abordagem crítica aos processos participativos, verificando até que ponto realmente esses processos estão favorecendo que os indivíduos conquistem mais controle social nas organizações. Por isso, explica Junquilha, o grupo definiu como linha de pesquisa a área das subjetividades, o que significa estudar aquilo que é constituído a partir da ação do sujeito, sem considerar que a realidade foi estabelecida *a priori*. Essa visão demanda visita ao campo para melhor entender o complexo jogo da realidade cotidiana.

De acordo com Junquilha, a acepção de estratégia utilizada por Michel de Certeau estaria mais alinhada à reprodução do sistema, enquanto a tática seria o recurso do sujeito para subverter uma ordem superior:

esse conceito de estratégia ai não tem nada a ver com o que a gente pensa de estratégia, de acordo com Certeau. Estratégia é quando você ocupa um lugar de poder, você sujeito, e reproduz o sistema, inclusive, de estar dominando as pessoas. A tática pode ser também, que eu ocupando o lugar de poder, eu em algum momento eu utilize tática para subverter uma ordem superior a mim. A estratégia não é só o lugar da empresa, ela ocupa o lugar do sujeito, ela é vivida, são sujeitos, não tem organização, o que tem é sujeitos que fazem aquela organização. Então, eu tenho de compreender como é que o sujeito, ao ocupar um lugar de poder, seja ele aluno, professor ou reitor, como ele está agindo no dia-a-dia para alcançar resultados estratégicos, se ele tem um plano definido, ou até que determinado

momento ele subverte, ainda que sem ter planos estabelecidos para subverter aquela ordem.

Junquilha prioriza a averiguação de como o sujeito usa a tática em seu dia-a-dia para subverter a ordem que o oprime, esse ponto foi o que o entrevistado destacou como o de maior interesse em suas pesquisas.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Serva respondeu que as questões centrais trabalhadas pelo grupo são aquelas que norteiam as quatro linhas de pesquisa que são pertinentes ao Núcleo ORD, a saber: Economia social, gestão e desenvolvimento; Epistemologia e sociologia da ciência da administração; Organizações e desenvolvimento territorial sustentável e Racionalidade nas organizações.

Os principais autores e teorias utilizadas

3- Quais são os principais autores e teorias que norteiam seus estudos?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Esta terceira pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, pela necessidade de se agilizar a conversa, que transcorria em um ambiente ruidoso, na recepção do hotel em que se realizou o EnANPAD. O ideal teria sido realizar a entrevista no ambiente acadêmico em que o entrevistado trabalha, mas pela dificuldade de se visitar outro estado, optou-se por marcar a entrevista durante a realização desse evento na cidade do Rio de Janeiro.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Meneghetti cita os principais autores críticos que o influenciam em suas pesquisas: Theodor Adorno, Karl Marx, Sigmund Freud, Tragtenberg, além do próprio José Henrique de Faria. Mas por gostar muito de filosofia, também mencionou Kant. Ademais, disse que lê de tudo, como, por exemplo, até sobre os avanços da física. Entretanto, tem se dedicado atualmente a leituras sobre organizações totalitárias, cujo

objetivo é o extermínio de pessoas, incluindo a questão dos campos de concentração nazistas.

Meneghetti contou que recentemente escreveu um artigo sobre organizações paramilitares, denominadas de esquadrão da morte, movimento que está crescendo muito no Brasil, bem como em outros países.

O entrevistado relatou gostar de assistir televisão, interessando-se pelos programas religiosos, que, segundo ele, apresentam um sistema de dominação fantástico. Ressalta que não assiste esporádica, mas regularmente, porque esse mecanismo tem evoluído. Citou, como exemplo, um programa em que o personagem central, pastor de uma igreja evangélica, vende modelos do chapéu similares ao que usa, por R\$ 80 reais, e ainda toalhinhas em que enxuga o suor da testa durante suas pregações, por atribuir a esses pertences um poder milagroso.

Acredita que “a civilização começa com a barbárie e que, portanto, a modernidade não se completou ainda, porque para se completar e se tornar alguma coisa além [pós-modernidade], isso só seria possível se a preservação da vida fosse o objetivo máximo da civilização e não consegue ser, Freud explica bem isso”.

Meneghetti compreende que a modernidade ainda não se realizou porque as grandes barbáries que caracterizaram a idade média permanecem. O entrevistado explica que, em sua concepção, as barbáries aconteceram na modernidade num sistema taylorista, que eram os campos de concentração e hoje acontecem no modelo toyotista, numa analogia, que é a morte por demanda, em que o grupo de extermínio recebe a ordem e a executa. Nas palavras de Meneghetti: “estou me referindo ao extermínio físico mesmo, não estou mencionando o extermínio da subjetividade”.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula enfoca os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, citando Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Ultimamente, aproximando-se da psicanálise, Paula tem trabalhado com obras de Freud e Lacan. A leitura dos originais de Lacan, por sua vez, a surpreendeu positivamente, pelo fato desse autor, sendo estruturalista, ter incluído a questão do sujeito em sua abordagem. Paula destaca entre os autores críticos nacionais, em cujas obras mais estudou, os nomes de Fernando Prestes Motta, Maurício Tragtenberg e Guerreiro Ramos.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório relatou que tem estudado com mais profundidade autores específicos, da primeira geração da Escola de Frankfurt, citando Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Porém, as produções de outros autores acerca dessa fase, como Walter Benjamin e Eric Fromm, não têm sido tão utilizadas. Tenório também recorre aos autores da segunda geração, cita que tem aproveitado um pouco das obras de Habermas e de Claus Offe. Quanto à terceira geração, informou que tem estudado a obra de Axel Honneth, atual diretor do instituto, conforme lembrou.

Para suas pesquisas sobre gestão, Tenório ressalta a importância dos textos de Leda Maria Paulani, professora titular da FEA-USP, nos quais a autora discute a economia contemporânea com base no pensamento de Habermas.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Esta terceira pergunta do questionário não foi dirigida à entrevistada, pela limitação de tempo para a conversa, conforme explicado anteriormente. A referida pergunta consiste em saber: “quais são os principais autores e teorias que norteiam seus estudos”?

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart declara que em seu grupo os pesquisadores têm se aprofundado na corrente marxista de pensamento, porém prioriza o estudo e a crítica elaborada por autores brasileiros. A entrevistada esclareceu que iniciou seus estudos pelas obras de Celso Furtado, que, embora não sendo considerado um autor marxista, foi a principal referência teórica em seus estudos sobre desenvolvimento local, durante o mestrado. Goulart considerou à época o referencial de Celso Furtado suficiente para sua dissertação, haja visto que os demais autores tratavam de maneira muito superficial a temática do desenvolvimento local. Para incluir o aspecto territorial nessa pesquisa, vinculou o pensamento de Milton Santos ao desenvolvimento local e conseguiu um resultado que a agradou bastante.

Goulart contou que em seguida se mudou para Porto Alegre. Ingressando no grupo de pesquisa, “Organização e Práxis Libertadora”, ocasião em que se aproximou, de fato, dos estudos marxistas. A entrevistada revelou que atualmente tem estudado Ruy Mauro Marini e a teoria marxista da Dependência, da qual foi um dos elaboradores;

David Harvey, pela leitura bem interessante que faz do capitalismo, e, entre os autores brasileiros, Álvaro Vieira Pinto. Durante a apresentação do EnANPAD, que havia feito naquela semana, Goulart discutiu a relevância de Manoel Bonfim, um autor do começo do século. Em 1903, Bonfim escreveu “*Males de origem*”, livro que inspirou o pensamento de Darcy Ribeiro, cujas obras também tem lido.

Em relação aos autores latino-americanos contemporâneos, Goulart relata que recentemente tem estudado a obra de Atilio Boron. A entrevistada declara que, embora seja uma pesquisadora crítica, não é marxista de formação e que essa condição, de alguma forma, influencia sua forma de enfrentar epistemologicamente suas questões de pesquisa:

eu não sou marxista de formação, eu sou estudiosa, eu estudo, eu, nesse momento, estou estudando o marxismo, porque, para mim, para eu abraçar uma forma de pensar, uma forma de produzir conhecimento, eu tenho de ter aquela visão de mundo, eu ainda não consigo olhar o mundo dialeticamente, a lógica formal ainda meio que predomina na minha forma de pensar, então, eu sou, assim, uma estudiosa crítica, eu tenho um pé na realidade crítica, mas ainda minha forma de olhar para isso ainda é preliminar. [...]

Goulart consegue distinguir bem o que é um pesquisador que estuda o marxismo em relação ao que se declara como marxista, pois implica em desenvolver uma visão de mundo identificável com o velho materialismo-histórico, que nem sempre é uma tarefa fácil, passados mais de um século e meio.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquilha

Junquilha afirma seguir a linha cotidianista, de Michel de Certeau, à qual vem acrescentando autores da própria área de administração, como Theodore Schatzki, da Universidade de Kentucky, nos EUA, que tem textos excelentes sobre prática social, que visa a entender práticas cotidianas.

Junquilha também menciona os autores Michel Foucault e Anthony Giddens, que, particularmente, se dedica a examinar a questão da atuação do sujeito, em como enfrenta a opressão, mas sem a pretensão de mudar o mundo:

o próprio Michel Foucault, o Anthony Giddens, que de certa maneira está preocupado com o fazer do sujeito, ora reproduzindo, ora subvertendo uma dada ordem, a ideia dele é a teoria da estruturação. O uso do Giddens reforça a ideia de que o ator pode subverter uma determinada ordem, sem necessariamente querer mudar o mundo.

Junquilha usa um pouco do referencial de Gramsci. Embora, pudesse usar também Bourdieu por sua noção de *habitus*, Junquilha revela que não usa esse autor, nem os

demais membros do Grupo NETES, por exemplo, Alfredo, que também se dedica a estudar as práticas construídas cotidianamente pelo sujeito.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Segundo Serva, são vários os autores e teorias que norteiam as pesquisas do grupo. Considerou um pouco difícil eleger os principais, no entanto, indicou as obras de Guerreiro Ramos, Jürgen Habermas, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Edgar Morin, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque e do próprio Maurício Serva, estão entre aquelas mais utilizadas em seus estudos.

As principais realizações e as aspirações dos grupos

- 4- Quais são as principais realizações do grupo e quais suas aspirações ainda a realizar?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria revela que, primeiramente, os pesquisadores do EPPEO pretendem construir uma reflexão sobre epistemologia e estabelecer uma epistemologia com base no materialismo histórico, que seja crítica e que incorpore o marxismo, mas que vá além da perspectiva histórica e industrial, que abranja sobretudo as organizações, produtivas, capitalistas ou não.

Em outras palavras: “um desafio é estabelecer o que estou tentando chamar de epistemologia crítica, a maneira de produzir criticamente o conhecimento”.

Faria menciona que outro desafio para o grupo é trazer questões da psicossociologia para o campo de discussão marxista, que são, em sua opinião, questões que ainda carecem de elaboração e esclarecimentos. Portanto, defende um resgate da psicossociologia, no que tange às relações de poder e ao controle sobre o processo de trabalho, a fim de aprofundar o embasamento teórico em suas pesquisas, como discutir o que considera como equívocos conceituais:

a psicossociologia precisa ser recuperada nos estudos organizacionais, não do ponto de vista da fenomenologia e nem dos estudos sobre o trabalho em si mesmo, mas de sua contribuição para o entendimento das relações de poder e de mecanismos de controle sobre o processo de trabalho. Existem questões apresentadas por Enriquez que são muito pertinentes, mas existem outras que são

muito inadequadas, especialmente o caráter não histórico de sua teoria e a não vinculação da base conceitual com as relações de produção. Então, é preciso filtrar o que é pertinente, cobrir as lacunas, ou seja, “fazer a costura”.

De acordo com Faria, o grupo prioriza em suas pesquisas o enfoque no cotidiano das organizações, a fim de examinar a realidade organizacional, de modo a evitar uma compreensão abstrata exclusivamente da perspectiva analítica macro. Assim, buscam conhecer como a luta de classe e o processo de trabalho estão se sucedendo. Faria defende a necessidade de se fazer esse enfrentamento, das pesquisas se aproximarem dos problemas vivenciados nas organizações pelos trabalhadores:

acho que a grande questão do nosso Grupo de Pesquisa, que é um problema existencial do próprio grupo, é que, para nós, a questão da organização ultrapassa a concepção empirista restrita e a abstração arbitrária de organização na medida em que a entendemos em sua materialidade concreta. Nós não estamos estudando a organização, este ente abstrato, mas a realidade organizacional. Não é apenas a economia, o modo de produção, a luta de classe, mas o que acontece no cotidiano da organização, como as coisas estão se dando no lugar onde efetivamente o processo de trabalho está sendo realizado, a produção está acontecendo, a luta de classes está ocorrendo. Então, estamos debruçados muito mais no plano micro, quer dizer, no plano das unidades produtivas, do que no plano macro, das relações sociais superestruturais, embora estas estejam sempre presentes nas análises. Então, esse é o enfrentamento que se precisa fazer.

Faria espera com a epistemologia crítica, do materialismo histórico, fazer um exame mais acurado da obra de autores que discutem a psicossociologia do trabalho, a fim de trazer novas contribuições para os aportes teóricos, metodológicos e conceituais das pesquisas do grupo. Portanto, Faria afirma que:

por isso, entendo que uma epistemologia crítica é uma necessidade que precisamos consolidar, ainda não conseguimos totalmente, mas estamos bem avançados neste campo. A partir da definição dessa epistemologia crítica é que podemos trazer para a discussão contribuições como, por exemplo, a do Enriquez com a psicossociologia, a do Pichon-Rivière com a teoria do vínculo, Vygotsky com a psicologia social, Dejours com a psicodinâmica do trabalho e assim por diante. Este é um grande desafio, pois cada uma destas contribuições tem suas virtudes e seus limites. Então, o desafio é fazer uma leitura crítica destas diferentes concepções, partindo do ponto da epistemologia crítica do materialismo histórico, de modo a se definir aquilo que se quer incorporar para a produção acadêmica do grupo como sua orientação epistêmica, metodológica e teórica.

Então, além do intuito de se estabelecer o que denomina de epistemologia crítica e de trazer questões da psicossociologia para o campo da discussão marxista, Faria propõe como desafio, talvez seja o mais urgente, em sua opinião, o de se utilizar as categorias de análise de justiça, as três primeiras originalmente elaboradas por Nancy

Fraser: o reconhecimento social, a redistribuição igualitária da riqueza, a participação paritária no processo de decisão e a realização emocional, esta última incluída pelo grupo.

Nesse ponto, Faria tece algumas ponderações, esclarecendo que não se preocupa tanto em estudar a luta política, mas saber da política pública e da participação de movimentos populares, enfim, a forma como eles se organizam. Ao mesmo tempo, lança as seguintes perguntas: “o quão paritário poderia ser a distribuição de riqueza social produzida? Como esses movimentos se organizam? E como participam do processo de decisão na distribuição de renda”?

Para Faria, a desigualdade na distribuição de renda indica claramente que esses grupos populares não são reconhecidos e não participam dos processos decisórios. Considerando-se, ainda, o agravante, em certos casos, de haver políticas públicas declaradas como participativas, mas que embutem mecanismos que dificultam a participação, fazendo com que prevaleçam os interesses dados pelo poder público:

os movimentos populares, as organizações populares, a luta de classe da sociedade nesse plano, esses movimentos não são reconhecidos, ficam com uma parcela ínfima da renda produzida, da riqueza que eles produzem, não participam do processo de decisão, não interferem. Aqui tem uma coisa importante que é a seguinte: Como é que o poder público através de esquemas de participação, ele acaba impedindo a participação efetiva, ele fica conduzindo a participação como se fosse uma democracia, na verdade, é um direcionamento para aquilo que já está dado. Então, é uma falsa democratização.

Para Faria, há questões não abordadas na teoria, que, no entanto, têm valor em termos de se conhecer os aspectos afetivos e emocionais do sujeito em relação ao trabalho e a sua luta política. Faria pretende apreender melhor essas impressões:

e se eles se sentem realizados com esses trabalhos? Ou seja, tem de haver uma realização íntima. Se alguma luta, por exemplo...Você tem de ser feliz fazendo isso. Só que as teorias não estão pegando isso, as teorias vão pegar as questões com uma certa objetividade. Se eu sou reconhecido, se eu participo da renda, ou se eu participo da decisão? E quanto a eu me sentir realizado ou não? Então, você vê, nesses aspectos, que os movimentos se sentem realizados emocionalmente. Uma luta às vezes é frustrada. Às vezes é realizada. Às vezes eu não correspondo, por exemplo, ao avanço da luta política, embora corresponda a um desenvolvimento de uma questão afetiva, emocional. ...essa questão é também realizada na área de política pública.

Para Faria, é necessário observar o conceito de autogestão, que está sendo gradativamente distorcido, a ponto de hoje a aplicação desse termo ter perdido o sentido. Conforme explica:

é preciso respeitar o conceito de autogestão. O primeiro livro que escrevi em 1985 eu já falava exatamente isso. O conceito de

autogestão não era respeitado e agora a autogestão se tornou uma palavra sem conceito, porque qualquer coisa é autogestão, ouve-se expressões “tem empreendimento autogestionário ... Outro dia eu ouvi um empresário dizendo que a empresa dele é autogestionária, que as pessoas participam das decisões. A palavra se transformou, se popularizou e se estragou, é necessário recontar essa história.

Faria considera que a autogestão para ser verdadeira somente seria possível em uma sociedade autogerida, no máximo, o que podemos almejar nesse contexto dado é uma organização com traços de autogestão:

então, a gente estuda a autogestão, estuda as unidades produtivas, estuda sob uma outra orientação também capitalista, por exemplo, as cooperativas populares ou cooperativas de trabalho e de produção e aí entra o Movimento Sem Terra – MST. E nós temos estudos sobre o MST que vão mostrar o seguinte que alguns desses empreendimentos são quase autogestionários. Para mim, autogestão seria possível em uma sociedade autogerida, autogestão é social, não tem autogestão particular. Não cabe.

Dentre as organizações que têm características autogestionárias, destaca o MST, mas pondera que há momentos em que o movimento se comporta como uma empresa comum, ao fazer uso de trabalhadores boia-fria temporários.

Faria alerta para o descompasso entre o discurso da organização que valoriza a autogestão, que se identifica com a autogestão, mas que em sua prática contraria as relações de produção nesse tipo de administração:

mas tem características autogestionárias bem fortes, algumas sim e outras, elas são movimento sem-terra, elas estão dentro da ideologia sem-terra, respaldadas no socialismo, mas contratam força de trabalho boia-fria para fazer a colheita, porque a colheita naquele tempo lá não tem trabalho suficiente, então, eles contratam e descontratam, tem todo um comportamento próprio de uma empresa. Então, isso para mim já não é mais autogestão. Então, esses estudos também são para mostrar como o discurso ele é atropelado por uma prática que é contrária àquilo que ... [se apregoa].

Faria revela que o livro “Gestão Participativa”, de sua autoria, foi uma tentativa de esclarecer essas diversas possibilidades de participações. Faria conta que nessa obra dirige uma crítica especificamente à economia solidária e à política. Segundo o autor, houve uma vulgarização dos conceitos de autogestão e de solidariedade e qualquer empreendimento pode ser rotulado como solidário, mesmo não respeitando seu sentido original. Faria discorre sobre uma situação que ilustra bem essa contradição:

tem o caso, por exemplo, de uma prefeitura que banca uma coisa chamada “Momento Solidário”, com uma empresa, que fornece fios, ou seja, para uma cidade, as pessoas vão lá buscar os fios, são de graça, para você fazer crochês, assim, tecer com aqueles fios, aí eles pagam uma miséria por peça produzida, a família inteira trabalha com aquilo e, então, eles entregam,. Em seguida, passa um caminhão, ou dois caminhões, pegando toda a produção. Ao mesmo tempo em que

eles entregam a matéria-prima, eles dão o instrumento de trabalho, que é a agulha, a família inteira trabalha, não tem fundo de garantia, não tem salário fixo, não tem nenhuma proteção, não tem plano de saúde, não tem nada, [e esse projeto é] bancado pela prefeitura. Então, chega um caminhão que vai recolhendo a produção. As famílias gostam porque recebem dinheiro, ganham de R\$ 150 a R\$ 200 reais [não precisou por qual período]. Quando o caminhão chega, parece que Jesus está chegando junto, e assim, adoram aquilo, porque vão lá e pegam o dinheiro. Na verdade, é o fetiche do dinheiro e [o pior] a prefeitura bancando isso. Essas peças vão para Minas Gerais sendo vendidas como artesanato mineiro, com o preço de venda de R\$ 50 ou R\$ 60 reais e eles [os artesãos] recebem R\$ 1 ou R\$ 2 reais. E isso é um programa de economia solidária, patrocinado pela prefeitura!

Dessa forma, uma prefeitura, no sul do país, realiza um projeto que se inscreve como economia solidária, mas que, ao ser analisado pormenorizadamente, constata-se a reprodução da precarização do trabalho, ausente de solidariedade. Nesse projeto, “Momento Solidário”, o trabalhador não tem vínculo empregatício, nem benefícios correlatos, recebe um valor mínimo pelo seu desgastante e repetitivo trabalho, bem inferior ao valor de revenda, agravado pelo fato de o produto se passar por uma arte popular que não é própria de sua região.

Faria pondera que existem empreendimentos que são realmente solidários, que se originam da luta popular, mas que em seus estudos endereça críticas à falta de rigor do que seria economia solidária, que criou o problema da falsa organização no próprio movimento popular. Faria também examina os obstáculos impostos pelas políticas públicas para a realização da participação popular e comenta que:

o plano diretor de cidades prevê a participação popular por definição, ela está prevista, mas a maneira com isso vem sendo feito, pelo menos, em Curitiba, é absolutamente artificial. Então, nós estamos querendo tentar entender, como esses movimentos se organizam, até do ponto de vista da gestão como movimento.

Faria visa ampliar suas análises acerca das políticas públicas por meio da inclusão de noções de reconhecimento, de redistribuição da riqueza, participação no processo decisório, entre outros. Espera abordar nessa perspectiva o movimento da economia solidária ou de empreendimentos populares, como prefere chamar. Com isso, pretende trabalhar as escalas de justiça nesses movimentos.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Esta pergunta não foi dirigida ao entrevistado, devido à necessidade de se aproveitar ao máximo o tempo disponível, já que o espaço do auditório ocupado para a realização da entrevista, após a última palestra da programação do EnANPAD, poderia ser retomado a qualquer momento.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

De acordo com Paula, o grupo atualmente se encontra numa fase de consolidação. Por mais de uma década, o grupo acumulou pesquisas sobre diversos autores e abordagens crítica. Diante disso, a entrevistada considerou oportuno formalizar, nesse momento, a ampla reflexão que tem sido feita sobre esse material, a partir do estudo dos pensadores críticos nacionais, passando pelo CMS e por esses campos de aplicação na gestão pública, economia solidária, ensino. Com esse objetivo, foi gerado um trabalho intitulado “Pensando Estudos Organizacionais: discípulos das matrizes epistemológicas e abordagem frankfurtiana”.

Paula afirma que buscou, nesse trabalho de consolidação, apresentar questionamentos sobre os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan, além de apontar alternativa para este modelo que reina nos estudos organizacionais. A autora revela que fez pesquisas extensas em periódicos internacionais e nacionais, sem encontrar uma saída satisfatória para a questão desses paradigmas.

Paula priorizou, nos textos de consolidação, abordagens teórica e metodológica mais “palpáveis”, que interagissem com a realidade estudada; inclusive, no sentido de criar condições de transformá-la, por meio da pesquisa-ação e outros métodos participativos. Além disso, Paula pretendeu em seu trabalho oferecer uma alternativa para sair da visão paradigmática de Gibson Burrell e Gareth Morgan.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório respondeu que, quanto às realizações do grupo, é possível encontrá-las na página “Programa de estudos em Gestão Social”, situada no site do EBAPE, ou ainda em seu currículo Lattes. No entanto, o entrevistado adiantou que as informações constituem-se basicamente de publicações e pesquisas. O entrevistado informou que estava prestes a lançar um livro em parceria com o Professor Rogério Valle, pelo SAGE - Laboratório de Sistemas Avançados em Gestão da Produção, da Coppe/UFRJ, intitulado “Fábrica de Software”. A obra é uma crítica à produção de software, em que, segundo Tenório, “expomos criticamente que a empresa que produz software é uma linha de montagem fordista”.

Tenório mencionou mais dois trabalhos de sua autoria: um que versa sobre o impacto da tecnologia de informação e outro abordando a responsabilidade social corporativa,

especificamente na relação trabalho versus capital. Ressaltou, sobretudo, que produziu muitas publicações na linha de pesquisa sobre sociedade.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Perguntada sobre aonde o grupo quer chegar, Misoczky ressaltou que o grupo não tem meta e que uma das características do trabalho do grupo é ser muito pouco organizado.

As discussões acontecem de forma improvisada, ora no corredor, no café, ora numa banca de avaliação, ou ao compartilhar o arquivo de um artigo que está saindo para os demais membros lerem; mas o grupo é absolutamente desorganizado, do ponto de vista da lógica de organização que está instituído.

Há grupos de pesquisa que chamam sua atenção por fazer tantas reuniões, painéis. Misoczky considera que isso pode tolher a expressão, a criatividade, a autonomia do pensamento, a autonomia da formulação e pondera: “se nosso grupo, justamente denominado de “organização e práxis libertadora” fizesse isso, tivesse uma prática autoritária, talvez significasse haver uma certa resistência interna”. A entrevistada acredita que o grupo mantém afinidades eletivas sim, evidentemente, mas que desenvolvem uma prática de ir “tocando de ouvindo”, de ir trabalhando com o instinto, de ir compartilhando ideias, de um modo que pensa ser mais espontâneo e frutífero.

Relatou, como exemplo, que orienta um aluno de doutorado, Paulo Abdala, e que na véspera desta entrevista, havia participado do congresso. Essa apresentação foi feita a partir de um artigo que ambos escreveram em parceria. Misoczky alegou que não revisou a apresentação de Abdala, nem discutiram previamente. Abdala simplesmente mostrou seu trabalho, e, na condição de sua professora, compareceu apenas para assistir à apresentação, por sinal brilhante, em sua opinião. Misoczky reafirma a importância de se respeitar a autonomia do autor, a autonomia do sujeito de encontrar o seu jeito, seu *status*, que é seu, e isso representa a qualidade do trabalho dos pesquisadores desse grupo e tem feito com que sejam muito produtivos.

Nessa linha, Misoczky sugeriu a consulta ao Currículo Lattes dos membros do grupo, artigos feitos com parcerias variadas, geram uma diversidade de textos. Em sua opinião, isso é uma qualidade do trabalho, que possibilitou se chegar a um patamar em que passou a consolidar o pensamento do grupo.

Quanto à direção que o grupo vai seguir, a entrevistada disse não ter a menor ideia, porque é o mundo real que indica por onde seguirão.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Para Goulart, uma grande aspiração é se dedicar à extensão popular. A entrevistada conta que participa do Grupo de Trabalho Universidade Popular – o GETUP, na UFRGS, formado por estudantes de diversas áreas, técnicos administrativos, militantes de movimentos sociais, além de professores. Ultimamente, contou que está afastada desse grupo, pelo excesso de atividades docentes.

Entretanto, revela a importância que o GETUP representa para suas pesquisas e como motivação: “é um grupo do qual participo, gosto muito de participar e preciso muito participar”. Afirma que “é um grupo que me oxigena bastante, porque não tem uma estrutura hierarquizada lá, todos nós somos interessados nesse tema: universidade popular”.

Goulart detalha a importância da proximidade com as atividades desse grupo dedicado a universidade popular, engajado politicamente:

então, eu quero voltar a estar mais dentro do grupo, para trabalhar nessa dimensão da extensão popular, o que a gente pode fazer junto com os movimentos sociais: porque, é impressionante, é muito diferente quando a gente está junto com o grupo, assim, trabalhando nas questões, indo para as ruas, indo para as manifestações, indo aos encontros, e tal; do que quando a gente não está, quando a gente só está lendo sobre isso, estudando, é completamente diferente. E, eu não tenho nenhuma dúvida, (...).

Goulart declarou que, por atuar no curso de Administração pública e social, tem a vontade de apresentar aos seus alunos outras realidades e possibilidades de gestão, além daquelas do mundo empresarial, como os modos de organização de produção em um assentamento rural, em cidade vizinha à da universidade:

eu pretendo atuar mais, tem uma coisa que eu tenho pensado muito, assim, ultimamente, eu tenho trabalhado no curso de Administração pública e social, tenho vontade de mostrar aos alunos mais para uma realidade diferente do mundo empresarial. Organizar outros tipos de coisas, por exemplo, lá, bem próximo de Porto Alegre, a gente tem umas áreas de assentamento. Então, nessas áreas de assentamento, eles têm cooperativas de produção, eles têm cooperativas de comercialização, tem o pessoal da economia solidária, que eu acho interessante para os alunos irem olhar, outras formas de organizar, outras formas de gestão.

No entanto, de acordo com Goulart, um dos empecilhos é a falta de tempo para se desenvolver um trabalho de campo com os alunos, para mostrar outras realidades e aprofundar a observação dessas experiências mais participativas e solidárias. Goulart constatou que a observação superficial dessas realidades acaba por criar vieses de interpretação, especificamente por instrumentalizar o objeto de pesquisa:

eu tinha pensado nisso, mas ainda tenho muita dificuldade, porque o grande limitante é o tempo e a carga, a forma que a nossa carga de

trabalho é distribuída na universidade. A gente tenta aproximar mais do campo crítico, digo, da realidade crítica mesmo, nas dissertações e teses, mas ainda é pouco, porque o aluno vai lá, muitas vezes ele não se envolve muito, e fica pior a emenda do que o soneto, porque, às vezes, instrumentaliza o objeto e tal.

Outra aspiração de Goulart é ver diversificada a semana acadêmica, que ocorre todos os anos na faculdade de administração a qual integra, organizada pela ala mais conservadora do curso, que tem como palestrantes convidados somente empresários de sucesso, sem que se considere a possibilidade de se chamar profissionais que se destacam na administração pública e social. Goulart ressalta a importância de se apresentar aos alunos outras experiências na área de administração, ampliando as possibilidades de funcionamento de produção e relacionamento com clientes, funcionários, meio ambiente e tudo o que envolva a produção:

e eu gostaria de trabalhar também mais na graduação essas coisas. Por exemplo, os alunos têm, todos os anos, uma semana acadêmica lá na escola, que eles convidam palestrantes e tal. Como o curso de Administração, mais genérico, está lá há mais tempo, então, toda semana acadêmica eles convidam os grandes empresários de muito sucesso para fazerem as palestras. Mas, e a galera toda da administração pública e social? Eu mesmo desejo que a gente possa levar lá, sabe, tem um cara que a gente conversou um bocado lá em Santana do Livramento, no RS, que a gente faz a pesquisa, o pessoal lá do MST tem cooperativa de produção de leite, de assentamento, essas coisas, não estou dizendo que é isso é que está certo, tudo está permeado de uma lógica, que é capitalista, claro, nesse mundo que a gente vive; mas que pelo menos são outras maneiras de ver, para os alunos, para diversificar, mas eu não sei, vai ser bem difícil a gente conseguir alcançar. Mas o meu objetivo é esse, estou trabalhando e estudando e tentando sempre encontrar essa outra forma, e, inclusive, de ir mais para a rua, mas isso depende de várias coisas...É militar nos movimentos em que eu tenho aderência, não são todos que eu tenho aderência, também não é tudo que me cabe.

As semanas acadêmicas promovidas pelas faculdades de administração geralmente têm uma programação com temáticas que reforçam o universo *mainstream* gerencial. No entanto, de acordo com Goulart, há um esforço por parte do grupo para balancear as palestras, incluindo maior número de depoimentos de indivíduos que fazem parte de cooperativas de trabalho, ilustrando casos bem sucedidos com outras possibilidades de viver e trabalhar, com vistas a propiciar a ampliação da visão dos alunos a respeito do empreendedorismo.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquilha

Dentre as principais contribuições do grupo, Junquilha cita as pesquisas sobre a gestão escolar, no âmbito da administração pública, enquanto espaço de construção e de resistência, onde o sujeito, a partir de suas práticas, participa ativamente dessa realidade. Junquilha ressalta também a importância do referencial teórico de Michel de Certeau que, mesmo imprescindível para o embasamento teórico às questões estudadas, ainda é pouco conhecido, ganhando alguma visibilidade, no âmbito dos estudos organizacionais, devido às pesquisas empreendidas pelo grupo:

eu acho que a fazer, no meu caso, de escola, acho que a gente está começando a trazer uma contribuição interessante para a área da administração pública da Anpad, por exemplo, por estudar a gestão a partir das práticas, do espaço, que o sujeito constrói no dia-a-dia. O Certeau mesmo ainda é pouco usado nos estudos organizacionais.

De acordo com Junquilha, ainda resta a realizar, por exemplo, a ampliação da base de pesquisas, de modo a desenvolver e aprofundar o estudo da gestão escolar, como também a questão de gênero, sob os cuidados do Eloisio. Para Junquilha, “a educação é uma organização complexa que requer um gerenciamento próprio”.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Dentre as principais realizações, Serva mencionou o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração (anual); a criação da Rede ORD de pesquisadores, com membros no Brasil e no exterior; os Seminários de Pesquisa abertos à comunidade acadêmica; as pesquisas em cooperação internacional com centros de pesquisa no exterior; as teses de doutorado e as dissertações de mestrado elaboradas no âmbito do Núcleo.

Quanto às aspirações a realizar, citou o lançamento da revista "Ciências em Debate", previsto para dezembro/2013 e reiterou o desejo de continuidade das realizações citadas anteriormente.

O reconhecimento e a influência dos grupos na área de administração

5 - Como o grupo é reconhecido na área de administração? Como este grupo influencia a comunidade acadêmica da área de administração?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria afirmou que consegue publicar na área de administração; mas encontra mais facilidade, por exemplo, na área de psicologia. Contudo, insiste em publicar na administração como meio de fomentar o debate e mostrar outras reflexões críticas ao pensamento dominante. Além disso, considera cada vez mais indispensável usar a Internet para popularizar o acesso ao conhecimento. Faria comenta que:

é mais fácil publicar fora do que dentro da área, embora a gente insiste em publicar na área de administração, porque a gente entende que tem de entrar por dentro da estrutura e ir minando a estrutura, então, tem de colocar mesmo nas revistas dos administradores. Eu estou fazendo um blog no qual vou colocar toda minha produção ali no blog, porque eu acho que está na hora da pessoa lá do interior, do Amazonas, entrar no blog pelo tema e acessar os trabalhos sem ficar pagando para ninguém, ou seja, popularizar o acesso ao conhecimento.

Ainda sobre a popularização do conhecimento, Faria relatou que, além do site oficial do grupo EPPEO, foi criado, por esses pesquisadores, o instituto Ambiens. O Instituto, planejado sem fins lucrativos, é voltado à pesquisa, educação e planejamento, trabalhando com movimentos sociais, planejamento social de cidades, cursos de pós-graduação e de extensão. De qualquer forma, Faria esclarece que as atividades são sempre financiadas de alguma maneira, seja por projetos junto a agências de fomento, seja por parcerias. Os cursos são pagos, não para o Instituto acumular capital e sim para remunerar professores e para sustentar a própria atividade, voltado para o atendimento das demandas sociais.

Entre as ações que desenvolvem, destaca-se o Curso de Especialização em Direito da Cidade e Planejamento Urbano, cujos docentes são praticamente todos do EPPEO, e que, de acordo com Faria, está sendo um sucesso, de tal maneira que as inscrições para o próximo ano, que se encerram em fevereiro de 2014, já estão praticamente completas. Este curso deverá ser oferecido a seis Regiões Metropolitanas no Brasil em 2014 e a mais algumas cidades do interior do Paraná. Para Faria, essas são atividades são de significativo impacto social.

Faria questiona o que se chama de critério de impacto no mundo acadêmico, porque estes critérios não levam em conta a questão social e sim a da avaliação dos pares, como uma espécie de partenogênese, na qual as investigações acadêmicas se reproduzem sem fecundação da realidade. Faria comenta que:

hoje preocupo-me cada vez menos com os critérios de publicação CAPES, CNPq, etc. Estou mais preocupado com o que eu tenho chamado de "tragtenberguear", ou seja, fazer o que o Maurício

Tragtenberg fazia, que é publicar seus textos para o trabalhador ler. Então, qual é a real medida do impacto? Hoje, pelas regras da CAPES e do CNPq, a medida de impacto é se seu trabalho é citado nas revistas Qualis A por seus pares, e não se ele tem repercussão social, ambiental, etc.

De acordo com Faria, a medida de impacto é acima de tudo o reflexo de quanto o seu trabalho é usado como referencial na sociedade, nas escolas e nos movimentos. E não apenas para aferição das citações em artigos acadêmicos, tão restritos a um ambiente específico. Para Faria, o foco principal não deveria ser apenas publicar para se obter pontos:

então, a gente quer recusar essa coisa elitista, burguesa que se instituiu na academia, o que não significa que a gente não vai publicar, mas a gente está abandonando um pouco o foco dessa ideia de publicar para fazer pontos. A gente publica e se fizer pontos, tudo bem. Mas o foco não é fazer ponto, o foco é publicar.

A fim de se ampliar o espaço para publicação de estudos organizacionais, Faria, entre outros pesquisadores, estão ensejando esforços no sentido de reeditar uma revista de estudos organizacionais, anteriormente editada em Maringá, mas que se encontrava fora de circulação. Desse modo, a revista teve seu título cedido com o intuito de voltar a ser publicada, a partir da criação da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais – SBEO, por esses pesquisadores. Com isso, Faria acredita que se alcançará um “espaço maior para crítica do que temos hoje”.

Sobre os equívocos que o sistema de avaliação atual acaba gerando, Faria detalhou suas percepções ao realizar um levantamento em relação aos periódicos listados na base Qualis, da CAPES. Faria relatou os seguintes problemas:

então, só para você ter uma ideia, na área da administração, eu fiz um levantamento, de revistas A1 e A2, somadas elas dão 108 revistas, a maior parte estrangeira, nós temos só duas revistas A2 brasileiras, e isso dado pelo próprio conselho, nós mesmos que fizemos isso, ou seja, as pessoas considerando sua própria produção. E dando nota A1 e A2 para revistas, que, para mim, são verdadeiras porcaria, elas são muito piores, por exemplo, nem digo, muito piores... digo, elas nem se equiparam, por exemplo, à RAE, então são revistas horríveis, mas elas são consideradas A. Então, dessas 106 revistas, 98 são “business”, então, o espaço para crítica praticamente não existe. As outras 8 revistas aceitam “business” e até o nosso trabalho, então, nós temos de concorrer, fica muito difícil de colocar trabalho nessas revistas.

Faria, ao avaliar os dados acima, nos mostra como o próprio conselho da área, formado por docentes escolhidos pelo Ministério da Educação, qualifica de maneira inferior a produção nacional, mesmo quando são periódicos reconhecidamente de excelência. Além do mais, ao dar maior peso às publicações destinadas

preponderantemente ao que denomina de “*business*”, ou em outras palavras, ao pensamento dominante na administração, ou ainda, ao pensamento não-crítico.

Com isso, deduz-se que reflexões críticas são fortemente discriminadas por esse conselho, um claro desestímulo, estrangulamento à produção de textos acadêmicos críticos, por não estarem praticamente aptos, dessa maneira, a obter pontuação junto a CAPES.

Faria relata que a ideia de realizar esse levantamento surgiu quando teve negada a renovação de sua bolsa de pesquisador do CNPq, visando embasar uma consideração que dirigiu ao conselho, conforme descreveu:

(...) a alegação que eles tiveram para não dar minha bolsa, embora eu tenha feito 720 pontos, o dobro do necessário em 3 anos, era necessário obter 360 pontos para renovar a bolsa, eles não me deram, e a justificativa era que eu não tinha publicações em revistas A1 e A2. Bom, eu tenho publicações em revistas A1 e A2, só que na área essa revista não é considerada A1, na psicologia ela é A1, mas aqui é B2. E eles disseram: “não, nós preferimos aqueles pesquisadores que publicam em revistas A1 e A2 ...”.

Então, apesar de ter alcançado uma pontuação admirável no período determinado para avaliação, Faria teve a bolsa negada por não ter publicado artigos em revistas classificadas em A1 e A2. Faria expõe suas reflexões acerca dos motivos dessa exigência que o impediu de ter a bolsa renovada, e acredita que há uma inclinação em se apoiar pesquisadores que se dedicam a temáticas que estejam mais afinadas com o ambiente do *business*, alheias ao pensamento crítico na administração:

quais pesquisadores? São os pesquisadores que fizeram provavelmente um doutorado, alguma coisa, em *business*, que publicam nessas revistas de *business*, assuntos de *business*. Sem nenhuma crítica. E eles davam as bolsas para esses pesquisadores e o pesquisador que critica não tem espaço e quem faz isso é o próprio conselho. Então, quando eles alegaram isso, eu mostrei, para o parecerista, olha: “eu posso publicar teoria crítica nessas revistas? Não posso. Eles aceitam? Não aceitam. Então é uma concorrência desleal!” Então, se eu preciso da A1 e da A2 para renovar a bolsa, mas eu não tenho espaço para publicar, porque aonde eu publico vocês não acham que é A1 ou A2. Na verdade, há um cerceamento da liberdade da publicação, e isso interfere na concessão da bolsa, então, para mim, a bolsa passou a ser ideológica, não mais uma bolsa de mérito.

Esse relato ilustra bem como o sistema atual de classificação de periódicos afeta significativamente linhas de pesquisa que simplesmente não são privilegiadas pelo conselho. Faria repensa sua trajetória diante desse fato:

eu tenho uma história nessa área, eu formo pessoas, eu tenho doutorado, eu tenho teoria proposta, enfim, eu tenho livro publicado. Aí chega um rapaz, que acabou de sair da universidade, que publica nessas revistas tem mais vantagens, ou seja, ele é muito mais

considerado do que toda história que eu tenho. Eu acho que isso, para mim, me levou a pensar se esse é o critério que nós queremos?

Ao ser perguntado se teria tomado alguma medida legal contra a justificativa alegada pelo órgão de fomento, Faria respondeu que não; mas que, nesse sentido, a criação da sociedade (SBEO) é uma maneira de pesquisadores, como ele próprio, interferirem nos conselhos, embora reconheça que está diante de um processo muito lento a ser construído. Faria considera prioridade a popularização da produção acadêmica, em vez de restringi-la apenas ao meio e esclarece que:

do ponto de vista do grupo, o que nós estamos tendo mais clareza, é que a medida de impacto para nós, não é CNPq, não são esses critérios, mas popularizar aquilo que nós fazemos. Então, já tem livro, por exemplo, de pesquisadores nossos que estão gratuitamente na página, estavam em editoras, mas passaram a ser disponibilizados para acesso gratuito. Ou seja, a nossa produção é pública, feita com recursos públicos, o que não significa eu não possa publicar por uma editora, mas muito do que eu vou publicar agora, porque eu vou publicar, eu pretendo fazer um livro para publicar pelo blog, mas não por uma editora.

Os pesquisadores são essencialmente avaliados perante o CNPq, para solicitação de financiamento para pesquisas, por exemplo, com base na produção e respectivamente em sua medida de impacto, que visa a medir, através de citações, as consequências de sua produção na área de pesquisa em que se insere. No entanto, nessa avaliação não se considera o aspecto qualitativo do impacto real do trabalho do pesquisador na comunidade acadêmica e na sociedade. Além do mais, especificamente para a Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, os cientistas são avaliados pelos seus pares, o que pode representar um conflito de interesse por eventualmente competirem por recursos.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

As duas perguntas reunidas no quinto item do questionário não foram dirigidas ao entrevistado, pela necessidade apresentada anteriormente, de uma certa urgência em se aproveitar ao máximo o tempo disponível, pela iminência de se perder a qualquer momento o espaço para a entrevista, o que acabou não se concretizando. A pergunta consistia em saber: “como o grupo é reconhecido na área de administração? Como este grupo influencia a comunidade acadêmica da área de administração”?

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula reconhece que a área crítica tem alcançado cada vez mais importância no âmbito da administração e que isso, em grande parte, aconteceu a partir da publicação do *Handbook* de Estudos Organizacionais. No entanto, ressalta a necessidade de se fazer crítica a essa visão do Alvesson & Deetz disseminada na referida obra.

A entrevistada relembra a reprovação de um artigo de sua autoria em dois notáveis periódicos nacionais especializados em administração. No artigo, Paula apontava equívocos na interpretação de Alvesson & Deetz acerca da crítica da ideologia da Escola de Frankfurt e a supervalorização do pós-modernismo como corrente mais propícia para o exercício da crítica em detrimento da anterior, conforme consta no capítulo de autoria desses autores, intitulado “Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos Organizacionais”, publicado no *Handbook* de Estudos Organizacionais.

Paula defende a necessidade de se fomentar espaços propícios para a discussão em profundidade e a realização de questionamentos das ideias apresentadas no *Handbook*, e não o contrário, como aconteceu ao ver seu artigo mais questionador reprovado, significando um tipo de cerceamento à discussão.

Paula frisa que pelo fato de o *Handbook* ser uma obra referencial na área, é natural que o corpo acadêmico busque apurá-lo. Fora o aspecto apontado por Paula, quanto ao problema que teve nessa tentativa de discussão teórica via publicação, a entrevistada reconhece que há cada vez mais projeção da área crítica em grandes eventos, tais como o EnANPAD e o EnEO. Ambos são realizados pela ANPAD, com áreas específicas que tratam de estudos críticos em administração. Paula, porém, considera que esse espaço conquistado ainda é visto como marginal e, não obstante, tornou-se alvo de comentários depreciativos pelos próprios pesquisadores, que alegam, por exemplo, que o espaço teria se tornado cativo, que a crítica passou a ser “chapa-branca”, visando manter reserva de mercado para a crítica estabelecida, Paula explica que:

muitos desses preconceitos vêm também em função das divisões que existem dentro da própria área, não é uma área que se une, é uma área em que, na verdade, se vive muitos conflitos, alguns conflitos, na minha opinião, passam da questão epistemológica, e que são, as vezes, de natureza pessoal, infelizmente.

Ao ser questionada se a falta de solidariedade entre membros da própria área crítica seria em função de uma eventual disputa por verbas, Paula discordou dessa possibilidade. A entrevistada acredita que o fator que mais dificulta a possibilidade de uma convivência proveitosa seria a questão da vaidade e revela uma situação desagradável pela qual seu grupo passou:

então, se eu mesma deixei de participar dos últimos EnANPADs e EnEOs, pela exaustão, porque eu ia lá, apresentava meus trabalhos com meus orientandos, e nas sessões alguns pesquisadores mandavam seus orientandos para desconstruir os trabalhos dos meus alunos, e eram desconstruções muito irresponsáveis, porque eram pessoas que não tinham lido os trabalhos. Então, as pessoas vinham fazer a crítica ao trabalho sem ter lido o trabalho.

Para Paula, não há justificativa plausível para esse “racha” que existe na área, pois não considera as diferenças tão significativas, defendendo que outras formas mais interessantes de lidar com as divergências poderiam ser construídas, sem perder o significado da crítica neste contexto:

eu penso o seguinte, que uma das coisas mais importantes na perspectiva crítica é o respeito que você tem em relação à posição do outro. A crítica, na minha opinião, ela não deveria ser essa feira de vaidade, que vem se tornando, infelizmente, eu espero que isso mude num futuro próximo, porque é contrário às próprias proposições da teoria crítica. A crítica não fala sobre emancipação? E a emancipação não é um respeito à autonomia? Como é que eu vou defender emancipação e respeito à autonomia, se minha autonomia não é respeitada?

Paula entendeu, com base no teor da mensagem que recebeu do parecerista que reprovou seu artigo, que a recusa não seria em função da falta de mérito do texto, mas pela falta de interesse em tornar pública a discussão proposta. De acordo com Paula, essa é uma postura contraditória, uma vez que faz parte das atividades acadêmicas o conhecimento e a discussão dos trabalhos apresentados por seus pares, inclusive, e, principalmente, quando estes estão equivocados:

então, eu tenho que simplesmente ler tudo que está por aí, engolir os equívocos, deixar que se continue disseminar um texto que tem graves problemas, e que está formando pesquisadores, simplesmente porque essa discussão não vale a pena ser feita.

Sobre a questão se há preconceito ou reconhecimento na área, Paula tece algumas ponderações e demonstra mais uma vez seu descontentamento com a reprovação do artigo em que se propõe a discutir equívocos relacionados aos conceitos básicos na área crítica:

complicado! Eu sou uma pessoa que tem 17 anos de pesquisa na área, tenho livros publicados na área, oriento trabalhos na área, fui líder de tema na área e eu tenho que a essas alturas da minha vida ouvir este tipo de questionamento que, na minha opinião, não tem fundamento nenhum.

Paula teme que o cerceamento na seleção dos temas por pareceristas, em geral são os mesmos que realizam as avaliações, em periódicos, acabe por esvaziar a discussão nessa área que se propõe ser crítica:

o que eu vejo é que eles mesmos começam a achar que determinadas discussões não estão tendo relevância. E quanto mais eles vão achando que as discussões não têm relevância, mais espaço nós vamos perdendo nos periódicos. Você pode ver que ultimamente eu não tenho publicado muita coisa. Eles mesmos barram.

Paula reconhece que a área está se desenvolvendo, mas que ainda tem de lidar com preconceitos como, por exemplo, o de ser considerada uma área marginal, de menor importância. Mais do que isso, uma área sujeita a questionamentos quanto à sua utilidade, por parte de áreas mais alinhadas ao funcionalismo; além dos entraves internos, conforme explica:

é uma área que está se desenvolvendo, está se legitimando, mas tem graves problemas, além da visão dos externos que considera uma posição mais marginal, que não consegue ver utilidade etc, existe a posição dos internos, que querem tentar barrar o avanço de determinadas discussões.

Ainda no quesito dos problemas vividos internamente na área, Paula chama a atenção para a dificuldade que os pareceristas encontram quando se deparam com temas complexos, os quais não dominam frequentemente, o que dificulta uma avaliação correta dos artigos submetidos:

Escola de Frankfurt, não é uma coisa que qualquer pessoa vá e faça, você tem de ter pelo menos algum patamar para dizer: vou discutir Escola de Frankfurt. (...) a não ser que você seja especialista da Escola de Frankfurt para falar essas coisas, acho que você corre risco de ser totalmente arbitrário. E o que eu percebo no Brasil é que há pouquíssimas pessoas que são especialistas em Escolas de Frankfurt. Eu posso apontar o Professor José Henrique de Faria e Francis Meneghetti. Os dois, fora isso fica difícil. Assim, tem pessoas que fizeram algumas leituras, mas especialistas mesmo...tanto é que eu vejo nas avaliações que são feitas desses trabalhos, que as pessoas não se direcionam a discussão que realmente está sendo feita, a discussão sobre a Escola de Frankfurt, porque ali elas não têm como entrar. Então, elas ficam cobrando: ah, você não citou fulano, você não citou beltrano, o seu texto não está formatado de acordo com a ABNT ou, então, fazem este tipo de ofensa. Então, fica difícil. Esta pergunta que você me faz coloca a gente dentro deste olho do furacão. Afinal, estamos em respeitabilidade na academia? Pode até ser. Mas nós estamos nos respeitando internamente? Né? O que eu penso é o seguinte: diferenças existem, diferenças precisam ser respeitadas e se diferenças não forem discutidas civilizadamente a gente não consegue avançar. Acho que não é o caso de você descartar discussões porque você acha que elas não valem a pena.

Paula ressalta a importância de se fomentar o diálogo interno, dentro da própria área, para que as diferenças sejam debatidas e não usadas como meio de se rejeitar artigos, apenas pelo fato de o parecerista não concordar com a posição do pesquisador, no âmbito dos estudos organizacionais.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório ressalta como o grupo “Programa de Estudos em Gestão Social” tem recebido financiamento, tanto de origem pública, quanto privada, para diversos projetos de porte. Tenório discorre acerca do reconhecimento tanto de órgãos de fomento, quanto da instituição da qual faz parte:

olha, [o grupo] é reconhecido até pelo apoio financeiro que tem recebido da CAPES, CNPq e FAPERJ. No momento, a gente está com dois projetos FAPERJ e um projeto CAPES. Então, eu acho que isso é um reconhecimento. Mais o apoio da FGV. Eu tenho um centro de pesquisa que recebe financiamento, orçamento direto da própria FGV para meus estudos.

Perguntado se vivia algum tipo de discriminação por se inserir em uma área dedicada a estudos críticos, Tenório declarou nunca ter enfrentado essa dificuldade, nem na FGV, onde trabalha por mais de 48 anos, ou na COPPE, onde atualmente é colaborador; e nem mesmo em outras instituições com as quais colabora na área universitária, localizadas no Chile e no Equador. O entrevistado pondera se o clima de liberdade que percebe na FGV talvez seja decorrente do fato de trabalhar lá há muito tempo. Mas ressalta a importância de se ter equilíbrio sendo um pesquisador crítico, e explica:

é claro que você tem de ter certo equilíbrio, por exemplo, se eu der a matéria, vamos pegar o caso teoria das organizações, eu não vou dar teoria das organizações na perspectiva explicitamente crítica, eu tenho de entrar na linha funcionalista, eu tenho de mostrar para eles que você tem uma leitura funcionalista, positivista, tradicional, quais são as teorias que circulam nisso aí, isso aí eu falo. Entendeu? Agora, termino mostrando as contradições disso via pensamento crítico, então não vou me furtrar a isto, porque se as pessoas forem para o atual mercado de trabalho só com a leitura crítica, possivelmente não vão encontrar [trabalho].

Enquanto nas disciplinas introdutórias da administração Tenório considera apropriado apresentar aos alunos o pensamento de correntes predominantes, como a funcionalista, positivista, entre outras, com a devida reflexão crítica acerca dessas; nas disciplinas especificamente críticas, entende que é o espaço ideal para o aprofundamento das temáticas controversas, tanto em um, como no outro, com equilíbrio para atender às expectativas do currículo programático:

agora, quando eu dou a matéria teoria crítica ou pensamento crítico em teorias organizacionais, aí, a ênfase é o pensamento crítico. É o caso lá no Chile, Equador, aqui [COPPE], na própria fundação. Eu pego a temática “pensamento crítico” e a partir dali é que eu vou trabalhar. O inverso acontece quando eu dou a matéria “teorias

organizacionais”, aí eu tenho de dosar, 1/3 do conteúdo final da disciplina é que vai ser crítico. Os demais 2/3 não. Não posso ser ingênuo a ponto de ...entendeu? [o entrevistado dá a entender aqui que seria ingenuidade apenas se posicionar criticamente na formação em administração].

Em relação ao modo como esse grupo influencia a comunidade acadêmica da área de administração, exclama Tenório: “ah, isso eu não sei. São as pessoas que vão dizer”. Mas sobre o fato de ter aumentado a quantidade de publicações de assuntos críticos, comparativamente, em relação a outras publicações na área, alega que não enfrentou nenhuma resistência até o momento, inclusive, em publicações estrangeiras. De acordo com Tenório, o fato de suas pesquisas não serem restritas ao pensamento crítico numa leitura tradicional, ou ao marxismo ortodoxo; facilita a aceitação de seus trabalhos. Por isso, a importância de se adotar como referência principal o pensamento frankfurtiano, que favorece a interdisciplinaridade nas discussões:

eu não tenho tido nenhuma resistência, pode ser que tenha a partir de hoje para amanhã. Por exemplo, as revistas publicam, inclusive fora do país, mas é aquela coisa também, se você for trabalhar o pensamento crítico numa leitura tradicional ou do marxismo ortodoxo eu acho que limita um pouco. Por isso, eu penso que o pensamento frankfurtiano, pela sua característica da interdisciplinaridade, ele favorece a você fazer discussões, coisa que se você for por uma linha mais ortodoxa ou do marxismo ortodoxo dificulta um pouco pelo dogmatismo.

Então, Tenório acredita que essa característica própria da Teoria Crítica, a da multidisciplinaridade, amplia as possibilidades de discussão acadêmica, e, por isso, a aceitação de artigos fundamentados nessa escola.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Formulei essa pergunta, às avessas, à Misoczky, para facilitar a fluidez da resposta. Perguntei, então, se o grupo sofre discriminação na área por ser crítico. A entrevistada esclareceu que não há nenhuma barreira para publicação, mesmo publicando exclusivamente na administração. Declarou que bastaria verificar em seu Currículo Lattes, para se constatar sua alta produtividade acadêmica, como os dos demais integrante do programa de pós-graduação do qual faz parte, situando-se entre os oito ou dez pesquisadores mais produtivos. Ressaltou que publica em revistas que fazem parte do *mainstream*, mesmo as estrangeiras. Naquele ano de 2012, sem fazer muito esforço, calculou que já teria mais de 200 pontos em publicações.

Como exemplo, citou um artigo que está sendo publicado pela *Organization Studies*, que afirma ser uma revista “muito” *mainstream*. O trabalho apresenta uma análise marxista do mercado de crédito de carbono, e outro sobre economia verde, para o Cadernos Ebape. Misoczky discorda que tenha qualquer dificuldade para publicar, afirmando não se deixar envolver por esse discurso, e nem ceder um milímetro no conteúdo de seus estudos.

Quanto a esse artigo, especificamente, recém aprovado para o *Organization Studies*, foram necessárias cinco versões, até ser aceito. Na primeira versão, um dos avaliadores desqualificou o argumento, considerando que o meio ambiente havia sido destruído na União Soviética. E o grupo respondeu ao editorial da revista demonstrando a falácia desse argumento. Em seguida, o avaliador foi retirado dessa avaliação. Misoczky defende a importância de se promover o embate, colocar o outro contra a parede, não se eximir da discussão.

Misoczky conta que o lado negativo de se publicar muito é o fato de aparecem oportunistas e eventuais seguidores que deturpam o teor do texto publicado, ao mesmo tempo em que usufruem das referências que o grupo usa, porque abrem caminhos. Misoczky considera que esses seguidores passam a usá-las de modo absolutamente incoerente. Exemplificando, diz que “usar Enrique Dussel em uma abordagem de negócios, quando Enrique Dussel é um autor anti-sistêmico é um crime. E estas coisas estão começando a pipocar. Isso a faz se questionar: o que estão fazendo, o que estão produzindo”?

Misoczky revela que tem feito inimizades no meio por aconselhar as pessoas a não usarem um determinado autor ou a não prosseguir por uma determinada linha equivocada de raciocínio, ao que pondera: “então, eu acho que a gente está influenciando um pouco esse dilema, que bom que a gente não tem controle sobre isso, o grupo deve continuar a fazer o embate”.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Em termos da repercussão das ideias do grupo na área, Goulart considera difícil avaliar o quanto influencia ou mesmo se exerce alguma influência. Mas diz que tem realizado parcerias interessantes e encontrado interlocutores que têm contribuído significativamente para a área da crítica. Para a entrevistada, possivelmente há uma influência em “mão-dupla”, porque ela própria, assim como os pesquisadores de seu grupo, são muito influenciados, por sua vez, por outros autores e grupos, com os quais mantêm o diálogo regular, como no campo do marxismo:

então, nossa interação com outros grupos de pesquisa, por exemplo, hoje de manhã no painel de estudos históricos, a gente tem um diálogo com aquele grupo, que é interessante, tem a Rede Rebelá,

aonde a gente tem uma interlocução forte no campo do marxismo e é bem interessante.

Quanto ao fato de o grupo ser reconhecido pela academia, Goulart acredita que seja sim, começando pela aceitação de seus textos para publicação e apresentação em congressos de administração, mesmo nos eventos alinhados com a corrente funcionalista. Para Goulart é necessário estar em espaços mais diversificados, para se discutir pontos de vista divergentes:

se é reconhecido na academia? Olha, a gente frequenta os espaços, os espaços “top” aí, temos publicações nas revistas importantes da área e tal. Assim, o espaço não é fácil, mas nossa lógica não é: “isso não é do nosso campo, vamos nos afastar dele”. Não, a gente insiste, a gente quer estar aqui, a gente poderia estar trabalhando em outras escolas, mas estamos na escola de administração, o que sempre gera alguns transtornos.

Goulart mencionou que há estudantes que conhecem a atuação do grupo de trabalho e que se identificam e se aproximam do grupo atraídos pelo seu posicionamento crítico e pelas temáticas pesquisadas e estudadas. Mas esses alunos, ao buscarem se aprofundar em pesquisas, ingressando em cursos de mestrado e de doutorado, optam por outras áreas de especialidade, excluindo a opção pela administração. Goulart explicou que mesmo que a pós-graduação em administração representasse aos alunos uma possibilidade de avançar nesses estudos críticos, com a orientação de docentes que fazem parte do grupo “Organização e Práxis Libertadora”; no entanto desistem, por considerarem a administração instrumentalizante, por excelência, e pelo fato disso pesar contra o militante no currículo, então, declinam dessa opção. Conforme relatou Goulart:

quando a gente fala, por exemplo, os estudantes do GETUP, eles veem o nosso trabalho, eles sabem como a gente trabalha, que a gente tem um posicionamento crítico, eles se interessam pelas nossas temáticas e tudo, quando eles querem fazer alguma formação uma coisa qualquer, a gente está lá junto com eles, mas eles não fazem nem mestrado, nem doutorado em administração, mesmo sendo para trabalhar com a gente. Porque pesa no currículo de um militante um mestrado ou um doutorado em administração, porque ela já é instrumentalizada por nascença.

Goulart explica que esses alunos acabam optando por ingressar em um curso de pós-graduação na área de ciências sociais, mesmo que extremamente conservador, como é o caso da UFRGS, mas evitando o estigma de estarem cursando um programa de administração.

Sobre eventual discriminação no meio, por ser crítico, Goulart diz que há, individualmente, um ou outro professor que possa antipatizar com essa linha, mas que procura seguir as regras do jogo, ou seja, atender aos deveres da atividade docente

naquela universidade, ao participar de atividades curriculares e extracurriculares, cumprindo a pontuação mínima exigida para a melhor qualificação do curso, entre outros:

claro que individualmente, tem um ou outro professor que ..., mas o que acontece é que a gente tem uma postura, muito assim: pelas regras do jogo. Para ficar na pós-graduação, tem de publicar, pronto, a gente cumpre essa regra, e assim sucessivamente, então, a gente está sempre ligado.

Goulart revela que, mesmo fazendo parte de um grupo de pesquisadores da área crítica, inseridos na administração, as disciplinas que ministram com enfoque crítico são as únicas obrigatórias, tanto no mestrado, como no doutorado e, normalmente, inauguram os cursos:

para você ter uma ideia, com esse posicionamento que é explicitamente crítico, marxista e tudo mais, as disciplinas obrigatórias do mestrado e do doutorado estão com a gente, comigo no mestrado e com a Ceci [Misoczky] no Doutorado, então, é a única disciplina obrigatória que tem no mestrado ou para o doutorado, está com a gente, que é a Teorias Organizacionais. Essa disciplina, no mestrado, por exemplo, costuma ser oferecida em bloco, intensivamente, no primeiro período, assim que entram, fazem essa disciplina. No ano passado, a gente deu 12 dias de aula, 60 horas de aula, a gente quase enlouqueceu, nessa eu trabalhei com a Rosemary, que estava também lá hoje [na apresentação da ANPAD].

Goulart considera a obrigatoriedade das disciplinas nesses cursos, ainda mais sendo aceitas em sua vertente crítica, seja expressivo em termos de respeitabilidade na área:

então, acho que esse é um bom indicativo de que o trabalho é respeitado, a disciplina é meio que uma decisão da comissão de pós-graduação e a disciplina obrigatória sempre fica com a gente, há alguns anos ela é nossa, os alunos, no começo, têm muito choque, porque vem os alunos de todas as áreas, é obrigatório para todo o programa, então, aluno de marketing, aluno de finanças, e o programa, é um programa de teorias organizacionais, então, a gente discute Weber, Marx, e tudo mais, numa perspectiva, estudamos lá as escolas da administração e tal, mas sempre com um viés crítico, e os alunos participam muito ativamente, é muito engraçado, por exemplo, nesse ano que a gente deu intensivo, quando chega lá pelo terceiro ou quarto dia, Nossa Senhora!, a cabeça deles está dando nó, o povo do marketing ou do RH e tal, mas fica legal a discussão eles sempre trazem discussões bem interessantes.

Em suma, para Goulart, mesmo sendo crítico e estar no ambiente da administração, por mais controverso que possa parecer, percebe reconhecimento pelo seu trabalho, além de ampla aceitação de seus artigos para publicação e apresentação em congressos da área.

Quanto à questão da influência, considera difícil mensurá-la, mas entende que acaba por exercer tanta influência, quanto a que recebe de outros pensadores e movimentos

sociais. Alunos militantes participam de grupos de estudo e de pesquisa ministrados pelo “Organização e Práxis Libertadora”. No entanto, na hora de optar por uma pós-graduação, esses alunos evitam a escola de administração, independentemente do fato de haver um grupo de docentes críticos e bem preparados. Declinam devido à sua natureza instrumentalizadora, optam por ciências sociais, por mais conservador que esse curso possa ser em determinados lugares. Goulart ressaltou que uma das características de seu grupo é atender satisfatoriamente às regras determinadas pelas instâncias educacionais do governo, mesmo que não concorde do modo como algumas são exigidas. Por fim, destacou a importância de as únicas disciplinas obrigatórias nos cursos de mestrado e doutorado sejam ministradas por pesquisadores críticos.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Junquillo constata a influência cada vez maior dos trabalhos que produzem e o reconhecimento pela academia, ao verificar a boa aceitação dos artigos dos membros desse grupo para publicação em periódicos bem pontuados, como também pelo interesse suscitado pelas temáticas ali desenvolvidas, além de terem obtido premiação. Junquillo passa a discorrer sobre a repercussão dos trabalhos do grupo:

olha, eu acho que sim. O Eloisio, por exemplo, tem me contado que o tema das relações de gênero a cada dia tem tomado um vulto grande, uma importância cada vez maior. No caso nosso, que é essa ideia das práticas, que vem de várias questões que a gente sobre cultura nas organizações, a gente não fala cultura organizacional, porque não existe uma cultura própria, a gente fala em cultura em organizações, que é um campo bastante sólido na administração. Essa é a incorporação das ideias das práticas do sujeito, com pequenos movimentos de resistência ou não, então, assim, é um campo também bastante interessante e que tem espaço, senão nossas publicações não estariam sendo feitas numa rapidez como elas são.

Destaca que o pesquisador Eloisio relatou aumento do interesse pelas temáticas em que trabalha, pertinentes a relações de gênero. Quanto à sua produção pessoal, Junquillo vê o tema cultura nas organizações ascender, mais ainda, com a inclusão, em suas publicações, da noção das práticas do sujeito enquanto gestos de resistência, que tem suscitado maior interesse por parte dos periódicos.

Junquillo conta que o trabalho da pesquisadora Mônica vem sendo aceito, sem objeções, tendo sido motivo de muitas apresentações e o da Marcia recebeu

importante premiação. Dessa forma, Junquillo acredita que o NETES “é um grupo que desenvolve temas que interessam à academia e que tem espaço para crescer”.

Junquillo enxerga muitas possibilidades de pesquisa no tema da gestão escolar, desde abordagem das questões do conselho escolar, da merenda escolar e demais problemas da gestão em si, além dos conflitos das relações de poder na hierarquia. Esses temas são atuais e pesquisá-los pode conferir maior visibilidade ao trabalho do grupo:

a gente está só começando, porque você pode explorar de várias maneiras, você tem conselho escolar, você tem o dia-dia do diretor, você tem o órgão central de educação, você tem a merenda escolar, uma série de coisas que são da gestão. [...] A gestão da merenda escolar, por exemplo, tem um conselho de merenda escolar, que fiscaliza a distribuição de merenda, e isso tem relações de poder, tem conflito, tem projetividade ou não, tem estratégia e tática. A gente vê que a cada dia que a gente está pegando como tema para desenvolver são temas atuais que vão trazer a gente para um patamar bastante destacado, eu diria, daqui a dois ou três anos mais.

Junquillo lembra da época em que começou a apresentar, em congressos de administração, a questão da subjetividade, assunto que era recebido com certo estranhamento, bem diferente do que se observa hoje em dia: “a própria questão da subjetividade quando a gente começou, em 2000, a gente vinha para cá e as pessoas não entendiam muito bem o que a gente queria com subjetividade, agora já é outra história”.

Junquillo reafirma a postura crítica do Grupo NETES no sentido de mostrar a realidade e a forma como as relações de poder ocorrem entre indivíduos nas organizações: “então, nosso grupo é crítico no sentido, como falamos, da denúncia, de mostrar a realidade, como estão se produzindo ou reproduzindo as relações de poder, até que ponto as relações de gênero estão reproduzindo ou não as relações dadas de poder”.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Para Serva, a fim de se obter uma resposta mais adequada, esta pergunta deveria ser feita a pesquisadores externos ao seu Núcleo. Todavia, acredita que o grupo é reconhecido pela seriedade e profundidade do trabalho que realiza, com destaque para o Colóquio Internacional de Epistemologia, onde os resultados de suas pesquisas ganham maior visibilidade no meio acadêmico. Em suas palavras, este evento é: “uma espécie de ‘ponta do iceberg’, ou seja, aquilo que é mais visível”. Em termos de

influência, Serva afirma que o Núcleo pode ser considerado uma referência de trabalho científico sério e construtivo, no âmbito do paradigma crítico na administração.

As expectativas acerca do desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos

6 – Quais são as expectativas que o grupo tem em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade? (Tanto em relação ao trabalho do grupo, como o da área de um modo geral).

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Esta sexta pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, pelos motivos expostos anteriormente, no que tangia a necessidade de se agilizar a conversa, em decorrência do local, em que transcorreu a entrevista ter se tornado bastante ruidoso.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Meneghetti descreve uma situação pela qual passou e que ilustra bem isso, ao orientar a dissertação de mestrado de uma aluna, que escolheu como tema a violência no trabalho. A aluna problematizou especificamente a forma como a prática gerencial imputa violência, ou seja, o gerente é responsável por gerar violência, mas ao mesmo tempo, ele também é violentado nessa relação. Portanto, parece ser uma relação antagônica em muitos sentidos. O entrevistado ressalta que alertou bem à aluna que o tema seria sofrido e que iria requerer um preparo emocional para desenvolvê-lo, mas a aluna persistiu.

Meneghetti estava preocupado também pelo fato de a aluna ser gerente em uma grande empresa e de como esse estudo poderia repercutir emocionalmente em sua vida. Conforme a aluna avançava nos estudos, começou a perceber que não era somente a “violentada” por essas práticas, mas ficou perplexa em observar como ela própria reproduzia a mesma violência em seus subordinados. De acordo com Meneghetti, o trabalho da aluna ficou bom, com base empírica, incluindo entrevistas com dez gerentes, onde identificou uma lógica da reprodução da violência. Ao final, Meneghetti perguntou o que a aluna tinha aprendido com essa pesquisa, ao que respondeu que: não iria continuar seguindo esse modelo de reprodução da violência

pelas práticas gerenciais e que havia decidido regressar para sua terra natal, no nordeste.

Essa aluna estava vivendo em Curitiba, havia sete anos, longe de sua família. A filha enfrentava problemas na escola, por ser de outra região e ter sotaque, tornando-se alvo de brincadeiras inadequadas. Curitiba representava inicialmente, para essa pesquisadora, *status* e poder. Mas o preço revelou-se muito caro, acarretando um custo emocional muito alto. A aluna escreveu ao Meneghetti, após algum tempo, agradecendo e revelando que estava muito feliz, que estava perto de sua família e que passou a ser uma pessoa melhor.

Meneghetti exclamou: “quer algo mais prático do que isso!? Isso é prática organizacional da administração!” A experiência da pesquisa mudou a vida dessa aluna. Tempos depois, soube que a aluna conseguiu emprego e que declarou, mesmo ganhando metade do que recebia em Curitiba, que a sua felicidade era multiplicada por dez. Ao que Meneghetti concluiu que esse é o lado prático da pesquisa científica:

a pesquisa deve ser capaz de mudar para melhor a vida das pessoas, é para isso que serve o conhecimento, deveria ser só para isso; mas as pessoas perdem os limites, acho que esse é o grande problema que nós enfrentamos no geral. Acho que é uma teoria crítica para a felicidade do sujeito e uma melhora social”.

Meneghetti afirma ter a sorte de ter muitos amigos, pertencentes a diversas linhas de pesquisa, como as da teoria institucional e crítica. Ressalta sua grande amizade com o Prof. José Henrique de Faria, como também o Prof. Clóvis Machado-da-Silva, que costumava dizer que percebeu o potencial da teoria crítica depois de ter conhecido Meneghetti, justamente por este não se posicionar de maneira radical. Cultivaram forte amizade, apesar de algumas divergências teóricas.

Meneghetti considera essa convivência necessária, para aprofundar o debate e pondera que não estamos na época do nazismo, em que uma posição contrária ou preconceitos levam à morte do sujeito. Acredita que o embate teórico deva existir, mas não ao ponto de um radicalismo em que se tenha de exterminar o outro: “acontece na academia, a exterminação da subjetividade do sujeito, que é o que muitos doutores aqui [na EnANPAD] fazem com seus orientandos, com as pessoas que apresentam aqui. Então, se não é um extermínio real, físico, trata-se de um extermínio simbólico, e é uma chacina muitas vezes, que o orientador faz com seus orientandos em muitas situações, aquilo que nós [num sentido amplo], fazemos no meio acadêmico”.

Meneghetti revela que a visão que tem de mundo é muito graças ao seu pai e à vida que teve no interior: “eu sempre digo assim: eu saí do mato, mas o mato nunca saiu de mim”. Seu pai foi operário, antes havia sido um capitalista rico, mas perdeu tudo, virou operário, virou motorista de van. Além de ter sido um autodidata. Então,

Meneghetti diz que herdou o prazer da filosofia por causa de seu pai, por causa dos livros dele, e que o pai o influenciou pelo fato de ter sido um homem sem preconceitos, mais do que isso, “era exatamente pelo fato de ser quem ele era, que o tornava feliz e isso eu aprendi em casa, quer dizer, eu o vi sendo feliz apesar de ter perdido muito dinheiro na vida, de ter ficado pobre”.

Meneghetti conta uma história sobre o pai, que soube tempos depois. Havia um empregado, na fase em que o pai era muito rico, que tinha um filho com anomalia cerebral, e que seu pai lhe dera o equivalente a cerca de R\$ 100 mil reais para o tratamento. Este empregado, anos depois, veio agradecer ao Meneghetti, dizendo que se não fosse a atitude do pai dele, seu filho não estaria vivo. Então, Meneghetti reflete que:

essas coisas vieram muito da minha infância, dessa relação que eu tive com pessoas que levam a vida sem esse autoritarismo enrustado no sujeito, sem essa relação de classe, sem esses preconceitos, então, isso eu aprendi muito na minha casa. E outras pessoas que eu tive a sorte de ter convivido, pessoas muito simples, mas que tinham um conhecimento diferente do nosso que é um conhecimento formal.

Sobre a questão do conhecimento formal, Meneghetti afirma que “conhecimento formal não é muitas vezes sinônimo de sucesso, nem de certeza”. Para o entrevistado, geramos na administração um conhecimento de dominação, de aprisionamento: “essa administração que nós ensinamos aqui na pós-graduação é dominação, é ideologia e dominação pura. Se a administração for reduzida a só isso, estamos mal”.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Quando indagada sobre quais as suas expectativas quanto ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos, no contexto da sociedade, Paula considerou a questão um tanto ampla e se baseou no aspecto da utilidade das abordagens críticas para começar a respondê-la. Menciona, ainda, o uso de metodologias participativas como aliadas para criar condições de mudanças na realidade em que determinado grupo se relaciona:

um dos esforços que eu faço neste trabalho novo [refere-se ao trabalho de consolidação que fez para concurso de professor titular no qual participou na UFMG] é mostrar que a Teoria Crítica ela não está desvinculada da prática e, por isso, que eu coloco o foco na pesquisa-ação, na pesquisa-intervenção. Porque eu acho sim, que você colocando em questão a naturalização das coisas e tentando através da dialogicidade nos grupos alcançar outras posições, você tem sim possibilidade de mudança. E, aí, nesse caso, você teria repercussão significativa na sociedade.

Paula ressalta a importância da discussão que a Teoria Crítica traz, por meio do pensamento de Habermas, na esfera pública, como um espaço para se minimizar as assimetrias ou distorções dos discursos, o que reforça o sentido de autogestão que está diretamente ligada à pesquisa-ação, em função de se requerer que seja proposta, devidamente apropriada, feita e avaliada pelo grupo. Considera que a metodologia exerce um papel fundamental para aproximar os nossos pesquisadores da sociedade. Paula discorre sobre a expectativa em relação ao trabalho que realizam e volta a fazer uma reflexão dos problemas da área, que estão entrelaçados de alguma forma:

eu vejo assim que nós somos muito cobrados em relação a dar esta resposta, afinal de contas: qual é a utilidade do trabalho de vocês? Qual é a repercussão que ele tem na sociedade? E eu penso que como é que a gente faria para a gente resolver internamente esses nossos problemas, porque se a comunicação é distorcida entre nós, como é que a gente pode pretender gerar trabalhos que vão eliminar a comunicação distorcida nos grupos. Então, como é que fica isso? Então, eu vejo assim, eu vejo caminhos.

Chama atenção o fato, relatado pela entrevistada, de pesquisadores que se declaram identificados com abordagens críticas terem uma atitude desprovida de autocrítica perante o processo de construção do conhecimento científico.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório prioriza a discussão das contradições, pela ótica do pensamento crítico, e ressalta que entender como os autores críticos, da vertente frankfurtiana, leem a natureza técnica é fundamental para trazer à luz a questão social:

na nossa leitura aqui, a gente vai muito nesta linha de discutir as contradições e, obviamente, o pensamento crítico, a teoria crítica frankfurtiana...o pensamento crítico de uma forma geral vai ajudar muito nisso. Por exemplo, a gente fez uma matéria agora aqui chamada "Filosofia, natureza e técnica", todos os textos que a gente discutiu, a gente discutiu alguns pensadores críticos, teóricos críticos: Lukács, Habermas, de como é que eles leem a natureza técnica. Então, isto é fundamental para a questão social ser colocada em pauta, porque a questão econômica e a questão ambiental [já estão], mas não se colocava a questão social.

O enfoque trabalhado na linha de pesquisa do PEGS confere protagonismo à sociedade, em vez de ao mercado, e que esta posição se confirma com a atuação da sociedade, de forma mais influente e reativa aos ditames do mercado.

Essa transformação requer um olhar interdisciplinar das organizações para lidar com situações de crise:

aí eu vejo também o fato que a sociedade está dizendo, ela está assumindo [o papel] de protagonista, aquilo que eu disse agora há pouco, a gente começou justamente invertendo essas categorias, deixando o mercado como não sendo determinante para nossas análises, que a sociedade está assumindo o papel dela. Mesmo hoje com a crise na Europa, por exemplo, a sociedade não está com os braços cruzados e eu acredito que mais adiante ela vai assumir o seu papel com cada vez mais ênfase. No caso, as crises organizacionais que não se apoiarem numa linguagem mais interdisciplinar, numa linguagem menos determinada pelo mercado, não vão ter capacidade, não vão ter potencial de entender as organizações.

Tenório entende que as organizações terão que procurar se aproximar das demandas dessa sociedade mais consciente, atuante e reativa, para lidar melhor com as crises características desse contexto mundial complexo.

A expectativa do Tenório é otimista em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade, em função do aumento de conscientização das implicações sociais na gestão: “meu otimismo é grande, a questão econômica sempre foi discutida na sustentabilidade, a questão ambiental idem, mas a questão social não”.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Esta sexta pergunta do questionário não foi dirigida à entrevistada, pela limitação de tempo para a conversa, conforme explicado anteriormente. A referida pergunta consiste em saber: “quais são as expectativas que o grupo tem em relação ao desenvolvimento dos estudos organizacionais críticos no contexto da sociedade? (tanto em relação ao trabalho do grupo, como o da área de um modo geral).”.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart inverte a questão. Para a entrevistada, interessa mais saber como é que a sociedade se inclui nos estudos organizacionais críticos. Para isso acontecer, os problemas reais da sociedade devem ser objeto de pesquisa pela área.

Goulart cita o exemplo do modo como foi idealizada a universidade popular, que só pode atender por esta alcunha, se o povo participar para transformar a universidade e não a partir de um projeto imposto por doutores de maneira verticalizada:

a universidade popular, ela só é popular se o povo estiver dentro dela, se o povo vier para ela, só assim se transforma a universidade. Não tem jeito de transformar a universidade: “ah, vamos fazer um projeto de universidade popular!”. Não. É igual a realidade, tem de entrar dentro dos estudos organizacionais, ou seja, os problemas dos estudos organizacionais devem ser os problemas da sociedade, só é assim que funciona.

Sobre o modo como o conhecimento gerado pelo grupo retorna para a sociedade, por meio do comprometimento com projetos de extensão popular, considerando que, nesse processo, é fundamental a participação do que chama de intelectual militante. Goulart ressalta a necessidade de intervir em situações conflituosas do dia-a-dia:

eu acho que o jeito de voltar é trabalhar junto, estar lá presente, fazer atividade de extensão, da extensão popular. Tem uma coisa que eu tenho chamado, assim, não sou só eu, (...) mas eu botei esse nome lá para os meus alunos, que é intelectual militante, eu trabalho com os intelectuais militantes, (...) e eu quero ser uma intelectual militante. Eu quero militar no que eu acredito. Eu procuro frequentar, estar e ser ativa dentro desses movimentos em que eu acredito. Então, se há greve dos docentes, eu vou todos os dias na assembleia, como a gente tem algumas conexões, eles nos avisam: “olha, tal dia nós vamos invadir lá, tentar entrar na universidade e precisa de professores para receber os movimentos sociais nos portões da universidade”.

O grupo “Organização e Práxis Libertadora” é reconhecido pelos participantes de movimentos sociais, que recorrem aos pesquisadores para ajuda-los em suas manifestações, bem como em atos de reconhecimento e agradecimento. Como explica Goulart: “(...) é assim, interagir, vai lá conversar com as mulheres do MPA, dia 8 de março sempre a gente é chamado para alguma coisa, porque as mulheres lá sempre organizam algum evento”.

Goulart ministra a disciplina “Pensamento social brasileiro”, na qual os alunos estudam textos de autores que classifica como intelectuais militantes, tais como, João Candido, Luís Gama, Lima Barreto. A rigor, não precisa ser um intelectual acadêmico da área de administração. Depois da leitura desses livros, a pesquisadora promove com os alunos um fórum na plataforma do site educacional, já que esse curso especificamente é realizado à distância, o que é um motivo de contentamento por ampliar seu alcance ao oferecer um ensino de qualidade e com propósito crítico.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Para Junquillo, é necessário usar o referencial teórico crítico para relatar os problemas da sociedade em que se está inserido, até mesmo para se fazer denúncias, pois a aproximação com a realidade concreta torna a pesquisa mais relevante do que fazer estudos críticos pela abstração. Com o tempo, Junquillo constatou que artigos críticos, que relatam experiências reais, são cada vez mais bem aceitos para apresentações em congressos e publicações em revistas da área.

Acerca das expectativas dos estudos críticos na sociedade, Junquillo pondera que isso depende de diversos fatores, como por exemplo, do que se está escrevendo, para quem se está escrevendo e como se está escrevendo. O entrevistado distingue as pesquisas críticas, com base estritamente teórica, daquelas que têm respaldo teórico, mas que examinam questões que fazem parte de uma realidade:

uma coisa é você fazer uma abordagem muito crítica teoricamente, do contra, reivindicando coisas, outra coisa é você denunciar coisas da sua realidade, mostrar que tem espaço para os autores, ainda que eu não queira mudar a realidade da sociedade. Eu acho que a gente tem uma coisa interessante aí para pesquisar, que está mais visível hoje, a gente não tem tanta dificuldade como tinha há dez anos atrás para se colocar na ANPAD, para ter artigo aceito em revista.

Enfim, Junquillo considera mais instigantes as pesquisas que relacionam as questões teóricas às práticas, principalmente quanto às práticas cotidianas de uma determinada organização. Desse modo, sem se afastar da realidade experienciada na sociedade, o que poderia tornar as investigações mais superficiais, desviando a teoria da devida contextualização.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

A principal expectativa do grupo, segundo Serva, é a de que os estudos a serem elaborados levem em conta que a administração é uma área em que a ação é fundamental. Neste sentido, declara Serva, os pesquisadores esperam que o paradigma crítico não se limite a estudos teóricos e que auxilie o processo de recomposição de uma sociedade em crise profunda.

Segundo o entrevistado: “o que vale dizer que a crítica não se basta em si mesma, mas precisa indicar e demonstrar novas formas de ação organizacional que auxiliem a melhora real da qualidade de vida das pessoas no presente e no futuro”.

Problematização entre questões teóricas e a práxis

7- Como se relacionam as questões teóricas dessa abordagem com a práxis no sentido da aplicação da teoria em pesquisas ou trabalhos diversos de consultorias contratadas por instituições governamentais ou empresas?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria ressalta que o desenvolvimento teórico dos pesquisadores do grupo EPPEO é oriundo da prática, tem lastro empírico, embora produzam ensaios teóricos, em menor proporção. O entrevistado explica a importância de se pesquisar os problemas a partir da realidade dada:

eu diria que 90% ou 95% da nossa produção está lastreada no campo empírico. Porque eu penso que isso legitima bastante a maneira como você trabalha, então, você vai elaborando teorias, você vai elaborando questões, a partir daquilo que a realidade oferece.

Faria reconhece o impacto do estudo de teorias críticas em alunos da área de administração, que se formaram em seus cursos e que passaram a fazer crítica à gestão e, com isso, deram outros rumos em suas vidas:

[...] aquilo muda a vida da pessoas. E elas vão colocar isso no lugar aonde trabalham, ou dentro da escola, vão levando uma outra visão. Tem gente que a vida mudou completamente, saiu do emprego porque achava que aquilo que estava fazendo, não sentia mais...se sentia mal fazendo aquilo, porque se dava conta de que aquilo era manipulação, de que era exploração, enfim, passa a fazer outra coisa, vai trabalhar em outra área.

Para Faria, a teoria é capaz de influenciar o sujeito pelos questionamentos que oferece, suscitando uma mudança de atitude, na prática. Com base em uma profunda reflexão teórica, denominou o que entende por “Dissimulação Discursiva sobre a Violência”, que trata da violência dissimulada no discurso. Faria discorre sobre casos exemplares:

você chama assim de, por exemplo, “comprometimento com o trabalho”, na verdade, é você trabalhar 10 ou 12 horas por dia. Então, você usa um termo que dissimula, que falseia o que é a realidade. E eu fiz um estudo para os bancários de Porto Alegre. Então, eles estavam com uma pauta de reivindicação, e eu coloquei numa tabela, que vai sair até num verbete agora, que está sendo organizado pela Ana Magnólia, que vai ser publicado, “dissimulação discursiva”. E, então, essa questão da dissimulação discursiva, por exemplo, da violência, eu fiz um estudo sobre pauta de reivindicação, sobre questões que estavam colocadas pelos bancos, e isso acabou sendo publicado num livro dele [do sindicato] e que serve de reflexão para a própria pauta de reivindicação. Ou seja, isso é um alerta, quer dizer, quando eu falo isso, significa isso, portanto, eu não quero saber aquilo que está dito, mas aquilo que ele significa. Então, eu preciso dar significado para a coisa, dar sentido para aquela palavra, se apropriar do sentido dela e não do que ela manifesta. Porque uma coisa é o que a empresa fala e outra coisa é o que ela faz em cima do que ela fala. Porque o discurso, ele encobre, ele é bonito, tem palavras bonitas; mas, na verdade, na prática, significa outra coisa. Então, por exemplo, é uma situação que tem aplicações práticas.

Assim, Faria ressalta a importância de se observar o significado do discurso, separando as intenções reais das rasas palavras de efeito.

Na sequência, Faria comenta que o tema assédio moral tem sido pesquisado no grupo, especialmente, pela Lis Soboll, que tem realizado palestras, até mesmo para promotores, juízes, chegando ao Tribunal Superior do Trabalho. Os pesquisadores do grupo têm sido cada vez mais convidados para tratar do assédio moral, bem como as questões que compõem o inventário da violência no trabalho. Segundo Faria, o poder judiciário quer entender melhor esse assunto, além da perspectiva das leis.

Faria conta que ao longo da existência do grupo, pessoas que trabalharam com eles, que seguiram carreira pública, que ingressaram em tribunais como técnicos ou fazendo carreira como promotores, ajudaram gradualmente a conscientizar os tribunais acerca das condutas abusivas realizadas sistematicamente no ambiente organizacional. Faria considera essa uma forma de contribuir com a sociedade:

então, vai chegando aqui, ali, daí alguém vem do tribunal e ouve uma palestra e convida alguém para falar e a gente faz um debate, uma juíza, por exemplo, ficou maravilhada com aquilo que a gente fez, dali ela já levou para o tribunal do Paraná, dali já foi para Brasília, aí a coisa foi falada em Brasília, aí já chamaram para falar em Brasília, agora querem fazer um seminário com todo mundo, todos os juízes querem ouvir, se eles vão fazer alguma coisa com isso eu não sei, um julgamento, eu não sei. Mas o fato de você ser chamado porque eles não têm esse conhecimento, eu acho que é uma forma bem prática de você colocar o conhecimento a serviço da sociedade.

Enfim, Faria apresenta exemplos práticos de como o conhecimento gerado no EPPEO retorna para a sociedade, por meio da conscientização e consequente mudança de mentalidade dos atuais e futuros gestores, como também pelas instituições jurídicas interessadas genuinamente em compreender como ocorre a questão da violência do trabalho no âmbito organizacional.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Esta sétima pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, a saber “como se relacionam as questões teóricas dessa abordagem com a práxis no sentido da aplicação da teoria em pesquisas ou trabalhos diversos de consultorias contratadas por instituições governamentais ou empresas”?

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula reconhece que muitas vezes a consultoria não é contratada com o objetivo autêntico de se resolver um problema, mas com o intuito de impor, de uma forma equivocada, uma decisão gerencial:

olha, consultorias são uma coisa muito complicada, em minha opinião, pelo seguinte, boa parte das consultorias são contratadas para legitimar decisões que já foram tomadas. Então, você não é chamado para ir lá construir uma proposta junto com as pessoas, você lá é chamado para ouvir o que o gerente quer fazer e aí você toma como uma coisa da consultoria e chega lá e para dizer: nós vamos fazer agora assim. Porque daí é alguém de fora falando, e, sei lá, tem mais isenção, credibilidade para falar.

Paula defende que a consultoria deve ser um trabalho a ser construído coletivamente, em que os membros elenquem os problemas vividos e, a partir disso, busquem a solução:

poucas vezes, eu vejo consultoria em que há uma demanda colocada, do tipo: olha, nós estamos aqui, somos um grupo, nós gostaríamos de, em grupo, resolver os problemas que nós temos. O primeiro passo disso seria entender quais são nossos problemas. Afinal de contas, vamos sentar aqui, vamos discutir nós, quais são os nossos problemas, entendeu, quais são as nossas vias, quais são as nossas saídas.

As consultorias em que os trabalhadores não estão envolvidos geram resultados insatisfatórios e muitas vezes apenas provisórios, gerando insatisfação e desperdício de dinheiro. Paula explica como consultorias superficiais se desenvolvem:

porque essas consultorias elas são feitas assim, esses são os resultados que nós queremos, então, vamos fazer a coisa aqui de trás para frente. Então, é assim, eles põe os resultados e vão decompondo para ver como chegam ao resultado e não a construção de um grupo que um dia vai chegar ao resultado, que é produto de um amadurecimento daquele grupo, das construções que aquele grupo realizou, por isso, as conquistas são muito superficiais, efêmeras, não conseguem durar, não permanecem, muito dinheiro é gasto proporcionalmente em relação aos resultados que se obtém.

Consultoria e exercício da crítica são compatíveis. Paula realiza consultorias de maneira coerente com a postura crítica que defende, estimulando a participação do grupo:

eu mesma faço consultoria para o Governo de Minas, uma consultoria que é um trabalho que é sobre certificação ocupacional. Nós, no entanto, dentro do grupo, estamos numa posição diferente. A gente tenta sempre fazer uma coisa mais construída. Tanto é que o nosso método é o de chamar o pessoal envolvido, que, realmente, desempenha aquele cargo e ouvir deles o que é desempenhar aquele cargo.

Paula reconhece que a adoção de metodologias participativas nem sempre é a escolha mais fácil, exigindo mais sensibilidade do consultor; mas, que, no entanto, o problema é discutido em profundidade entre seus membros, com vistas, em última instância, à obtenção da autonomia desse grupo:

pois, é, assim, quando você vai ver as metodologias que tentam trabalhar com grupos do ponto de vista que eles alcancem autonomia isso não vem imediatamente. Primeiro, você tem de fazer todo um trabalho de fazer esse grupo lidar com a crise, porque as pessoas não estão acostumadas a isso “o grupo é que vai decidir”, então, você tem de primeiro preparar o terreno e deixar um pouco o barco correr sem tanta intervenção, de você ser ali mais um facilitador do que propriamente alguém que impõe situações. Ou, então, que você tenta organizar a situação, mas que você vá gradativamente passando o poder então para o grupo. Dentro de uma situação desta, você realmente só pode fazer uma intervenção quando o grupo estiver estruturado suficiente para saber do jeito que é ou não para você. Então, você tem de criar dentro do grupo uma dinâmica tal, para aquele grupo, que ele passe a se identificar, a ter uma postura, a ter uma autonomia a ponto de dizer lá na frente, não é isso o que nós queremos ou é isso o que queremos.

Quando questionada se haveria casos em que os atores sociais não deveriam responder por eles próprios, seja por falta de capacidade ou de conhecimento, Paula defendeu que sim, expondo os seguintes argumentos:

eu não consigo acreditar nisso, sabe. Sempre tem a possibilidade sim de autonomia. Muitas vezes ela não é levada adiante porque é o caminho mais penoso, ou porque se tem muita pressa, ou porque simplesmente as pessoas não foram ensinadas a ver as coisas desta perspectiva.

Paula correlaciona a questão da autonomia a do ensino, para tanto, cita o conceito da experiência de Walter Benjamin, com ênfase na ideia a qual as pessoas aprendem aquilo que experimentam de maneira autêntica, diferentemente de um currículo apenas conteudista:

por isso, a questão do ensino para mim é uma questão tão fundamental. Porque eu acho que só por aí que você começa a mudar alguma coisa. Mas ensino no sentido que eu coloco aí frankfurtiano que é a formação (se referindo à educação básica, não à graduação), que eu uso conceito de experiência benjaminiana, que aí eu vou dizer que as pessoas realmente aprendem aquilo que elas experienciam autenticamente. E vamos dizer que nas escolas, nas universidades de uma maneira convencional, as pessoas são estimuladas a reproduzir e não a experimentar de fato.

Para Paula, um currículo exclusivamente conteudista não tem contribuído na busca pela autonomia na vida do trabalhador; sendo necessário que seja feita uma mudança no ensino, em todas as instâncias:

uma coisa muito conteudista, muito repetitiva, uma coisa que tem uma relação instrumental entre o aluno e o conteúdo, então, é por aí que você vê que qualquer possibilidade de mudança tem a ver com uma mudança de atitude total em relação a isso, que parte do corpo docente, que, na minha opinião, vem também de uma apropriação progressiva do corpo discente em relação a esta proposta e eu acho que esta proposta de ensino não está apenas nas universidades não, ela está nas empresas, ela está nos grupos, ela está nas instituições, ela está em todo lugar. Então, em relação a sua pergunta, se há

peças que não são capazes... Eu acho que não houve ali um investimento suficiente, necessário para isto. Porque eu acho que todas as pessoas têm a capacidade sim de se posicionar e de aprender.

Paula discorre sobre como a psicanálise é introduzida na dinâmica de grupo, a fim de possibilitar que os participantes projetem suas expectativas no consultor, através de mecanismos de transferência e contratransferência, e que o consultor, por sua vez, os auxiliem na compreensão da questão em foco e na construção da resolução do problema por si próprios. Paula esclarece pormenores desse processo:

então, o que acontece? Primeiro, você é analista suposto-saber, que é você considerar o seguinte: que a pessoa tem de confiar suficientemente em você e achar que você tem o saber para ajudá-la, porque, caso contrário, não tem transferência. Por outro lado, este suposto-saber não pode durar para sempre, um dia essa pessoa tem de perceber que você está ali para apoiá-la, mas que você não sabe tudo, que ela é o seu próprio referencial, que é em si própria que ela tem de buscar esse apoio. (...) O primeiro lastro é essa pessoa achar que você tem esse saber para depois você devolver este saber para ela. É isso o que é o processo de análise, e é isso também o que você faz em dinâmica de grupo quando você quer que se construa. (...) o grupo se torna autônomo suficiente para se auto gerenciar. Lógico que você vai ser sempre uma referência, mas as pessoas começam a perceber que elas também podem ser referências no grupo.

A perspectiva participativa multirreferencial descrita por Paula, que inclui técnicas da psicanálise, visa a mobilização dos indivíduos, com vistas a sua autonomia, a fim de ampliar suas possibilidades de realização. Desse modo, requer um esforço expressivo de construção tanto da parte dos pesquisadores, quanto dos participantes.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Para Tenório, a teoria crítica não pode oferecer metodologias de trabalho para alcance de metas ou melhorar a gestão organizacional. Decepção para as expectativas de quem almeja uma alternativa por modelos existentes. Contudo, a teoria crítica contribui efetivamente ao fornecer subsídios para a compreensão acerca das contradições que impedem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O entrevistado discorreu detalhadamente sobre a questão da relação teoria versus prática:

aí é o seguinte, não existe esta prática, no sentido de que, você não vai encontrar em teóricos críticos o “como fazer”, mas o “por quê”. Então, se você for buscar em um teórico crítico como melhorar a eficiência, a efetividade e a produtividade de uma empresa ou de uma organização, serve de que? O tema da produtividade e da eficiência ele pode acontecer dele satisfeitas ou determinadas contradições que

são possíveis de serem observadas em relação a liberdade, igualdade, solidariedade ou justiça social seja atendida. Mas não no sentido tradicional de que eu vou ter uma relação custo x benefício melhorada se eu incorporar determinada tecnologia, determinado método de trabalho, se você for atrás disso, pelo menos é assim que eu tenho interpretado, se eu for buscar respostas do “como fazer” junto ao pensamento crítico ou à teoria crítica, no caso, frankfurtiano, notadamente, esse “como” não existe.

Para Tenório, a teoria crítica apoia, com propriedade, a discussão em torno dos porquês dos fenômenos sociais nas organizações. Porém, não faz parte de seu arcabouço teórico prescrever regras ou oferecer metodologias de trabalho para alcance de metas ou de se obter a forma de se conduzir melhor a gestão organizacional. Este fato pode decepcionar as expectativas de quem almeja uma alternativa aos modelos existentes.

É comum observar-se essa dificuldade em sala de aula, quando a disciplina contém textos críticos, onde alunos questionam o “como fazer”:

então, para algumas pessoas é frustrante, porque às vezes eles perguntam assim: professor, mas “como”? Eu não estou sabendo explicar a matéria, você não conseguiu interpretar o texto. Quer dizer, eu não vou dizer o “como”. Por isso, eu não quero falar nem “papel”, nem “função”, por isso que eu evitei falar em “papel” e em “função”, para não cair no erro dessa contradição também.

Tenório afirma que a grande contribuição da teoria crítica ou do pensamento crítico, de um modo geral, refere-se à sua propriedade de revelar as contradições, mostrar a ineficiência, não do ponto de vista da produtividade, mas as que existem no interior das organizações, em benefício, primeiramente, da força de trabalho e até mesmo do consumidor. Tenório tem realizado pesquisas acerca do ciclo de vida dos produtos, com ênfase no âmbito social, e falou dos trabalhadores relegados à margem da sociedade, embora essenciais para tantas áreas, como no funcionamento do comércio e na reciclagem de produtos:

por exemplo, a gente está discutindo aqui [no Laboratório SAGE] a ideia do ciclo de vida do produto. Você vai ver aqui na reunião [Fui convidada para assistir a um encontro de trabalho desse grupo e que foi muito interessante]. O produto não morre quando ele é colocado na prateleira do supermercado. Ele dali passa de noite, de madrugada, você está dormindo lá na tua casa toda coberta etc, a chuva não está te pegando, mas tem um trabalhador de madrugada recolhendo/ pegando restos de produtos que foram vendidos e colocados no mercado à noite, como latinhas de cerveja, garrafas pet etc etc, que vão ser recicladas e vão ficar como matéria-prima. Mas esse trabalhador não existe, ele não tem um emprego decente, pelo contrário, ele é visto como mendigo, ele é visto como marginal, sabe, ele não é visto como trabalhador.

Tenório enfatiza que a preocupação da teoria crítica é direcionada ao alcance de uma sociedade justa, por meio da compreensão das contradições que vivemos na sociedade. Uma vez que essas contradições se reproduzem no interior das organizações, a questão tem sido o cerne de suas pesquisas. Em sua opinião, toda esta discussão transcende à simples proposta de “como fazer”.

Tenório lembra que, embora, os frankfurtianos sejam um grande estímulo, prefere trabalhar com textos de pesquisadores críticos latinos, como o Guerreiro Ramos, evidentemente, e Bolívar Echeverría, um filósofo equatoriano, de quem apreendeu que: “o bem-estar social ou o bem viver, como dizem os bolivianos e os equatorianos, só pode ser observado se você mostrar as contradições”.

Para Tenório, olhar as contradições que vivemos é encarar as situações que geram danos a todos os envolvidos no ambiente organizacional contemporâneo, provavelmente, ocasionadas pelo excesso de preocupação com a racionalidade instrumental. Tenório defende a importância de se olhar os efeitos colaterais indesejados desse modo preponderante de administrar:

vamos dizer assim, mostrar as situações negativas que a sociedade em que a gente vive promove para o consumidor, para o produtor e para o trabalhador e, ao mostrar as contradições, você tentar melhorar, digamos, o bem estar da sociedade e não ficar com essa preocupação excessiva com a chamada “racionalidade instrumental”, que é o que o mercado deseja. E aí a gente usa o argumento, digamos, da segunda geração [da Escola de Frankfurt], no caso habermasiano, da racionalidade comunicativa, para tentar minimizar esse excessivo colonialismo da chamada “racionalidade instrumental” ou do “sistema” como diz Habermas.

De acordo com Tenório, a importância crucial da universidade sobressai nesse contexto, por trazer à luz uma discussão tão incômoda, como, por exemplo, a dos danos sociais gerados no interior das organizações. No que depende das organizações privadas, acredita que só haveria as pesquisas que fossem ao encontro de seus interesses particulares:

justamente, eu acho que este é o papel da universidade. Porque se você deixar por conta do mercado, isso nunca vai acontecer. Ele só vai colocar nas prateleiras os livros e só vai financiar pesquisas que vão ao encontro de suas necessidades e de seus interesses. Então, uma universidade séria, uma instituição séria de pesquisa, de ensino e até de extensão universitária, ela tem de mostrar a cara de Janus.

Tenório discorre sobre um artigo de sua autoria, intitulado “A cara de Janus da Administração”, que estava prestes a ser publicado em uma revista inglesa. Nesse artigo, uma das caras de Janus é a da racionalidade instrumental e a outra cara não aparece. Quanto a esta questão, a teoria crítica auxilia a discussão, até mesmo pela falta de caracterização, Tenório afirma: “então, é nesse sentido, que a teoria crítica ou

os pensadores críticos, eles não tem como caracterizar...não é característica, não é em seu conteúdo que você vai encontrar respostas para isto”.

Ainda sobre a dificuldade de perceber as peculiaridades dos estudos críticos frankfurtianos, Tenório chama atenção para o caráter social da teoria crítica, que muitos alunos não percebem e se relacionam com essas teorias na expectativa de que forneçam respostas prontas. Segundo Tenório, ocorre o seguinte:

aí, justamente, o pensamento de Habermas, por exemplo, as pessoas me procuram: ah, professor, eu gostaria que o senhor me orientasse na teoria de Habermas, na questão da comunicação! E aí eu percebo que as pessoas não entendem, por exemplo, o significado da teoria da ação comunicativa que é uma teoria social. E também não entendem que a própria teoria da ação comunicativa, por ser uma teoria social, é uma teoria social crítica, e não uma teoria social da funcionalidade, do “como fazer”.

Tenório deixa claro para seus alunos que as teorias organizacionais, por mais contemporâneas que sejam, têm potencial para discutir o mercado, mas não para discutir a sociedade. Sua ideia é usar uma teoria social, capaz de compreender a sociedade, e relacioná-la com teorias organizacionais visando formar uma teoria da sociedade: “então, tem de haver uma teoria social que entenda a sociedade e depois eu vou relacionar essa teoria social; ou as teorias organizacionais com essa teoria social, seja uma teoria da sociedade”.

Tenório ressalva as diferenças existentes, mesmo entre as teorias sociais, entre as quais é possível se encontrar correntes de cunho funcionalista, incapazes de discutir as contradições da sociedade. A teoria social da abordagem crítica é capaz de discutir essas contradições existentes na sociedade:

mas é claro que existem teorias sociais e teorias sociais. Certo? Há teorias sociais que estão mais na linha funcionalista, por exemplo, é a discussão na teoria dos sistemas em administração, que é funcionalista, ela vai numa linha que vai atender a toda uma ideia de uma sociedade como um sistema, aquele negócio todo, mas não passa daí. Então, o potencial dela para discutir as contradições da sociedade são quase zero. Então, é necessário aí ter uma teoria social, no caso crítica, que tenha potencial para discutir as contradições da sociedade, porque o mercado já é a grande contradição.

Tenório lembra um comentário referente a essa questão da contradição no interior das organizações, feito pelo filósofo Marcos Nobre, da USP, em que este autor aborda as falácias da ideologia liberal, sobre a qual justamente a teoria crítica lança luz:

Marcos Nobre é que fala muito bem isso... o liberalismo econômico diz que todo mundo tem direito de ir ao mercado e ganhar o salário que quer, comprar o que quer, mas isso não é verdade, eu não ganho o salário que quero, eu não compro o que eu quero, mas a ideia do liberalismo passa isso, mas não é assim. Portanto, por isso é que a teoria crítica vai te iluminar, por dizer assim, vai te ilustrar, vai dizer:

olha, isso não é verdade. Porque você não compra o que você quer, não vive aonde você quer, você não consome o que você quer, tem suas limitações.

De acordo com Tenório, parece óbvio que essas ideias disseminadas do estilo liberal são errôneas, parciais; mas na verdade, isto não é tão óbvio assim, começando pelo projeto curricular da graduação em administração, que apenas reforça esses conceitos enviesados, sem as necessárias discussões mais aprofundadas: Tenório explana sobre essa parcialidade curricular:

aí, você vai dizer: ah, bom, mas isso é óbvio! Não, não é óbvio. Tanto não é óbvio que os currículos de cursos de administração, isso eu digo no texto que escrevi, eles são falaciosos, eles não apontam a outra cara de Janus. Só apontam um lado.

Enfim, para Tenório, há impossibilidade de aplicação da teoria crítica em consultorias, a não ser que seja para entender as contradições que existem no interior das organizações, amplamente disfarçadas pelo arcabouço teórico dominante, que procede desde a graduação e se dissemina em pesquisas científicas, artigos de jornais, cursos de pós-graduação, literatura de aeroporto etc. Mas, ao mesmo tempo, Tenório tem realizado consultorias a respeito do ciclo de vida de produtos, com vistas a melhorar a condição social de trabalhadores, que são submetidos a situações de precariedade, em estabelecimentos como supermercados ou os do ramo da reciclagem.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Desde o início de suas pesquisas, o grupo relaciona questões teóricas à práxis. Misoczky afirma que os pesquisadores não realizam consultorias contratadas, submetendo seus projetos às agências de fomento, de onde recebem financiamentos. Atualmente, estão em andamento um projeto da fundação de apoio do Estado, dois projetos da Capes, além de terem submetido outro para o CNPq.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart responde que tenta identificar, por meio de discussões com os demais pesquisadores do grupo, os problemas de uma determinada situação, para associá-los aos elementos corretos da teoria. Esses elementos irão ajudá-los a compreender a prática, ou mesmo, utilizá-la para “fertilizar” a teoria.

Goulart relata o caso da consultoria no Haiti, iniciado pela Misoczky que é médica e também participa de um grupo de gestão de saúde, com especialistas sanitários. Por meio desses contatos, Misoczky foi convidada a fazer parte do projeto de ajuda internacional, implantado logo após o terremoto catastrófico que houve naquele país, em 2010.

Goulart conta que o Brasil, por meio do Ministério de Saúde, se mobilizou para organizar uma ajuda internacional, gerando o memorando tripartite, Brasil, Cuba e Haiti. Os três países, por via de seus ministérios de saúde, propuseram uma proposta de fortalecimento do sistema público de saúde no Haiti. Apesar de ter sido uma ajuda de caráter emergencial, que surgiu no contexto do terremoto, houve o cuidado em se estabelecer como objetivo a formação do sistema público de saúde do Haiti, um país paupérrimo, cheio de problemas, mas que, por ironia, tem o sistema de saúde privatizado quase em sua totalidade.

A fim de se evitar que fosse apenas uma ajuda pontual, como por exemplo, o envio de 500 ambulâncias para as regiões atingidas, houve a preocupação por parte do ministro da saúde, na ocasião, José Gomes Temporão, em se adotar uma postura diferente. Portanto, uma comitiva presidida pelo ministro esteve no Haiti, fazendo o levantamento das suas necessidades reais. A partir disso, foi organizado um convênio, o grupo “Organização e Práxis Libertadora” colaborou com uma parcela, no que tange a elaboração da documentação das atividades inerentes a assistência àquele país e, assim, contribuir na formação no campo da gestão do sistema de saúde do Haiti.

Esse contrato foi celebrado diretamente entre o Ministério da Saúde do Brasil e a UFRGS. Há várias outras instituições brasileiras que colaboraram com esse convênio, como, por exemplo, a Fiocruz.

Goulart começou pela produção de um documento que mostrava a contextualização histórica do Haiti, para que o grupo de pesquisadores pudesse compreender o que é o Haiti. Na ocasião da entrevista, Goulart estava produzindo outro documento, em conjunto com colegas do Haiti, que tratava da cooperação internacional de saúde no país, uma espécie de mapeamento, ou melhor, um cadastro das ONGs que estão ali estão atuando, na área da saúde. De acordo com Goulart, o Haiti está repleto de ONGs e, em sua opinião, essa pulverização, esse paralelismo na atuação na área de saúde, em vez de fortalecer o Estado, o fragiliza ainda mais.

Goulart explica que não é da área de saúde, que dedica-se mais à documentação de processos específicos. Entretanto, outros membros que são da área médica, como a Misoczky e Ronaldo, médico epidemiologista, estão tentando fazer os protocolos de organização da formação, tipo um PSF (Programa da Saúde da Família), para futuramente estruturar a base de atendimento à saúde e de formação. Esse grupo já

esteve no Haiti antes, em parceria com os médicos cubanos, que já estão lá há mais tempo, muito antes do terremoto, e que fazem, nas palavras de Goulart “um trabalho espetacular” de atendimento à população.

As ambulâncias foram doadas pelo Governo Brasileiro por decisão do convênio, mas também foram construídos hospitais. Ressalta que houve o cuidado de ergue-los onde os cubanos já estavam atendendo, mesmo que precariamente. Goulart relata que essa experiência tem sido muito rica; que ir ao Haiti é uma experiência fantástica e que tem havido intercâmbio de um grupo de haitianos que estiveram no Brasil recebendo formação e conhecendo sistemas. Enfim, esse é um dos principais projetos contratados, pelos quais esses pesquisadores da UFRGS receberam recursos para executar e têm resultados para apresentar.

Goulart cita um outro, do qual também participou, porém mais antigo, que tinha como objetivo estudar sobre a saúde na região da fronteira com a Argentina e o Uruguai, uma realidade muito presente lá no Rio Grande do Sul. Goulart explica que há vários locais da fronteira em que as cidades são contíguas, gerando algumas questões no âmbito da saúde, no sistema público de saúde. Por exemplo, o morador de Livramento (RS) vai fazer hemodiálise em Rivera (Uruguai), ou vice-versa, coisas do gênero. Goulart diz que esses projetos são, em geral, vinculados ao serviço público, ao governo.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Junquillo comenta que seu grupo não tem feito consultoria, mas elaborado projetos de pesquisa financiados por entidades do governo. Junquillo mantém uma postura rígida de não influenciar os processos de avaliação de seus projetos:

atualmente, nosso grupo não tem feito consultoria. A gente tem projetos de pesquisa, estou com um agora no CNPq, tentando edital, que já foi julgado, tem membro da diretoria que já sabe o resultado, mas quando estou concorrendo eu também não pergunto, nem eles também têm de dizer.

Junquillo conta que o projeto atual visa comparar escola “de branco” com escola indígena e que pretende fazer a pesquisa de campo na escola indígena, em uma colônia de grandes proporções, que reúne cerca de dez aldeias distintas. Dentre as etnias de que se lembrava, Junquillo mencionou a tupi-guarani. A colônia situa-se a uma hora e meia de Vitória. Embora sejam todos índios, Junquillo observou a enorme diferença cultural entre as etnias e discorreu sobre a diversidade regional do país,

considerando que há um modelo único de gestão escolar para atender todo o território brasileiro:

são cerca de dez aldeias, onde convivem tupi-guarani e uma outra etnia, embora indígenas, são totalmente diferentes uma tribo da outra, aí você tem uma escola que tem a mesma lei que vale para a escola do Leblon do Rio de Janeiro, que vale para a Barra da Tijuca, vale para a escola da aldeia indígena de Aracruz, que vive isolada do mundo, porque não tem transporte para chegar nela, tem de atravessar de barco, os caras estão arrumadinhos, eles têm tv e tudo, mas eles não tem internet, é muito difícil ainda.

Junquilha relata como foi negociar a autorização para implementar o projeto nessas terras indígenas, onde pretende se instalar por três meses. Porém, se deparou com um sistema hierárquico nas aldeias bem definido. Junquilha contatou que tem aspectos do modelo de gestão escolar que não fazem sentido para essas comunidades e é interessante notar que há diferenças culturais bem demarcadas entre essas aldeias, as quais pretende observar. Junquilha compartilhou suas expectativas em relação ao projeto:

quando eu fui pedir autorização para o projeto, pedir para morar ali, ficar por ali, conversei com um sub pajé, que iria tentar convencer o pajé. Então, a estrutura de poder é muito bem dada, de sociedade tradicional que choca essa sociedade ocidental moderna, é um sistema de democracia totalmente diferente, o cacique define, é a autoridade mais velha, há uma série de coisas, estão “cagando e andando” para aquilo ali, só que a lei é a mesma. Estou querendo ir para lá ficar 3 meses na aldeia, mas nas duas etnias, porque entre elas também há diferenças.

Por esses motivos apresentados, Junquilha considera fundamental a efetivação da gestão democrática nas instâncias educativas, de modo a assegurar a atuação dos conselhos escolares, a fim de estreitar o diálogo entre a família, a escola e a comunidade, levando em consideração, o contexto histórico ao qual pertencem.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Serva relata que a melhor ilustração dessa relação é a adoção do tema "desenvolvimento" em duas de suas linhas de trabalho. Na operacionalização deste tema o grupo busca levar à práxis os conhecimentos teóricos que adotam e os que produzem. Assim, segundo Serva: “com o referido tema, podemos ‘sair’ dos gabinetes da universidade e interagir com as pessoas e as organizações que estão fora da universidade”.

Problematização da aplicação de abordagens críticas em consultorias

8- Nos estudos organizacionais críticos, quais são os problemas de relação entre teoria e prática, em particular, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Perguntado se via algum conflito de interesse em pesquisadores da teoria crítica realizarem consultorias, Faria explica que o seu grupo presta esse serviço para sindicatos e empresas. Além de serem convidados para apresentação de palestras, especialmente, sobre assédio moral, que hoje faz parte das preocupações de empresas. Faria afirma não ver nenhum conflito nisso, antes de tudo trata-se de uma oportunidade de fazer os dirigentes de empresas refletirem sobre suas práticas:

eu acho que eles não nos convidariam, por aquilo que a gente faz, mas se eles convidarem, eu acho que é um bom lugar para você ir colocar suas ideias, ou seja, para causar a dúvida onde se tem a certeza, ao contrário da oração do Francisco de Assis, que é onde se tem dúvida que eu leve a paz, nós queremos levar, na verdade, é o questionamento onde se tem uma crença estabelecida. Eu não vejo nenhum conflito. Como também não vejo nenhum conflito que eles paguem para isso. Recentemente, uma empresa nacional de porte, me convidou para dar uma palestra de 50 minutos, eu pedi bem caro para eles, pedi 10 mil reais para 50 minutos, se eles vão querer ou não, não sei. Mas eu acho que para me ouvir tem de pagar 10 mil, porque esse dinheiro não vem para mim, esse dinheiro vai lá para o instituto, que, com isso, você vai comprar livros, vai fazer trabalhos, eu não quero [o dinheiro], mas ele tem de pagar.

Foi notável saber que o funcionário que convidou Faria para a palestra na empresa, acompanha de perto seus trabalhos e tem uma leitura exímia de todas suas obras. Pelo fato da empresa patrocinar o encontro, Faria faz questão de cobrar bem alto. Mas ressalta que se fosse sindicato ou universidade, não se importaria de fazer a palestra sem cobrar, apenas recebendo pela passagem e a estadia, sendo que, às vezes, ele próprio tem de pagar o taxi do seu bolso. Segundo Faria:

eu não vou enriquecer com isso, acho que minha vida está muito claramente determinada no que eu faço, eu sou professor, não vou ser nenhuma pessoa rica, mas eu vivo bem como professor, estou num padrão de vida que acho adequado; inadequado para professor, pela importância que o professor tem, mas, enfim. Então, não estou interessado em ficar rico dando palestras. Agora, eu cobro caro, bem caro, porque eu acho que esse dinheiro não tem de reverter para mim, ele tem de reverter para o trabalho de pesquisa, então, eu acabo fazendo uma doação do recurso para o instituto, de maneira, que a gente possa pegar aquilo ali e publicar coisas.

Faria explica porque a renovação da bolsa de pesquisador do CNPq seria tão importante: “não é a bolsa, não é nada, mas muitas vezes você tem de pegar recursos públicos para divulgar o trabalho”.

Faria conclui que não entende como conflito de interesse a realização de possíveis consultorias, na forma em que as descreveu. Mas alerta que seria intolerável, caso fosse aconselhar às empresas, como explorar melhor seus empregados e voltar esse conhecimento contra o oprimido: “a gente sabe como eles fazem, e sabe até como poderia ensinar a eles fazerem mais do que eles fazem, mas isso para nós é eticamente inaceitável, eticamente, praticamente e teoricamente inaceitável”.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Esta oitava pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, a saber “nos estudos organizacionais críticos, quais são os problemas de relação entre teoria e prática, em particular, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas”?

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

A dicotomia entre teoria e prática é controversa. De acordo com Paula, teoria e prática se alimentam mutuamente para existir:

essa dicotomia entre teoria e prática para mim é uma coisa problemática, porque eu vejo o seguinte: toda prática é fundamentada em algum tipo de teoria. Assim, tudo o que você faz está fundamentado em algum tipo de explicação da realidade. Você não tira as coisas simplesmente do nada. Ela tem alguma fundamentação. Então, assim, eu não acho que a teoria esteja distante assim da prática, eu acho que ela está lá, ela é residente, ela é referência, assim, mesmo na prática em si temos teoria por trás dela, uma teoria, que, sei lá, mais utilitarista, mais determinista, mas é uma teoria.

Paula detalha que, mesmo a vertente funcionalista das organizações, de caráter mais prático, tem correntes teóricas que a fundamentam, e lastro ideológico também:

às vezes, costumam te colocar que: ah, o funcionalismo é mais prático, não tem teoria. Claro que tem teoria. Tem a teoria e tem a ideologia. Tem a teoria de considerar que, vamos dizer assim: o homem é mais voltado para a “utilidade” ou que o conhecimento técnico é “neutro”. Tudo isso tem uma contribuição teórica se você for imaginar. (...) Então você vai pegar Comte, Horkheimer. Então, isso que eles colocam em prática, tem teoria por trás.

Quando questionada quanto à possibilidade de mudança no excesso de referências instrumentalistas na estrutura curricular na graduação, em administração, Paula afirmou ser a favor de uma reforma mais ampla no ensino superior, contemplando a área sobre humanidades, que, atualmente, não é valorizada no meio acadêmico:

eu, sinceramente, sou a favor de uma reforma no ensino superior todo. Eu acho que o ensino superior deveria ter uma carga humanística geral de formação do sujeito e para a cidadania e depois uma formação técnica. Então, acho que todo mundo deveria passar por esta formação e que isso fosse um valor. Por que o que é que acontece? É que a gente até tem umas disciplinas assim, mas elas são tratadas pelos próprios professores, como pelos alunos, como aquelas que estão constando aí só por constar, são fracas, não tem a ver, não têm utilidade, não servem para nada. Se os alunos pensam assim é porque os professores também deixam que eles toquem esse tipo de opinião, porque você está aí enquanto professor para mostrar o valor que as coisas têm, porque isso tem.

Sobre a visão predominante de que a administração deva visar sempre a maximização de lucro e a minimização de gastos, Paula acredita que há outras possibilidades, além da visão mais conhecida e utilitarista da gestão, que inclua a noção de prática social:

para mim, a gestão é uma prática social, se você for imaginar o homem lá desde o começo da história, a necessidade de gerenciar sua própria vida, foi uma necessidade ligada a sua própria sobrevivência. Então, o homem e a gestão estão unidos desde tempos imemoriais. Agora, para mim, existem práticas e práticas. Existem práticas de gestão, que, na minha opinião, são utilitaristas e outras práticas de gestão que não são. Não é toda gestão que é ruim. Existe possibilidade sim de a gestão ser uma prática construída com as pessoas.

Paula considera essencial entender a gestão como um processo, e não uma simples técnica. Este é o caráter da gestão como prática social, que requer habilidade para abranger a questão comportamental dos envolvidos, que será fundamental para a gestão se efetivar:

então, eu tenho lido muitos textos e estou até formulando um trabalho a respeito dessa visão da gestão como uma prática social, que você vai perceber que a gestão é vista como um processo, que ela não é vista como uma mera técnica, na verdade, a gestão não tem nada a ver com a técnica, é uma coisa completamente comportamental. Ela tem a ver principalmente com o fato de que o gestor, em primeiro lugar, ele tem de ter consciência que ele não é onipotente, onisciente, um Deus, que não existe isso. Para a gestão funcionar você tem de ser humilde o suficiente para escutar as pessoas.

No entanto, para Paula ainda são cometidos muitos equívocos em função do distanciamento que se estabelece entre os cargos de chefia e o de seus subordinados, atitude inerente de uma visão convencional da gestão, que acaba por obstruir o aprendizado nas organizações:

agora, como é que o gerente possa bancar Deus em um mundo que é completamente complexo e uma vez que ele sai da posição técnica que ele tinha antes e ele vai se afastando cada vez mais desse conhecimento? Como ele vai ser o cara que sabe mandar no técnico, se passados três anos, o que ele conhecia ele já não conhece mais? porque as técnicas são outras, as máquinas são outras. Então, na verdade ele tinha de ouvir esse técnico, perguntar como é que se faz isso aí. Mintzberg faz um uma discussão muito interessante num livro novo chamado *Managing*, onde ele mostra justamente alguns paradoxos da gestão, quanto mais você se afasta da grande frente, menos lucidez você tem em relação ao que acontece, mais humilde você deveria ser para entender o que essas pessoas realmente fazem, você deveria realmente aumentar o nível de comunicação. Então, na verdade, quase tudo o que se pensa em gestão, do ponto de vista das visões convencionais, na minha opinião, está equivocado.

Paula concorda com a constatação de Henry Mintzberg, a respeito da transformação pela qual os modelos de gerenciamento passaram, principalmente ao que tange ao afastamento demasiado do gestor da linha de frente empresarial. A sugestão é que esta aproximação com a parte operacional seja balanceada, de modo que gestor tenha condições de refletir com mais criatividade e conhecimento empírico sobre o planejamento empresarial.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Esta oitava pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, por ter sido respondida anteriormente, a saber “nos estudos organizacionais críticos, quais são os problemas de relação entre teoria e prática, em particular, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas”?

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Esta oitava pergunta do questionário não foi dirigida à entrevistada, pela limitação de tempo para a conversa, conforme explicado anteriormente. A referida pergunta consiste em saber: “nos estudos organizacionais críticos, quais são os problemas de relação entre teoria e prática, em particular, no caso de aplicações em pesquisa ou consultoria contratada por instituições governamentais ou empresas”?

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Para Goulart, antes de tudo, a questão refere-se a um problema de distanciamento, entre a teoria e a prática, mas reconhece haver uma pressão do ambiente organizacional em prol da lógica produtivista, a qual não segue. No entanto, enfatiza que o grupo segue as regras do jogo impostas pela academia, fazem o melhor que está ao seu alcance, considerando os limites impostos pelo tempo:

o problema é em geral o distanciamento, [...] a gente tenta não ter, mas é muito pressionado, não é só a questão de ser pressionado, a gente não segue uma lógica produtivista, a gente se orienta pelas regras do jogo e a gente tenta cumprir, fazer o mínimo da pontuação para se manter, não tem jeito, para mim, há uma dimensão muito importante na vida, que é o tempo, o tempo é inelástico, coisas de se fazer em 48 horas não cabem em 24 horas, não tem jeito, acaba isso dificultando.

Goulart observa que há muitos estudiosos críticos, capazes de escrever textos exímios; mas, que, no entanto, não exercem a menor atuação no ambiente em que vivem. A pesquisadora chama atenção para a necessidade de que o estudioso crítico seja coerente em relação a seus atos e discursos:

eu acho que é muito difícil (...) você vê muitos estudiosos críticos que escrevem peças maravilhosas, mas que não tem nenhuma posição nem no condomínio do prédio, nem no espaço onde vive, muito menos na atuação sindical, ou na vida de trabalho dele na universidade, nas relações que ele tem, na cidade onde ele mora, e tudo mais, isso para mim é teoria e prática, está fragmentado, você está o tempo todo trabalhando, mas o que você é e o que você pensa e faz.

Para Goulart, a questão do distanciamento entre teoria e prática passa pela coerência do estudioso em relação ao modo como se posiciona em sua vida, seja pessoal, acadêmica e profissional; caso contrário, agrava a fragmentação desses polos. Com isso, a pesquisadora aponta para uma necessidade de equilíbrio também ao atender às regras exigidas pelas instâncias educacionais do governo, mesmo que discorde de algumas. Segundo Goulart, faz parte conviver, até certo ponto, com um sistema produtivista, campo para defesa do pensamento crítico e de atuação para a transformação gradual do sistema educacional.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES**Entrevistado: Gelson Silva Junquillo**

Junquillo acredita que os estudos críticos não têm como finalidade a consultoria e, antes, seriam um incômodo para os empresários. Entretanto, acredita que, se estes estivessem dispostos a enxergar os conflitos oriundos de uma gestão, na maioria das

vezes, que se revela opressora, exploradora e dominadora, talvez pudessem criar condições para desenvolverem uma gestão mais humanizada:

olha, eu acho que primeiro, que os estudos críticos não estão aí para fazer muito consultoria, eles estão preocupados em, se você pegar o José Henrique de Faria, que eu respeito muito, a gente é bastante próximo, ele vem da tradição de Maurício Tragtenberg, ele não está preocupado em fazer consultoria, muito pelo contrário, se o empresário pegar o texto dele, jamais vai pagar, não que não valha que ele pague, mas porque ele [o empresário] não está a fim de ouvir o que ele [José Henrique de Faria] tem a dizer.

Junquilha defende que uma abordagem crítica pode beneficiar o empresário, mas que não há abertura para incluir este tipo de pensamento para reflexão no mundo empresarial. Por conseguinte, também não há espaço para a realização de consultorias com enfoque crítico:

agora, se você é empresário, popularmente falando, do limão você faz a limonada, porque ele [o pesquisador crítico] traz uma fotografia daquilo que se opõe a mim, eu como empresário, se eu sou um bom empresário e que quero dominar essa coisa que é contra mim, isso me ajuda ou me atrapalha? Isso me ajuda. Porque ao ter um diagnóstico, uma fotografia, de uma realidade que me contesta, eu posso, no sentido da dominação weberiana clássica, do controle e poder, destruir essa resistência, ver aonde eu posso entrar (...) só que empresário não pensa assim, ele tem preguiça. (...) então, eu diria que não há espaço nenhum para consultoria.

Infelizmente, a mentalidade que prevalece atualmente entre os empresários ainda não é a de tornar efetivamente mais democráticos os processos de tomada de decisão.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Dentre os problemas de relação entre teoria e prática, no caso de aplicações em pesquisas ou consultorias contratadas por instituições governamentais ou empresas, Serva aponta os aspectos que agravariam essa lacuna: “o excesso de abstração teórica, o não compromisso com a ação, o medo de pôr à prova o seu discurso”. Serva esclarece que não são todos os estudos críticos, ou melhor, os seus autores que apresentam estes traços, mas uma boa parte deles. Serva conclui que, assim sendo, os pesquisadores com essas características “não conseguem sequer dialogar com instituições governamentais ou empresas”.

O significado de ser crítico na área de administração

9 - O que significa ser crítico na área de administração?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria respondeu prontamente que ser crítico, na área de administração, hoje “significa ser crítico com a ideia de administração” e explica que tanto ele, quanto os pesquisadores do Grupo EPPEO consideram que a administração abrange qualquer tipo de organização, formal ou não, porque a atividade de administrar ou gerir não depende do tipo de organização.

Porém, reconhece que, no Brasil, foram estabelecidos apenas os campos da administração de empresas ou da administração pública. Assim, a administração aparece necessariamente vinculada ao mercado. Para Faria, a administração abarca muito mais que isso, poderia conviver com outras vertentes, das quais destaca a autogestão. Faria discorre acerca da pluralidade de possibilidades da atividade de administrar:

ser crítico hoje, é ser crítico desse tipo de postura que nega a administração para, por exemplo, a administração de movimentos populares, a administração de cooperativas de catadores de papel, eles também têm de administrar. Só que não é a mesma filosofia, não é a da acumulação, não é a da exploração. É um coletivo que tenta se administrar para sobreviver, dividindo tarefa, dividindo, enfim, o que eles ganham. Então é outra perspectiva. Então, eu posso e devo administrar em uma autogestão, então, não precisa ser vinculado apenas à empresa.

Faria ressalta que ser crítico na área de administração é revelar os problemas decorrentes do pensamento ali dominante, que por meio da gestão, por exemplo, cria distorções de como a chefia lida com seus funcionários.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Meneghetti reafirma a importância de se fazer a crítica estando inserido na área, a fim de impulsionar as mudanças necessárias, comentando que: “você tem de entrar nas entranhas do monstro para conseguir mudar as coisas”. O entrevistado cita o exemplo de Maurício Tragtenberg, cuja obra foi tema de sua tese de doutorado, disse que: “ele fazia o enfrentamento de fora, ele jamais viria num ANPAD. Mas o contexto dele dos anos 1970 era diferente, ele nem entraria nos congressos”.

Meneghetti considera que não precisaria estar no corpo docente do mestrado e do doutorado, que produziria melhor se não estivesse ali, em função de toda a estruturação do Capes, do CNPq, além da cobrança por pontos e produtividade. Entretanto, ressalta que essa condição não representa um problema, já que consegue lidar bem com essa lógica do produtivismo, apesar de reconhecer que ele é nefasto para o conhecimento.

Nesse cenário, o entrevistado explica que procura orientar alunos de mestrado e doutorado por uma questão social, para libertar as pessoas, para tentar fazer com que esses alunos tenham a mesma compreensão que ele próprio teve, como por exemplo, a de que é possível ter liberdade na academia.

Meneghetti não impõe, de maneira nenhuma, uma ideia a um orientando, porque acredita que esse momento da realização do sujeito dentro da academia tem de ser libertário para o aluno, e não representar mais uma fonte de repressão. A repressão já está presente na vida; a empresa exerce um sistema repressivo, estar na sociedade também. Meneghetti questiona: “onde é que o sujeito sublima? Ele tem de sublimar no ambiente em que estamos tendo sistemas e a orientação não deve ser um deles. O entrevistado expõe o problema da seguinte maneira:

o melhor indicador para mim não é se eu orientei dez trabalhos; mas se os dez orientandos que eu tive, ainda têm por mim afeição positiva. É isso o que me interessa. Isso não quer dizer que eu abra mão dos critérios de qualidade. Mas você pode fazer com que ele atinja os critérios de qualidade, sem necessariamente impor uma dominação, um sistema de violência sobre ele, coação. (...). O aluno pesquisador tem de ter uma satisfação com o seu trabalho.

Meneghetti conta que já teve muitos alunos de mestrado, na universidade privada, com cargos de executivos, donos de empresa, que apresentam um discurso pronto, uma racionalidade formada para, inclusive, incutir a racionalização do mal. Meneghetti recorda um fato que ocorreu com um de seus alunos, que após lhe contar seus feitos na empresa que dirige e tentar justificá-los, ao ser indagado por Meneghetti se era feliz, começou a chorar copiosamente. Meneghetti explica que “o aluno se armou tanto para justificar tudo o que fez na empresa, que Meneghetti escutando-o atentamente, percebeu essa tristeza em seu depoimento. Então, Meneghetti se pergunta: “que mundo é que nós estamos criando, em que mundo estamos vivendo”?

Outro fato curioso, que acontecia no programa de pós-graduação dessa universidade, era que o fato de nenhum professor aceitar orientar alunos que fossem gerentes de empresas, por considerá-los sem disponibilidade de tempo, de “cabeça fechada” e que não fossem capazes de dar valor ao ambiente acadêmico.

Mas Meneghetti tinha especial interesse em orientá-los, justamente porque eles vivem a contradição, e enxergava aí a oportunidade de realizar um trabalho que fosse a síntese, com uma relação materialista histórica, dialética. Meneghetti ressalta o lado bom do pragmatismo próprio do gerente que contribuía para a realização dos trabalhos desses alunos, que cumpriam os prazos combinados. Para Meneghetti, o que esses alunos precisavam era de olhar a contradição, pois quando olham, eles se dispõem a mudar, e ocorre, uma disponibilidade interna, porque esse indivíduo vive exatamente a contradição do mundo, que, para se manter naquele lugar, tem de mentir para si o tempo todo: “esse lugar que eu trabalho é bom, eu ganho muito dinheiro, olha como minha vida é boa! Eu tenho tudo! Eu mando e desmando na empresa”!

O entrevistado defende que as pessoas precisam ser mais felizes e que não é possível uma felicidade duradoura sem uma relação humana real entre as pessoas. Infelizmente, o sistema em que nós vivemos hoje não permite a humanização, ou seja, não tem o pressuposto da humanização.

Esse é um valor que Meneghetti diz tentar passar para suas filhas, para que sejam felizes, apesar de todas as dificuldades inerentes da vida, para que mantenham um sentimento de felicidade. O entrevistado acredita que é isso que as pessoas devem procurar, inclusive quando vêm fazer o mestrado e o doutorado. Meneghetti se surpreende com pessoas que não conseguem olhar para a tese depois da defesa, provavelmente por ter sido um momento traumático, que faz com que passem a negar o que produziram, pelo fato de despertar dor.

O pesquisador nota, frequentemente, em sessões interativas -aquelas em que os alunos apresentam seus projetos e discutem entre si, com vistas a aprimorar seus trabalhos-, que a maioria das pessoas que dirige críticas ao outro, o faz com o intuito de ser o centro das atenções, em vez de colaborar genuinamente com o trabalho do colega. Para Meneghetti, há formas bem fundamentadas de se elaborar uma crítica sem destruir a felicidade do outro: “a crítica é um ato de carinho quando bem feita, da forma correta, mas para isso, o pesquisador precisa ter o ego bem resolvido”.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula comenta que essa é uma pergunta recorrente e questiona: “afinal, administração e crítica podem conviver”? Para responder a indagação, Paula se reporta ao artigo intitulado “*How come the critters came to be teaching in business schools? Contradictions in the institutionalization of critical management studies*”, de autoria de

Michael Rowlinson, e John Hassard, publicado em 2011, na Revista “*Organization*”, da Inglaterra.

Segundo Paula, nesse artigo, os autores afirmam que a existência dos estudos críticos no contexto dessas escolas de negócios é uma contextualização que não se sustenta a longo prazo. Paula explica que este é um ponto de vista polêmico, do qual discorda e explica porque:

a gestão está na vida do homem desde tempos imemoriais, a questão não é abolir a gestão, a questão é você fazer a gestão e mesmo assim manter a possibilidade de autonomia e de crítica, e eu não acho que essas coisas sejam impossíveis, eu acho que essa conciliação, ela é uma conciliação difícil, quando você parte de uma teoria em que a função da gestão é meramente instrumental, seja como apenas maximização de lucros, determinar resultados ou atender aos acionistas. Se você tem essa visão da gestão logicamente a gestão sempre vai ser isto. Se você começa a entender a gestão de outra forma, vai ser diferente, pode ser diferente.

A respeito de outro artigo, que defende que a disciplina do CMS, em particular, seja retirada do ensino de administração, Paula opina:

então, eu não vejo como pressão, eu não acho que seja por acaso que essa crítica tenha surgido nas *business schools*, eu não acho que é hora dela sair dela, muito pelo contrário, eu penso que se existe um lugar aonde se necessita fazer esta discussão é nas escolas de administração. Porque daqui saem as pessoas que vão continuar reproduzindo essas práticas que, na minha opinião, muitas vezes são deletérias, perversas e equivocadas, porque aqui elas não tiveram uma outra noção de que era possível fazer diferente.

Ao ler o *abstract* desse artigo disponível na Internet, constata-se que os autores se questionam sobre um aspecto, aqui traduzido livremente: “como é que um bando de vagabundos da classe trabalhadora, graduados em sociologia ou ex políticos de esquerda foram parar nas escolas de negócio do Reino Unido”? Segundo os autores, isso se deve à derrota histórica da esquerda e à falta de atividades mais práticas para os acadêmicos de gestão radical.

Os autores se queixam, estranham o fato de o CMS ter se estabelecido na escola de negócios e ter ganhado progressivamente a simpatia de muitos, a ponto de terem sido criadas duas escolas de negócio orientadas exclusivamente pela crítica, no Reino Unido. Com essa abertura para os intelectuais de esquerda nas escolas de negócios, os autores, que se dirigem a eles pela alcunha de “criaturas”, acreditam que o CMS teria perdido a capacidade de autocrítica, de não enxergar suas contradições. Segundo Michael Rowlinson e John Hassard essas “criaturas” acreditam que o currículo *mainstream* seja inútil e que deveria ser abolido. No artigo pretendem

explorar a identidade dessas “criaturas” de esquerda e a performatividade do CMS, a fim de prover um sinal para sua saída das escolas de negócio.

Nesse ponto da entrevista, cabe esclarecer que a entrevistadora se surpreendeu ao verificar que o artigo a que Paula se referia fosse tão hostil aos estudos críticos na administração. A princípio, pelo depoimento da entrevistada, parecia que se tratava apenas de uma reflexão crítica acerca dos estudos críticos, da qual apenas discordava, mas a questão ia muito além.

Paula defende que a gestão pode ser muito mais benéfica à sociedade e ao meio ambiente se pensada de maneira racional, para o bem da coletividade e com perspectiva a longo prazo:

Se você pensa, se todo mundo fala de desenvolvimento sustentável...Existe sim tecnologia para você fazer produção limpa, energia limpa, só que tudo isso pode ser muito mais caro, porém ao longo prazo, se você fizer todas as contas poderia ser muito mais barato, ou seja, as decisões não são tomadas de uma maneira tão racional quanto se pensa. Porque se você fosse levar em conta a racionalidade, ou seja, de que no longo prazo investir mais em energias limpas, em uma produção talvez correta, limpa, é mais barata, você não deveria ficar pensando no curto prazo. Então, as decisões acabam servindo interesses que não tem a ver com interesses coletivos, esse é o ponto. Então, hoje a gente tem a possibilidade de criar, de se fazer, tem até a perspectiva da tecnologia social, do Dagnino, de você tentar o desenvolvimento da tecnologia do ponto de vista da tecnologia social.

Para Paula, falta vontade de fazer diferente, e de compreender que os problemas provenientes de uma gestão nos moldes de priorizar, acima de tudo, os interesses do acionista, estão lesando cada vez mais a sociedade e o ambiente em que se vive. Nesse contexto, os discursos de empresas em prol da sustentabilidade e de coisas afins são inócuos.

Paula alerta que falta fazer imediatamente uma reforma mais profunda na forma de gerenciar empresas:

[...] eu acho que se é algo que a gente não começar a pensar imediatamente é, não tem nem como vir com esse papo de sustentabilidade que é besteira. Ou você muda estruturalmente as coisas ou vai sempre continuar reproduzindo as práticas porque elas são justificáveis de acordo com os parâmetros das pessoas que defendem essas práticas.

Às vezes dá a impressão de que as empresas se apropriam de termos que serviriam como paliativos em seus discursos, como sustentabilidade, terceira via, só para citar alguns, para visando continuar agindo sem ética, para garantir a maior lucratividade imediata possível, explorando ao máximo as pessoas e o ambiente no qual se inserem.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório conta que esse fato depende da instituição em que se esteja trabalhando, no caso estrito do ensino, diz que “a sobrevivência é pouca”. Mas reconhece que a FGV, onde trabalha, é uma instituição de ensino na qual há espaço para estudos críticos, além de outras instituições e universidades com as quais colabora. Mas, em geral, acredita que o espaço para isso é bem limitado nas universidades, principalmente pela pressão em se formar os alunos para o mercado de trabalho:

eu não tenho pesquisa de campo para dizer isso, mas parece ser que em algumas universidades privadas, e aí eu digo com exceção das confessionais, das públicas, no caso da própria instituição que eu trabalho [FGV], o espaço para essa discussão é pequeno, porque hoje em dia, o ensino das universidades privadas parece ser que eles vão muito numa linha de preparar para o mercado e, se você for colocar alguma discussão que mostra as contradições desse tal mercado, acho que não é aceito.

Tenório comenta o caso de um jovem aluno, formado por uma universidade americana, que ao assistir a um seminário promovido por um banco estatal, estava tão empenhado em dirigir perguntas aos palestrantes, usando exageradamente jargão do mercado e com uma visão única do mercado, que gerou constrangimento. O problema é que há universidades privadas do Brasil que tendem a importar os referenciais bibliográficos para a graduação, sem questionar a ideologia que os sustenta, e, às vezes, sem fomentar pesquisas próprias. Segundo relato de Tenório:

pelo menos, conversei com colegas e já tive oportunidade de dar palestras em universidades privadas e, recentemente, assisti um evento no BNDES sobre “desenvolvimento e sustentabilidade” e um brasileiro, recém-formado em graduação lá nos EUA, as perguntas que ele fazia, eram perguntas que o pessoal da plateia ficava assim com olhar de riso, porque eram perguntas de um rapaz novo, ele fazia perguntas como se o mundo do mercado fosse o único existente. (...) meu contato com elas [universidades privadas] é muito pouco. Mas em conversas eu não sei se isso soaria bem. Inclusive, já tiveram casos em universidades privadas, cujos donos disseram que pesquisa não fazia sentido nenhum. Eu não sei lá eles mantêm ainda essa mesma atitude.

Perguntado se ser crítico na administração significa ser um pouco inconveniente ainda, Tenório afirma que é inconveniente para alguns espaços, os quais cita os seguintes:

inconveniente, repito, para alguns espaços universitários, por exemplo, cursos de MBA, esses cursos de especialização, aí não há espaço para a crítica, aí é racionalidade instrumental pura, aí não se fala na [racionalidade] substantiva, é a pura racionalidade

instrumental, é o “como fazer”, o indivíduo está ali para pegar um diploma que vá acrescentar entre aspas “valor” ao seu diploma de graduação, para estar bem no mercado...agora crítica no sentido de análise da sociedade? Isso não, não, nem pensar.

No entanto, de acordo com Tenório é possível, em cursos de mestrado, incutir reflexões mais críticas de modo a contrabalançar o currículo de perfil mais funcionalista:

no mestrado eu tenho impressão que isso pode acontecer, mesmo mestrado profissional, pelo menos a experiência que eu tenho, a gente pode acrescentar essa discussão aí. Todos os livros que eu tenho organizado com alunos de mestrado profissionalizante eles não saem com essa leitura funcionalista tradicional, pelo contrário, eles até gostam.

Os estudos sobre pensamento organizacional são marcados por uma preponderante abordagem funcionalista, principalmente na estrutura curricular da formação do bacharel em administração, considerada sobretudo ideológica. O fato de os cursos de pós-graduação estarem envolvidos, necessariamente, na realização de pesquisas científicas, o que requer maior aprofundamento teórico e metodológico dos discentes, comparativamente à graduação, isso gera condições mais favoráveis a reflexividade somadas a maior autonomia do docente, para apresentar metodologias e selecionar conteúdos que considere relevantes para discussão nesse contexto.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Misoczky começou respondendo que ser crítico na administração seria como “o samba do crioulo doido”. Por isso, nesse texto que me entregou, fez questão de apontar sua acepção de crítica, ponderando que, na área de administração, basta alguém pensar para se auto intitular crítico.

A entrevistada contou que a disciplina que ministra, sobre teoria organizacional, é a única matéria obrigatória do doutorado, o que, em sua opinião, demonstra, mais uma vez, que “não há segregação, a gente tem de se bancar, tem de ter competência teórica, a gente tem de trabalhar em sala de aula com a pluralidade do que é a administração”. Misoczky ressalva que não ministra uma disciplina de teoria organizacional começando pelo “O Capital”, de Marx; mas esclarece que o autor será trabalhado, mais adiante, no meio da disciplina.

Revela, ainda, que quando os alunos consideram que determinada disciplina tem uma postura crítica, muitas vezes estão se referindo a uma disciplina que se adequaria mais a uma postura reflexiva do que propriamente crítica. Misoczky ressalta a

necessidade de se tratar esses conceitos com precisão, uma vez que considera que na administração “pensar já é muito, quem pensa e problematiza sua prática, ainda que em um referencial positivista, institucionalista, que é reflexivo, se autodenomina crítico”. A teoria crítica, em sua opinião, é a teoria marxista, numa perspectiva de intervenção.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Para Goulart, ser crítico na área de administração é ter um olhar questionador em relação aos acontecimentos ao seu redor: “significa olhar o mundo querendo compreender, saber, perguntando por que isso é assim, ou que pode ser de outro modo”.

Goulart afirma a importância de os estudiosos críticos estarem presentes em um encontro como o EnANPAD, mesmo sendo um evento dirigido às temáticas mais gerencialistas.

A autora entende que por meio do debate bem fundamentado, é mais fácil fazer o contraponto e trazer mudanças, gradualmente, nessa comunidade científica:

eu só continuo vindo aqui [ANPAD] porque eu acho que isso aqui pode ser de outro modo, pensando criticamente, continuo vindo aqui, porque acho bom, que pode ser de um modo assim que se realiza, que possa realizar nossa capacidade de pensar, de viver bem, eu acredito que tem umas regras de jogo, como esse negócio de avaliação e tal, mas é a gente que faz, não estou dizendo para a gente fazer uma coisa fraca, não é a defesa do corporativismo, mas pensar o que é realmente importante mesmo fazer, sabe.

Goulart defende que é necessário haver tempo para se conversar com os alunos. Lembra do texto do Paulo Freire, “A importância do ato de ler”, publicado em 1992, pela Editora Cortez, que, inclusive, orienta como montar a bibliografia para uma disciplina. Considera que, mesmo um curso à distância, semi-pronto, pode se tornar um veículo capaz de despertar o senso crítico do aluno em relação à sua realidade:

eu trabalho também na UAB (Universidade Aberta do Brasil), que é um programa da Capes, bastante massificador, que vem com as apostilas prontas, e tal, mas era a única maneira que a gente tinha de oferecer especialização gratuitamente na área de administração pública, então, vamos lá, daí a gente dá aula, a gente melhora um pouquinho, não é permitido fazer muitas alterações no conteúdo, mas na medida do possível a gente faz e tal.

Goulart explica que a escolha da bibliografia nos cursos que ministra à distância, pela UAB - Universidade Aberta do Brasil, dependendo da seleção feita, pode constituir um ato político, ao trazer questionamentos críticos, permitir o avanço nas teorias

administrativas com conhecimento de causa, a partir de textos completos originais, conforme ilustrou:

you faz uma bibliografia para sua disciplina, não é obrigado a seguir um padrão, você tem temáticas e você escolhe. E fazer uma bibliografia e oferecer um conjunto de leituras para os alunos é um ato político também, é um ato crítico, vai depender das leituras que você oferece e da forma que você discute aquilo. Eu não estou falando em manipulao não. Estou falando, por exemplo, em Teorias organizacionais, que a gente ensina l no mestrado, tem todas as teorias da administrao, Taylor, Fayol, agora a gente l nos originais, l todos eles, teoria da dominao, os meninos têm de ler Economia & Sociedade, os capítulos, n. Depois a gente dá a escola das relaoes humanas, a teoria da contingência, discutido com profundidade, então, tem de ter um cuidado e eu acho que isso, ser crítico, para mim, é isso, fazer seu trabalho o tempo todo com muita consciência, com muita responsabilidade, sabendo para onde, o que você pode fazer com aquilo, o que você está querendo fazer com aquilo, ter esta responsabilidade com os estudantes que estão ali, sabe.

Goulart não dispensa aos seus alunos a leitura dos textos originais aos quais se pretende criticar, por mais improlficos que sejam, para que a crítica seja feita com embasamento, com conhecimento sobre o que está sendo discutido. E não fazer crítica com base, exclusivamente, em pontos de vista de terceiros:

não adianta, por exemplo, eu dou uma aula bem chata, na disciplina Teorias Organizacionais, que eu dou na graduao também, aí tem l uma teoria que  a teoria da ecologia populacional, teoria chatinha e o texto é muito difícil de ler e os alunos reclamam comigo que o texto  difícil. Mas tem uma leitura complementar que um texto é bem mais agradável, palatável, mas é uma crítica à teoria, entende? Aí, eu digo para eles que eu boto como leitura complementar, porque eu não posso colocá-la como uma leitura obrigatória, porque ela é uma crítica à teoria, para fazer a crítica, tem de ter lido a teoria. Eu não quero que vocês façam crítica daquilo que vocês não conhecem. Eu reconheço que o texto  chato, mas é preciso ler e a gente tem de aprender a ler texto chato estudando o texto, é diferente de fazer uma leitura.

Enfim, enquanto predominarem abordagens teóricas na área de administrao, fundamentadas em conceitos inconsistentes, fica a cargo do docente estimular discussões, devidamente embasadas em textos que discorram sobre a questão ora tratada, de modo a complementá-las com reflexões críticas de outros autores. Assim, o docente terá melhores condioes de participar ativamente na discussão com o devido conhecimento do assunto e formular sua opinião própria a respeito.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Esta nona pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, por ter sido respondida previamente, a saber “o que significa ser crítico na área de administração”?

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Serva acredita que ser crítico na área significa elaborar uma crítica consistente ao paradigma dominante na administração, notadamente o paradigma funcionalista, expressão do liberalismo na administração.

O impacto das publicações em estudos organizacionais críticos

10 - Qual é o impacto dessas publicações em estudos organizacionais críticos na área de administração?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Faria explica que, apesar de o espaço para publicação de textos críticos ser restrito, observa-se que o impacto no leitor o leva a profundas reflexões sobre sua conduta nesse ambiente profissional. Faria reitera que:

ser crítico hoje é ser crítico ao *mainstream* que está aí, ser crítico ao *business*, ser crítico ao gerencialismo. Então, ser crítico é isso o que a gente faz. Então nosso espaço é muito pequeno. Cada vez mais eu vejo que o espaço é pequeno, que é menos de 1% da publicação, mas o impacto que a gente tem lá no meio é muito grande, porque é insuportável para eles lerem aquilo que a gente escreve, porque de alguma maneira, toca neles, de alguma maneira, a pessoa começa a refletir sobre isso, ou o executivo que lê ali e ele vai se desculpar, ele se sente culpado. Ele sabe o que ele tem de fazer: “eu mato, porque sou obrigado a matar [sentido figurado]. E como você faz depois? Chego em casa e abro um vinho e bebo! Tem um depoimento assim.

Sobre essa clivagem entre o que o sujeito faz e sente, Faria mencionou o artigo de uma pesquisadora, Ludmila Guimarães, que relatava a situação de um executivo que havia demitido 300 pessoas, dizendo não ter sentido qualquer remorso, e que teria manifestado uma naturalização disso ao declarar: “para mim é normal, eu mando embora, não tenho sentimento nenhum”.

Segundo Faria, o sujeito acaba refletindo, mais cedo ou mais tarde, sobre esses eventos. Ludmila questionou o executivo, sobre como suportava tomar essas

decisões, ao que respondeu: “ah, eu vou bem, vou para casa, chego em casa bêbado... bebo vinho e esqueço”. Quanto ao desfecho dessa história, Faria concluiu que o executivo provavelmente começou a pensar no problema quando um amigo seu foi demitido. Faria pondera que enquanto o executivo mandava embora os outros, estava tudo bem; mas quando um colega próximo foi demitido, sem nenhuma justificativa plausível, o executivo começou a se dar conta de que o próximo poderia ser ele. Faria explicou como funcionou esse processo:

ele daqui a pouco vai ser a pessoa que vai sair, o que ele fez, vai ser feito com ele. E o capitalismo é assim. Pena que as pessoas só vão se dar conta depois que aconteceu com elas. Se tivessem uma consciência crítica, poderiam saber como lidar com isso e saber que isso é assim mesmo. Eu não tenho nenhuma dúvida se eu estou trabalhando numa escola privada, não tenho nenhuma a menor dúvida que um dia ela vai me descartar.

Faria aponta para a facilidade que empresas privadas têm em dispensar funcionários, e ressalva a importância de se estabelecer o vínculo emocionalmente com as pessoas com quem lida no trabalho e não com as organizações. Faria entende a questão dos vínculos da seguinte maneira:

eu tenho um vínculo com o meu trabalho, eu tenho um vínculo com meus alunos, os meus vínculos de afeto não são com a organização. Eu não tenho essa coisa platônica de “amar” a organização que, na verdade, não dá a mínima para você. Então, a organização é o lugar aonde você trabalha, a escola é o lugar, a empresa é o lugar aonde você vende sua força de trabalho.

Faria considera fundamental que a pessoa goste de seu trabalho, porque, ao contrário, “não tem saúde que agente, física e emocional, é preciso se dar bem com as pessoas com quem você trabalha, que, afinal, a gente tem o direito de ser feliz no trabalho”.

Faria comenta que a empresa tem uma lógica própria, muitas vezes injusta, e acredita que as pessoas não deveriam se surpreender com isso. Faria diz que o executivo que manda e desmanda, fatalmente, será vítima desse mecanismo:

a gente tem de ficar alerta, porque a empresa tem outra lógica, embora a gente ainda se surpreenda com isso, não é uma coisa que é inesperada, ao contrário, o esperado é que você seja mandado embora, seja dispensado, quando não servir mais, assim, jogar fora, uma lógica perversa, mesmo que você faça tudo que a empresa te mandou, que você não seja uma pessoa contrária à ideologia e tal, mas é uma coisa assim, você vai apertando aquela laranja, quando não conseguir sair mais nenhuma gota do suco, eles jogam a casca fora, é você quem vai embora, o suco você deixou, depois, vão pegar uma outra cheinha de coisa e vão jogar fora. Então, o executivo muitas vezes, ele está numa posição de decisão, ele faz isso com os outros, ele joga a casca dos outros fora, mas um dia a casca dele vai ser jogada fora e quando a coisa começa a chegar perto dele, daí ele começa a se dar conta, e, às vezes, é muito tarde.

Faria percebe que os executivos e os gestores também sofrem. Apesar de serem cruéis, muitas vezes, ao longo de uma vida, porque acabam representando a crueldade e exercendo o papel da perversidade na organização; um dia também sofrerão, exatamente com a mesma crueldade a qual imputaram aos outros. Faria explica como isso ocorre:

porque a lógica é a da crueldade, é a lógica da perversidade, não é a lógica da solidariedade, da cooperação; só que isso vai bater neles, e aí é um sofrimento, um adoecimento. Então, você vê muitos executivos praticamente morrendo mesmo, problemas cardíacos, o sujeito faz um câncer, é um desespero, vai chegando a hora e a pessoa vai se fazendo mal.

Faria menciona outro estudo sobre executivos, conduzido pela pesquisadora Cíntia Ramos, que demonstra como o advento da tecnologia estendeu a carga de trabalho para horas que seriam de lazer e descanso. Faria ressalta esse outro aspecto problemático da vida dos executivos:

é um trabalho que a Cíntia está desenvolvendo, é que você tem 24 horas para trabalhar em 24 horas, você não tem mais a sua hora. Então, é assim: você tem o seu telefone celular, que está sempre ligado, não interessa aonde você está, se está de férias ou qual é a hora, você tem de estar ligado na empresa, porque tem problema para resolver, então, você trabalha 10 a 12 horas na empresa por dia e mais uma porção de horas em sua casa, sua vida familiar foi para o brejo, você não tem vida própria, você não tem lazer. E o executivo está ali, ele se sente útil, ele se sente bem valorizado, porque está fazendo isso, porque é uma pessoa importante, até que ele começa a se dar conta do que está acontecendo com a família, quando a mulher não aguenta mais, daí ele vai passear, quando os filhos dizem para eles: “você não viu a gente crescer”. Aí ele começa a se arrepender por não ter visto, mas já não tem mais como, já cresceram, aí o sujeito começa a sofrer. Então, eu acho que eles sofrem também, talvez sofram menos no tempo do que os trabalhadores, mas vai chegar uma hora que vão sofrer.

As mudanças constantes presentes no cotidiano do executivo, como, por exemplo, a perda de autonomia de horário relatada, contribui para a precarização do trabalho, pelo excesso de responsabilidade, pela perda gradual de garantias e direitos já consolidados historicamente pelo trabalhador.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Esta décima pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, a saber “Qual é o impacto dessas publicações em estudos organizacionais críticos na área de administração”?

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula afirma que é algo difícil de se perceber o impacto das publicações de estudos críticos na área, embora afirme que atinge a algumas pessoas. Segundo Paula: “algumas pessoas são capturadas, algumas pessoas passam a se interessar, algumas pessoas querem pesquisar, outras continuam considerando uma tremenda bobagem”.

A entrevistada conta que procura levar a discussão acerca da temática crítica para a graduação, em um curso que ministra acerca da vocação e ética profissional e revela o que acontece em ambientes que não estão preparados para certas reflexões: “o que me incomoda às vezes é, você ver, pesquisadores e professores - pares, desrespeitando seu trabalho, dizendo “olha, isso o que vocês trazem não é relevante, isso não muda nada, isso não tem utilidade”.

Para Paula, há os que falam sem conhecimento de causa, que não se inteiram da bibliografia crítica, nem se dedicam a se informar minimamente do que trata a temática abordada, para estarem realmente aptos a criticar com propriedade aquilo que estão criticando.

Paula relata que um dos impactos evidentes ocorreu dentro da própria ANPAD, onde se estabeleceu a área de estudos críticos. Segundo Paula:

ela está aí, ela está presente, ela está incomodando, ela está capturando as pessoas que querem ser capturadas, está incomodando as pessoas que se incomodam, então, não acho que ela seja inócua, o que eu acho é que às vezes as pessoas julgam muito apressadamente, que elas acham que é uma bobagem, uma futilidade, não querem saber do que se trata.

Apesar de Paula constatar que há muitas pessoas com essa opinião, muitas reveem seus pontos de vista depois de conversarem pessoalmente ou assistirem a uma das aulas que ministra. Paula pondera:

porque na verdade, a demanda que eu tenho em relação à crítica, como ela tem um viés bastante humanista, ela está em todo mundo, se você pensar: ah, eu quero o bem estar da sociedade, eu quero o bem estar das pessoas, eu quero a autonomia das pessoas. Quem em sã consciência seria contra isso?

Paula tece uma consideração cultural da tradição cristã ocidental acerca do bem estar da sociedade, que é uma influência muito forte, desde a família, e que esse referencial acaba mais cedo ou mais tarde tocando a consciência:

é até uma questão de posição cristã que é dominante em nossa sociedade. Não tem como ser contra isso. Então, em cada um isto está um pouco presente, talvez em maior ou menor intensidade, dependendo da educação que teve, dos valores que tem, mas em algum momento da família passou por isso, mesmo aquele cara que

quer levar vantagem em tudo, um dia fez catecismo, viu o “ame o próximo, como a ti mesmo” era uma máxima. Eu não vejo assim que seja algo assim tão extraordinário.

Paula comenta que às vezes é indagada quanto à atualidade da revolução, e que responde que, mesmo na crítica, hoje há várias maneiras de se pensar isso, desde a mais ortodoxa, que parte para a luta armada até a revolução particular.

Paula diz que há pessoas que se dirigem aos pesquisadores de abordagens críticas os apontando de maneira pejorativa: “você são radicais, uns idealistas, você são uns utópicos”. No entanto, acusam sem saber o que realmente esses pesquisadores pensam, porque quando têm a oportunidade de conhecer o que defendem, exclama: “poxa, eu não penso tão diferente assim”!

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório respondeu de maneira bem sucinta: “tem impacto, tanto que você está estudando isso, se não, você não estaria estudando”. Ao dizer que eu custei muito para chegar nesta corrente de pesquisa, que apenas ao cursar o doutorado foi que ouvi discussões sobre teoria crítica, Tenório citou um instituto na Inglaterra, cujo nome não se recordava no momento, dedicado ao pensamento crítico e perguntou se eu não o conhecia e se eu não me identificava com as linhas de pesquisa desse instituto.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Misoczky recomendou muito que esta pergunta fosse dirigida a Sueli Goulart, de seu grupo, que trabalha com as turmas dos primeiros semestres da graduação, enquanto suas turmas são do penúltimo semestre da graduação. Sueli coordena a área de administração geral da escola, além de incluir nas bibliografias que englobem teorias organizacionais e já haver relatado, nessa entrevista, o impacto positivo dessa literatura no amadurecimento acadêmico dos alunos, também estava resgatando, em um curso de políticas públicas, o pensamento social brasileiro.

Misoczky discorreu sobre bolsistas de iniciação científica orientados por professores do programa de administração do qual faz parte, revelou que é “absolutamente deslumbrante a qualidade do trabalho que esses meninos têm feito”. Misoczky contou que cada um preparou o seu próprio artigo, e que isso foi trabalhado de modo meio anárquico, com apoio de um ou outro doutorando, além dela mesma, tendo os próprios

alunos escolhido seus temas. Exemplificou que uma aluna trabalha a análise do discurso sobre o consumo, outro escolheu pesquisar as práticas organizacionais do Levante Popular da Juventude.

Misoczky considera que os manuais não devem ser usados no ensino de graduação, e que adota os textos clássicos com leituras de obras completas, não apenas textos selecionados.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart não sabe ao certo o alcance de textos críticos na graduação em administração de outras universidades, porém, nas disciplinas que ministra na UFRGS adotou textos de autores, de vertentes críticas, que seus alunos nunca tinham ouvido falar; mas fundamentais para se conhecer o pensamento crítico administrativo, inclusive, de expoentes nacionais sobre o assunto. Goulart ponderou que:

isso eu não sei dizer, porque eu não sei até que ponto esses textos críticos são usados na graduação. Lá, a gente adotou, assim, essa coisa de ler nos originais é desde a graduação, então, por exemplo, desde Teoria Organizacional 1 e 2, eles leem o Barnard, eles leem o Tragtenberg, o Guerreiro Ramos, autores que eles nunca tinham ouvido falar.

Goulart revela para seus alunos que muitas ideias em voga na administração, são na verdade, extraídas de obras bem mais antigas, sem o devido reconhecimento. Os alunos ficam admirados ao conhecer as obras de autores críticos nacionais e tem a liberdade de realizar as apresentações sobre as principais ideias desses autores de maneira não-convencional:

e o que a gente sempre mostra para eles: “esse aqui, coisa que você encontra nas livrarias dos aeroportos, como se fosse a última moda, foi escrito lá em 1958 pelo Barnard, que falava essas coisas aqui, ou foi escrito pelo Guerreiro Ramos” ... Guerreiro Ramos é um autor que chega na graduação assim e muitos deles se encantam, é muito engraçado, eu fico impressionada, na graduação eu faço seminário dos autores brasileiros, e já digo lá para eles, tem de ler o Guerreiro, o Motta, o Tragtenberg, às vezes eu coloco um Celso Furtado, um Milton Santos, um desses assim para variar um pouco, e digo que pode fazer a apresentação do jeito que quiser, pode fazer teatro, pode apresentar de modo convencional, do jeito que quiser.

Dessas apresentações não-convencionais, Goulart relata um exemplo em que uma música bem popular, daquelas que tocam bastante em estações de rádio, foi usada como melodia para alguns versos criados com base em textos do Maurício Tragtenberg. Em outra, os alunos idealizaram uma entrevista em um programa de rádio de época, com Alberto Guerreiro Ramos. Goulart conta que:

já houve umas coisas bem interessantes. Uma vez apareceu um grupo que fez uma adaptação de uma música, de nome “cachorro

grande ou um rock assim”, usando o texto do Tragtenberg, das harmonias administrativas, um desses assim, ficou uma letra perfeita, fizeram um videoclipe, um aluno cantava e o outro filmava, ficou o máximo, muito legal. Ai também teve um outro grupo que fez uma coisa também muito interessante, que era sobre Guerreiro Ramos, eles fizeram um programa de rádio de 1958, então, eles arrumaram umas propagandas da época e tinha um locutor, sabe, era muito engraçado também, tinha o intervalo, e num dado momento o locutor perguntava: “e, então, Guerreiro Ramos, como o senhor poderia conceituar para nós a redução sociológica”? Daí o Guerreiro Ramos respondia...era muito engraçado. Mas tem grupos que não, que fazem uma xaropada lá.

Há resultados surpreendentes dos trabalhos dos alunos, que se apropriam de uma maneira autêntica dos textos desses autores críticos nacionais e narram seus pensamentos com tamanha criatividade, de modo a atrair a atenção de quem está assistindo a exposição para essas reflexões, que engrandecem o debate acerca das organizações. Mas também há trabalhos bem convencionais, que não parecem contribuir muito para a discussão.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades -NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Esta décima pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado, por ter sido respondida previamente, a saber “Qual é o impacto dessas publicações em estudos organizacionais críticos na área de administração”?

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Para Serva, os impactos desejáveis dessas publicações na área seria basicamente o de gerar reflexões nos gestores, que impliquem em mudanças de mentalidade da gestão e que trouxessem mudanças nos currículos das universidades, a fim de aprimorar a formação do administrador e de ampliar sua visão da organização, ou em suas palavras: “os de levantar novos pontos de vista, transformar os programas tradicionais de formação em administração, auxiliar gestores e demais membros de organizações a empreenderem processos reais de mudança em suas organizações”.

Os principais limites e controvérsias em estudos organizacionais críticos

11 - Quais são os principais limites e controvérsias dos estudos organizacionais críticos?

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais - EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Esta décima primeira pergunta do questionário não foi dirigida ao entrevistado.

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Ao final da entrevista, Meneghetti disse considerar que “não é o mais inteligente que precisa estar no poder, o mais indicado seria o mais íntegro, o mais ético, o sujeito bom, por mais que se pague pelo amadorismo ou falta de conhecimento, posto que isso se compensa com o tempo”.

Para Meneghetti, a crise do mundo moderno é a de se dar cargos de destaque aos mais inteligentes que, não necessariamente, vêm acompanhados de uma ética benéfica para sociedade. Acredita que, muitas vezes, quem ocupa o poder é individualista e que teme que um sujeito autoritário ocupe um cargo no poder em que tenha em suas mãos a gestão da violência: “um sujeito assim na polícia ou na justiça pode provocar muitos estragos por haver chances de se exceder em atitudes totalitárias”.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Paula reconhece que já havia comentado bastante ao longo da entrevista essa questão dos limites e controvérsias dos estudos organizacionais críticos, mas apresentou um desfecho.

Paula explica que a crítica já é controversa, de partida, por isso, acredita que as pessoas às vezes ficam tão reticentes em se posicionar criticamente, principalmente, no Brasil. Segundo Paula: “as pessoas aqui são muito assim de deixar tudo quieto, de evitar o conflito, a cultura brasileira é muito da evitação de conflito”.

Paula constatou que as abordagens teóricas consideradas mais funcionalistas ou tayloristas têm uma visão muito negativa do conflito.

Segundo a entrevistada, a crítica está fundamentada no conflito, dando destaque à contradição e abrangendo visões diferentes, visões até mesmo assimétricas.

Para Paula, o entendimento de que o conflito é algo necessariamente negativo deveria mudar, porque o conflito é gerado por diferenças de posições, entendimentos e

interesses, que não são inegociáveis, não são irreconciliáveis, embora às vezes se alcance um limite em que não é possível se conciliar tudo.

Paula lembra que o conflito é a base da democracia e que a democracia, por sua vez, é essencialmente conflito. Paula pondera que:

se considerarmos nós, enquanto seres humanos, enquanto parte de um grupo social, enquanto pessoas que têm um interesse coletivo; eu não vejo que, necessariamente, os conflitos vão levar a dissolução total das coisas, muito pelo contrário.

Paula afirma que as pessoas ainda precisam aprender a lidar com os conflitos de uma maneira mais natural: “as pessoas precisam aprender o que é debater, o que é discutir, o que é discordar, o que é uma opinião apaixonada e o que é uma opinião fundamentada”. A entrevistada considera que na Internet há múltiplas possibilidades de as pessoas manifestarem suas opiniões, em sites, como, por exemplo, Facebook. Entretanto, verifica-se ali que os usuários têm se posicionado de uma maneira muito radical. Sobre esse fato, Paula observa o comportamento dessas pessoas da seguinte maneira:

uma vontade de se autonomizar, de se colocar como alguém, de se posicionar, que foi muito reprimida por muitos anos, dentro da nossa sociedade e que as pessoas hoje agora têm a liberdade de dizer o que elas pensam, elas vão e dizem tudo, a gente está vivendo muito esse momento de as pessoas chegarem e dizerem tudo o que pensam, às vezes, independentemente até do sentimento dos outros.

Paula acredita que, em um segundo momento, as pessoas começarão a refletir e a amadurecer o conceito de opinião, a saber distinguir uma crítica devidamente fundamentada e a aceitar que nem sempre prevalecem suas impressões e desejos. Quando chegar esse momento, as pessoas começarão a lidar melhor com as diferenças e a debater os assuntos a partir de uma posição racional, deixando de considerar as questões sob um ponto de vista muito ideologizado. Paula referiu-se à teoria da ação comunicativa de Habermas:

é o que Habermas defende, que ele vai falar da esfera pública, ele vai falar da ação comunicativa, ele vai falar justamente da possibilidade do consenso fundado, que é um consenso que se estabelece entre pessoas que realmente possam estabelecer argumentações sólidas, válidas e verdadeiras, então, é a isso que ele se apegava. E eu acho também que a gente está ainda em um processo de aprendizagem, mas também num momento de colocar tudo para fora. E isso é normal, numa democracia recente, acho também que isso não é exclusivamente do Brasil, tenho visto isso em outras sociedades, até gostaria de ver como isso ocorre na Suécia ou na França, para ver se há nesses lugares algumas barbaridades que eu tenho visto na Internet, aqui também tem, talvez tenha menos, porque há um outro patamar educacional, de uso, pelo menos para parte das pessoas já é diferente.

A entrevistada lembra que a dificuldade de sustentar um debate fundamentado em argumentações consistentes ocorre no meio acadêmico, na administração. Em suas palavras: “essa possibilidade de questionar, de debater, é uma coisa que inexiste também”.

Por outro lado, Paula reconhece alguns avanços em congressos na área de administração, em que se ensejou a criação de espaços para debates, mas que ainda é preciso alcançar um patamar de maturidade, para não interromper o debate em vez de fomentá-lo:

antigamente, há uns 14 anos atrás, na ANPAD, as pessoas iam lá apresentavam os trabalhos e ficava por isso mesmo, ninguém debatia nada, era só apresentação, só aplausos da plateia e acabou. Com o tempo, foi-se criando a cultura das mesas-redondas, dos debates, das apresentações interativas, eu vejo assim que houve muitos progressos em relação a isso, como também houve muito mal uso disso, de pessoas radicalizando posições, como até te coloquei que precisei me retirar dos congressos.

Paula nota que em outras áreas a compreensão do debate é mais desenvolvida, receptiva a diferenças de posições. Cita, por exemplo, que:

posições mais contundentes de críticas de determinados autores são muito comuns na filosofia, na sociologia, e esse trabalho que eu escrevi não causaria o escândalo que causou em outras áreas, seria considerado uma coisa normal, aceitável.

Segundo a entrevistada, há espaço para discussões em periódicos internacionais como a *Organizational studies* e a *Organization*. Paula explica que existem várias seções nessas revistas, que, às vezes, é o texto de um determinado autor, seguido da réplica e da tréplica:

e os caras pegam pesado mesmo, eles falam mesmo o que tem de ser falado e dane-se, sabe. Por exemplo, um artigo como esse que eu escrevi, era um artigo para um editor olhar e dizer: vamos fazer um debate. Ao invés de vetar a possibilidade desse debate.

Paula conclui que falta ainda mais percepção nas pessoas para essas possibilidades, que poderiam ser mais bem exploradas, deixando a discussão se desenvolver plenamente, acompanhar até onde vai; mas em geral ocorre o contrário, abandonam o conflito, ao menor sinal.

Paula já viu diversos autores na *Organizational Studies*, que, em suas palavras, “quebraram o pau”, por três ou quatro anos contra argumentando sobre algum tema, reações que considera naturais, que fazem parte do processo. Paula explica que se trata de um “quebra-pau” fundamentando, no qual os autores se apoiam em teoria: “não é pessoal, não é retórico, não é uma crítica ao seu trabalho sem ler, não é o cara ficar se apegando ao que não está no seu trabalho”.

Paula desabafa que está cansada de ver parecerista cobrar ao autor que se cumpra exigências que não encontram paralelo no objetivo proposto do trabalho.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Tenório cita como primeiro limite dos estudos organizacionais o próprio limite editorial. Explica que as editoras priorizam textos que tenham apoio de mercado, que vão para as prateleiras das livrarias de aeroporto, onde, em suas palavras, “a teoria crítica passa longe”. Tenório pondera que há editoras que trabalham com essa linha crítica, que aceitam esse tipo de publicação, mesmo no Brasil. Tenório menciona o caso da Editora Unijuí, vinculada a uma universidade comunitária, do Rio Grande do Sul, onde toda estrutura da universidade é da linha política. Comentou que estava escrevendo o prefácio de um livro publicado por essa editora, sobre os dez anos de um curso de mestrado. Nesse prefácio, Tenório revela que foi uma surpresa agradável saber da existência de uma universidade no interior de um estado, comunitária, cuja linha de pensamento é crítica. Tenório considerou muito positivo encontrar, instituições universitárias, não exclusivamente públicas, com exceções, que estimulam esse tipo de leitura.

Tenório também discorre sobre a questão curricular, que considera um entrave, principalmente nas universidades privadas; mas sugere a necessidade de uma pesquisa voltada para a análise curricular em faculdades de administração, a fim de se certificar se realmente há omissão na estrutura curricular em relação às discussões críticas:

[...] talvez um caminho que você pudesse fazer para ilustrar isso era, por exemplo, fazer uma amostra, no Rio de Janeiro ou só no município do Rio de Janeiro, e verificar nas universidades públicas, nas confessionais, na FGV e nas instituições privadas, para verificar se esse tipo de discussão aparece, porque talvez eu possa estar falando uma coisa errada, porque eu nunca falei isso, mas é bom, para não fazer uma crítica sem fundamento.

Tenório considera relevante verificar se essa impressão acerca das universidades privadas, no país, realmente se confirma; no sentido da preservação de uma ordem social estabelecida e das desigualdades nela contidas, formando futuros reprodutores de uma sociedade burocrática.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Misoczky mencionou um texto de sua autoria, que foi objeto de polêmica com o Rafael Alcadipani da Alcadipani e o Alexandre de Faria, publicado na Revista de Administração Contemporânea - RAC, “Uma crítica à crítica domesticada nos Estudos organizacionais”, aponta que ali estão indicados os limites. Segundo Misoczky, aquele texto continua atual, ainda mais atual do que era na época em que foi publicado, já que a academia está cada vez mais impregnada pelo gerencialismo.

Para Misoczky, o limite principal é o fato dos estudos organizacionais muitas vezes estarem colonizados pelo *management*. A entrevistada compreende que as possibilidades de crítica no *management* são dadas pela maior aproximação com o espaço concreto das ciências sociais e aponta a atualização dos fundamentos marxistas para a compreensão da realidade: “acho que a gente tem de aprender, acho que está dado por uma atualização do pensamento social brasileiro latino americano, na sua vertente marxista, mas também na sua vertente liberal mais crítica”.

A própria tese de um aluno acerca da dialética do consumo da nova classe média, com base em Álvaro Vieira Pinto, problematiza Celso Furtado, a partir do empírico, atualizando o pensamento desses autores. A entrevistada explica que a potencialidade do pensamento crítico vem disso, vem de ir à herança intelectual, de trabalhar com a herança das lutas sociais, mas não de modo anacrônico, sempre trabalhando a partir do empírico, voltando para a teoria e qualificando a realidade.

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Goulart sugere a leitura de um texto da Misoczky, intitulado “Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais”, em que a autora aponta os problemas de se fazer críticas sem o respaldo necessário na experiência.

Goulart também critica outra postura do pesquisador, quando se torna hiperativo na área, não tem o tempo necessário para aprofundar questões emergentes no contexto da sociedade e acaba se tornando uma opinião pronta para consumo imediato pela mídia:

olha, para mim, a Ceci tem um texto muito bom sobre isso, aquele sobre a crítica domesticada, lá no texto você consegue ver isso, tem uma coisa que é uma crítica oficial, isso, para mim, essa crítica oficial é essa crítica descolada da prática, então, você vive fazendo, (...) uma colega me disse uma vez: “vocês têm implicância, vocês têm problema com o Boaventura”. Porque uma vez fizemos uma crítica ao Boaventura, porque ele está em tudo, ele escreve sobre tudo, não é possível, ele tem um volume de produção enorme, não é possível, o cara não refletiu, ele viaja, está em todos os congressos, isso tem

efeitos sobre a obra dele, tem de ter uma certa restrição, porque é um tipo de crítica que acaba sendo muito midiática, acaba aprisionando.

No referido artigo, a autora analisa conceitos formulados com a pretensão de um posicionamento crítico, que se inserem na vertente de “estudos críticos em administração”, mas que visam, sobretudo, a aprimorar mecanismos gerenciais e constar da constelação de obras mainstream em administração.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquillo

Junquillo comentou que esperava que houvesse uma convivência melhor entre os pesquisadores críticos no Brasil, reconhece que é difícil receber críticas, mas quando é feita com o intuito de enriquecer o debate, tem seu valor. No entanto, quando passam a ser apenas ataques interpretativos, não permitem avanços na discussão:

no mundo acadêmico, no Brasil, os próprios críticos se destroem. (...) para a administração [a crítica] é interessante? Sim, mas, para mim, que tenho uma postura de aguentar qualquer tipo de crítica. A crítica para mim é muito interessante, ainda que me doa muito. Agora, se ela vem bem feita, ela tem valor. E nenhum desses autores que eu conheço no Brasil que trabalham com teoria crítica deixam de ter seu valor. O problema é quando entra a guerra paradigmática. (...) a crítica pela crítica não vai mudar nada.

Junquillo discorre sobre o conflito desnecessário entre os pesquisadores críticos, quando se começa a imaginar uma escala de “criticidade”, como se fosse possível, medir quem é mais crítico em relação ao menos crítico ou de quem cuja crítica não presta.

Essa postura é incoerente com o pensamento crítico, por constranger e tirar a liberdade do outro se expressar, ser antidemocrática, autoritária e, ainda por cima, deselegante mesmo, essa é a crítica que faz aos críticos mais ferrenhos da área:

(...) eu estou preocupado em transformar o aqui e agora e começar na ação a me rebelar. Alguns críticos desprezam a opinião de outros que não consideram “críticos”, tem uma postura, por princípio, antidemocrática. Como é que eu contesto a relação de poder se eu mesmo sou autoritário demais e deselegante? Muitos colegas que são de carteirinha da teoria crítica têm tido uma postura deselegante com os pares na ANPAD, de desdenhar do trabalho do outro. Como é que eu posso ser crítico de um sistema que eu quero abolir, se eu ao criticar estou reproduzindo o sistema dizendo que você não tem o direito à liberdade de fazer uma coisa que não tem nada a ver comigo? Essa seria uma crítica que eu faria aos críticos de carteirinha.

Junquillo reconhece o papel fundamental que esses críticos mais fervorosos têm na academia, por ter construído um espaço próprio para publicação. No entanto, a maioria desses pesquisadores ainda reclamam de sofrer resistência na academia, principalmente para publicar. Mas, em sua opinião, é o ônus que se paga para conquistar o espaço. De acordo com Junquillo, talvez uma postura mais amigável tornasse mais fácil a conquista de mais espaço:

agora, poderia ser um pouco melhor, conquistassem mais espaço, se fossem comendo pelas beiradas, se colocassem as coisas de maneira mais *friendly*, mais suave, mais amigável, com a proposta um pouco mais (...) mais aí a pessoa bombardeia seu avaliador, o cara avalia um artigo em que se vê que está sendo criticado de forma extrema e até leviana, por instinto ou não.

O fato de os pesquisadores críticos, por meio de artigos submetidos a periódicos ou apresentações de trabalhos, arrasarem a argumentação de outros referenciais teóricos, acaba por criar um ambiente adverso para suas próprias discussões e exposições de suas ideias. Junquillo salienta a diferença entre ser rejeitado por defender uma ideia, ideia essa que possa contrariar outras vertentes, talvez mais populares, mais disseminadas; do que ser recusado por uma crítica que promove uma discussão vazia, um exercício de agressividade gratuita, sem valor algum para o aprendizado. Mas por um lado, há quem se orgulhe, equivocadamente, de ser tão acentuadamente crítico a ponto de não ser aceito. Junquillo recomenda uma autoanálise, quando o pesquisador entrar nessa dinâmica de sofrer tantas rejeições por avaliadores, pois o próprio sujeito que cria essas condições ao seu entorno:

ao mesmo tempo que há pesquisadores que criticam que não estão sendo aceitos, constroem a situação para não serem aceitos, apagam fogo com gasolina, pouco a pouco criando condições para serem rejeitados e aí fica bonito a pessoa dizer que está sendo rejeitada, é aí fica bonito dizer que a minha teoria não é aceita porque sou um cara muito crítico, no limite, isso passa, aí já estou no meu viés de interpretar o significado desse discurso, eu dizer a todo momento que ninguém me quer, porque eu sou mais crítico de todos, já é uma forma de você querer dizer que você é rejeitado, porque você é algo tão diferente, que ninguém te aceita. Mas não seria o caso da pessoa se perguntar “por que é que ninguém me aceita”? “Por que eu sofro tanta rejeição dos avaliadores”? “Será que não há algo no que escrevo que pudesse ser mais digerível, mais palatável”? “Será que não há algo em mim como sujeito que construo essa realidade para ser assim”? Ninguém quer tocar nessa ferida.

Junquillo se considera muito crítico e ressalta a necessidade de o pesquisador crítico ser coerente em sua vida pessoal, como profissional e acadêmica. O entrevistado reafirma não ter a pretensão em mudar o mundo:

olha, eu sou muito crítico. Eu acho que o crítico tem de ser crítico desde que acorda, quando ele dorme, escova o dente. Eu não posso ser crítico de querer mudar o mundo, se eu sou extremamente

autoritário com aluno, se eu sou extremamente autoritário com colega da minha faculdade, se eu digo que o trabalho dele não presta, eu ouço isso de alunos, fulano está com esse discurso todo, mas chega na sala de aula fala mal de mim, fala mal de outro, de uma forma extremamente deselegante, faltou o respeito nesse nível de tolerância, deixou de ser crítico, passou a ser totalitário, com uma visão única da realidade.

A crítica, de acordo com Junquilha, pode ser contundente, mesmo quando não há pretensão a mudar o mundo, quando a ênfase é nos detalhes dos processos de trabalho, na rotina de vida. Para Junquilha, as mudanças podem ocorrer em ambientes restritos, mas ainda assim são bastante relevantes. O entrevistado se decepciona com o discurso de pesquisadores que são capazes de elaborar pensamentos sofisticados, com uma bagagem filosófica considerável.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Serva entende que as controvérsias são muitas, dada a variedade das correntes dentro de um grande paradigma crítico na atualidade. Destaca como principais limites:

a dificuldade de lidar com a ação, esquecendo a dimensão essencialmente pragmática da administração; o apego a certas abordagens críticas elaboradas num mundo/realidade/época que não mais existem ou que não fazem mais sentido (porém dão "segurança" a quem aprendeu a ver o mundo e a fazer ciência daquela forma), ensejando o acorrentamento ao passado; o fechamento à outras visões de mundo e outras formas de fazer ciência, tentando tornar absolutas as suas crenças e práticas; por fim, a incapacidade de dialogar de fato com quem é, age e/ou pensa diferente de si.

Enfim, para Serva a falta de contato com a práxis, o apego dogmático a certas teorias, sem atualização do pensamento desses autores de obras consideradas como clássicos, além da falta de abertura para novas reflexões são os maiores obstáculos nos estudos organizacionais.

ANEXO A - CURRÍCULOS DOS ENTREVISTADOS (RESUMOS)

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO**Pesquisador: José Henrique de Faria**

Professor Titular da UFPR, no Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM (Mestrado e Doutorado). Pesquisador nas Áreas de Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais e de Epistemologia Crítica, Metodologia e Teoria. Orientador de Mestrado e Doutorado. Diretor Executivo do Instituto *Ambiens* de Pesquisa, Educação e Planejamento. Fundador da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais - SBEO. Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração e Economia FAE-PR (1974), Especialização em Política Científica e Tecnológica pelo IPEA/CNPq (1983), Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGA/UFRGS (1979), Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo- FEA/USP (1984) e Pós-Doutorado em *Labor Relations pelo Institute of Labor and Industrial Relations - ILIR - University of Michigan* (2003). Associado da ANPAD, da *Academy of Management - AOM - Group: Organizational and Management Theory / Critical Management Studies* (2007-) e do *Latin America Studies Association - LASA*. Pesquisador e Líder do Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais - UFPR/CNPq (desde 2002). *Reviewer* da AOM, Avaliador da ANPAD e das revistas científicas: Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Revista Eletrônica Urutaga, Revista de Administração Contemporânea - RAC, Revista de Administração de Empresas (FGV) RAE e RAE Eletrônica, Revista de Estudos Organizacionais - REO. Membro do Conselho Editorial da Editora Juruá. Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças (1990-1994) e Reitor (1994-1998) da UFPR. Vice-Presidente da ANDIFES - Região Sul e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da ANDIFES (1995-1997). Membro Honorário do CRUB desde 1998. Coordenador do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE-PR (2010-2013). Membro do Corpo Editorial Científico da RAE-Eletrônica (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 13/05/2014)

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/3738279410631976>

Entrevista realizada em 25/09/2012, durante o EnANPAD, no Rio de Janeiro, RJ.

Pesquisador: Francis Kanashiro Meneghetti

Graduado e mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Educação também pela UFPR. Professor EBTT do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atua na área de Estudos Organizacionais, pesquisando, principalmente, nos seguintes temas: Organizações Totalitárias, Epistemologia nos Estudos Organizacionais e na Administração, Tecnologia e Trabalho. Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais. Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES) e Bolsista Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/Extensão da Fundação Araucária. (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 03/06/2014)

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8238451312475074>

Entrevista realizada em 24/09/2012, durante o EnANPAD, no Rio de Janeiro, RJ.

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS

Pesquisadora: Ana Paula de Paes Paula

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Possui bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1994), mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1998) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é professora titular e pesquisadora do CEPEAD-UFMG, atuando como subcoordenadora do Núcleo de Estudos de Gestão Pública (NEGP) e do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Trabalha principalmente com os seguintes temas: teoria crítica, psicanálise, subjetividade, autogestão, economia solidária, gestão pública, participação social, ensino e pesquisa em administração (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 19/05/2014)

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4117542128793688>

Entrevista realizada em 12/09/2012, na Faculdade de Administração da UFMG, em Belo Horizonte, MG.

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social – PEGS

Pesquisador: Fernando Guilherme Tenório

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Pós-Doutorado em Administração Pública pelo IGOP/ *Universitat Autònoma de Barcelona* - UAB, (2004); Doutorado em Engenharia da Produção pela COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Professor Titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também atua como Coordenador do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS); Editor do Periódico Cadernos EBAPE.BR e Editor Adjunto da Revista de Administração Pública (RAP). Pesquisador CNPq. Pesquisador Visitante do IGOP/UAB. Professor no Centro de Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV). Professor Colaborador nos seguintes programas de pós-graduação *strictu sensu*: Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV; Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Mestrado em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (UFLA); Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Doutorado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado em Administração da Universidade Andina Simon Bolívar (UASB), Quito - Equador. Coordenador do Projeto "Gestão Social: ensino, pesquisa e prática" - Edital Pro-Administração/CAPES 09/2008. Coordenador do Projeto "Gestão Social e Cidadania: o Controle Social do Desenvolvimento Regional" - Edital Pro-Integração/CAPES. Membro da Academia Brasileira de Ciência da Administração (ABCA). Membro da Rede Interamericana de Educação em Administração Pública (INPAE) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Assessor Internacional da Câmara de

Deputados do Chile, no tema Modernização do Estado na América Latina, Gestão Social e Integração Brasil-Chile. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pela FGVOnline. Membro do Grupo de Trabalho para Controle Social do Rio de Janeiro (GTCS), coordenado pela Controladoria Geral da União (CGU/Regional-RJ). Membro da *International Society for Third-Sector Research*. Membro do conselho editorial de revistas científicas. Consultor em diversas instituições públicas e privadas no país e exterior. Pesquisas desenvolvidas no âmbito das teorias organizacionais, na relação trabalho-capital, gestão social e desenvolvimento. Livros e artigos, publicados no Brasil e no exterior. (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 04/06/2014)

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/2599855683640370>

Entrevista realizada em 27/08/2012, no Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção – SAGE da COPPE/UFRJ.

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Pesquisadora: Maria Ceci Araújo Misoczky

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Professora Associada da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-UFRGS). Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978), Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS (1990) e Doutora em Administração também pela UFRGS. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa "Organização e Práxis Libertadora" e "Gestão em Saúde". Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública e Estudos Organizacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas organizacionais de movimentos e lutas sociais, pensamento social brasileiro e latino-americano; estudos críticos do desenvolvimento, teorias organizacionais, administração pública, análise de políticas públicas, gestão em saúde (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 04/12/2013).

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9637804118675867>

Entrevista realizada em 26/09/2012, durante o EnANPAD, no Rio de Janeiro, RJ.

Pesquisadora: Sueli Maria Goulart Silva

Professora Adjunta na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1983) e doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Estuda e investiga, prioritariamente, os seguintes temas: Ações de organizar para o desenvolvimento sócio-territorial; O processo de formação de políticas públicas e a dinâmica do campo da cultura; As concepções em disputa no processo de organização para a produção e acesso ao conhecimento; as Práticas organizacionais de lutas e movimentos sociais; O Pensamento social brasileiro, em particular, as contribuições para os estudos organizacionais e para a administração pública; e Estudos críticos do desenvolvimento (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 24/05/2014).

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/0298247513754584>

Entrevista realizada em 26/09/2012, durante o EnANPAD, no Rio de Janeiro, RJ.

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –

NETES

Pesquisador: Gelson Silva Junquillo

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (1981), mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1989) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). Foi Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Vitória de 1989 a 1990. Foi Secretário de Educação da Prefeitura Municipal da Serra de janeiro de 2005 a dezembro de 2008. Atualmente é Professor Associado nível 3 da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo de outubro de 2009 a outubro de 2013. Desde janeiro de 2011 é também Diretor Administrativo-Financeiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD - eleito para o biênio 2011-2012 e reeleito para o biênio 2013-2014. Tem experiência na área de Administração, com ênfase no estudo de práticas de gestão em Organizações Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas de gestão em educação, culturas em organizações, ação gerencial e subjetividades na Administração Pública (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 05/11/2013).

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1351545617497389>

Entrevista realizada em 24/09/2012, durante o EnANPAD, no Rio de Janeiro, RJ.

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Pesquisador: Maurício Roque Serva de Oliveira

Maurício Serva finalizou a graduação em administração de empresas pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia em 1978, concluiu o mestrado em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV) em 1991 e o doutorado em administração de empresas nesta mesma escola em 1996. Realizou pós-doutorado em Gestão e Autonomia Social na *École des Hautes Études Commerciales* de Montréal de 1996 a 1998, onde lecionou a disciplina Sociologia da Empresa no curso de graduação em administração. Trabalhou como administrador na Secretaria de Segurança Pública da Bahia (O&M), na Esso Petróleo (marketing), na Cia. de Engenharia Rural da Bahia (O&M), na Cimento Aratu S.A. (finanças) e na Caraíba Metais S.A. (finanças). É professor universitário desde 1979, quando iniciou sua carreira na Universidade Estadual de Feira de Santana. Em 1993, fundou na UFBA a Revista Organizações & Sociedade, sendo então o seu primeiro editor. Fundou em 2002 e presidiu até 2012 o CIRIEC-Brasil, seção brasileira do CIRIEC - *Centre International de Recherche et d'Information sur l'Économie Publique, Sociale et Coopérative*. Desde 2007 é professor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento, além de líder de grupo de pesquisa no CNPq com esta mesma denominação. Criou na UFSC em 2011 e coordena até o presente o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Em 2013 fundou a Revista Ciências em Debate e é o seu editor. Publicou em livros e revistas científicas de diversos países tais como Brasil, Canadá, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Argentina e Venezuela um total de 39 artigos, 1 e-book e 9 capítulos

de livros. Publicou 33 trabalhos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Orientou 18 dissertações de mestrado, quatro teses de doutorado e uma pesquisa de pós-doutorado na área de Administração. Recebeu 1 prêmio do *International Council of Canadian Studies*. Atua na área de Administração, com ênfase em Teoria das Organizações, Racionalidade, Epistemologia da Administração, Desenvolvimento Territorial Sustentável. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica são: teoria das organizações, racionalidade, epistemologia e sociologia da ciência da administração, desenvolvimento territorial sustentável, economia social, emancipação, sociologia econômica, etnografia, complexidade da ação gerencial (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 08/06/2014).

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/7963082470492829>

Entrevista realizada em 13/11/2013, com base em roteiro de perguntas enviado e respondido por e-mail nesta data.

Grupo 7- Estudos Organizacionais

Não foi possível realizar entrevista com membros desse grupo, após sucessivas tentativas no decorrer de 2012 e 2013.

Pesquisador: Rafael Alcadipani da Silveira

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Professor Adjunto da EAESP-FGV. Ph.D pela *Manchester Business School*. Realizou pós-doutorado no *Gothenburg Research Institute* da Universidade de Gotemburgo, Suécia, onde trabalhou sob a supervisão da Profa. Barbara Czarniawska. Recebeu diversas honrarias acadêmicas, tendo sido Professor Homenageado no curso de graduação da FGV-EAESP, indicado a prêmios de melhor artigo em congressos nacionais e internacionais de destaque como o Enanpad e o *Academy of Management Meeting*, além de ter tido artigos como mais lidos de periódicos internacionais como *Organization*. Atualmente é Líder da Linha de Pesquisa em Estudos Organizacionais da EAESP-FGV. Foi *visiting professor* na *Istanbul Bigli University* e é *visiting researcher* na *Manchester Business School*. Editor associado do periódico *Critical Perspectives on International Business* (Qualis A2) e revisor de periódicos nacionais e internacionais de renome. Foi membro do comitê científico da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD, membro-eleito do comitê científico da divisão CMS da *Academy of Management* e é vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais. Parecerista do CNPq, CAPES e da Fapesp. Fez parte do comitê de avaliação da CAPES para o Qualis-periódicos da área de administração para o triênio 2010-2012. Foi chefe do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da EAESP-FGV e coordena o Programa de Iniciação a Pesquisa da mesma instituição. Seus interesses de pesquisa são práticas e organizações, etnografia e perspectivas pós-estruturalistas em análise das organizações. Seu foco de pesquisa atualmente são organizações policiais e manifestações. Coordena projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e FAPESP (Texto informado pelo autor em seu Currículo Lattes. Informação atualizada em 05/06/2014).

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5973712900242603>

Não houve a entrevista, no entanto, um livro de autoria desse pesquisador foi analisada no capítulo que trata das obras contemporâneas sobre abordagens críticas.